

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Adilson Amorim de Sousa

O LEVANTE DOS “INVISÍVEIS” DA HISTÓRIA
O Movimento Indígena No Equador Na Década De 1990

VITÓRIA

2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ADILSON AMORIM DE SOUSA

O LEVANTE DOS “INVISÍVEIS” DA HISTÓRIA
O Movimento Indígena No Equador Na Década De 1990

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Mestrado em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil.

VITÓRIA

2005

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S725l Sousa, Adilson Amorim de, 1970-
 O levante dos “invisíveis” da história : o movimento indígena no
Equador na década de 1990 / Adilson Amorim de Sousa. – 2006.
 189 f.: il.

 Orientador: Antonio Carlos Amador Gil.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

 1. Movimentos sociais. 2. Índios - Equador - Identidade étnica. 3.
Neoliberalismo. 4. Estado. 5. Etnicismo. 6. Equador - História - 1990. I.
Gil, Antonio Carlos Amador. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93

ADILSON AMORIM DE SOUSA

O LEVANTE DOS “INVISÍVEIS” DA HISTÓRIA
O Movimento Indígena No Equador Na Década De 1990

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Mestrado em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Aprovado em de 2006.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil (UFES) - Presidente

Prof. Dr^a Libertad Borges Bittencourt (UFG) – Membro Titular

Prof. Dr^a Celeste Ciccarone (UFES) – Membro Titular

Prof. Dr^a Vânia Maria Losada Moreira (UFES) – Membro Titular

Prof. Dr. Fábio Muruci dos Santos (UFES) - Suplente

AGRADECIMENTOS

Apesar de ser fruto da contribuição de inúmeras pessoas, este trabalho, de forma explícita, leva apenas o nome dos responsáveis direto pela sua feitura (orientando e orientador), no entanto, felizmente, contamos com esse espaço para, em parte, amenizar essa injustiça, agradecendo a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a concretização desse projeto.

Agradeço inicialmente, a Tom Gil, meu orientador, que soube executar muito bem o seu papel, com palavras de incentivo, com indicações e questionamentos sempre coerentes e oportunos, bem como, quando necessário, com os “puxões de orelha” que me permitiram não perder o foco central do trabalho, agradeço-o principalmente, pela compreensão e tranquilidade transmitida, próprias de alguém que antes e além de um brilhante profissional, demonstrou ser, acima de tudo, um ser humano muito valioso.

Na UFES, agradeço a todos os professores e colegas do curso, pelas discussões realizadas nas disciplinas cursadas, particularmente aos professores Dr. Valter Pires, Dr. Gilvan Ventura, Dr^a Márcia Rodrigues e Dr^a Vânia Maria, esta última presente, também, juntamente com a professora Dr^a Celeste Ciccarone, na banca de qualificação, a quem sou igualmente grato, pelas críticas e contribuições importantes para o andamento do trabalho. Agradeço, ainda, o apoio dos funcionários do mestrado, Nete, Belchior e Ivana, sempre disponíveis aos meus pedidos e, especialmente, aos colegas Viviane, Érica, Ana, Klítia e Sérgio, pela acolhida e amizade, possibilitando que à distância do lar e da família fossem minimizados.

Em Vitória, agradeço aos amigos Anderson, Alan, Bruno, Leo e Wagner, pelo abrigo e os bons momentos de descontração proporcionados, fundamentais para suportar a saudade de casa.

No Equador, contei com contribuições importantíssimas, como a de José Luiz (assessor de comunicação da Conaie), Paulina Toledo (gerente comercial da Editora Abya-Yala), Santiago De La Cruz (dirigente nacional da Conaie) e, especialmente, Dimitri Omã (assessor Parlamentar do Pachakutik) com quem, além de inúmeros documentos, obtive também informações importantes sobre o movimento indígena, para quem deixo o meu profundo agradecimento.

Agradeço ainda, aos colegas do Departamento de História da UESB, na pessoa da então diretora prof^a Rita de Cássia Magalhães, pelos incentivos, pela confiança e pelo apoio constante, bem como a Fapesb/UESB pela disponibilização dos meios materiais e dos recursos financeiros, indispensáveis para a realização dessa pesquisa. Agradeço também, a Zélia Chéquer e ao amigo David pela revisão cuidadosa.

De forma muito especial agradeço ao amigo Edfran Sena, sempre disponível na leitura dos primeiros rascunhos, apresentando sugestões pertinentes e importantes, aos amigos Daniel Picolli, Ednalva Aguiar e Cláudia Bittencourt, pelo apoio e as indicações feitas, e, ao colega, amigo e companheiro Luiz Otávio que, com o seu olhar clínico, sua paciência e disponibilidade, deu contribuições imprescindíveis para a construção desse trabalho, em todas as suas etapas, deste quando ainda era apenas uma vaga idéia até o seu “ponto final”.

Gostaria de agradecer a todos os amigos e parentes que, além do incentivo e paciência, souberam respeitar e compreender aos inúmeros dias de reclusão e afastamento. Agradeço, especialmente, a minha esposa Angelita e minha filha Isadora, por ter suportado meu isolamento, a minha ausência e os momentos de mau humor, próprio do estresse de quem está focado em uma atividade como está. Por fim, agradeço ao meu irmão Marcelo que com o seu exemplo de luta pela vida, soube transmitir força e coragem, encorajando-me a acreditar na superação dos obstáculos que a vida nos impõem, permitindo-me crer que nada é impossível para quem é guiado pelo amor e a vontade de vencer os seus limites.

RESUMO

Ao longo das últimas décadas, dentre as diversas manifestações dos movimentos sociais, verificadas em vários países da América Latina, destaque especial deve ser conferido àquelas ocorridas no campo, particularmente às conduzidas pelas organizações indígenas, que têm assumido importante papel na luta por um modelo alternativo de organização social e política, pautado no respeito aos diferentes padrões e valores culturais. Especificamente, este trabalho, objetiva compreender as novas feições assumidas pelo movimento indígena no Equador, na década de 1990, a partir da unificação das suas diversas organizações na Confederação de Nacionalidades Indígena do Equador (Conaie), atualmente, a mais expressiva entidade de resistência popular frente ao padrão político e econômico implantado pelo Estado através da disseminação das doutrinas neoliberais. Trata-se, pois, de identificar as matrizes norteadoras de tal organização, suas formas de mobilização e sua estratégia de atuação. Discute-se, ainda, as práticas políticas do movimento indígena, sua inserção junto aos diversos setores sociais, as relações estabelecidas com o Estado equatoriano, bem como as suas propostas de reestruturação política e econômica para o país. Este estudo permiti-nos caracterizar a Conaie, a partir da sua expressão ideológica e estratégia de ação, como portador da fusão dos postulados étnicos-culturais com os fatores populares-classistas, posição que tem permitido, ao movimento indígena, o estabelecimento de alianças com outros setores, com os quais compartilham problemas comuns, possibilitando, assim, a sua emergência, na atualidade, como o principal agente social e político do país.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Indígenas. Conaie. Neoliberalismo. Estado. Equador. Identidade étnica.

ABSTRACT

Through the last decades, among the several manifestations of social movements occurred in various countries of Latin America, we have to stand out the movements that took place in the rural areas, specially those ones that were conducted by indian organizations. These types of manifestations have played an important role in the search for another pattern of social and political organization based in respect to different kinds of patterns and cultural values. This paper objectifies specifically to understand the new features revealed by the indian movement in Ecuador, in the 90's, since its several organizations were unified during the Conaie – Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador. Nowadays this entity is the most expressive in the popular endurance concerning the economic and political pattern settled by the State through the dispersion of neoliberal doctrines. The objective is, therefore, to indentify the guide matrices of this organization, as well as its various mobilization forms and acting strategies. The discussion is also about the political practices in the indian movement, its insertion in the social sectors, its connections with the State and its proposals on the political and economic organization to the country. This research allows to characterize the Conaie from its ideological expression and acting strategy, showing it as the keeper of the fusion of ethnic and cultural ideas with popular factors. This point of view has allowed the indian movement to establish connections with other sectors and to share with them ordinary problems, making possible its entrance as the main social and political agent of the country.

KEYWORDS: Social Movements. Indian. Conaie. Neoliberalism. State. Ecuador. Ethnic Identity.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	
1 ESTADO, ESTRUTURA ECONÔMICA E O MOVIMENTO INDÍGENA: O EQUADOR NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990	30
1.1 Formação do Estado Equatoriano	30
1.1.2 Processo de Modernização	32
1.1.3 A Modernização Agrícola	34
1.1.4 A Redemocratização	40
1.2 Aplicação e conseqüências da política neoliberal no Equador (Décadas de 1980 e 1990)	41
1.2.1 Os primeiros governos neoliberais	45
1.2.2 Saldo da política neoliberal	49
1.3 A população indígena e a formação da Conaie	54
1.3.1 Diferenças geográficas e culturais	54
1.3.2 As primeiras organizações “indígenas”	58
1.3.3 A Formação da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie)	68
CAPÍTULO II	
2 A CONSTRUÇÃO DA “IDENTIDADE NACIONAL” NO EQUADOR E O PROJETO POLÍTICO DA CONAIE	73
2.1 A Conaie e o Levante Indígena de 1990	73
2.1.1 Estratégias de ação	74
2.1.2 As Demandas Indígenas	76
2.2 O Equador e a formação da sua “identidade nacional”	78
2.2.1 O Estado e o sujeito índio – exclusão ou integração?	78
2.2.2 O nascer do Estado do Equador: nação ou país?	81
2.3 A nação multicultural: o Proyecto Político da Conaie	93
2.3.1 O Projeto Político da Conaie	103

CAPÍTULO III

3 DO MOVIMENTO ÉTNICO PARA O MOVIMENTO ÉTNICO-POPULAR	117
3.1 O movimento indígena e a ampliação do seu discurso político	119
3.2 O movimento indígena e a política institucional	127
3.2.1 A formação do Pachakutik e a participação política eleitoral	130
3.3 Ascensão e queda de Bucaram: as mobilizações populares de 1997	138
3.4 Os movimentos populares e o Projeto Constitucional Popular	143
3.5 A Elaboração da nova Constituição: avanços e limites	150
3.6 Radicalizando as ações: os levantes de 1999 e 2000	155
3.6.1 A política econômica do governo de Jamil Mahuad e a reação dos movimentos populares	155
3.6.2 A crise de 2000 e a disputa pelo poder: a formação do Parlamento Nacional dos Povos	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
ANEXOS	184

APRESENTAÇÃO

Em maio de 1990, uma intensa mobilização indígena, liderada pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) tomou conta do Equador. Em várias regiões do país, milhares de índios ocuparam sedes de órgãos públicos, bloquearam estradas, protestaram em inúmeras cidades e aldeias. O movimento questionava as medidas neoliberais impostas pelo governo liderado por Rodrigo Borjas e reivindicava a propriedade da terra e o respeito aos direitos humanos. Esse levante representou um marco decisivo para a revitalização e consolidação do movimento indígena no Equador, especialmente na luta pelo acesso a terra e pela defesa dos seus valores culturais.

A partir dessa data e durante toda a década de 90, os levantes se multiplicaram, com a participação de uma significativa parcela da população indígena do país ocupando várias cidades, a sede do Congresso Nacional e de várias outras instituições públicas, se consolidando, assim, como o segmento social que expressava de forma mais contundente a oposição ao modelo de Estado implantado no Equador, bem como à política de inspiração neoliberal posta em prática pelos sucessivos governos equatorianos.

A mobilização da população indígena, exibida pela Conaie, mostrou-se capaz de influenciar e alterar profundamente a estrutura tradicional do poder político. O movimento impôs sucessivos recuos e derrotas à classe política dirigente, culminando com a deposição, em janeiro de 2000, do presidente Jamil Mahuad e a formação de um efêmero governo provisório composto por um representante da Conaie, um representante dos demais movimentos populares e um representante do setor nacionalista das Forças Armadas. Na seqüência dos acontecimentos, após uma articulação da ala conservadora do exército, a junta é deposta, assumindo a presidência o, até então, vice-presidente, Gustavo Noboa que, segundo a avaliação da Conaie, por manter inalteradas as diretrizes de ação política que caracterizaram o governo deposto de Jamil Mahuad, continuou a ser o alvo dos protestos do movimento social indígena.

A continuidade das ações de protesto provocou o recuo do governo Noboa na continuação da aplicação de medidas neoliberais e levou à convocação de novas eleições presidenciais. Neste novo processo eleitoral, a Conaie exibiu, mais uma vez, sua capacidade de representar as demandas políticas de amplas camadas da população do Equador: a entidade apoiou decisivamente o candidato General Lucio Gutierrez, que

terminou eleito presidente, e cedeu muitos de seus quadros para integrar os diversos escalões do poder de Estado. Contudo, pouco tempo depois, em função de discordâncias quanto às ações políticas adotadas pelo novo governo, a Conaie retirou seu apoio ao presidente Lúcio Gutierrez, passando a alimentar a oposição que redundaria, recentemente, em uma nova deposição do chefe do poder executivo do Equador.

Esta rápida apresentação da trajetória da Conaie revela a vitalidade do movimento social indígena equatoriano na América Latina neoliberal. Nascida às margens das estruturas tradicionais e institucionais de representação do poder político, a Conaie se tornou uma entidade de inquestionável ascendência política. A manutenção de seu propósito original – de representar as demandas históricas dos indígenas em favor da propriedade da terra e do respeito a seus valores étnicos –, ao lado de sua participação direta nas decisões de governo, obriga-nos a refletir sobre as relações estabelecidas entre os movimentos sociais e as estruturas institucionais do poder político.

É, portanto, o propósito deste estudo analisar a dinâmica dos movimentos sociais indígenas na América Latina contemporânea, tomando como objeto específico de análise as estratégias de ação adotadas, no Equador, pela Conaie.

INTRODUÇÃO

O papel desempenhado pelos movimentos sociais, especialmente daqueles organizados no campo, ao longo da história da América Latina, se constitui em um tema amplo, dinâmico e complexo, e que, apesar de todos os esforços dos americanistas, ainda carece ser mais bem estudado.

Para um adequado entendimento dos movimentos sociais rurais, quanto à sua composição, organização, formas de atuação e reivindicações, é necessidade primária ter uma compreensão mínima das conjunturas sóciopolíticas, econômicas e culturais em que eles se inserem. No caso latino-americano, particularmente, há que se destacarem as especificidades desse subcontinente, como o caráter elitista de suas organizações políticas, a subserviência dos Estados nacionais a interesses externos e a dependência e desigualdade que caracterizam suas estruturas econômicas. Essa situação tem, historicamente, levado os setores da população excluídos da possibilidade de desempenhar um papel político ativo mediante os canais institucionais e constitucionais a encontrarem, nas contestações dos movimentos sociais, um mecanismo eficaz de manifestação de suas demandas e aspirações econômicas e sociais.

Os movimentos de resistência camponesa, particularmente da população indígena, alvo da exploração dos europeus desde o início da colonização, estiveram presentes em todos os períodos da história da América e em quase todas as regiões. Mas, é a partir de meados do século XIX, com o avanço da privatização das terras, que se observa um maior desenvolvimento dos movimentos de resistência.¹ Nesse período, posterior à emancipação política, caracterizado pela modernização capitalista da agricultura dos países latino-americanos, verifica-se a sistemática expropriação das propriedades comunitárias camponesas e indígenas, além da apropriação, por particulares, de terras devolutas muitas vezes já ocupadas por camponeses e posseiros. A reação popular a esse processo se expressou de várias formas: movimentos messiânicos, banditismo social, agitações, revoltas e revoluções. Em numerosos casos, porém, esta reação à exclusão da maioria da população rural ao uso da terra não foi

¹ A expressão “movimento de resistência” é aqui empregado para designar movimentos sociais que se opõem às inovações consideradas prejudiciais para o conjunto dos seus integrantes, especialmente aquelas ocasionadas em função de mudanças e imposições externas, tais como a privatização das terras, modificações culturais, entre outras.

capaz de evitar o êxodo para os núcleos urbanos ou as contínuas migrações internas, que levaram, em grande medida, à própria desarticulação dos movimentos.²

Nas últimas décadas, com o avanço das doutrinas neoliberais, que se tornaram hegemônicas na maioria dos países capitalistas e se converteram em principal arma para manutenção e ampliação do poder econômico dos grandes centros financeiros mundiais, os movimentos sociais rurais continuaram a se fazer presentes e influentes em inúmeras regiões do continente americano.

Na América, como na Europa, embora os ideólogos neoliberais anunciassem um período de crescimento econômico, prosperidade e liberdade – derivado da atribuída superioridade deste sistema quanto à capacidade de produzir e distribuir riquezas –, a implantação da propagada “economia de mercado livre” terminou por acentuar as desigualdades econômicas, agravando os problemas sociais já existentes e provocando outros novos.

Nesse contexto de crise social e política, na esteira da hegemonia neoliberal, assistimos a um recrudescimento das lutas sociais na América Latina. O movimento sindical e urbano se mostra atuante em vários países, como no Chile, Argentina e Uruguai, entre outros, e apresenta como um de seus traços marcantes a forte presença de funcionários públicos. Mas, o triunfo neoliberal impôs também sérios limites à ação social dos trabalhadores urbanos: ao elevar o número de desempregados, ele provocou o enfraquecimento dos grandes sindicatos, além de produzir uma série de outras iniciativas que reduziram o poder de organização do movimento operário. Desta forma, é no meio rural que os novos movimentos sociais vão exibir um mais expressivo crescimento e força, numa forte reação à estratégia neoliberal de, ao deixar completamente desprotegidos os camponeses e as comunidades indígenas, favorecer os proprietários de terra e os latifundiários.

Portanto, é no cenário rural que, na década de 90, assiste-se a um movimento maciço de ocupação de terras por trabalhadores rurais em vários países, fazendo do ambiente agrário o *locus* primordial do ressurgimento das lutas sociais na América Latina. Essa constatação é contrária a afirmações como a de Eric Hobsbawm, para quem “o capitalismo tinha modificado as sociedades de tal maneira que os camponeses ficaram reduzidos a uma minoria, incapazes de se apresentar como uma força

² SANTOS, José V. Tavares dos. Lutas Agrárias latino-Americanas: da resistência ao projeto societário. IN: SANTOS, José V. Tavares dos. (Org.). Revoluções Camponesas na América Latina. São Paulo: Editora da Unicamp, 1983, p. 12-13.

transformadora”.³ A avaliação de Hobsbawm gerou fortes críticas, principalmente entre escritores como James Petras,⁴ que a considerou infundada, extremamente eurocêntrica, ancorada apenas em argumentos demográficos e estáticos e, portanto, superficiais. Pela compreensão de Petras, as porcentagens não modificam o fato de que milhares de famílias continuam a viver no campo, nem podem invalidar a constatação de um crescimento do fluxo de trabalhadores rurais que, fugindo dos problemas estruturais das cidades, retornam ao campo.⁵

Ao contrário dos movimentos das décadas de 60 e 70, as novas formas de organização dos movimentos rurais latino-americanos se caracterizam por uma grande inserção e participação social, que envolvem não apenas camponeses de origem, mas também trabalhadores vinculados a outros setores da vida econômica – como a mineração e a construção civil –, além de trabalhadores excluídos da agroindústria, entre outras vítimas da política neoliberal. Os *novos* movimentos apresentam, ainda, outras características que os diferenciam dos movimentos rurais anteriores: eles contam com militantes e líderes mais bem informados (resultado de uma mais ampla experiência de debates com outras forças sociais), não apresentam grandes distinções entre os líderes e os militantes de base e, apesar de sua grande repercussão política, mantêm uma relativa autonomia frente aos partidos políticos. Por fim, são movimentos influenciados ideológica e estrategicamente por diferentes correntes do marxismo, mas que exibem uma forte presença étnica, que se expressa tanto na definição dos conteúdos e objetivos de sua luta como na prática cotidiana de suas ações. As reivindicações étnicas, religiosas e culturais, em especial das populações indígenas, assumem importância crucial. Em contraposição à imagem clássica do movimento camponês, que normalmente se apresenta isolado dos demais movimentos sociais, os novos movimentos exibem agora agentes sociais conscientes de sua inserção numa estrutura global, que, como camponeses, vivem da produção agrária, mas se sentem ligados por laços comunitários enraizados em uma tradição étnica. São agentes sociais que defendem sua língua, sua identidade, que reclamam seus territórios e assumem uma firme postura de protecionismo aos recursos naturais, atribuindo uma dimensão política à luta pela afirmação de sua cultura.

³ HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos. Apud PETRAS, James. A esquerda e as novas lutas sociais na América Latina. *Lutas Sociais*, São Paulo: NEILS, n. 2, p. 6-7, jun. 1997.

⁴ PETRAS, James. A esquerda e as novas lutas sociais na América Latina. *Lutas Sociais*, São Paulo: NEILS, n. 2, p. 5-19, jun. 1997.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. 7.

Dentre as diversas manifestações de resistência social à política neoliberal, destaque especial deve ser conferido àquelas lideradas pelas organizações indígenas, que vêm se consolidando como um dos principais agentes desse processo. No geral, tais mobilizações apresentam como reivindicação central a defesa – ou a conquista – da terra e inserem-se em um contexto de profunda crise social, resultante do processo de modernização capitalista da agricultura e do avanço da concentração fundiária, elementos que caracterizam uma conjuntura comumente denominada de globalização.

A insurgência do movimento indígena na atualidade representa, segundo a professora Libertad Borges Bittencourt, “[...] uma das mudanças mais significativas na cultura política dos povos indígenas, uma vez que, a partir da organização, estes povos se consolidam como atores políticos”.⁶ Uma das características centrais deste movimento indígena é sua forte autonomia, evidente tanto na construção do seu projeto político, quanto na direção e condução do processo reivindicativo, que, como bem afirma o intelectual e militante indígena equatoriano Ariruma Kowii, tem possibilitado que:

[...] en los últimos 17 años el movimiento indígena ha dado pasos importantes, de los cuales resaltamos los siguientes: del tutelaje de la dirección sindical y de sectores progresistas de la iglesia, las comunidades han pasado a la autogestión y han asumido la dirección del movimiento indígena.⁷

Nesse contexto de revitalização dos movimentos sociais indígenas na América Latina, destaque especial deve ser dado ao movimento indígena equatoriano que, ao longo das últimas décadas, vem fortalecendo seus organismos representativos mediante um processo de união das diversas nacionalidades indígenas e suas organizações, como forma de reagir ao processo de exclusão social a que foram submetidas ao longo dos séculos. Dessa forma, a luta indígena, que era antes de ação local – restrita contra posseiros, garimpeiros, madeireiros, etc. –, passa a ter um caráter nacional, em especial a partir da formação da Confederação de Nacionalidades Indígena do Equador (Conaie), criada em 1986 e que, ao longo da década de 90, consolidou-se como o mais forte e

⁶ BITTENCOURT, Libertad Borges. O movimento indígena organizado na América Latina – a luta para superar a exclusão. In: ENCONTRO DA ANPHLAC, 4., 2001, Vitória (ES). *Anais eletrônicos...* Vitória (ES): ANPHLAC, 2001. Disponível em: <<http://www.anphlac.cjb.net>>. Acesso em: 25 de nov. de 2004. ISBN 85-903587-2-0.

⁷ KOWII, Ariruma. Autonomia, reservaciones o plurinacionalidad. Disponível em: <<http://www.alinet.org>>. Acesso em: 21 jul. 2004.

importante movimento social do país. A Conaie apresenta como objetivo básico de sua organização a luta em defesa da integridade cultural, territorial e econômica da população indígena, mas, paralelamente, amplia suas reivindicações e exhibe a intenção de intervir nas deliberações políticas em âmbito regional e nacional, mediante o estabelecimento de novos canais de interlocução com os outros setores da sociedade equatoriana, desmistificando, dessa forma, a imagem das comunidades indígenas como arcaicas, atrasadas e avessas à “modernização” do seu país.

A manutenção de seu propósito original (de representar as demandas históricas dos indígenas em favor da propriedade da terra e do respeito a seus valores étnicos), ao lado de sua participação direta nas decisões de governo, nos possibilita discutir as relações estabelecidas entre os movimentos sociais e as estruturas institucionais do poder político.

Propor uma análise do movimento indígena liderado pela Conaie no Equador pressupõe, necessariamente, refletir sobre o papel dos *movimentos sociais* na América Latina contemporânea. Neste sentido, as reflexões produzidas pelas Ciências Sociais e pela História em torno dos movimentos sociais constituirão o norteador principal de nossa abordagem acerca da trajetória da Conaie.

Norberto Bobbio qualifica o estudo dos movimentos sociais como “um tema fascinante tanto como debatido e controverso e que ocupa um lugar central na teoria e na reflexão sociológica, quer dos contemporâneos, quer dos clássicos”.⁸

Alguns autores contemporâneos evitam estabelecer uma definição precisa do termo *movimentos sociais*⁹, remetendo-a mesma para o elenco das grandes questões que permanecem em debate na reflexão sociológica moderna. Assim, por exemplo, afirma Maria da Glória Gohn:

Apesar do interesse dos cientistas sociais, e da ocorrência de ciclos efetivos de boom de diferentes movimentos sociais, [...] grandes questões permaneceram na produção acadêmica, com lacunas ou com problemas não resolvidos [...]: afinal, o que são movimentos

⁸ BOBBIO, Norberto. (Org.). Dicionário de política. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 787.

⁹ Mas vários outros autores não se furtam à tentativa de definir o objeto “movimentos sociais”. Assim para Alberoni, movimentos sociais são fenômenos coletivos de grupo, que apresentam comportamentos semelhantes entre os seus membros, que dão origem ao surgimento de novas coletividades e identidades, distinguindo-se dos comportamentos coletivos, que apresentam posicionamento similar num grande número de indivíduos, sem, no entanto, formar novas identidades (Apud BOBBIO, Norberto. (Org.). Dicionário de política. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 790). Para o sociólogo francês Alain Touraine, os movimentos sociais são formas de expressão das tensões internas da sociedade civil, cuja ação se dirige geralmente, mas não necessariamente, para o questionamento da estrutura de dominação (Idem, *Ibidem*, p. 788).

sociais? O que os qualificam como novos? O que os distinguem de outras ações coletivas ou de algumas organizações sociais como as Ongs?¹⁰

Entre os modelos teóricos desenvolvidos a respeito dos movimentos sociais, a análise moderna costuma distinguir três correntes principais: a teoria clássica tradicional, a teoria marxista e a dos chamados Novos Movimentos Sociais.

O modelo clássico tradicional,¹¹ que teve sua origem nos EUA e predominou até os anos de 1960, define os movimentos sociais como irrupções bruscas das massas na cena política, classificando-os como formas irracionais de comportamento coletivo frente às tensões sociais e reputando-os como espontâneos, explosivos, excepcionais ou anormais, como ações que se avizinham ao desvio e à marginalidade. Embora, nos Estados Unidos, tenha havido o desenvolvimento de outras teorias sociais, tais como a teoria da Mobilização de Recursos e a teoria da Mobilização Política, de um modo geral o paradigma norte-americano teve pouca influência nos estudos dos movimentos sociais na América Latina, pois, como afirma Gohn, “fundamentado na teoria das ações coletivas dos comportamentos sociais, tradicionalmente considerada funcionalista, conservadora e utilitarista”,¹² essa corrente teórica foi desconsiderada e muitas vezes nem lembrada para o estudo de casos latino-americanos.

Numa posição contrária em relação à teoria tradicional norte-americana, a sociologia latino-americana foi amplamente favorável à utilização dos paradigmas teóricos originalmente europeus no desenvolvimento de pesquisas e estudo dos movimentos sociais, com uma forte adesão aos pressupostos teóricos do “Velho Mundo”, seja sob o prisma teórico do marxismo, seja sob o olhar da recente teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Em função da hegemonia dessas duas correntes no estudo dos movimentos sociais na América Latina e da necessidade de externar o aporte teórico que será utilizado em nossa pesquisa, acreditamos ser importante uma rápida abordagem em torno delas, buscando explicitar, em linhas gerais, suas características essenciais e princípios básicos fundamentais.

Sobre a teoria marxista, cabe, inicialmente, destacar que, em relação ao estudo das manifestações sociais, seja ou não do movimento operário, não existe apenas uma

¹⁰ GOHN, M. G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000, p. 11.

¹¹ Cujos maiores expoentes são, na avaliação de Bobbio, Le Bon, Tarde e Ortega y Gasset.

¹² GOHN, op. cit., p. 216.

função explicativa ou analítica da realidade em questão. Em muitos casos e, às vezes, de forma prioritária, ela ocupa uma função orientadora das ações políticas, servindo, para os atores sociais subalternos, como um manual de ação, de direção das práticas sociais rumo à construção de uma nova realidade social.

Predominantes na América Latina, desde a década de 30, as interpretações sob o viés marxista ocuparam uma posição hegemônica até a década de 70, quando, diante das mudanças registradas nesse período e com o aparecimento de novas formas de expressão coletiva das tensões sociais, se consolidaram outros enfoques teóricos.

No geral, o modelo marxista de análise dos movimentos sociais, seja na sua vertente clássica ou ortodoxa, seja na sua versão não ortodoxa (também chamada de neomarxista), embora apresente divergências substanciais no foco central dos seus estudos, analisa os movimentos sociais como processos de lutas sociais voltados para a transformação das condições existentes na realidade social, motivados pela percepção de carências econômicas e/ou da opressão sociopolítica e cultural.

Pela percepção marxista ortodoxa, os movimentos sociais são vistos como meros reflexos das condições e contradições estruturais da sociedade de classes. São resumidos a simples respostas às crises econômicas do capitalismo. Uma leitura mais atenta às especificidades dos movimentos sociais é desconsiderada em favor da prioridade do movimento operário, tido como motor principal da transformação social, e como protagonista do papel revolucionário a ser despertado, nas massas, pelas lideranças políticas.

[...] su acción se subordinaba en gran medida a las líneas de los sujetos preferenciales del cambio (partidos y sindicatos) y la acción política, tenía una dirección casi única, la lucha por conquistar el poder. El sistema sólo podría ser cambiado cuando se lograra la toma del poder.¹³

Movimentos que envolvem identidades construídas em torno de elementos como gênero, etnia, preocupações ambientais, entre outros, não eram considerados como centrais na análise marxista, que também se caracterizava por situar os aspectos políticos e culturais de uma estrutura social em uma escala de subordinação aos fatores econômicos, tidos como mais relevantes.

¹³ BALTODANO, Mônica. Movimientos sociales y globalización. Disponível em: <<http://www.rebelion.org>>. Acesso em: 20 mar. 2005.

Assim, as demandas dos diversos setores populares em situação de opressão e exploração estavam, ou deveriam estar, englobadas na luta mais geral de conquista do poder político e de transformação do sistema, sem considerar as especificidades dos diversos segmentos sociais. Assim, por exemplo, a identidade indígena foi inserida, na análise marxista ortodoxa, na categoria social predominante no meio rural, o camponês, cuja principal demanda se concentraria em torno da terra (conquista ou manutenção da sua posse) que, por sua vez, era vista de forma limitada, apenas como um instrumento de trabalho, restrita a uma esfera meramente produtivista ou econômica.

Além do predomínio da perspectiva global em detrimento da atenção sobre o específico ou, em outros termos, do predomínio da análise macro-social em detrimento da micro, a teoria marxista, na sua versão ortodoxa, percebia a transformação social como algo determinado pela evolução e desenvolvimento do sistema produtivo, especialmente das relações de produção. A transformação seria possível, apenas, num momento em que as forças produtivas tivessem atingido determinado estágio de seu desenvolvimento, sendo o proletariado, em detrimento dos demais atores históricos, o único sujeito capaz de realizar/conduzir o processo de transformações sociais.

Assim, tal corrente, em nossa opinião, partindo de uma leitura limitada e equivocada do pensamento de Marx, não deu conta de avaliar, a fundo, as especificidades históricas e sociais de cada região. No caso da América Latina, tal visão não dispensou a devida importância ao fato de que esta região apresentava, do ponto de vista político e econômico, uma relação de dependência e subordinação para com os países centrais do capitalismo, o que levava, por extensão, ao desenvolvimento, como bem afirma Fernando Calderón,¹⁴ de uma estrutura social heterogênea, com desenvolvimento de classes sociais não tão bem definidas e movimentos sociais nem sempre puros ou claramente definidos. Essa postura levou tal corrente teórica a incorrer em avaliações equivocadas quanto ao processo revolucionário latino-americano, principalmente porque desconsiderou e/ou limitou a capacidade de mobilização e ação social do campesinato. De acordo com a visão dominante da ortodoxia, os camponeses e demais setores rurais, de um modo geral, eram essencialmente conservadores e incapazes de conduzir um processo revolucionário e, em algumas avaliações mais extremas, chegaram a ser qualificados como atores anti-revolucionários.

¹⁴ GUTIÉRREZ, Fernando Calderón. Os movimentos sociais frente à crise. In: SCHERER-WAARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 199-200.

Em síntese, no modelo ortodoxo marxista, os movimentos sociais se reduzem a meras expressões das condições estruturais de classe e de suas contradições. São simples respostas às crises econômicas. Tal corrente, privilegiando os fatores econômicos e macro-estruturais de uma sociedade em que o conflito capital *versus* trabalho gera a luta de classe, elegeu a classe operária como principal agente das mudanças sociais.

Essa visão generalizante levou a leituras mecanicistas e deterministas da realidade social e foi objeto de rejeição por parte de não marxistas, e também por marxistas, preocupados em romper com a rigidez dogmática da ortodoxia. As reflexões teóricas produzidas por esses pensadores lançaram as bases para a constituição de uma corrente de estudos sobre os movimentos sociais na Europa sob o paradigma de neomarxismo. Para essa corrente, a abordagem dos fatores políticos tem centralidade e relevância intrínsecas. A política passou a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura resultante das inovações democráticas, tendo um papel tão relevante quanto a economia, ou até mesmo autônomo em relação à infra-estrutura econômica.

Nessa linha de reflexão, deve ser destacada a importância dos trabalhos de Manuel Castells, de Hobsbawm e da escola inglesa, de Claus Offe, entre outros. Uma atenção especial deve ser atribuída à contribuição de Antonio Gramsci que, com os seus estudos sobre a realidade italiana, abriu novas perspectivas para a teoria marxista, especialmente ao destacar a importância da disputa cultural na construção de um projeto contra-hegemônico e no redimensionamento do papel do Estado na transformação social. A contribuição gramsciana possibilitou a oxigenação da teoria marxista, resgatando e valorizando a política, e conferiu nova importância à interação entre as análises estruturais e conjunturais na compreensão dos conflitos sociais. Os trabalhos de Gramsci tiveram grande repercussão na América Latina, especialmente no final da década de 70 e ao longo da década de 80, quando influenciaram inúmeras pesquisas.

Nas últimas décadas do século XX, o mundo passou a vivenciar transformações intensas e profundas nos diferentes campos de ação humana. No econômico, o sistema capitalista vem enfrentando não apenas mais uma crise cíclica, mas uma crise de ordem estrutural profunda¹⁵ – redução das taxas de crescimento, declínio da oferta de emprego, queda do consumo, mudanças no sistema de trabalho etc. – com consequências sociais

¹⁵ Posição comungada por pesquisadores tais como, Immanuel Wallerstein: Após o Liberalismo: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002 e James Petras: Ensaio contra a ordem. São Paulo: Páginas Abertas, 1995. Entre outros.

danosas e desfecho ainda incerto. Em termos políticos, a crise do socialismo real, a crise do Estado de bem-estar social, a hegemonia da doutrina neoliberal e a restrição das esferas de atuação do Estado-nação vêm impondo um novo ordenamento nas relações de poder. Esses processos, juntamente com os avanços técnico-científicos verificados nas últimas décadas, configuram, para usar uma expressão de James Petras, uma “nova (des)ordem mundial”.

No campo social, temos observado, desde as manifestações de 1968, ocorridas em diversas partes do mundo, lideradas pelos estudantes, dirigidas contra o *status quo*, caracterizadas pela autonomia em relação às organizações classistas tradicionais (partidos e sindicatos) e pela contestação à representação política da chamada “velha esquerda”, a emergência de novas formas de manifestações sociais e políticas, com a afirmação de novos sujeitos históricos e a (re)descoberta de novos modos de intervenção social.

Tais manifestações – expressas por variados atores e orientadas para causas diversas, tais como a ecologia, a defesa dos direitos humanos, o pacifismo, a afirmação de identidades de gênero ou etnia, entre outras – apresentavam, em relação aos movimentos tradicionais, diferenças cruciais não só no que se referia ao conteúdo de suas reivindicações, como na forma de organização de seus membros e expressão de suas demandas.

Caracterizados pela ênfase nas questões culturais e pelas demandas do cotidiano, com uma forte base solidária e identidade coletiva, esses movimentos deslocaram o eixo das reivindicações exclusivamente econômicas para outros campos da vida social, notadamente para o da política e o da cultura.

Estas recentes formas de intervenção social fizeram despertar no mundo intelectual a necessidade de desenvolver novos paradigmas teóricos interpretativos. No caso específico dos estudos em torno dos movimentos sociais, a evidência de “novos” sujeitos sociais norteou a construção de um novo arcabouço teórico, denominado de Novos Movimentos Sociais, que, na visão de Maria da Gloria Gohn,

[...] foi expressão cunhada na Europa, nas análises de Clauss Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc. Os novos movimentos se contrapõem aos velhos movimentos sociais, em suas práticas e

objetivos, ou seja, se contrapõem também ao movimento operário-sindical, organizado a partir do mundo do trabalho.¹⁶

Consolidada na década de 1970, a teoria dos Novos Movimentos Sociais, enfatizará, como já preconizava a análise neomarxista, a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas e as novas formas de expressão política dos movimentos sociais. Como afirma Alain Touraine, esta vertente teórica procura atribuir aos movimentos sociais o papel ocupado, na teoria marxista, pela classe social, uma vez que, “[...] atualmente não se trata mais de lutas pela direção dos meios de produção e sim pelas finalidades da produção cultural, que são a educação, os cuidados médicos e a informação de massa”.¹⁷ Essa construção de um modelo teórico baseado na cultura, embora trabalhe com conceitos marxistas, nega a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado. A teoria dos Novos Movimentos Sociais não admite a idéia de pré-determinação dos sujeitos históricos e apreende os participantes das ações coletivas como atores sociais, passíveis de serem analisados pelas suas ações e pela identidade coletiva criada no processo.

Rejeitando a postura tradicional, que atribuía aos movimentos sociais a característica da irrupção desviante da ordem, a teoria dos Novos Movimentos Sociais os apreende como parte integrante e criadora da vida social, por meio de suas práticas, de suas normas, de suas instituições e das identidades sociais por eles forjadas.¹⁸

Além do mais, devem também ser destacados os liames estabelecidos pela teoria dos Novos Movimentos Sociais entre as ações coletivas e as estruturas políticas das sociedades contemporâneas. A política deixa de ser uma esfera específica e determinada, situada numa escala hierárquica e pré-determinada, e passa a se constituir em uma estrutura congregante da vida social, abarcando todas as práticas sociais, valorizando os fatos conjunturais vivenciados no cotidiano. Para Daniel Camacho, “toda ação dos movimentos sociais tem como objetivo a sociedade política ou Estado, porque as reivindicações parciais tendem a lograr alguma modificação na tomada de decisões no interior do Estado”.¹⁹ Alain Touraine, que já reivindicava para os movimentos sociais o *status* desfrutado, na abordagem marxista, pela classe social, vai

¹⁶ GOHN, Maria da Glória. Movimentos e lutas sociais na História do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995, p. 44.

¹⁷ TOURAINE, Alain. Qu'est-ce la Démocratie? Apud GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1995, p. 152.

¹⁸ Idem Ibidem, p. 110-123.

¹⁹ CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WAARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Op. cit., p. 221.

mais além e sugere que, nas sociedades ocidentais contemporâneas, esses movimentos sociais se converteram em atores políticos mais atuantes e eficazes do que as organizações partidárias tradicionais:

[...]os movimentos sociais mobilizaram princípios e sentimentos; o que está em crise e em vias de desaparecimento é o papel dos partidos políticos como representantes da necessidade histórica, acima dos atores sociais e muitas vezes contra eles.²⁰

Embora originalmente formulada na Europa, onde contou com importantes contribuições de pesquisadores como Alain Touraine, Aberto Melucci, Claus Offe, Pizzorno, entre outros, a teoria dos Novos Movimentos Sociais teve, a partir de 1980, grande influência nas pesquisas realizadas na América Latina, substituindo aos poucos as abordagens marxistas, até então predominantes. Vale ressaltar que, embora, como na Europa, tenhamos na América Latina o desenvolvimento de movimentos sociais pautados pelas questões de gênero, ambientais, étnicas e raciais, verifica-se, ainda, em função das particularidades desse subcontinente e dos seus graves problemas estruturais, o desenvolvimento de movimentos com base em outras demandas, tais como o acesso a moradia, a terra e a equipamentos públicos voltados para a melhoria das condições de vida (hospitais, creches, escolas, estradas etc.). Estes movimentos sociais fortemente presentes nos países latino-americanos, em função de seus modelos de organização e também pela distância que mantêm em relação às demandas dos movimentos classistas tradicionais, serão aqui analisados dentro da órbita teórica dos Novos Movimentos Sociais (NMS).

No geral, estas têm sido as principais correntes teóricas utilizadas nas pesquisas dos movimentos sociais na América Latina. Embora pensadas, a princípio, para realidades diferenciadas das do “Novo Mundo”, tornaram-se hegemônicas nesse continente, trazendo contribuições para o estudo das modalidades de ação social desenvolvidas nos países da América Latina, mas também provocando, em certos casos, equívocos ou distorções nos resultados dos trabalhos, tendo em vista que estas formulações teóricas foram, muitas vezes, usadas sem as devidas preocupações com as realidades concretas estudadas. Nesse sentido, é essencial que, no estudo dos movimentos sociais latino-americanos, se considerem não somente os ambientes conjunturais em que a ação social se desenvolve, como também a integração destas

²⁰ TOURAINE, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 266-267.

informações específicas a uma percepção global e estrutural desse continente, ou seja, uma compreensão das especificidades históricas que permitiram a configuração de uma sociedade com características bem distintas dos países europeus.

Em que pese às limitações das classificações sociológicas para o estudo de fenômenos tão dinâmicos e complexos como são os movimentos sociais, entendemos que as contribuições teóricas apresentadas pela corrente dos Novos Movimentos Sociais – ao enfatizar os aspectos culturais e ideológicos dos movimentos, ao apreendê-los como parte integrante da dinâmica social e não apenas como mera irrupção da ordem, ao destacar seu papel profundamente político, não apenas porque influentes nas decisões do Estado, mas porque criadores de sujeitos políticos – podem nortear, de forma profícua, nossas investigações acerca do papel desempenhado pelo movimento indígena no Equador contemporâneo. A adoção de tal marco teórico, porém, não implicará que se desconsiderem importantes contribuições dos chamados “neomarxistas”, em particular de Gramsci que, ao valorizar, sob outra ótica, a análise da cultura e da ideologia, destaca e amplia a visão sobre o Estado e a política, além de desenvolver conceitos – como o de “intelectual orgânico” e de “batalha cultural” – que se revelam proveitosos para o estudo que propomos desenvolver.

No caso específico do objeto de estudo desta pesquisa – o movimento indígena contemporâneo – observa-se também o predomínio das duas correntes teóricas acima apresentadas. Tais correntes apresentam a questão indígena sobre pontos de vista não somente diferenciados, mas, sobretudo oponentes. Por um lado, a posição marxista que, baseando-se no enfoque do materialismo histórico em sua versão ortodoxa, sustenta que as particularidades, “limitadas e subordinadas”, dos grupos étnicos, devem ser analisadas em relação ao seu lugar no processo produtivo e, complementarmente, que estes grupos étnicos sejam identificados como grupos sociais inseridos no interior de uma estrutura de classe determinada por relações sociais de exploração. No outro extremo, temos a corrente etnicista ou culturalista, com base analítica derivada do paradigma dos Novos Movimentos Sociais, que enfatiza a relevância das identidades culturais e defende uma postura autonomista do movimento indígena, rejeitando o determinismo classista proposto pelos marxistas ortodoxos. O NMS defende que a solução para os problemas indígenas não está na sua integração ao sistema capitalista, mas sim na conservação, por parte dos grupos étnicos, da sua identidade, de seu sistema organizativo interno e de seus costumes, sendo necessário, para realização desse propósito, a reestruturação do sistema político, com a construção de um novo modelo de

organização político-estatal, baseado no marco do pluriculturalismo e do multinacionalismo.

Dessa forma, os dois paradigmas interpretativos se mostram confrontantes e antagônicos. Um destaca o caráter classista das lutas sociais; o outro realça os aspectos culturais identitários da ação coletiva e social. Esse antagonismo tem por consequência a imposição de limites para uma compreensão mais clara do movimento indígena contemporâneo, uma vez que apreende como conflitantes características que, no nosso entender, devem ser entendidas como complementares. Nesse sentido, buscaremos confirmar, neste trabalho, a hipótese de que o movimento indígena equatoriano, coordenado pela Conaie, apresenta, como característica ideológica norteadora das suas ações, a fusão da identidade étnico-cultural com os postulados da interpretação classista da sociedade. Os movimentos indígenas contemporâneos do Equador não reduzem sua luta, unicamente, às questões étnicas, já que seus integrantes têm consciência de que fazem parte da atual estrutura econômica e sociopolítica global e que sofrem, dessa forma, uma dupla exploração: como camponeses e como indígenas. Posição e concepção assumidas na prática pela Conaie, o que tem favorecido ao movimento indígena – em função do estabelecimento de alianças com outros setores sociais, com os quais compartilha problemas econômicos e políticos comuns – consolidar sua condição de principal ator político do Equador, na atual conjuntura.

A aparição do movimento social indígena, como moderno “sujeito social e político”, deve ser vista como uma construção histórica relacionada com as transformações no contexto local e global em que se insere tal ator social. Especificamente no Equador, a emergência desse movimento deve-se às transformações do sistema político, da estrutura socioeconômica, das políticas indigenistas e dos processos históricos, desenvolvidas no âmbito internacional, nacional e “local”, que têm gerado um contexto conflitivo favorável ao surgimento de novos atores sociais. Acreditamos, ainda, que as estratégias de mobilização utilizadas pelas organizações políticas indígenas, como sua estrutura organizativa, suas redes de relações estabelecidas com outros segmentos da sociedade, o perfil de suas lideranças políticas, seus mecanismos de obtenção e gestão de recursos, suas formas de expressão e mobilização entre outras, podem favorecer a gênese, o desenvolvimento e a expansão de sua posição política que, para além das questões específicas, baseiam-se em questões globais e estruturais, legitimando assim o seu projeto político, no cenário nacional e internacional.

Estas características fornecem uma hipótese explicativa para o sucesso da Conaie, no que se refere à sua capacidade de mobilização e à sua legitimação como principal agente político do Equador na atualidade.

Este trabalho se apoiará, inicialmente, na bibliografia relativa ao estudo dos movimentos sociais, em geral, e do movimento indígena, em particular, e em textos publicados na imprensa escrita que abordaram os acontecimentos envolvendo o movimento indígena do Equador. Serão analisados, também, documentos oficiais produzidos pelo movimento indígena e por sua principal instância organizativa, a Conaie, especialmente declarações em congressos, boletins e resoluções. Constituirão, ainda, nossas fontes de estudos, documentos provenientes do poder público do Equador, como estudos e estatísticas socioeconômicas, decretos governamentais, planos de governo, constituição e leis do Estado.

Aplicando, sobre a documentação produzida pela Conaie, procedimentos de crítica e inquirição derivados da metodologia da análise de discurso, procuraremos compreender o processo organizativo do movimento indígena equatoriano e suas práticas políticas, especialmente suas formas de atuação frente ao poder político estatal. Estas estratégias de ação adotadas pelo movimento indígena estabelecem uma relação de conflito e disputa pelo consenso no seio da sociedade, que se evidencia na formulação de práticas discursivas que buscam conferir a hegemonia à sua visão de mundo, pois, como afirma Marcelessi, “não existe hegemonia sem discurso”.²¹ Nesse sentido, a utilização da metodologia da análise de discurso nos municiará com os requisitos necessários para que possamos apreender os discursos produzidos pelas lideranças e pelas organizações do movimento indígena como também, simultaneamente, peças políticas, instrumentos de construção de uma identidade social e, ainda, expressão ideológica dos seus formuladores.

Considerando a característica de nosso tema – movimentos sociais – e o recorte que pretendemos no seu estudo – movimento camponês e indígena num país da América do Sul –, consideramos importante que a abordagem seja efetuada de forma a integrar diferentes campos do conhecimento e da ciência social. Além da perspectiva histórica que busca compreender as novas configurações do objeto central de nosso

²¹ MARCELLESI, Jean-Baptiste. Contribución de la sociolingüística al estudio del discursos político. Apud BOTERO, Luis Fernando: Mobilización Indígena, etnicidad y proceso de simbolización en Ecuador. El caso del líder indígena Lázaro Condo. Quito: Edición Abya-Yala, 2001, p. 34

estudo, as rupturas e permanências em relação ao passado, este trabalho se apoiará na contribuição de outras disciplinas, especialmente a antropologia e a sociologia, áreas do conhecimento que mantêm uma estreita relação com o tema proposto para esta pesquisa.

Do ponto de vista temporal, situamos nossa abordagem na década de 90, do século XX, embora seja fundamental uma compreensão das transformações ocorridas nas décadas anteriores, especialmente a década de 80, para um melhor entendimento do tema. O período delimitado justifica-se por ser o de maior instabilidade política do Equador na sua história recente, com inúmeras manifestações de protestos sociais, conduzidas, em grande parte, pelas organizações indígenas em suas diferentes instâncias. Esse processo tem, por um lado, provocado modificações nas estruturas de poder do Estado, por outro, o fortalecimento da Conaie, que ora se apresenta como o principal agente político do país.

Em conformidade com os objetivos estabelecidos para o desenvolvimento da pesquisa, o estudo está estruturado em três partes, além da presente introdução.

No primeiro capítulo, procuramos delinear as características gerais do desenvolvimento histórico, político e econômico do Estado equatoriano, dentro dos marcos cronológicos que orientam nosso estudo. Identificamos o modelo equatoriano de organização estatal, realçando seus vínculos com os grupos sociais dominantes do país, bem como as relações estabelecidas entre o Estado e os grupos subalternos, particularmente os indígenas. Também tratamos, rapidamente, da estrutura fundiária implantada no Equador, principalmente com os projetos de modernização das relações sociais, econômicas e trabalhistas no campo. Apresentamos, ainda, considerações gerais sobre a política neoliberal desenvolvida no Equador entre as décadas de 80 e 90, suas motivações e suas conseqüências para o conjunto da sociedade equatoriana. E por fim, buscamos compreender o processo de constituição, organização e unificação do movimento indígena em torno da sua mais expressiva estrutura organizativa, a Conaie, entidade que irá conferir unificação e legitimidade ao movimento indígena, transformando-o em sujeito político mais respeitado pelas distintas forças sociais do país. Esse momento do trabalho objetiva, assim, apresentar uma visão global das transformações políticas, econômicas e sociais do Equador nas últimas décadas, o que

permitirá uma melhor compreensão do desenvolvimento das ações coletivas dos movimentos sociais indígenas nos anos 90 do século XX.

Em seguida, no segundo capítulo, buscaremos compreender o projeto político da Conaie, seu processo de elaboração, sua matriz teórico-conceitual e a proposta de modificação do modelo estatal, tendo como base a defesa da construção de uma organização política baseada no respeito às diferenças culturais, históricas e sociais das distintas nacionalidades do país. Denominado, pela entidade, de Estado Plurinacional, fundamenta-se numa estrutura organizativa descentralizada, permitindo, na avaliação do movimento indígena, a construção de um modelo de participação política verdadeiramente democrática.

No terceiro capítulo, concentraremos nossos esforços investigativos em torno da dimensão política expressiva da Conaie, da forma e conteúdo de suas ações. Analisaremos, em primeiro lugar, as pautas reivindicativas construídas pela entidade segundo as demandas específicas das comunidades indígenas e, a seguir, a ampliação de suas bandeiras de luta, que passam a englobar demandas mais gerais da sociedade, levando o movimento indígena a consolidar alianças com outros setores sociais e permitindo a sua constituição não apenas como um movimento de cunho étnico, mas, também, como o maior movimento de cunho popular do Equador, com a construção de uma proposta alternativa de sociedade ao modelo dominante, seja no seu arcabouço político, seja na sua estrutura econômica, propondo a edificação de um modelo de organização social assentado nos pilares da igualdade, justiça e solidariedade entre os seus membros.

Gostaríamos de destacar que o presente estudo, além de responder a demandas e expectativas alimentadas no âmbito acadêmico, busca estabelecer uma via de mão dupla com seu próprio objeto de estudo – os movimentos sociais indígenas –, uma vez que acreditamos que a recuperação histórica de um movimento social se constitui em elemento decisivo para o seu fortalecimento, possibilitando, aos seus membros, no dizer de Daniel Camacho, “se reconhecerem como herdeiros e continuadores de uma tradição”²² e, portanto, construtores da sua história e portadores dos seus destinos.

²² CAMACHO, Daniel. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WAARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Op. cit., p. 215.

CAPITULO I

1 ESTADO, ESTRUTURA ECONÔMICA E O MOVIMENTO INDÍGENA: O EQUADOR NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990

1.1 FORMAÇÃO DO ESTADO EQUATORIANO

O Estado equatoriano surge na esteira do processo geral de crise do *Ancien Régime* e da emancipação política das Américas frente a suas respectivas metrópoles. Assim como a maioria dos países latino-americanos, constituiu-se, desde o início, em um espaço de disputa entre as diferentes frações da classe dominante, tendo em vista as estratégias de manutenção e/ou ampliação do poder econômico desses grupos. Esse processo consolidou um modelo elitista de Estado que beneficiou um estreito círculo de privilegiados, política e economicamente, relegando à marginalidade a grande maioria da população. O poder do Estado tornou-se monopólio dos grandes proprietários rurais e dos comerciantes ligados ao mercado externo. Visando garantir a manutenção desse domínio e os vínculos econômicos com os países hegemônicos, estabeleceram-se rígidos limites para a ação política popular.

O Equador, assim como a grande maioria dos recém-formados Estados nacionais latino-americanos, teve sua economia voltada para o abastecimento do mercado europeu – incorporando-se ao circuito de produção e reprodução internacional do capital e aos diversos interesses mercantis e financeiros –, o que se evidencia no modelo de organização com base na produção primário-exportadora de cacau, café, banana e petróleo, produtos que, em diferentes ciclos, se constituíram em mola mestra para o “desenvolvimento” econômico do país. Essa situação ocasiona assim uma total dependência junto ao mercado externo bem como uma crônica vulnerabilidade de sua economia interna frente aos interesses do capital internacional. É nesse contexto que se dá a formação do Estado equatoriano que, como bem define Acosta,²³ se constituirá em

²³ ACOSTA, Alberto. Breve história económica del Ecuador. Quito: Corporación Editora Nacional, 2004, p. 26.

um Estado oligárquico, elitista e patrimonialista, além de importante instância de afirmação e manutenção do poder dos grupos economicamente dominantes.

Assim como os demais países da região, cujas economias se baseavam na monocultura voltada para a exportação, o Equador manteve-se vulnerável frente às oscilações conjunturais nacionais e internacionais, alternando curtos períodos de bonança e relativo dinamismo econômico com momentos de crise e instabilidade financeira, ora provocados por questões internas (problemas climáticos e ecológicos), ora por questões externas (concorrência comercial ou crises econômicas). Como consequência dessa instabilidade econômica, o país enfrenta periódicas crises políticas e sociais, marcadas pelo acirramento das disputas entre os diferentes grupos sociais.

Em linhas gerais, o Estado equatoriano foi sendo, aos poucos, estruturado, ultrapassando a fase inicial em que predominavam a “anarquia” e a “guerra civil” entre os diferentes grupos oligárquicos, passando pela fase de relativa unificação geográfica e de uma primária modernização do seu aparelho burocrático-administrativo, até se constituir como órgão centralizado, único e “legítimo” de manutenção da força coercitiva, caracterizado, como já relatado anteriormente, em importante instrumento de poder das diferentes frações da classe dominante que, ao excluir as massas da participação ativa nesse processo, impossibilita a gestação de um Estado verdadeiramente nacional e entrelaçado por sentimentos de coesão e identidade entre os seus componentes.

Apesar da unificação territorial, o Estado equatoriano apresentava divergências consideráveis entre os setores dominantes das distintas regiões.²⁴ Mesmo como esforços isolados de um ou outro governante,²⁵ o Estado equatoriano não conseguiu, efetivamente, modernizar-se nem superar o modelo econômico de caráter agro-exportador, que o tornava altamente dependente do mercado externo e de suas mudanças conjunturais, impossibilitando-o de implementar um modelo de desenvolvimento econômico dinâmico e auto-sustentável que lhe propiciasse uma maior autonomia e uma menor dependência externa.

²⁴ Como veremos, mais adiante, o Equador, em função da sua localização geográfica, apresenta três regiões distintas do ponto de vista ecológico e, conseqüentemente, de suas relações econômicas e sociais; são elas: a região costeira, a região serrana e a região oriental que compreende a região amazônica.

²⁵ Com destaque para os governos de Gabriel Garcia Moreno (1860-1875) e Eloy Alfaro (1895-1912) que, embora representassem posições políticas diferentes, tomaram iniciativas importantes para a modernização político-administrativa do Estado além de contribuírem para o avanço das atividades econômicas.

É assim, com pequenas modificações em relação às suas características originais, que o Estado equatoriano se apresenta, no final da década de 60, como uma instância de poder amplamente disputada por diferentes grupos da classe dominante, e utilizada como instrumento político com fins à manutenção ou ampliação dos seus interesses econômicos e sociais, especialmente frente aos grupos sociais subalternos. Longe de se constituir em *locus* de ampla participação política, o Estado acaba por se consolidar, no Equador, bem como nos demais países da região, como um espaço de limitado debate político, hierarquizado, excludente e voltado para assegurar a manutenção do *status quo*.

1.1.2 Processo de Modernização

É nesse contexto, de limitada participação política e de extrema dependência externa, que, no fim da década de 60, o Equador enfrenta mais uma crise econômica, desta feita motivada pelo fim do surto desenvolvimentista da banana, que entra em declínio, provocando um intenso processo recessivo, com aumento dos índices negativos na balança comercial, maior endividamento estatal e paralisia econômica generalizada.

Este quadro econômico negativo, agravado pelo crescimento considerável do clima de insatisfação popular e acrescido por uma forte onda de protestos sociais, contribuiu para aumentar a instabilidade política. Parte de setores da burguesia equatoriana passa a criticar o modelo agro-exportador, defendendo mudanças urgentes e profundas na economia, orientadas para o fortalecimento da industrialização do país. Por conta da crise de hegemonia em que se envolveram os grupos dominantes e da incapacidade dos setores liberais da “burguesia nacional” em conduzir a modernização econômica do país, é o Estado, como afirma Juan Cepeda,²⁶ sob o comando dos militares, que se instalam no poder através de um golpe, em 1963, que inicia um programa de modernização e industrialização do país.

O projeto iniciado pelos militares em 1963, e aprofundado a partir de 1972, após um curto período de restabelecimento da ordem constitucional,²⁷ caracteriza-se por ser um programa de profundas reformas estruturais que visava a modernização capitalista do país e que, como bem afirma Augusto Guarderas,

²⁶ CEPEDA, Juan J. Paz y Miño. Golpe y contragolpe. La “Rebelión de Quito” del 21 de enero de 2000. Quito: Abya-Yala, 2002, p. 82.

²⁷ Período de retorno ao poder de José Maria Velasco, velho líder populista, que vence as eleições de 1966 e permanece na presidência da República até ser deposto pelos militares em 1972.

[...] representó el esfuerzo más articulado por desplegar un modelo de “desarrollo nacional”. [...] Se puso en marcha un paquete de reformas que intentó reorientar el país hacia un capitalismo nacional bajo la égida y el protagonismo del estado, y en cuatro grandes campos: el impulso a la industrialización, la reforma agraria, la reforma del estado y la reforma tributaria.²⁸

Portanto, um projeto que além de propor um audacioso plano de reformas, entre elas a reforma agrária, culminava com o fortalecimento do Estado, que se constitui em motor central dessas mudanças.

O governo militar,²⁹ em seu segundo momento, a partir de 1972 coincide, conforme análise de Bertha Gallegos,³⁰ exatamente, com o período de exploração³¹ de importantes reservas petrolíferas na Amazônia equatoriana, o que modificará substancialmente o papel do Equador no cenário mundial. De uma posição secundária, pela ótica do capital internacional, o país passa a ocupar lugar de destaque, em função da importância estratégica do petróleo e de sua maior valorização no mercado. Este novo quadro permitirá, deste então, a entrada definitiva do Equador na rota do capital internacional, aumentando substancialmente o fluxo de recursos financeiros para o país, possibilitando um “crescimento” acelerado da economia, que irá se refletir no aumento da sua balança de exportações e na superação parcial da crise financeira, além da abertura ou maior facilitação de linhas de créditos internacionais, algo que não se verificou, com a mesma intensidade, nos ciclos econômicos anteriores (cacau, café e banana). É importante destacar que a descoberta e exploração do petróleo não foram os únicos motivos facilitadores do acesso do Equador aos créditos internacionais: esse período foi marcado pela relativa abundância de recursos financeiros no mercado mundial.³²

²⁸ GUARDERAS, Augusto Barrera. Acción colectiva y crisis política: el movimiento indígena ecuatoriano en la década de los noventa. Quito: Abya-yala, 2001, p. 78-79.

²⁹ Para uma maior compreensão desse período, ver: EGAS, José María. Ecuador y el gobierno de la Junta militar. Quito: Tierra Nueva, 1975; e CUEVA, Agustín: Del autogolpe de 1970 al nuevo régimen militar. Revista Economía, Quito: Universidad Central, n. 61, p. 32-59, 1974.

³⁰ GALLEGOS, Bertha García. Petróleo, estado y proyecto militar. Ecuador Debate, Quito: CAAP, n. 58, p. 111-133, abr. 2003.

³¹ É importante destacar que a descoberta de petróleo no Equador ocorreu na década de 50, mas, em função dos altos custos da sua exploração, as autoridades governamentais não se empenharam, de imediato, em integrar à economia do país as atividades derivadas da extração do petróleo.

³² Para uma melhor compreensão desse processo, ver: SILVA, J. Roberto F. O fluxo financeiro dentro do sistema financeiro internacional. In: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). Dinâmica da economia mundial contemporânea. São Paulo: Scor Tecci, 2003; e ACOSTA, Aberto. La lógica del capital financiero internacional. In: Vários autores. Ecuador: el reto de la economía mundial. Quito: ILDIS/ El Duende y Abya-Yala, 1991.

Nesse contexto de crescimento econômico e euforia generalizada, que assegurou aos militares uma relativa tranquilidade política, o governo propõe um pacote de reformas que buscam redefinir um modelo de desenvolvimento nacional, afirmando a necessidade de controle – ou de uma maior capacidade de intervenção – do Estado nos assuntos econômicos, com projetos diversos, especialmente obras de infra-estrutura consideradas indispensáveis ao desenvolvimento industrial.

1.1.3 A Modernização Agrícola

O novo modelo econômico, baseado no fortalecimento industrial e na destruição dos entraves ao seu desenvolvimento, tinha ainda, como um dos requisitos exigidos para que se alcançasse a desejável modernização capitalista, a aplicação de um programa de reforma agrária que objetivava transformar as estruturas tradicionais presentes no campo pela eliminação das relações de produção pré-capitalistas ainda predominantes no meio rural. Tal programa buscava também, preventivamente, atenuar os contrastes e as desigualdades sociais, preocupação que passou a integrar os projetos econômicos e sociais dos militares especialmente após a vitória dos revolucionários cubanos.³³

O primeiro plano de Reforma Agrária foi iniciado ainda em 1964 e buscava acabar com as relações de produção arcaicas existentes no campo, romper com as conservadoras estruturas produtivas e estimular melhorias nas condições de produção e acumulação de capital na agricultura. Para tanto, buscou atacar principalmente os latifúndios improdutivos e as propriedades de baixa produtividade, em particular aquelas pertencentes ao setor público e à Igreja católica. Tal projeto, apesar de contar com o apoio de setores da burguesia modernizante do Equador e, sobretudo, dos setores populares (especialmente os indígenas e camponeses), não foi aplicado em sua plenitude, em razão da forte oposição dos setores sociais mais conservadores e tradicionais do Equador. A oligarquia *terrateniente*³⁴ se opôs abertamente à Reforma Agrária – muito embora essa não representasse, objetivamente, mudanças profundas no

³³ É importante destacar que com a Revolução Cubana, alguns governos latino-americanos, incentivados pelos EUA por meio do programa “Aliança para o Progresso”, iniciaram projetos de reformas sociais e econômicas com fins a diminuir as tensões sociais, especialmente no campo, o que incluía o desenvolvimento de programas de Reforma Agrária.

³⁴ Termo utilizado para definir os latifundiários, grupo dominante, econômico e politicamente, no Equador desde a formação da República (1830).

monopólio da terra – e conseguiu limitar a implantação desse projeto. Assim, de uma forma geral, faz-se necessário concordar com Alicia Ibarra, para quem:

[...] esta reforma agraria fue limitada: en tanto se buscaba profundizar las relaciones capitalistas en el campo y la consecuente descomposición de las formas pre o no capitalistas de producción, la reforma agraria consiguió que paulatinamente éstas se fueran disolviendo [...]. Pero, todo esto fue reducido tanto en su extensión como en sus alcances, sin constituirse en una efectiva solución al problema de la tierra.³⁵

Ou seja, apesar das modificações nas formas de relação pré ou não capitalistas, com o combate sistemático às formas disfarçadas de escravidão comuns no setor agrícola, não se conseguiu alcançar uma solução definitiva para a questão fundiária, que permaneceu como fonte constante de instabilidade política e protestos sociais e uma das principais causas da luta indígena.

Gostaríamos de ressaltar que, nesse período, ainda persistia no Equador, herdadas do período colonial, diversas formas de trabalho compulsório, entre as quais se destacam: a *Concertaje*, definida por Alicia Ibarra³⁶ como uma espécie de obrigação contratual estabelecida entre o *terrateniente* e o trabalhador que redundava no endividamento progressivo deste último, que se fixava na terra, juntamente com sua família, na medida que sua dívida se transformava em hereditária; e a *Huasipungo*, que para Luis Botero,³⁷ consistia no sistema em que obrigava o trabalhador, em troca de uma parcela de terra dentro da fazenda, a prestar serviços e pagar tributos ao dono da terra. Sistemas de trabalho que levavam o indígena ao processo de semi-escravidão, trazendo danos profundos para as diversas comunidades indígenas.

Em 1972, os militares, restabelecidos no poder, aprovaram a Segunda Lei de Reforma Agrária³⁸ que, assim como a primeira, objetivava aprofundar o processo de modernização no campo mediante a eliminação definitiva das relações de produção não capitalistas, a transformação das *haciendas* em empresas e a conseqüente formação de

³⁵ IBARRA, Alicia. Los indígenas y el estado en el Ecuador: la práctica neoindigenista. Quito: Abya-Yala, 1992, p. 64.

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 35.

³⁷ BOTERO, op. cit., p. 11.

³⁸ Para uma melhor compreensão da questão Agrária no Equador, vários são os trabalhos editados, merecendo destaque os de: BARSKY, Osvaldo. La reforma agraria ecuatoriana. Quito: Corporación Editora Nacional, 1984 e VELASCO, F. Reforma agraria y movimiento campesino indigena en la Sierra. Quito: Editorial El Conejo, 1983.

uma pequena e média burguesia rural. Este programa, conforme Alicia Ibarra,³⁹ se assentava em três eixos básicos de ação: 1º) a redistribuição de terras; 2º) a modernização do campo a partir de uma grande injeção de capital e tecnologia; 3º) o fomento agropecuário de corte desenvolvimentista e produtivista. Dessa forma buscava-se converter os latifúndios em terras de exploração capitalista, transformando-os em aliados do processo de desenvolvimento do país, que deveria resultar em um futuro moderno, dinâmico e autônomo.

Na realidade, tal projeto – em seus dois momentos – limitou-se à eliminação legal das precárias relações de trabalho camponês e a uma reduzida redistribuição de terras de má qualidade, em sua grande maioria, pertencentes à Igreja Católica ou ao Estado. Contudo, conseguiu integrar a população indígena e campesina ao sistema capitalista, tornando bem sucedido o projeto burguês de acumulação e desenvolvimento do capital ao modificar ou adequar a estrutura agrária tradicional à nova realidade “modernizante” do país. Apesar de, como bem afirma Guarderas, “[...]el impacto ‘econômico’ de las reformas fue mucho menos significativo que los efectos em términos de las modificaciones en la estructura de poder rural.”⁴⁰

Dessa forma, o plano de Reforma Agrária levou a uma nova correlação de forças entre os setores dominantes, com a deterioração do Estado oligárquico controlado pelos conservadores e a ascensão de uma burguesia modernizante, que, aliada ao capital financeiro e industrial e a “setores liberais” da oligarquia *terrateniente*, passa a ser hegemônica frente à estrutura estatal. Esse momento novo de expansão das relações capitalistas no campo, ao mesmo tempo em que libera as populações indígenas dos vínculos e obrigações oriundos das relações pré-capitalistas de produção, transforma parte dos seus integrantes em trabalhadores assalariados, introduzindo princípios culturais e econômicos pautados pelo individualismo que conduziram a uma paulatina decomposição das bases sociais da economia indígena e a um acentuado processo de diferenciação social.

Em termos práticos, poucas foram as famílias assentadas pelos programas de Reforma Agrária. Segundo Osvaldo Barsky,⁴¹ no primeiro momento, de 1964 a 1966, as áreas distribuídas foram basicamente da região serrana, onde 17.018 famílias foram assentadas em 68.477,22 hectares. Esta iniciativa causou pouco impacto na estrutura

³⁹ IBARRA, op. cit., p. 68-70.

⁴⁰ GUARDERAS, op. cit., p. 79-80.

⁴¹ BARSKY, op. cit., p. 309.

fundiária, tendo em vista que, em 1974, as propriedades acima de 500 hectares, que correspondiam a apenas 2% das propriedades agrárias, abrangiam 48% da superfície agrícola do país, enquanto as propriedades com menos de 5 hectares, que representavam 66,9% do total, controlavam apenas 6,8% da superfície, o que explica o forte clima de instabilidade existente no campo, especialmente na região serrana, local de maior concentração indígena e de constantes conflitos por disputas de terra.

Além dos programas de Reforma Agrária, o Equador assistiu também, principalmente na década de 70, a um outro mecanismo de “distribuição fundiária”: o intenso avanço sobre as terras orientais do país, com a expansão das fronteiras agrícolas mediante a ocupação das terras indígenas da Amazônia, o que gerou conflitos e transformações para as comunidades indígenas dessa região. Esse processo de colonização tardia acabou distribuindo mais terras do que os programas de Reforma Agrária (conforme quadro anexo nº. 1); entre o período de 1979 a 1984, cerca de 80% das terras distribuídas se vinculavam a esse processo de expansão agrícola, atingindo 38% das famílias beneficiadas, enquanto no processo de reforma agrária foram entregues apenas 20% das terras, atingindo, no entanto, 62% das famílias assentadas. Esta discrepância entre os percentuais de terras distribuídas e famílias beneficiadas é explicada pelo fato de as terras da região oriental serem menos disputadas pela sua baixa produtividade e de se situarem longe das áreas mais populosas e de maior conflito.

Para a pesquisadora Alicia Ibarra,⁴² a penetração do capitalismo no campo atingiu com maior força as populações indígenas, os jornaleiros e trabalhadores agrícolas, além da pequena e média burguesia agrária que não pôde concorrer com os setores empresariais modernos. Tal situação provocou, entre outras conseqüências, um crescente processo migratório, caracterizado pelo intenso fluxo de camponeses e índios, em especial jovens, para os centros urbanos, em busca de emprego e melhores condições de vida.

Do ponto de vista sociocultural, o processo de modernização capitalista no campo provocou, a princípio, no que se refere às populações indígenas, a introdução de comportamentos novos nas relações sociais e comunitárias, acentuando o processo de diferenciação social, com a decomposição de suas formas de organização e a degradação dos seus valores culturais. Esta situação, como veremos, será combatida

⁴² IBARRA, op. cit., p. 65-69.

mediante a reorganização do movimento indígena e a luta pelo resgate, valorização e respeito às tradições culturais de suas comunidades.

No geral, as décadas de 60 e 70 foram períodos de intensas transformações no Equador, em todas as áreas. No campo econômico, houve, com a crise do modelo agro-exportador, o início de um processo de modernização capitalista que visava implementar o desenvolvimento industrial do país com uma política de substituição de importações, que foi favorecida pela exploração e exportação petroleira, elementos que propiciaram o aumento das divisas e a maior dinamização da economia, além de outras mudanças consideráveis em sua estrutura. Foi também um período de incremento no volume de recursos financeiros disponíveis para a ação do Estado não somente em função da exportação do petróleo, mas também da maior oferta de capitais no mercado financeiro internacional.

Do ponto de vista político, foi também um período de modificações significativas, com o declínio dos grupos oligárquicos *terratenentes* e a ascensão, especialmente, de setores liberais da burguesia urbana, em aliança com setores financeiros e grupos nacionalistas das forças militares. Foi um período em que o Estado se constituiu no principal protagonista das transformações, assumindo a direção da política econômica, tornando-se o grande agente modernizador e impulsionador do capitalismo equatoriano, além de financiador de mudanças estruturais estratégicas. Contudo, essas transformações, em que pese ao importante, mas limitado processo de industrialização, não foi suficiente para a completa superação do subdesenvolvimento equatoriano.

Em termos sociais, foi um período de intensas e conflituosas modificações. Por um lado, verificam-se mudanças entre os setores da elite dominante que ostentam a capacidade de influenciar e gerir as ações do Estado; por outro lado, assiste-se também a um aumento dos conflitos no campo e um crescimento dos movimentos urbanos – especialmente do movimento operário, favorecido pelo incremento da economia e pelo desenvolvimento industrial –, que terminam por conquistar um peso social significativo. Em suma, um período em que se “transforma las formas de organización y representación sindical que hasta entonces operaban”.⁴³ Na sequência deste processo de ampliação da capacidade de mobilização dos movimentos sociais, verifica-se a reestruturação dos organismos sindicais e a formação, em 1975, por parte de três

⁴³ LEON, Jorge; PERÉZ, J. P. Crisis y movimiento sindical en el Ecuador: las huelgas nacionales del FUT (1981-1983). In: Vários Autores. Movimientos sociales en el Ecuador. Quito: Clacso, 1986. p. 67.

importantes centrais sindicais, da Frente Unitária de Trabalhadores, que passa a coordenar as principais ações da classe trabalhadora, organizando e conduzindo seus processos reivindicativos e grevistas.

Apesar do intenso crescimento econômico, a década de 70 marcou também a origem de uma danosa crise financeira. Em função da grande disponibilidade de recursos financeiros no mercado internacional, foram contraídos volumosos empréstimos das instituições de crédito, provocando o aumento estrondoso das dívidas externas – tanto do setor público quanto do setor privado – que saltaram de 260,8 milhões de dólares em 1971 para cerca de 5,8 bilhões de dólares em 1981, elevando, no período, o percentual da relação dívida/PIB de 16% para 42%.⁴⁴ No início da década de 80, este endividamento externo irá provocar o estrangulamento da economia equatoriana. Vale lembrar que o Equador esteve longe de ser o único país latino-americano a, neste período, enfrentar os limites de ação estatal imposto pela relação da dívida com organismos de crédito internacionais. Esta situação refletia uma estratégia mais ampla dos países centrais na busca por um maior controle dos países periféricos, além de se constituir em um processo inerente à própria expansão capitalista no momento da assim chamada “mundialização do capital”.

A este quadro negativo, veio se somar, agravando ainda mais a situação da economia equatoriana, a instabilidade nos preços do petróleo, com constantes quedas em seus valores no mercado internacional, resultado da articulação dos países centrais, em particular dos EUA, que definiam novas estratégias de reordenamento do poder mundial, visando o fortalecimento global do sistema capitalista e a imposição de limites à liberdade econômica dos países pobres, de forma a atender aos interesses das nações do Norte.⁴⁵

Essa profunda crise econômica do início dos anos 1980, deve-se destacar, foi fruto não somente do aumento da dívida externa e da crise do petróleo, mas também uma consequência do modelo econômico implantado no país na década anterior, que não foi capaz de implementar mudanças radicais, em termos estruturais, que possibilitassem a dinamização e diversificação da sua economia, em particular o fomento e consolidação de um mercado interno capaz de assegurar a sua autonomia e crescimento auto-sustentável. Este quadro provocou o aumento das pressões populares,

⁴⁴ RED DE LA SOCIEDAD CIVIL, SAPRIN, CELA, U. CATÓLICA. Impactos del neoliberalismo. Una lectura distinta desde la percepción y experiencia de los actores. Quito: Abya-Yala, 2004, p. 31.

⁴⁵ ACOSTA, op. cit., p. 139.

fragilizou o poder dos militares, aumentou a instabilidade política e acabou por conduzir a importantes mudanças políticas, já que os militares resolveram “[...] reintegrar a las elites económicas a instancias importantes de decisión estatal, así como abrir el camino del retorno democrático”.⁴⁶ Como consequência, instalou-se um processo que viria a devolver, ao país, a ordem constitucional, com a abertura política e o retorno da democracia.

O primeiro passo no processo de abertura política foi dado já em 1978 com a aprovação, pelos militares, de uma nova Constituição, que visava assegurar alguns princípios de conduta político-econômica construída ao longo do processo desenvolvimentista, entre os quais a garantia de fortalecimento do modelo econômico implementado sob o controle estatal, inclusive com o predomínio do Estado em áreas consideradas estratégicas, como petróleo, telecomunicações, entre outras. A nova Carta apresentou ainda mudanças na estrutura político-eleitoral, com uma reforma que estabelecia eleições diretas para presidente, garantia de voto para os analfabetos e fortalecimento do poder executivo, além de mudanças no sistema partidário que visavam modernizar o processo eleitoral.

1.1.4 A Redemocratização

Fruto das modificações implementadas nas décadas de 60 e 70, novas forças emergem no cenário político equatoriano, provocando renovação e reestruturação dos partidos e, com elas, a criação de novas agremiações políticas. Embora divergissem das forças políticas tradicionais, na realidade, estas novas entidades não representavam um rompimento com as práticas e ações do passado e mostraram-se pouco atrativas para considerável segmento da população.

O primeiro pleito eleitoral, já sob a nova constituição, se deu em 1979 e culminou numa disputa polarizada entre a candidatura de centro esquerda encabeçada por Jaime Roldós, candidato da coalizão *Concentración de Fuerzas Populares – Democracia Popular*, e Sixto Durán Ballén, candidato da direita pelo *Partido Social Cristiano*. Estas eleições foram vencidas por Jaime Roldós, que obteve no segundo

⁴⁶ MONTÚFAR, César. La reconstrucción neoliberal: Febres Cordero o la estatización del neoliberalismo en el Ecuador 1984-1988. Quito: Abya-Yala. 2000, p. 34.

turno 68% dos votos válidos, impondo pela primeira vez uma derrota a um candidato da direita na sequência de um governo militar.

O governo de Roldós, a princípio, demonstrou interesse em aprofundar as reformas iniciadas no período anterior, buscando, no entanto, segundo César Montúfar,⁴⁷ não cometer os mesmos erros que os militares, evitando, principalmente o isolamento político que esses experimentaram em relação à sociedade civil. Assim, o recém-eleito governo apresentou um programa econômico, denominado de *Plan Nacional de Desarrollo*, que contemplava a continuação do desenvolvimento industrial, desenvolvimento rural, expansão do mercado e reforma agrária. Do ponto de vista político, visava promover o desenvolvimento das organizações populares, porém sob o controle e a direção do Estado, que deveria continuar a se constituir no principal agente de desenvolvimento econômico e social. No entanto, apesar de algumas medidas iniciais, tais propostas não foram de fato concretizadas, em função de uma série de obstáculos, entre os quais, a crise financeira que atingiu o país com a queda dos preços do petróleo, o fim dos fluxos de capitais e a forte crise da dívida externa equatoriana.

É nesse contexto de crise econômica, instabilidade política interna e forte pressão dos organismos internacionais que serão traçados novos rumos para a economia equatoriana, com a aplicação de um forte reajuste estrutural, sob a lógica da política neoliberal, que, desde meados da década de 80, torna-se hegemônica no Equador e que, a pretexto de modernizar o modelo econômico primário-exportador implantado no país nas últimas décadas, irá inspirar modificações econômicas profundas, com consequências negativas nas mais diversas áreas.

1.2 APLICAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO EQUADOR (DÉCADAS DE 1980 E 1990)

Poucas vezes no mundo uma proposta ideológica alcançou tão alto nível de globalização como o neoliberalismo. Uma proposta que, como bem afirma o economista equatoriano Alberto Acosta⁴⁸ deve ser vista como, “[...] una ideología, y no

⁴⁷ MONTÚFAR, op. cit., p. 40-47.

⁴⁸ Um dos mais respeitos economistas do Equador com vários trabalhos publicados sobre o desenvolvimento econômico do Equador, especialmente sobre a influência externa na economia nacional, tais como: ACOSTA, Alberto. La lógica del capital financiero internacional. In: Vários autores. *Ecuador: el reto de la economía mundial*. Quito: ILDIS/ El Duende y Abya-Yala, 1991. Sobre el nuevo reajuste económico: la lógica coherencia de una irracionalidad. *Ecuador Debate*. Quito: CAAP, n. 27, 1992. E, *El estado como solución*: reflexiones desde la economía. Quito: ILDIS, 1998.

simplesmente uma teoria econômica”;⁴⁹ e é sob a orientação dessa ideologia hegemônica que se assiste à aplicação, sobretudo a partir da década de 1980, de um forte ajuste estrutural que modificou profundamente a economia dos países latino-americanos, provocando não somente o aprofundamento de problemas já existentes, como também o aparecimento de outros.

Tem sido muito comum apresentar a política neoliberal e a globalização como um processo único, muitas vezes como sinônimos de um mesmo fenômeno. Tal proposição pode ser analisada como uma estratégia, utilizada pelos defensores dessa política, para confundir e legitimar seus projetos, apresentando-os como inevitáveis, irrecusáveis e, às vezes, como algo natural, próprio do devir histórico, fruto necessário do desenvolvimento do sistema capitalista, num momento em que os antagonismos, os conflitos e, por extensão, a própria história, “teriam chegado ao fim”.⁵⁰ Embora seja preciso admitir que tais fenômenos estejam, atualmente, profundamente interligados, na realidade, concordando com as reflexões do professor Luis Fernandes,⁵¹ é necessário estabelecer uma distinção entre neoliberalismo e globalização, pois, enquanto o primeiro pode ser considerado como uma proposta de política econômica orientada para a desestatização de empresas públicas, a desregulamentação de atividades econômicas e a desuniversalização de direitos, o segundo deve ser visto como um processo objetivo de integração econômica impulsionado pela expansão global do capital, materializado em realizações muito concretas como rotas de comércio, linhas de transporte e comunicação, etc. Nesse sentido, enquanto a globalização pode ser encarada como um processo objetivo e até mesmo irreversível, as proposições liberalizantes devem ser entendidas como uma opção política subjetiva, plenamente passível de reversão ou superação.

Embora os princípios neoliberais não se constituam uma novidade histórica, já que suas raízes remontam ao próprio liberalismo, somente nos finais da década de 70 e, mais precisamente, na década de 80, é que tais princípios irão se cristalizar num projeto de ação política e econômica que se tornará hegemônico em nível mundial, frente não somente a mais um ciclo de recessão, como também a uma das mais profundas crises enfrentada pelo capitalismo.

⁴⁹ ACOSTA, op. cit., p. 157.

⁵⁰ Celebre declaração feita pelo norte-americano Francis Fukuyama, em 1989, para quem a história havia chegado ao seu fim e que os países do mundo se juntariam ao redor de um sistema político e econômico construído sob os mesmos princípios, o da doutrina neoliberal.

⁵¹ FERNANDES, Luiz. A globalização e a atualidade da questão nacional. Disponível em: <<http://www.eduquenet.net>>. Acesso em: jan. 2004.

O contexto é a crise do petróleo de 1973, seguida por uma longa recessão durante a década de 80, que aumentou o endividamento dos países periféricos e acabou por trazer danos profundos ao sistema capitalista. Diferentemente das crises anteriores, a crise atual, iniciada na década de 70, se apresenta como estrutural em função de alguns fenômenos básicos que constituem suas principais formas de expressão: 1) redução progressiva das taxas de crescimento econômico, sugerindo uma tendência à estagnação; 2) desemprego massivo e estrutural, que decorre tanto dos baixos ou nulos índices de crescimento, quanto do avanço da produtividade do trabalho nas condições do capitalismo; 3) instabilidade monetária mundial, que se desdobra em recorrentes crises cambiais e financeiras; 4) declínio, relativo, do poderio econômico dos EUA, com o aumento da rivalidade entre estes a Europa e o Japão.⁵²

Em resumo, o sistema capitalista teria entrado em uma longa fase de decadência, caracterizada por uma perigosa estagnação e recessão econômica, que não pode ser vista como uma situação momentânea, mas como uma tendência que foi se consolidando paulatinamente, ao longo do final do século XX, com a redução das taxas de crescimento e a elevação dos níveis de desemprego,⁵³ e se intensificou a partir da expansão do capital financeiro em sua versão especulativa, o que provocou inúmeras crises em diversas regiões do mundo.

É nesse contexto que o projeto neoliberal se consolida, especialmente nos países em desenvolvimento, como uma estratégia de abertura e conquista de mercados pelo grande capital dos países centrais que, utilizando a supremacia política, procura obrigar os demais países a dismantelar os seus instrumentos fundamentais de soberania e proteção nacional.

Entre as premissas básicas da teoria neoliberal está a acusação, por parte dos teóricos dessa doutrina, de que o Estado do bem-estar social, ou o Estado Keynesiano, cuja implantação se fortalece após o fim da Segunda Guerra, é o principal responsável pela atual crise do capital, seja pela sua excessiva interferência no mercado, seja pela

⁵² Para maior compreensão ver: NOGAMI, Otto. A crise internacional da dívida. In: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). Dinâmica da economia mundial contemporânea. São Paulo: Scor Tecci, 2002; IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. IANNI, Octavio. Era da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. PETRAS, James. Ensaio contra a ordem. São Paulo: Páginas Abertas, 1995; WALLERSTEIN, Immanuel. Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos. Madri: Akal, 2004; CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1; HOBBSBAWM, Eric. A era dos extremos (o breve século XX: 1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵³ Processo que não ocorre em função de uma crise econômica passageira, mas sim como consequência do próprio desenvolvimento capitalista que, com o avanço tecnológico (mecanização e automação), torna obsoletas certas indústrias e profissões, provocando a diminuição do número de trabalhadores.

sua incapacidade de controlar as classes trabalhadoras, cedendo a suas reivindicações e diminuindo, assim, as margens de lucro dos capitalistas. A solução preconizada é a total liberação do mercado, a retração das funções do Estado, o desmantelamento e a privatização de suas agências econômicas em favor do indivíduo livre no mercado global, possibilitando, conforme o professor Marcos Del Roio, “[...] uma inversão do discurso do período anterior, no qual o Estado era valorizado, aparecendo como principal instrumento de combate à crise e de proteção do capital”.⁵⁴ Na prática, no entanto, o Estado tem sido peça fundamental na aplicação da política neoliberal, sendo, inclusive, contraditório ao discurso utilizado, repetidamente, como instrumento de salvação para grupos dominantes em dificuldades financeiras, a exemplo de banqueiros e empresários endividados.

A política neoliberal defende a implantação de uma série de medidas que, segundo os seus idealizadores e defensores, visa corrigir as imperfeições da economia, modernizando-a, tendo como princípios básicos os seguintes pontos: desregulamentação das atividades econômicas; liberalização do comércio e dos investimentos internacionais; flexibilização das leis trabalhistas; redução do Estado, ponto já comentado, com a reestruturação dos gastos públicos e uma profunda política de privatização das empresas públicas.⁵⁵

Na década de 80 estarão dadas as condições objetivas para a implantação da política neoliberal: em primeiro lugar, em função da crise econômica mundial; em segundo lugar, pelo controle do poder de Estado, nos EUA e na Inglaterra, por parte de governos conservadores e defensores ideológicos do livre mercado (Reagan e Thatcher). Utilizando-se de sua posição, esses países exerceram destacado papel na aplicação da política neoliberal, seja por intermédio de atos diretos dos seus governos, seja pelas imposições ditadas às instituições financeiras internacionais, a exemplo do FMI e do Banco Mundial, que atuaram decisivamente para a consolidação dos princípios neoliberais como hegemônicos em grande parte dos países capitalistas, especialmente entre aqueles com maiores dificuldades econômicas, que passaram a ter a possibilidade de obtenção de ajuda financeira condicionada à implementação da política neoliberal.

É importante destacar que, por trás da proposta de ajuste da economia defendida pelos teóricos neoliberais como a única forma de se reduzir a inflação e assegurar um

⁵⁴ DEL ROIO, Marcos. Globalização e estado nacional. Disponível em: <<http://www.forum-global.de>>. Acesso em: nov. 2005.

⁵⁵ CASTELLS, op. cit., v. 1; ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, O. (Org.). Pós-neoliberalismo: as práticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

crescimento econômico de longo prazo, estava o interesse de impor uma maior integração dos países periféricos ao novo reordenamento da economia mundial, assegurando, aos países centrais e suas empresas, maior liberdade de acesso aos mercados dos países periféricos e, conseqüentemente, maiores possibilidades de lucros.

1.2.1 Os primeiros governos neoliberais

Na América Latina, os postulados da política neoliberal, resumidos na expressão “Consenso de Washington”,⁵⁶ tiveram no Chile, durante o governo do ditador Augusto Pinochet (1973-1989), a sua primeira experiência, que foi, posteriormente, adotada por diversos governos, graças, em grande parte, às fortes pressões oriundas de Washington.

No Equador, o processo de aplicação de ajustes estruturais, imposto pelos organismos internacionais, terá no governo de Osvaldo Hurtado Larrea⁵⁷ (1981-1984) o seu precursor. Tal processo emerge num contexto marcado por uma forte crise financeira, provocada pelo aumento da dívida externa e por um brusco desequilíbrio da balança comercial equatoriana, consequência da queda do preço do petróleo; esta conjunção de indicadores negativos na economia do país contribuiu para o aumento dos protestos e das pressões dos diferentes setores sociais.

Embora, inicialmente, tenha tentado dar continuidade ao processo de modernização econômica inaugurado pelos militares, com base no desenvolvimento industrial, Hurtado, em função do agravamento da situação econômica, modificou sua posição, acabando, conforme César Montufar,⁵⁸ por ceder às imposições do capital financeiro internacional e aplicando um programa de estabilização empenhado em reduzir os gastos públicos, controlar a inflação e melhorar o saldo negativo da balança de pagamentos. Ao cumprir este receituário, o governo Hurtado esperava superar as dificuldades financeiras em que se encontrava mergulhado o Estado equatoriano.

Com uma postura centralizadora – e muitas vezes autoritária –, o governo de Hurtado, sob a orientação do FMI, logo impôs medidas consagradas pelo “consenso de Washington”, como a abertura comercial e a forte desvalorização da moeda nacional, o sucre.⁵⁹ Porém, numa clara posição de contradição em relação à retórica dos teóricos neoliberal, o Estado equatoriano – que, a seguir o discurso propagado, deveria ser reduzido ao mínimo possível e deixar de interferir especialmente nas relações do

⁵⁶ Denominação dada informalmente ao conjunto de reformas econômicas consideradas essenciais para a superação da crise econômica vivida pela América Latina a partir da década de 80. Tais medidas foram definidas em um encontro realizado em Washington, em novembro de 1989, que reuniu representantes do governo norte-americano, do FMI e do Banco Mundial, e que na realidade apresentava a defesa dos princípios neoliberais como única alternativa para a superação da referida crise.

⁵⁷ Que, como vice-presidente, assume a presidência no lugar do titular Jaime Roldós, morto em acidente aéreo em maio de 1981.

⁵⁸ MONTÚFAR, op. cit., p. 45.

⁵⁹ Moeda nacional criada em janeiro de 1895, cujo nome foi uma homenagem a Antonio Sucre (1795-1830), considerado um dos principais líderes do processo de independência.

mercado – se constituiu no elemento determinante da nova estratégia econômica do país e na tábua de salvação para os principais grupos capitalistas. Essa posição se tornou explícita quando o Estado converteu, para valores em sucre, as dívidas externas contraídas em dólar por grupos privados e, a seguir, se compromete a receber, dos devedores equatorianos, em moeda nacional, e a efetuar pagamentos, aos credores internacionais, em dólar. Solução extremamente vantajosa para os grupos privados, que tiveram suas dívidas reduzidas em função das constantes desvalorizações do sucre frente ao dólar. Em termos práticos, o resultado final de tal operação foi que quase toda dívida do setor privado transformou-se em dívida do setor público.⁶⁰

Apesar de tímidas, as medidas tomadas pelo governo de Hurtado – que não gozava de legitimidade e respaldo político entre diferentes segmentos sociais, inclusive entre setores da classe dominante – foram, em parte, suficientes para arcar com os custosos serviços da dívida externa, reduzindo o déficit fiscal mediante a diminuição dos gastos públicos destinados aos programas sociais e aumentando o ingresso de recursos financeiros por meio da implantação de novos impostos e da elevação das tarifas dos serviços públicos, dos preços dos combustíveis e dos derivados do petróleo.

O processo eleitoral de 1983 trouxe de volta ao poder, no Equador, as forças mais conservadoras, desta feita unificada em torno da Frente de Reconstrução Nacional, que apresentou como candidato à presidência da República o empresário de sucesso e o maior líder oposicionista ao governo de Hurtado, Leon Febres Cordero (1984-1988). O governo de Febres Cordero, declaradamente favorável à abertura e liberalização da economia, notabilizou-se, para César Montúfar,⁶¹ como o mais dedicado na aplicação dos postulados do neoliberalismo e o que mais claramente deixou exposta a contradição entre o discurso teórico e a prática efetiva dos defensores dessa doutrina. Em que pese, na campanha ter mantido uma retórica neoliberal e uma posição antiestatal, o seu governo implementou os maiores incrementos nos investimentos estatais voltados para as atividades produtivas privadas, na prática reforçando a importância do Estado como

⁶⁰ Esse processo denominado de sucetização das dívidas – numa prova clara da importância do Estado para os grupos privados – determinou que, a partir de 1983, a quase totalidade da dívida externa do setor privado se convertesse, de forma indiscriminada, em dívida do setor público, possibilitando um grande aumento das dívidas do Estado e um alívio para certos setores privados. Mais informações, ver: UQUILLAS, Emilio. La conversión de la deuda externa privada ecuatoriana, desde una perspectiva financiera, *Banco Central, cuestiones económicas*, n. 18. Quito: Banco Central, 1991; ACOSTA, Alberto. *Los nombres de la deuda* – sucetizadores, canjadores y tenedores –, estudio introductorio. Quito: Grupo de Trabajo sobre Deuda externa y Desarrollo (Fondad), 1994.

⁶¹ MONTÚFAR, op. cit., p. 58.

instância reguladora da economia, desde que tal atuação se mostrasse favorável aos interesses dos grupos dominantes.

Uma característica marcante do governo de Febres Cordero foi a tentativa de descaracterizar a dimensão política da atuação do Estado, apresentando o projeto de reestruturação econômica como iniciativa desprovida de ideologia e de interesses político-partidários. Para Febres Cordero, a crise no processo de modernização e desenvolvimento econômico do Equador tinha origem justamente na ingerência da política e das ideologias na definição das funções e ações do Estado.

Firme na adoção de políticas liberalizantes, o governo de Febres Cordero, entre outras medidas, flexibilizou a economia, realizou uma maior abertura comercial e permitiu reajustes nos preços de produtos e nas tarifas dos serviços públicos, com o objetivo de garantir o pagamento dos serviços da dívida com os credores internacionais, mesmo que penalizando, ainda mais, a população de baixa renda. Além disso, o Estado, de forma contraditória à retórica dominante, alternava o ajuste econômico e a implantação de políticas neoliberais com uma forte presença estatal, sempre a serviço dos interesses dos grupos dominantes aliados, assumindo seus problemas e perdas econômicas, que passaram a ser socializadas com toda população, confirmando a opinião de Augusto Guarderas, para quem apesar “del los discursos antiestatales, los grupos de poder económico requieren de su control para imponer los cambios en la economía”.⁶²

Assim, Febres Cordero conclui sua gestão, como bem resume Alberto Acosta,⁶³ deixando o país com altíssimos índices inflacionários, um saldo extremamente negativo nas reservas monetárias internacionais, inclusive decretando a moratória na dívida pública externa, uma imagem de corrupção generalizada em todos os níveis, uma sensação de insegurança em amplos setores sociais e um crescimento assustador dos níveis de miséria em todo o país.

O Equador chega ao fim da década de 80 tendo à frente de seu governo o social democrata Rodrigo Borjas Cevallos (1988-1992) que, embora tenha chegado à vitória eleitoral exibindo uma retórica de esquerda que criava grandes expectativas entre a população, terminou por, ao assumir o poder, adotar uma postura conservadora. Tal conservadorismo se tornou evidente já na montagem de sua equipe de governo, na qual pontificavam, na área monetária, pessoas ligadas ao grande capital financeiro, algumas

⁶² GUARDERAS, op. cit., p. 104.

⁶³ ACOSTA, op. cit., p. 177.

inclusive remanescentes do governo anterior. Fato comum entre os governantes que assumiram a direção de um país envolvido em graves crises econômicas, Rodrigo Borjas pôs em vigência um *Plano de Emergência Econômica Nacional* que, a grosso modo, objetivava derrotar a inflação, controlar os gastos públicos, retomar o crescimento econômico, mediante o aumento do saldo da balança comercial e o fortalecimento das reservas monetárias internacionais, além de possibilitar a renegociação da dívida externa e a recuperação da credibilidade na política econômica do país.

Seguindo as recomendações indicadas pelo Fundo Monetário Internacional, o governo de Borjas adotou uma série de medidas de cunho tributário, fiscal e comercial, todas elas justificadas por um discurso que as afirmavam como absolutamente inevitáveis tendo em vista a urgente necessidade de se reduzir a inflação, atenuar as distorções nos preços dos produtos e serviços, eliminar os atrasos nos pagamentos ao exterior e estabelecer novas bases para alavancar as taxas de crescimento econômico do país. O governo conseguiu, em menor ou maior grau, conforme Galo Viteri Díaz,⁶⁴ fazer com que tais medidas fossem efetivadas, com destaque especial para aquelas dirigidas à área fiscal, que redundaram num incremento nos preços das tarifas elétricas e de telefonia, no ajuste mensal dos preços domésticos dos derivados de petróleo e no maior controle dos gastos públicos, além de promoverem mudanças no setor produtivo, em especial no setor petroleiro, que abririam novas possibilidades para o capital estrangeiro, objetivando atrair investimentos e inovações tecnológicas.

Apesar do êxito conseguido em alguns pontos do Plano, a situação econômica da maioria da população equatoriana se agravou; os indicadores dos níveis de miséria, indigência, desnutrição e desemprego alcançaram índices altíssimos, graças à deterioração da renda da população que, com a redução dos salários, alcançou os valores reais mais baixos desde 1980.⁶⁵ Essas condições foram agravadas pela persistente alta inflacionária que corroía, dia após dia, os rendimentos da classe trabalhadora e terminou por gerar fortes protestos, em especial do movimento indígena que, ao longo da década de 90, realizou a mais vigorosa manifestação de oposição à

⁶⁴ DÍAZ, Galo Viteri. *Las políticas de ajuste Ecuador 1982-1996*. Quito: Corporación Editora Nacional, 1998, p. 67.

⁶⁵ A partir de 1980 existe, com base na redução dos salários reais, uma deterioração crescente da renda familiar, ao passar de cerca de U\$200 dólares em 1980 para U\$150 em 1984, chegando a atingir U\$79 dólares em 2000. Conforme. RED DE LA SOCIEDAD CIVIL, SAPRIN, CELA, U. CATÓLICA. *Impactos del neoliberalismo*. Una lectura distinta desde la percepción y experiencia de los actores. Quito: Abya-Yala, 2004, p. 78.

política econômica adotada pelos sucessivos governos equatorianos. Essa mobilização transformou o movimento indígena no principal oponente das políticas neoliberais postas em prática no Equador nos últimos anos, objeto central deste estudo e que será analisado mais detalhadamente nos próximos capítulos.

A década de 80 pode ser caracterizada por dois movimentos antagônicos: por um lado, o fim do modelo de desenvolvimento econômico implementado a partir da década de 70, baseado na substituição de importações a ser obtida mediante o desenvolvimento industrial e a modernização capitalista resultantes da ação coordenadora do Estado; por outro lado, o início de um período de reformas políticas e econômicas baseadas na estabilização financeira sob o norte dos princípios neoliberais, com o desenvolvimento de políticas voltadas para a abertura comercial e para a reestruturação produtiva orientada para o mercado externo, objetivando, desta forma, restabelecer o equilíbrio e a estabilidade econômica do país. Essa nova orientação conduziu a resultados efêmeros, em termos econômicos, demonstrados no baixo crescimento do PIB e pela altíssima vulnerabilidade econômica do Equador frente ao capital financeiro especulativo.

Na década de 90, essas mudanças serão aprofundadas com a introdução de reformas estruturais que visavam consolidar e fortalecer a política neoliberal iniciada na década anterior. Desde o fim do mandato de Rodrigo Borjas Cevallos, foram, ao todo, cinco governantes – Sixto Duran Ballén (1992- 1996), Abdalá Bucaram Ortiz⁶⁶ (1996-1997), Fabián Alarcón Rivera (1997-1998), Jamil Mahuad Witt⁶⁷ (1998-2000) e Gustavo Noboa Bejarano (2000 – 2001) – que, em maior ou menor medida, optaram por aprofundar as reformas neoliberais. Tal opção, constata-se agora, acarretou o agravamento da já fraca economia equatoriana e piorou, ainda mais, as condições de vida da maioria da população do país.

1.2.2 Saldo da política neoliberal

O conjunto de medidas adotadas pelos diferentes governos equatorianos, nas décadas de 80 e 90, seguiu o reajuste estrutural indicado/imposto pelos organismos internacionais, sob o signo do neoliberalismo (com destaque para a política de abertura econômica, flexibilização financeira e comercial, reestruturação do aparato estatal,

⁶⁶ Que, como veremos no capítulo III, teve o seu mandato interrompido apenas seis meses depois da sua posse, alvo de duros protestos populares, especialmente liderados pelo Movimento Indígena.

⁶⁷ Governo que teve o mesmo fim do seu antecessor, impedido de continuar o seu mandato em função dos protestos sociais, e que também será trabalhado no capítulo III.

privatização e redução dos gastos públicos e flexibilização das leis trabalhistas) e foi justificado sob o argumento de que a modernização econômica era a única solução para as graves e crônicas crises da economia do país. Contudo, o receituário neoliberal acabou, na realidade, deixando um rastro de destruição e declínio econômico, que se refletiu no aumento das mazelas sociais nas mais diversas áreas.

O projeto neoliberal conseguiu se tornar hegemônico nos diversos governos do Equador, mesmo naqueles cujos titulares eram portadores de um discurso antiliberalizante, como no caso de Rodrigo Borjas. Assim, no geral, conforme estudo realizado por Samuel A. Morley e Roberto Machado, o Equador atingiu, na aplicação da política neoliberal, uma média equivalente à média geral dos países da região, superando inclusive, em alguns itens, os países vizinhos.⁶⁸

Sob o argumento de disporem das alternativas capazes de retirar o país da persistente crise econômica que o atingia, e identificando a ação estatal, em sua excessiva capacidade de intervenção na vida econômica e nos mercados, como a origem desta crise, os defensores da doutrina neoliberal, preconizando a necessidade de modernização da economia do país, adotaram uma série de medidas, entre as quais a abertura comercial, que, segundo eles, permitiria o aumento das exportações e importações. Contudo, essa medida ajudou também a provocar constantes déficits na balança comercial equatoriana, em função, especialmente, da fragilidade da economia do país, que se assentava sobre a produção de artigos primários e contava com uma limitada produção industrial, incapaz de concorrer no mercado internacional com os bens produzidos nos países centrais. Ao invés de produzir a alardeada modernização econômica, a abertura comercial terminou por fortalecer os laços de dependência externa do país.

Aliado à abertura econômica, implementou-se também a flexibilização financeira, que pode ser compreendida como um conjunto de medidas econômicas, legais e institucionais, adotadas com o propósito de minimizar ou eliminar os controles e regulações estatais na área financeira. Essa medida culminou com a abertura das fronteiras e a eliminação das restrições ao livre fluxo de capitais, sob o argumento de atrair novos investimentos estrangeiros e equilibrar, desta forma, a balança de pagamentos. A determinação em implementar esta flexibilização financeira levou os

⁶⁸ MORLEY, Samuel A.; MACHADO, Roberto. Indexes of structural reform in Latin América. Serie reformas Económicas. Santiago do Chile: Cepal, 1999. Apud ACOSTA, op. cit., p. 205.

governos de Jamil Mahuad Witt e de Gustavo Noboa Bejarano a estabelecerem a dolarização da economia, posição considerada extrema num processo de abertura econômica. Apesar de ter favorecido o fluxo, em algumas áreas, de investimentos produtivos, no geral tais investimentos eram conduzidos por grupos estrangeiros que ampliaram seu controle sobre a economia equatoriana e sua capacidade de dela extrair vantagens crescentes, num sistema predatório e que se revelou extremamente danoso à economia do país. Além disso, o volume maior de capital estrangeiro era dirigido para fins especulativos e não geraram, concretamente, benefícios para a economia nacional. Pelo contrário, tornaram-na ainda mais vulnerável aos humores do mercado e, em função do endividamento externo, ainda mais dependente das determinações ditadas pela comunidade financeira internacional.

Um dos pilares centrais da doutrina neoliberal – a redução da capacidade de intervenção do Estado no âmbito da economia – foi acolhido, nas iniciativas adotadas pelos governos equatorianos, pela busca sistemática de privatizar⁶⁹ setores (serviços e empresas) até então sob o controle do Estado, sob o argumento, mais uma vez, de “modernizar” o Estado reduzindo os seus gastos.

Além da retração da atuação do Estado em setores essenciais da economia, verificou-se também uma redução dos investimentos nas áreas sociais, como educação (que reduziu os investimentos anuais de 23,9% do PIB em 1982 para 19,8% em 1996) e saúde (redução de investimentos anuais de 6,9% do PIB em 1982 para atingir 3,4% em 1996). Essas diminuições nos recursos aplicadas pelo Estado em educação e saúde afetaram principalmente os investimentos em equipamentos, infra-estrutura e remuneração dos funcionários públicos.⁷⁰

Paradoxalmente, a retórica neoliberal a favor da redução e da ausência do Estado e da afirmação da capacidade auto-reguladora do mercado foi, por várias vezes, ignorada nos momentos em que a ação estatal foi requisitada para salvar grupos privados poderosos – com destaque para os banqueiros, que obtiveram, por diversas vezes e em diferentes governos, ajuda financeira do setor público⁷¹ – o que provocou imensos desfalques nos cofres do Estado, como bem demonstram os inúmeros casos

⁶⁹ Muito embora para estudiosos do tema como Augusto Barrera Guarderas, “o núcleo central das reformas não tenha sido a privatização das empresas públicas, mas sim a desregulação do sistema financeiro e a transferência de recursos estatais para as mãos do setor privado – mediante mecanismos como a sucretização e ajuda financeira a bancos em dificuldades”. GUARDERA, op. cit., p. 105.

⁷⁰ DÍAZ, op. cit., p. 195-197.

⁷¹ Processo que segundo Acosta, representou, somente para o ano de 1990, o investimento de cerca de 30% do PIB. “[...] una de las mayores cifras registradas a nivel mundial. In: COSTA, Alberto. Breve história económica del Ecuador. Quito: Corporación Editora Nacional, 2004, p. 214.

registrados, sobretudo na década de 90.⁷² Na realidade, ao passo que as medidas de reajuste estrutural iam sendo aplicadas (abertura comercial, flexibilização financeira e trabalhista, entre outras), foi sendo aprofundado o uso do Estado para benefício de um seleto grupo próximo ao poder, contrariando os pressupostos elementares do discurso neoliberal. Em outros termos, a diminuição da interferência do Estado nos assuntos econômicos somente se efetivou plenamente quando se tratou de fazer com que os grupos sociais menos favorecidos, e com menor capacidade de ação política, arcassem com as conseqüências derivadas da implementação dos postulados neoliberais.

Ao longo das duas últimas décadas do século XX, o Equador realizou esforços para sustentar uma relação harmônica – para não dizer subserviente – com o sistema financeiro internacional. Aliás, o principal objetivo e motivação da aplicação dos programas de estabilização e reajuste estrutural foi o de criar condições e garantias para o cumprimento dos serviços da dívida. Dívida essa, em parte, responsável por grande parte das debilidades que caracterizam a economia equatoriana, que fragilizou o sistema produtivo do país, aumentando seu grau de dependência e subserviência para com os países centrais.

A despeito da presença hegemônica dos princípios da política neoliberal norteando os programas de gestão do Estado, da aplicação do receituário estabelecido pelo “consenso de Washington”, e da significativa remessa de recursos para os organismos credores internacionais, como parte do pagamento dos serviços de sua dívida, o Equador não conseguiu diminuí-la. Ao contrário, ela continuou, nesse período, a aumentar consideravelmente, saindo em 1980 de um valor de U\$ 4,6 bilhões para chegar ao final de 1999 ao valor de 16,2 bilhões de dólares, multiplicando por quatorze vezes o seu valor.⁷³

Todos esses fatores influíram negativamente na estrutura produtiva, impossibilitando um desenvolvimento auto-sustentável; não apenas não foram alcançados os objetivos de modernização e desenvolvimento econômicos como, ao contrário, verificou-se uma retração da capacidade produtiva em comparação com os dados referentes à década de 70. Nesse sentido, todos os indicadores apresentam um balanço negativo, com destaque para a redução do número de empregos na indústria e

⁷² Para uma maior compreensão desse processo, ver, entre outros: NÚÑEZ, Jorge. Los orígenes de la bancocracia. In: Varios Autores. Bancos y banqueros. Quito: Editorial El Conejo, 1999, p. 25-45.

⁷³ ACOSTA, op. cit., p. 354-355.

do número de empresas no país, especialmente as de pequeno e médio porte que, incapazes de concorrer com as empresas estrangeiras, sofreram diretamente o impacto da abertura comercial.

A flexibilização das leis trabalhistas, mais uma das medidas inspiradas pela política neoliberal, agravou, ainda mais, a situação da classe trabalhadora, que teve de conviver num ambiente econômico recessivo – refletido no aumento dos índices de desemprego – que se tornava ainda mais ameaçador em função da retirada de inúmeros direitos trabalhistas e sociais. As fórmulas apresentadas por sucessivos governos como mecanismos capazes de gerar a dinamização da economia e a geração de novos empregos provocaram, na realidade, o aumento no número de desempregados e de trabalhadores informais, estes últimos, aliás, excluídos do acesso a direitos essenciais, como, entre outros, o seguro social.

A economia equatoriana passou a ser caracterizada pela expansão do chamado desemprego estrutural, ausência de postos no mercado de trabalho originada não por crises temporárias, mas por problemas estruturais da economia do país. Este desemprego estrutural provocou a limitação da capacidade de ação e mobilização dos organismos de classe dos trabalhadores – com o enfraquecimento do movimento sindical, eles se tornaram mais vulneráveis às imposições dos empregadores. Um dos momentos cruciais deste processo foi o ano de 1989, quando foram implantadas reformas que limitaram o direito de greve e de organização coletiva, disciplinaram a força de trabalho, facilitaram o caminho para o aumento da sobreexploração e contribuíram para o agravamento das condições de vida dos trabalhadores.

Assim, podemos perceber que, apesar de toda retórica construída pelos defensores neoliberais, na tentativa de justificar tal política – tida como única solução para superação da crise econômica do país, tornando-o moderno e desenvolvido –, na realidade o que temos é o agravamento da conjuntura econômica, com aumento da dependência externa, deterioração das condições de vida da população e crescimento do número de indivíduos vivendo em nível de pobreza absoluta.

No que se refere às conseqüências das políticas adotadas nas décadas de 80 e 90, entre a população e os trabalhadores do meio rural, especialmente nas comunidades indígenas, os resultados não foram diferentes, de um modo geral, pode-se dizer que, grande parte da população indígena, anteriormente organizada com base em uma economia de subsistência e em relações sociais pautadas pelo princípio da reciprocidade, viu-se, com a abertura e modernização da economia, forçada a integrar-

se, ainda mais, às leis do mercado e às relações de caráter comercial com base na concorrência e na disputa individual. Os resultados desta integração forçada refletiram nas produções simbólicas dos indígenas, que passaram a redefinir seu imaginário, a enfrentar as ameaças de enfraquecimento dos laços de solidariedade comunitários e das suas instituições e culturas tradicionais.

Assim, a ameaça trazida pela imposição de integração à economia de mercado provocou, como reação, um vigoroso processo de ressignificação cultural – estruturado com a organização, fortalecimento e ampliação das organizações indígenas – que transformou a categoria “indígena” em uma forte referência identitária que, desde então, passou a condensar as aspirações e desejos das comunidades. Este processo levou, nos últimos anos, à consolidação da capacidade de intervenção das organizações indígenas sobre todos os espaços políticos, configurando-as, como veremos nos próximos capítulos, como o principal agente político e social do Equador nos últimos anos.

1.3 A POPULAÇÃO INDÍGENA E A FORMAÇÃO DA CONAIE

1.3.1 Diferenças geográficas e culturais

No geral, é dentro de um contexto amplo e complexo que se tem o desenvolvimento do movimento indígena equatoriano, fomentado por conflitos advindos de demandas diversas, seja de caráter cultural, histórico-social, econômico e também político, que vem trilhando um percurso de grandes conturbações, de derrotas, mas também de muita resistência. Um movimento que, apesar das semelhanças de fundo cultural, não pode ser visto como homogêneo, pois, apesar de centrado em um forte cunho identitário e de lutar, principalmente, pelo direito a expressar livremente as suas tradições culturais e históricas, o que representa entre outras coisas a defesa dos seus territórios, está situado em diferentes regiões do país, tendo desenvolvido relações igualmente distintas com o conjunto da sociedade e apresentado, no plano concreto, demandas diversas. Portanto, para um entendimento mais preciso do processo de organização e das formas de expressão do movimento indígena equatoriano, é necessário termos, inicialmente, uma compreensão mínima das diferentes regiões e das respectivas populações indígenas atualmente estruturadas nesse país, o que tem levado conseqüentemente – apesar das reivindicações comuns – à formação de demandas e mecanismos de lutas, muitas vezes, distintos entre as comunidades indígenas.

O Equador apresenta, do ponto de vista geográfico e ecológico, três regiões distintas.⁷⁴

A região da Costa, local de maior concentração populacional, abriga cerca de metade da população do Equador e possui os maiores centros urbanos e financeiros do país. Conta com uma economia baseada, principalmente, na produção de artigos voltados para a exportação, especialmente, o cacau, a banana e o café, cultivados sob a lógica do sistema monocultor e do sistema do trabalho assalariado, usado em larga escala, caracterizando-se ainda pelo predomínio, no sistema fundiário, de grandes e modernas empresas agrícolas.

A região serrana, local de maior densidade da população rural e concentração indígena do país, situada entre duas cadeias das cordilheiras dos Andes, cujas características geoclimáticas, impróprias para a produção de mercadorias tropicais, de maior interesse para a exportação, teve o seu desenvolvimento econômico voltado para a produção de artigos destinados ao abastecimento do mercado interno, tendo na mão-de-obra indígena a principal força de trabalho, utilizada, durante muito tempo, em diversos sistemas de trabalho. Esta região apresenta uma organização fundiária dividida entre terras comunais, pertencentes às comunidades indígenas, utilizadas, em grande parte de forma coletiva, constituindo-se, atualmente, como insuficientes para comportar o conjunto da população nativa da região, e áreas pertencentes aos *terratenientes* (latifundiários) que controlam as maiores extensões e as melhores terras da região. A Serra se constitui, historicamente, em uma área de grande tensão social, situação que tem provocando, ao longo dos anos, inúmeros conflitos, sobretudo pela disputa agrária.

A região Oriental, formada pela Amazônia, apesar de representar cerca de 46% da superfície total do país, abriga baixos índices populacionais. Caracteriza-se por uma economia extrativista, cujos principais produtos explorados são: o petróleo, a borracha, a madeira e a Palma Africana.⁷⁵ Diferente das demais regiões que rapidamente foram incorporadas ao sistema econômico ocidental, a região oriental se manteve, até pouco tempo, parcialmente isolada do restante do país, modificando-se a partir da década de 60, com a descoberta de ricas jazidas de petróleo, que, com o início da sua exploração, provocou uma rápida e danosa integração à economia nacional. Esta situação tem trazido, desde então, profundas modificações para as populações nativas, causando a perda de parte dos seus territórios e, com isso, a modificação e/ou destruição dos valores culturais, das suas tradições históricas e das suas relações sociais e econômicas.

⁷⁴ Conforme informações baseadas nos estudos de: GÓMEZ, E. Nelson. Transformacion del espacio nacional: pasado y presente del Ecuador. Quito: Ediguías, 1999 e ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. São Paulo: Terceiro Mundo, 2000.

⁷⁵ Planta originária da África Oriental, de grande valor comercial, especialmente utilizada na produção de alimentos e produtos medicinais, entre outros. Introduzida na América no final da década de 1970 e explorada por grandes empresas transnacionais, foi apresentada como solução para o endividamento de muitos países americanos, entre os quais o Equador. Apesar da grande utilidade em diversas áreas, a Palma Africana tem provocado graves problemas sociais e ecológicos, pois, para ser viável economicamente, exige que o plantio seja feita em grandes áreas e de forma extensiva, provocando o desflorestamento de grandes regiões, utilização de produtos químicos, contaminação do solo e, principalmente, desalojamento dos camponeses e indígenas, expulsos de suas terras ou obrigados a abandonar sua produção diversificada e ecologicamente equilibrada em favor do plantio baseado na monocultura. Tal plantio tem gerado inúmeros protestos e contestações dos grupos indígenas e campesinos através de suas organizações.

Com uma população estimada em 12 milhões⁷⁶ de pessoas, acredita-se, embora de difícil precisão, que entre 25% e 40% da população total seja composta por indígenas, o que torna o Equador, em termos proporcionais, – juntamente com a Bolívia (50,51% ou 4.141.000), a Guatemala (48,01% ou cerca de 4.945.000) e o Peru (38,39% ou 8.800.000 índios) – um dos países de maior população indígena da América (ver anexo nº 2).

Com base em critérios antropológicos, nem sempre isentos de críticas, os pesquisadores defendem a existência, hoje, no Equador, de nove⁷⁷ nacionalidades indígenas que, de acordo com dados apresentados pelas organizações indígenas, estão distribuídos da seguinte maneira (conforme anexo nº 3): a região costeira – área que desde os primórdios da colonização assumiu lugar de grande importância econômica, o que ocasionou consequências diretas, negativas e imediatas para os distintos grupos indígenas – constitui-se na área de menor população indígena do país, com cerca de 12.000 indivíduos, divididos em três grupos: os Chachi/Cayapa (7.000); os Tsachil/Colorado (1.400) e os Awa-Coaquier (3.500). Na região da Amazônia, atualmente, seis são os grupos indígenas identificados: os Shuar; os Achuar-Shiwiari; os Sionas-secoyas; os Cofan e os Huaoranis, além dos Quíchuas, perfazendo uma população estimada em 122.000 pessoas, o que corresponde a cerca de 50% da população total da região, com o predomínio dos Shuar (40.000) e os Quíchuas do “Oriente” (60.000), nacionalidade que também se constitui no principal grupo indígena da região serrana, local que, por sua vez concentra a maior população indígena do Equador, com cerca de 2.500.000 a 3.000.000 de pessoas. Embora pertencentes ao Quíchua estão distribuídos em onze sub-grupos, localizados em quatro sub-regiões distintas, demonstrando assim a complexidade étnica não só no interior da família quíchua como entre as distintas regiões do país.⁷⁸

É importante destacar que as diferenças quanto ao número da população indígena no Equador se devem tanto a falta de censos mais precisos, quanto aos diferentes critérios utilizados para classificar ou distinguir o índio de outros grupos étnicos – especialmente em relação aos mestiços –, além da discriminação racial que “incentiva” um considerável número de pessoas a esconder ou negar sua herança étnica. No entanto, sejam quais forem os motivos das divergências e imprecisões numéricas, não se pode negar que a população indígena do Equador é muito expressiva e vem ao longo dos anos mantendo, em algumas regiões, um índice de aumento e fortalecimento considerável, seja em função do crescimento biológico, seja em função do resgate e da afirmação dos valores identitários. Vale ressaltar também que as diferenças quanto aos dados expressam uma disputa por legitimação entre os pólos antagônicos do conflito atual, ou seja, entre os órgãos oficiais do governo que buscam minimizar a presença étnica e os dados das

⁷⁶ Conforme dados da ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. São Paulo: Terceiro Mundo, 2000, p. 252.

⁷⁷ Alguns pesquisadores apontam para a existência de doze grupos indígenas, em função de optarem por dividir os Quíchuas da Serra em quatro grupos distintos. A Conaie, conforme estudos realizados pela sua Equipe de Investigação, admite a existência de alguns membros das nacionalidades Embera, situados na região de Esmeraldas e membros da nacionalidade Zaparo em Pastaza. In: CONAIE. Las nacionalidades indígenas en el Ecuador. Nuestro proceso organizativo. Quito: Tincui; Abya-Yala, 1989, p. 283.

⁷⁸ Informações coletadas nos seguintes trabalhos e publicações: SANTANA, Roberto. Ciudadanos en la etnicidade. Los indios en la política o la política de los indios. Quito: Abya-Yala, 1995, p. 10-18; e CONAIE, op. cit., p. 283-284.

organizações indígenas que, por outro lado, buscam valorizar quantitativamente a presença indígena no país.

Podemos, diante dessa breve descrição das distintas regiões que formam o Equador, melhor compreender o desenvolvimento dos povos indígenas, suas diferenças históricas e culturais, e entender as diferentes formas de resistência e organização frente à presença européia, o que dá um caráter diversificado na construção do movimento étnico nacional no período recente.

1.3.2 As primeiras organizações “indígenas”

O processo de conquista, opressão e exploração das comunidades indígenas não passou imune às reações. Seja nas regiões serranas e costeiras, seja na região oriental, tem-se, desde a chegada dos europeus, o desenvolvimento de inúmeras formas e mecanismos de resistência, que se expressaram tanto por intermédio de ações classificadas como pacíficas ou camufladas, desenvolvidas cotidianamente em pequenos atos, ocorridas nos espaços comuns de convívio entre os índios e os não índios, como por meio de rebeliões, mobilizações, levantes e confrontos diretos,⁷⁹ muitas vezes ocorridos de forma violenta.

No que tange ao ato de subverter-se contra a ordem vigente, inúmeros são os exemplos de resistência indígena, destacando-se especialmente os ocorridos na região serrana, durante o período colonial. No geral tais sublevações eram dirigidas contra a presença espanhola, em defesa das terras usurpadas pelos colonizadores, contra o pagamento de impostos e contra os maus tratos sofridos pelos índios. Constituíam-se, em sua maioria, em atos localizados sem uma articulação mais ampla entre as comunidades indígenas, o que facilitava o “trabalho” por parte das forças repressivas, pública e privada. Para Galo Ramón⁸⁰, no geral, tais atos não estavam acompanhados de um projeto político mais amplo que contasse com uma articulação regional e com o apoio de outros setores sociais.

Com o tempo, no entanto, os índios passaram da resistência passiva do cotidiano e/ou sublevações isoladas e dirigidas contra os “inimigos” diretos e imediatos para a mobilização de ações coletivas organizadas, com fins a reivindicar do Estado o respeito a seus direitos e a solução das suas demandas. Essas transformações irão ocorrer principalmente a partir do início do século XX, entre as décadas de 30 e 40, em consequência das mudanças políticas e econômicas ocorridas nesse período, com o

⁷⁹ A Conaie, no livro *Las nacionalidades indígenas en el Ecuador*. Nuestro proceso organizativo, p. 285-305, faz um extenso levantamento das inúmeras rebeliões e levantes indígenas ocorridos no Equador, desde o início do século XVI até o final do século XX, apresentando data, lugar, acontecimento e objetivos das lutas.

⁸⁰ RAMÓN, Galo. ¿Hay nacionalidades indias en el Ecuador? In: ALMEIDA, J. (Org.). *Sismo étnico en el Ecuador*. Varias perspectivas. Quito: Abya-Yala, 1993, p. 200-202.

desenvolvimento, por parte do Estado, de uma forte ofensiva integracionista para com as comunidades indígenas que, mediante projetos, como abolição da servidão por dívida, fortalecimento do mercado interno, desenvolvimento de projetos educacionais e modernização do meio rural, buscou incorporar, “definitivamente” o índio ao sistema capitalista.

Temos assim, nesse período, a formação de diversas formas de organização, tais como associações comunais, sindicatos e federações voltados para a busca de soluções das demandas campesina e indígena, especialmente no que se refere à conquista da terra e à melhoria das condições de trabalho. Embora tais organismos tenham surgido nas diferentes partes do país, a região serrana será o local de seu maior desenvolvimento, em função de concentrar a maior população indígena e rural em nível nacional, e das particularidades históricas e sociais dessa área, caracterizada pelo desenvolvimento do sistema *haciendario* e de comunas, por distintas formas de trabalho servil, entre os quais o *huasipungero*, e pela grande concentração fundiária, transformando assim a região na área de maior conflito social do país.

Além dos sindicatos locais e regionais, tivemos ainda a formação de federações regionais e nacionais, com destaque para a Federação Equatoriana de Índios (FEI), a Federação Nacional de Organizações Campesinas (Fenoc) e a *Ecuador Rumacunapac Riccharimui* (Ecuarunari), que se constituirão, até o final da década de 1980, nos principais organismos⁸¹ de caráter indígena do país. Por isso mesmo serão aqui, brevemente, analisadas.

A primeira organização de caráter assumidamente indígena, a Federação Equatoriana de Índios⁸² foi formalizada em agosto de 1944. Criada por iniciativa do Partido Comunista do Equador, fazia parte da estratégia dos comunistas para trazer a luta campesina e indígena para dentro do marco sindical.

Com uma estrutura hierarquizada e burocrática, seguindo o modelo sindical dirigido pelos comunistas ortodoxos, a FEI conduziu suas ações focando as questões trabalhistas (melhoria dos salários e das condições de trabalho), além dos problemas agrários que envolviam os *huasipungueros*. Contou para tanto com o recurso da greve

⁸¹ Em 1980, surge a Federación de Indígenas Evangélicos (Feine), que aglutina várias organizações de distintas denominações evangélicas, mas que, em função de ter sua presença limitada a algumas regiões e por sua atuação com base em princípios conservadores, não conseguiu ter um peso político, em âmbito nacional. Para mais informações ver: SANTANA, Roberto. Perspectiva Política de um “modelo” protestante. In: _____. *Ciudadanos en la etnicidad*. Los indios en la política o la política de los indios. Quito: Abya-Yala, 1995. p. 195-213.

⁸² Que a partir desse momento será citado, no texto, pela sigla FEI.

como principal instrumento de pressão, mecanismo pouco eficaz para a luta por terra e num contexto de predomínio de formas pré-capitalistas de produção. Dessa maneira “[...] ejerciendo una táctica “proletarizante” , en un contexto que no era el más preciso para su desarrollo”.⁸³

Priorizando a luta dos *huasimpuqueros*, e dos trabalhadores assalariados, consideradas as categorias mais próximas do proletariado, a ação da Federação acabou por excluir da atividade política sindical o setor majoritário da população indígena, os comuneros.⁸⁴ Tal opção correspondia a uma definição classista, por parte dos comunistas equatorianos, para o problema indígena, que conforme Roberto Santana não era um fator motivado, unicamente, pela comodidade dos comunistas, mas essencialmente por que:

[...] se inscribía en un contexto preciso de pobreza teórica y de ambigüedad política con respecto al campesinato de las comunidades [...] el mundo indígena había escapado constantemente a la comprensión de las ciencias sociales y, por lo mismo, a una elaboración política pertinente por parte de la izquierda ecuatoriana.⁸⁵

Essa opção acabou por limitar consideravelmente o campo de atuação, mobilização e luta da FEI, não conseguindo, efetivamente, constituir-se como entidade legitimada pela grande maioria da população indígena.

Na avaliação da direção da Conaie, essa posição estreitamente classista assumida pela Federação, sob a orientação do Partido Comunista, que não considerou a globalidade do problema indígena, secundarizando ou não apreciando as especificidades das questões étnicas, além da exploração de classe e da discriminação de gênero, enfraqueceu a abrangência da ação política da organização, que ficou limitada a algumas localidades da região serrana.⁸⁶

Posição compartilhada por pesquisadores como Roberto Santana, para quem o ideologismo e a ambigüidade impregnada no discurso político e na prática do Partido Comunista do Equador, estendida às entidades por ele coordenadas, acabou por deixar de lado “[...] la ‘cuestión nacional indígena’ dado el hecho que ésta ‘no encajaba’ en el esquema de la alianza obrero-campesina, fórmula consagrada e inalterable de la

⁸³ BARSKY, op. cit., p. 34.

⁸⁴ Indivíduos que compunham as comunas, que, na avaliação dos dirigentes sindicais, estavam incluídos na categoria de camponeses.

⁸⁵ SANTANA, op. cit., p. 129.

⁸⁶ CONAIE, op. cit., p. 32.

izquierda ortodoxa”.⁸⁷ Considerada como a principal falha das organizações com base na orientação classista, a posição estreita que vislumbrava apenas os aspectos econômicos das relações camponesas, desconsiderando os aspectos culturais e étnicos, especialmente no caso serrano, onde:

[...] el indígena no es solamente explotado por su condición de campesino, es víctima sobre todo de discriminación por ser índio y, por lo mismo, sometido a una explotación económica exacerbada y a una marginalización política de hecho.⁸⁸

Na década de 60, mais precisamente no ano de 1965, outra entidade de pretensa abrangência nacional e tendo a questão indígena como foco central de atuação é criada, a Federação Nacional de Organizações Camponesas (Fenoc),⁸⁹ entidade ligada a setores progressistas da igreja católica e que se constitui no setor camponesino-indígena da Confederação de Organizações Obreros Católicos (Cedoc),⁹⁰ organização formada em 1938, que buscava se contrapor à crescente influência dos comunistas no movimento popular.

Apesar de uma postura de oposição à organização comunista, a Fenoc apresentava em relação à questão indígena uma visão semelhante à da FEI, ou seja, englobava suas demandas e soluções em uma visão geral da questão camponesa, negligenciando ou secundarizando as questões específicas das populações indígenas. Esta situação acabou por limitar, assim como no caso da FEI, seu raio de ação e sua influência junto às comunidades indígenas.

Inicialmente sob o controle e direção dos democratas cristãos, a Fenoc acabou sendo alvo de interesse dos socialistas, que, sistematicamente, investiam sobre a organização tendo como objetivo controlar a sua estrutura política, fato que acabou ocorrendo, especialmente a partir de 1975. A hegemonia dos socialistas na direção da entidade provocou mudanças nas suas ações e métodos, levando a uma atitude de radicalidade nas suas práticas, recorrendo com mais frequência às ocupações de terras e ao uso da força para pressionar as legalizações fundiárias e o aprofundamento da Reforma Agrária.

A posição ideológica assumida por essas organizações, com uma clara definição classista, seja na sua versão marxista ortodoxa, seja na sua visão cristã/marxista, acabou

⁸⁷ SANTANA, op. cit., p. 129.

⁸⁸ SANTANA, op. cit., p. 116-117.

⁸⁹ Que, a partir desse momento, será citado, no texto, pela sigla Fenoc.

⁹⁰ Que, posteriormente, viria a ser denominada Central Equatoriana de Organizações Classistas.

por levá-las, conforme avaliação de Roberto Santana⁹¹, a uma situação de limitada influência política junto a comunidades indígenas, o que, no final da década de 70, gerou uma profunda crise de legitimidade e representatividade, desde o ponto de vista da plataforma reivindicativa até a estratégia de ação política.

Muito embora, diante do quadro de crise de legitimidade dessas organizações, suas direções tenham feito uma avaliação realista e coerente dos reais motivos da falta de representatividade junto às comunidades indígenas, identificando, no não-desenvolvimento de ações voltadas para as demandas de fundo étnico, como sendo a principal falha, na prática não se observaram medidas efetivas que modificassem essa postura, como bem demonstram as conclusões do V congresso da Fenoc, citadas por Santana:

[...] la problemática indígena no há sido objeto hasta ahora de una reflexion suficiente pra todos los que luchamos por la justicia y la libertad, y terminó declarando que “la solución al problema indígena hace parte de la lucha por una sociedad nueva, justa y humana” los anos siguientes han mostrado que este llamado, lejos de ser seguido, había sido mas bien criticado por los indígenas, y que la Fenoc había proseguido su carrera de desgaste sen el medio indígena.⁹²

No geral, a década de 60 foi um período de forte revitalização étnica, com o desenvolvimento de inúmeras organizações indígenas, cujas pautas de lutas, além das demandas materiais imediatas, incluíam como ponto central as reivindicações de cunho cultural e político. Esse processo foi fruto, além do maior desenvolvimento da consciência política, de fatores como o intenso apoio recebido por parte de setores progressistas da igreja católica e algumas entidades estrangeiras sensíveis às causas indígenas, que deram suporte técnico e financeiro para o desenvolvimento das organizações. Podemos considerar também, de importância fundamental para esse processo, as transformações que vinham sendo realizadas no setor rural, especialmente depois dos projetos de Reforma Agrária implantados pelos governos militares a partir de 1964, que, embora lentas e limitadas, implementaram mudanças no sistema fundiário impulsionando maior organização do movimento. Esses fatores, em seu conjunto, permitiram a revitalização das organizações comunitárias e da própria vida local das comunidades indígenas, especialmente as da região serrana.

⁹¹ SANTANA, op. cit., p. 142-144.

⁹² SANTANA, op. cit., p. 133-134.

O processo de desenvolvimento de organizações locais com base na luta pelas demandas étnico-culturais das populações indígenas, como vimos anteriormente, não foi priorizado pelas federações nacionais indígenas existentes (FEI e Fenoc), focadas mais nos aspectos econômicos, fator que limitou a sua inserção frente a um número maior de comunidades.

Diante desse quadro, com a intenção de aglutinar as comunidades indígenas da Serra, setores da esquerda vinculados à ação social da igreja católica, dirigentes e intelectuais indígenas formados ao longo das últimas décadas, decidem criar uma nova organização. Assim, em junho de 1972, em um congresso realizado na comuna de Tepeyac, na província de Chimborazo,⁹³ nasce a Ecuarunari ou *Ecuador Rumacunapac Riccharimui*, que em castelhano significa “*Levantémonos – o despertemos – indios de Ecuador*”, cujo nome demonstra a intenção da organização de criar uma entidade de caráter efetivamente indígena.

A Ecuarunari nasce com a intenção de dar maior unidade às organizações indígenas, especialmente da região serrana, aglutinando, além das demandas agrárias, as questões étnicas, postura contrária à da FEI e da Fenoc, que, segundo a direção da Ecuarunari,⁹⁴ além de estarem manipuladas por ideologias externas ao movimento, estavam engessadas pela burocracia e o centralismo das centrais sindicais.

A Ecuarunari, nos primeiros anos após a sua formação, desenvolveu intensos esforços voltados para a consolidação da organização, definindo sua estrutura política, sua linha de ação e estratégia de luta. Foram anos de grandes dificuldades e de intensos debates, especialmente em função da existência de divergências internas, entre os dirigentes, em relação a várias questões.

Um primeiro ponto de conflito diz respeito à autonomia da organização frente aos agentes externos, especialmente em relação à igreja católica. A Ecuarunari, como relatado anteriormente, nasce da iniciativa de setores da igreja católica, especialmente os identificados com a Teologia da Libertação que, após o Concílio Vaticano II, têm grande crescimento na América Latina, por considerar fundamental e decisivo as mobilizações e o desenvolvimento dos movimentos populares. No entanto, líderes indígenas, preocupados com a estreita relação mantida com a igreja e com receio da

⁹³ Província que contou com um importante trabalho pastoral desenvolvido pelo bispo católico Leonidas Proaño, principal defensor da causa indígena no seio da Igreja Católica, responsável direto pela construção da Pastoral Indígena e um dos principais defensores da teologia da Libertação no Equador.

⁹⁴ ECUARUNARI - Ecuador Runacunapac Riccharimui Ecuarunari. Proceso organizativo de Ecuarunari. Disponível em: <<http://www.ecuarunari.org>>. Acesso em: mar. 2005.

perda da autonomia da entidade, passaram a defender a total independência da organização, em suas diversas instâncias, posição que acaba por ser consolidada formalmente na entidade, no II Congresso (1975), quando se define por sua total autonomia política e organizativa frente à igreja, embora mantenha uma relação de parceria com a mesma.⁹⁵

Outro ponto de debate, relacionado diretamente com a disputa entre os líderes de linha classista e os líderes da linha etnicista, diz respeito à abrangência da organização, ou seja, se esta deveria, ou não, integrar à sua base social outros atores que não os indígenas. Polêmica que acaba tendo como vitoriosa a tendência que defendia o exclusivismo indígena na base da organização, muito embora, mantenha a presença e o crescimento da corrente classista e o predomínio de uma visão mais ampla do problema indígena, incorporando, assim, demandas mais gerais e similares às reivindicações de outros setores sociais, o que possibilita uma maior aproximação com outras organizações e grupos sociais.

Por fim, o ponto de maior divergência no seio da organização e o de maior influência na definição dos rumos da entidade, diz respeito ao caráter político e ideológico do movimento, ponto extremamente polêmico, em que havia duas posições discordantes. Uma que vislumbrava a luta indígena no contexto mais amplo de luta de classe, que apontava a solução das questões indígenas no quadro geral de luta campesina, muito embora admitisse as questões específicas de cunho étnico-classista; outra que defendia uma luta exclusivamente de caráter étnico-cultural, apresentando demandas próprias das populações indígenas, passíveis de serem resolvidas num contexto específico (eticista).

Temos pela primeira vez o enfrentamento aberto, no plano nacional, entre a corrente classista e a corrente etnicista com uma disputa bem equilibrada entre as duas correntes, até que no final da década de 70, a corrente classista torna-se hegemônica na direção da organização, como aponta documento da própria Ecuvarunari:

A fines de la década de los años 70 se adoptó una concepción clasista del movimiento indígena-campesino y se produjo un acercamiento al movimiento obrero, que se acentuó especialmente a partir de 1977 [...].⁹⁶

⁹⁵ Resolução do II Congresso – Ecuvarunari. Disponível em: <<http://www.ecuvarunari.org>>. Acesso em: ago. 2004.

⁹⁶ ECUVARUNARI – Ecuador Kicwa Llaktakunapak Jatun Tantanakui. Proceso Organizativo de Ecuvarunari. Disponível em: <<http://www.ecuvarunari.org>>. Acesso em: mar. 2004.

Assim, no ano de 1977, data do VI Congresso da organização, tem-se uma definição no aspecto político-ideológico, claramente favorável à concepção classista do movimento indígena, buscando uma maior aproximação com o movimento operário e a construção de uma base comum de luta entre os setores populares.⁹⁷

Percebemos, no entanto, conforme apontam pesquisadores como R. Santana, que, apesar do predomínio de dirigentes marxistas defensores da posição classista, havia na base do movimento uma forte tendência de rechaço a uma posição exclusivamente classista, levando a direção do movimento a assumir a seguinte postura:

[...] sin renunciar a su voluntad de en marcar al conjunto de los quichuas de la sierra bajo la bandera de la lucha de clases, y para guardar una cierta audiencia, los dirigentes se vieron obligados a integrar la orientación etnicista y, a nivel de discurso y de métodos; la nueva política de la organización se inscribe en una simbiosis clase/etnia que debería, al decir de los dirigentes, hacer una síntesis entre los dos términos en juego.⁹⁸

Esta posição foi reforçada nas resoluções aprovadas pelo V Congresso, quando pela primeira vez demandas de ordem cultural passam a ser destacadas como ponto central de luta do movimento. “Exigir la educación bilingüe e los diferentes idiomas que existen en el país. Defender los valores culturales y proteger las expresiones artísticas de nuestros pueblos”.⁹⁹

A Ecuarunari, passa a ter, cada vez mais claro, a compreensão que o problema indígena tem uma dupla dimensão:

[...] la étnica y la de clase, que, por lo tanto, las soluciones deben ser enfocadas en esta perspectiva. Por un lado busca la relación con otras organizaciones indígenas tanto a nivel nacional como internacional y por otro, mantiene también comunicación con las centrales sindicales y otras organizaciones populares. En las resoluciones del congreso, se recogen reivindicaciones tanto indígenas como clasistas.¹⁰⁰

Assim, a organização passa a buscar resolver a difícil tarefa de construir uma síntese entre os valores culturais indígenas e a luta de classe, empreendida por todos os

⁹⁷ Idem, Ibidem.

⁹⁸ SANTANA, op. cit., p. 145.

⁹⁹ ECUARUNARI – Resolução do V Congresso – ECUARUNARI. Disponível em: <<http://www.ecurarunari.org>>. Acesso em: ago. 2004.

¹⁰⁰ ECUARUNARI – Resolução do V Congresso – ECUARUNARI. Disponível em: <<http://www.ecurarunari.org>>. Acesso em: ago. 2004.

oprimidos, seja qual for sua origem. Os índios, ao mesmo tempo em que lutam por sua terra e contra a exploração ocorrida na mercantilização de seus produtos agrícolas e na venda de sua força de trabalho como jornaleiro, vêem também a necessidade de enfrentar a opressão que se exerce sobre eles por sua condição étnica e reivindicam o direito de não apenas serem reconhecidos como diferentes, mas também de exercerem essa diferença.¹⁰¹

Em um contexto de aumento dos conflitos de terra e da repressão estatal frente às organizações indígenas¹⁰², cresce, a partir do final da década de 1970, a preocupação em construir uma base de unidade entre as distintas organizações indígenas, com vista a fortalecer a luta indígena e a transformar a realidade enfrentada pelas comunidades rurais. Nesse sentido, juntamente com a FEI e a Fenoc, a Ecuarunari passa a desenvolver ações tendo em vista a formação de momentos e instâncias comuns de luta, acabando por formar em 1978 a *Frente Única de Lucha Campesina* (Fulc), que posteriormente se denominará de *Frente Única de Lucha Campesina e Indígena* (Fulci), centrando suas ações na exigência, frente ao governo, da aplicação da Lei de Reforma Agrária.

Nesse momento houve, além do fortalecimento das organizações indígenas no âmbito regional e nacional, o aumento do número de organizações indígenas em nível local, especialmente na região oriental, área que após um período de relativo isolamento passou, desde final da década de 50 e início da década de 60 a se integrar, mais profundamente, à economia nacional. Tal situação foi acelerada, como já assinalado, com a descoberta e exploração do petróleo na década de 70, motivando uma rápida ocupação da região e o desenvolvimento, por parte do governo, de programas de expansão da fronteira agrícola do país, com a instalação de projetos de colonização que buscam integrar, definitivamente, a região ao Estado “Nacional”, processo que ficou comumente conhecido como a “Equatorização da Amazônia”,¹⁰³ e que ocasionou e/ou acelerou mudanças profundas na forma de vida das comunidades indígenas da Amazônia.

De uma situação de isolamento e relativo distanciamento da sociedade nacional, as distintas populações indígenas da Amazônia passaram, em alguns casos, de forma rápida e muitas vezes violenta, a se incorporar a uma nova realidade, o que vem possibilitando a modificação do modo de vida de milhares de índios, submetidos à lógica individualista do capital. As conseqüências não poderiam ser diferentes: desestruturação dos modos de vida; imposição de novos valores morais, culturais, religiosos, sociais e econômicos; além da destruição física de muitas vidas, submetidas a novas formas de trabalho, à exploração, à invasão e à destruição das suas terras.

¹⁰¹ ECUARUNARI - Ecuador Runacunapac Riccharimui Ecuarunari. Proceso Organizativo de Ecuarunari. Disponível em: <<http://www.ecuarunari.org>>. Acesso em: Março de 2004.

¹⁰² A década de 1970 foi considerada uma das mais repressivas de todos os tempos, com vários atos de violência e repressão que ocasionou a morte de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras rurais, entre os quais o líder indígena Lázaro Condo, morto em setembro de 1974 e que se constituiu, conforme Luis Fernando Botero em um símbolo de luta da causa indígena e camponesa. Sobre o tema ver: BOTERO, Luis Fernando. *Movilización indígena, etnicidade y proceso de simbolización en Ecuador*. El caso del líder indígena Lázaro Condo. Quito: Abya-Yala, 2001.

¹⁰³ TRUJILLO, Jorge. *La Amazonía en la Historia del Ecuador*. Quito: Ciese/MEC, 1981.

Assim, em reação a essa situação, teremos, a partir da década de 60 o maior desenvolvimento de estruturas organizativas locais e regionais, com destaque para o povo Shuar,¹⁰⁴ que em 1963 funda a Federação do Povo Shuar. Tal iniciativa influenciou, definitivamente, o revigoramento étnico na região Amazônica – com a participação ativa de algumas ordens religiosas de linha progressista. Assim, tem-se a organização da Federação de Organizações Indígenas del Napo, criada em 1973, formada pelos quíchuas da província de Napo; a Federação de Comunas União de Nativos da Amazônia Equatoriana (1978); a Federação de Organizações Indígenas de Sucumbíos (Foise) em 1978; a Organização de Povos Indígenas de Pastazas (Opip), em 1979, entre outras. Essas entidades acabaram por consolidar, em 1980, a formação da Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia (Confenaie), organização que contemplava a maioria das comunidades da Amazônia e compreendida como a melhor forma de enfrentar os graves problemas vividos pelos povos da região.

A unificação das organizações regionais indígenas em torno da Confenaie possibilitou que a luta indígena tomasse uma nova dimensão, com o fortalecimento dos sentimentos identitários e maior força junto ao Estado Equatoriano, permitindo que povos isolados e etnicamente diferenciados, muitas vezes com um histórico de rivalidade, conflitos e guerras, passassem a construir, diante das ameaças comuns ora vividas, sentimentos de solidariedade e de identificação, que, particularmente em função da sua condição de índio, levaram, como afirma Lucy Ruiz, à construção de um “[...] movimiento étnico organizado que, a su vez, vaya generando un proyecto conjunto desde el cual se autodefinan como nacionalidades, es decir con un pasado y una cultura comunes”.¹⁰⁵

É importante destacar que, enquanto as reivindicações das organizações indígenas da região serrana estavam dirigidas para a realização de um programa de Reforma Agrária que modificasse a injusta distribuição da terra, permitindo, às comunidades, acesso aos meios de reprodução material e cultural, para as comunidades da região amazônica a luta era pela defesa dos seus territórios cada vez mais ameaçados pelas empresas de exploração de petróleo e pelo projeto de modernização econômica imposto pelo Estado. Essa situação, embora tivesse gerado alguns conflitos entre

¹⁰⁴ Que conforme anteriormente citado representava uma das comunidades indígenas de maior densidade populacional da região, com cerca de 40.000 pessoas.

¹⁰⁵ RUIZ, Lucy. Pueblos indígenas y etnicidade en la Amazonia. In: ALMEIDA, Ileana. (Org.). *Indios: una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990*. Quito: Abya-Yala, 1992. p. 474.

setores indígenas das duas regiões,¹⁰⁶ não impediu que houvesse uma aproximação das organizações, o que levou à construção de entidades comuns de luta em nível nacional, tais como o Conselho Nacional de Coordenações das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conacnie), e posteriormente a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie).

1.3.3 A Formação da Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie)

Na década de 80 temos, portanto, diversos processos que, conjuntamente, levaram ao fortalecimento do movimento indígena e à construção, a partir da unidade das distintas organizações étnicas (locais e regionais), de organismos de caráter nacional, objetivando fortalecer as lutas indígenas.

Além da fundação da Frente Única de Lucha Campesina e Indígena (Fulci), em 1978, outro momento importante para o processo de unificação das organizações indígenas foi a realização, em outubro de 1980, do Primeiro Encontro de Nacionalidades Indígenas do Equador, e da *Marcha Nacional Campesina Indígena*, que sob o lema *Unidad Campesina Indígena Contra el Hambre y los Engaños del Gobierno*¹⁰⁷ exigia do governo federal, sob a presidência de Jaime Roldós. “[...] o cumplimiento de la oferta electoral, com énfasis en la aplicación de la reforma agrária y la derogatoria de la ley de Fomento Agropecuario [...]”.¹⁰⁸ Essas iniciativas consolidaram, definitivamente, a idéia de se criar uma política unitária para o setor indígena. Posição que resultou na formação do Conselho das Nacionalidades Indígenas do Equador,¹⁰⁹ que objetivava superar as diferenças existentes no interior das distintas organizações rumo à consolidação de uma entidade sólida, em nível nacional.

Entre o Primeiro Encontro das Nacionalidades Indígenas de 1980 e a formação da Conaie, em 1986, a Conacnie teve papel definitivo, sendo encarregada de traçar as normas e os alinhamentos políticos e ideológicos para a luta das nacionalidades

¹⁰⁶ Em função da grande concentração fundiária na região serrana e dos constantes conflitos de terras, houve um processo constante de migração das populações indígenas e camponesas para outras áreas, especialmente para a região amazônica, principalmente depois da criação pelo governo do Equador do programa de colonização dessa região, levando milhares de camponeses e indígenas a se dirigirem para a região, o que provocou inúmeros conflitos por disputas de terras com as populações nativas.

¹⁰⁷ CONAIE, op. cit., p. 262.

¹⁰⁸ ECUARUNARI – Ecuador Kicwa Llaktakunapak Jatun Tantanakui. Proceso organizativo de Ecuarrunari. Disponível em: <<http://www.ecuarunari.org>>. Acesso em junho de 2005.

¹⁰⁹ Que a partir de agora será citado no texto através da sigla Conacnie.

indígenas nos diferentes campos. A coordenação deu passos importantes para o fortalecimento das organizações indígenas nos diferentes níveis, (local, cantonal, provincial, regional). Um dos objetivos centrais da Conacnie, de acordo com as resoluções do Primeiro Encontro, era consolidar a autonomia política do movimento indígena frente aos agentes e aliados externos, ou seja: partidos políticos, missões religiosas e instituições internacionais, que, na avaliação dos principais dirigentes da Conacnie, embora importantes para a estruturação das organizações indígenas, muitas vezes com “[...] relaciones paternalistas y de dependencia, prejudicando los intereses auténticos de las nacionalidades indígenas. [...]”¹¹⁰ Buscou-se desenvolver ações de “independência” como: proporcionar a conscientização das organizações de base, apoiar a educação bilíngüe e promover cursos de formação com vistas a preparar e/ou ampliar o próprio quadro de dirigentes.¹¹¹ O Segundo Encontro das Nacionalidades e Organizações Indígenas, realizado em abril de 1984, reafirmando a identidade das comunidades indígenas como Nacionalidades, resolve apoiar a formação e consolidação de organizações nos lugares onde não existia. Por fim, essa coordenação organizou e realizou o Primeiro Congresso de Nacionalidades Indígenas do Equador, que ocorreu em novembro de 1986, contando com representantes de todas as comunidades e organizações indígenas do país, constituindo assim a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), que passou a ser a entidade máxima de representação política dos índios equatorianos.¹¹²

Sucessora legal da Conacnie, a Conaie nasce com o objetivo claro de constituir-se no organismo supremo e representativo das organizações indígenas do Equador. Desde o início, busca estabelecer gestões para solucionar os principais problemas indígenas, que, apesar de não serem homogêneos pelas particularidades geográficas, sociais e políticas do país e da diversificação cultural das distintas etnias – podem ser agrupados, de acordo com as demandas apresentadas, em três modalidades ou tipos básicos: primeiro as questões relativas aos problemas agrários, ou seja, a luta pela conquista, distribuição e/ou legalização das terras e dos territórios indígenas; em seguida, não menos importante, as chamadas demandas culturais, ou seja, a luta pela consolidação do respeito e a valorização da cultura indígena, que incluía o direito da autodeterminação, autonomia política e jurídica; e, por fim, as demandas gerais, em

¹¹⁰ CONAIE. Las nacionalidades indígenas en el Ecuador. Nuestro proceso organizativo. 2. ed. Quito: Tincui; Abya-Yala, 1989, p. 262.

¹¹¹ Resoluções do Primeiro Encontro. In: CONAIE, op. cit., p. 262.

¹¹² Idem, Ibidem, p. 263.

busca de melhorias nas condições de vida, que iam desde a reivindicação por água potável, saúde digna, construção de estradas, até a baixa dos preços dos combustíveis, do gás de cozinha, entre outros.

Em nível estrutural, a Conaie se organizou tendo como instância principal das decisões o Congresso ou Assembléia Geral, constituída por representantes de todas as organizações filiadas à entidade,¹¹³ tendo, entre outras funções a de: estabelecer as linhas de luta, estratégias de ação e instrumentos de pressão. A direção, eleita pela Assembléia Geral, era responsável por executar as resoluções aprovadas pelo Congresso e contava com os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, além de vários conselhos ou setores específicos, tais como: cultura, educação, conflito agrário, meio ambiente, juventude, mulher e jurídico (Conforme quadro anexo nº 5). Tal modelo de organização demonstrava o reconhecimento da diversidade e heterogeneidade das distintas comunidades indígenas e refletia o interesse em dar à base do movimento a real direção política, estabelecendo a assembléia geral como a principal instância de decisões. Ao organizar uma direção, de certa forma hierarquizada, buscou-se, diante da diversificação cultural e política das organizações indígenas, estabelecer uma unidade na direção, evitando a desarticulação entre as diversas organizações e regiões e permitindo uma melhor coordenação das ações.

Nos primeiros anos após sua formação, a Conaie buscou consolidar-se como organização, dirigindo suas ações para o terreno orgânico, que como afirma Leon Zamosc:

[...] dedico buena parte de sus energías a estabilizarse como organización, balancear la representación de los indígenas serranos y amazónicos, ganar acceso a recursos y establecer la infraestructura necesaria para garantizar su funcionamiento.¹¹⁴

Dedicando atenção especial ao fortalecimento das organizações de base, com ações voltadas para elevar o grau de conscientização e politização do movimento, a

¹¹³ Conforme demonstra o quadro em anexo nº 4, a Conaie conseguiu reunir um expressivo número de organizações indígenas em todos os seus níveis, agregando, segundo María Busto, coordenadora de Comunicação da Conaie, cerca de 70% da população indígena do país, por meio das distintas organizações filiadas. In: CONAIE. La radiografía de un contrapoder indígena. Conjuntura Internacional. Suplemento Trimestral de Política Internacional de Nación Brasil, nov. 2000, p. 45. Apud HARNECKER, Marta. América Latina la izquierda después de Seattle. Disponível em: <<http://www.nodo50.org>>. Acesso em: nov. 2005.

¹¹⁴ ZAMOSC, Leon. Proteso agrária y movimiento indígena en la Sierra ecuatoriana. In: ALMEIDA, J., op. cit., p. 9.

entidade cumpriu papel fundamental com os projetos educacionais desenvolvidos. Com uma posição tática inicial que privilegiava a negociação com o Estado, sem recorrer a mobilizações frontais, valeu-se de uma estratégia que buscava primeiro garantir o fortalecimento interno e só depois o conflito mais aberto com o poder público.

A criação da Conaie representou um grande avanço para o movimento indígena, pois superou uma fase de luta baseada em organismos de caráter regional, muitas vezes pouco representativa e pouco eficiente na busca de soluções para os diversos problemas indígenas. É com uma estrutura de abrangência nacional, com mais poder de barganha/pressão, com a construção de um projeto que supera o localismo e as divisões, com uma proposta mais ampla, muitas vezes extrapolando a fronteira nacional que a entidade ganha força. Portanto, com a Conaie, não só o movimento indígena entra em uma nova fase de participação e presença política como também os próprios movimentos populares, que têm nesse exemplo a esperança do revigoramento das suas lutas.

Com base em uma estratégia de ação que, no âmbito local, contemplava mobilização e pressão permanente junto às autoridades, em nível nacional propunha mobilizações massivas de protesto, com ocupações de órgãos públicos, fechamento de estradas, entre outros, privilegiando, principalmente, atos de caráter pacíficos e não violentos, a Conaie conseguiu, ao longo da década de 90, constituir-se, além de representante legítimo do movimento indígena, na principal força política e social do país.

Assim, a Conaie, além de exigir e apresentar propostas para as soluções de questões específicas das comunidades indígenas, tais como terra, cultura, educação e saúde, incluiu também a luta pelo respeito e reconhecimento político das nacionalidades indígenas, provocando o questionamento profundo das estruturas do poder. Nesse sentido, como veremos, a Conaie marcou uma ruptura histórica, implicando em transformações conceituais, ideológicas e políticas profundas na sociedade equatoriana.

Portanto, a formação, o fortalecimento e a legitimação da Conaie como principal agente político do Equador contemporâneo foram fruto de um intenso processo organizativo, culminante de um longo processo de conscientização e identificação dos diferentes grupos indígenas, das suas reais condições e da importância da unidade para o melhor enfrentamento dos seus problemas. Constituiu, atualmente,

não somente no ator social mais respeitado e considerado pelos demais grupos sociais e pelas diversas instâncias do poder político, bem como o agente político propositor das mais avançadas e radicais propostas de reestruturação da sociedade, seja nos seus fundamentos políticos, seja na sua estrutura econômica, seja na sua organização social.

CAPÍTULO II

2 A CONSTRUÇÃO DA “IDENTIDADE NACIONAL” NO EQUADOR E O PROJETO POLÍTICO DA CONAIE

2.1 A CONAIE E O LEVANTE INDÍGENA DE 1990

Nos meses de maio e junho do ano de 1990, o movimento indígena organizado no Equador realizou, em vários cantos do território nacional, a maior mobilização político-social já ocorrida na história recente daquele país. O Levante Indígena de “Inti Raymi”,¹¹⁵ como ficou conhecido, apesar de contar com apoio de outras organizações sociais, foi protagonizado e coordenado pela Conaie, que, em assembléia realizada no final do mês de abril, aprovou resolução, convocando a população indígena e camponesa do Estado para realizar manifestações de protesto contra a situação vivida pelos grupos subalternos do país, denunciando a situação de exploração e opressão por que passavam as comunidades indígenas, além de exigir que o Estado Equatoriano tomasse medidas imediatas para o atendimento de suas reivindicações.

O levante ocorreu em uma conjuntura interna específica. Como já exposto no capítulo anterior, o Equador vivenciava uma crise econômica profunda – fruto de sua histórica dependência estrutural e do aumento de seu endividamento externo – agravada, nos últimos anos, pela adoção de políticas neoliberais que trouxeram consequências ainda mais danosas para a grande maioria da população equatoriana, como o aumento do desemprego, a queda na renda dos trabalhadores e o aumento da pobreza, que atingiu índices alarmantes. Apesar da aparente fragilidade do movimento sindical, atingido por mudanças provocadas pelas políticas de ajuste liberais, foram organizados vários protestos sociais, que provocaram uma instabilidade política constante e a queda dos índices de aceitação popular dos governos. Externamente, o período era também de crise: as mudanças verificadas no Leste Europeu ampliaram a crise da esquerda e do chamado socialismo real e, com ela, das ideologias surgidas no final do século XIX que

¹¹⁵ O Inti Raymi ou Festa do Sol era, segundo Jesús Callejo Fuente, a festa mais importante do Império Inca. Realizada durante o solstício de inverno (24 de junho), representava, no calendário quéchua, o início de um novo ano solar. Para um povo cujo principal objeto de culto era o deus Sol (Inti), símbolo de fertilidade, de abundância e de vida, a festa era, além de uma demonstração de adoração e agradecimento ao Sol pelos benefícios alcançados, um pedido de continuidade da abundância e da vida. Com a conquista espanhola, a cerimônia foi suprimida pela igreja católica, sendo, recentemente, resgatada como expressão do processo de valorização da cultura andina, simbolizando não apenas uma manifestação religiosa, mas também política, de reafirmação da identidade cultural do povo quéchua. Para mais informações, ver: FUENTE, Jesús Callejo. *Fiestas sagradas. Sus origenes, ritos y significado que perviven en la tradición de los pueblos*. Disponível em: <<http://www.machupicchu.com.br>>. Acesso em: 2 out. 2005.

norteavam a atuação de grande parte dos movimentos sociais e políticos do mundo. Nesse contexto, as manifestações indígenas causaram espanto e perplexidade, despertando de imediato a curiosidade da opinião pública internacional e o interesse do mundo acadêmico e político pelo estudo e compreensão desse fenômeno.

Embora decidido apenas dois meses antes dos protestos – fator que dificultou a organização e mobilização das entidades e comunidades afiliadas à Conaie –, o Levante se transformou em uma grande manifestação de força e de protesto por parte do movimento indígena que, baseado em uma estratégia descentralizada de ação, conseguiu, durante alguns dias, paralisar as principais cidades e províncias do país, para surpresa não somente das elites políticas, como também de outros setores sociais descrentes na capacidade de mobilização desse sujeito social, o movimento indígena, visto de forma discriminatória e considerado incapaz de conduzir, de forma autônoma, seu processo de luta. O Levante provocou na sociedade equatoriana a “descoberta” de um ator social e político até então, em parte, desconhecido, pois os indígenas do Equador, ainda que compusessem um dos segmentos mais significativo da população, se defrontavam com uma estrutura de poder que os excluía da possibilidade de acesso aos espaços e instituições de participação e decisão políticas e que os consideravam como um obstáculo para a caminhada rumo à modernidade e ao desenvolvimento nacional.

2.1.1 Estratégias de ação

Iniciado em 28 de maio, com a ocupação pacífica, por parte de um grupo de índios, da Igreja de Santo Domingo,¹¹⁶ o movimento aos poucos foi se espalhando para outras regiões do país, assumindo diversos graus de intensidade, bem como formas de expressões diferenciadas, tais como: ocupação de órgãos públicos, interdição de estradas centrais, paralisação dos transportes – o que provocou o bloqueio parcial do país e, inclusive, o desabastecimento em várias de suas regiões –, ocupação de praças e ruas das capitais e principais cidades das províncias, ocupação de fazendas acompanhada da exigência de sua desapropriação, entre outras. As manifestações priorizaram formas pacíficas e festivas de expressão, com cânticos, danças típicas, e

¹¹⁶ Igreja símbolo de Bartolomeu de Las Casas, dominicano que, em função da sua atuação durante o período colonial, em defesa dos grupos indígenas, passou a ser reverenciado e considerado como um dos maiores defensores da causa indígena.

com a ostentação de símbolos indígenas, como ponchos, sombreiros e, principalmente, Wipala,¹¹⁷ que passou a ser a bandeira símbolo do movimento indígena. Contudo, em algumas localidades as manifestações transcorreram em um clima tenso, em função da repressão, muitas vezes violento do Exército.¹¹⁸

Apesar da ocorrência de manifestações autônomas e espontâneas de protestos, o Levante foi majoritariamente organizado e coordenado pela Conaie, que se converteu no elemento aglutinador e articulador das reivindicações e propostas do conjunto das populações indígenas e na instância encarregada de estruturar e expressar o discurso oficial do movimento. A Conaie pôs em prática uma estratégia de ação que, num primeiro momento, combinou ações de massa com o diálogo aberto e direto com os representantes do poder central. Em momento posterior, ela procurou estabelecer um estado de “mobilização permanente” que, segundo os dirigentes indígenas, deveria possibilitar a superação do caráter episódico dos acontecimentos, apontar para novas manifestações – na hipótese de fracasso nas negociações – e, mediante a demonstração de força e pressão política, colocar o debate sobre as questões indígenas em âmbito nacional, superando as tentativas estatais de limitar suas demandas a questões pontuais e regionais.

As lideranças indígenas do movimento se preocuparam, também, em estabelecer uma relação de continuidade entre o Levante e a história de luta do movimento indígena. Em sintonia com tal preocupação, o Levante foi interpretado não como um acontecimento estanque, isolado e esporádico, mas sim como parte do processo mais amplo de história da resistência indígena, caracterizada por inúmeros conflitos ao longo da história do país. A Conaie, porém, foi ainda mais longe, e procurou não apenas vincular o Levante à história da resistência indígena no Equador, mas também apreendê-lo como uma reação de todos os grupos sociais subalternos frente a um sistema de discriminação e opressão perpetuado graças às estruturas gerais do Estado equatoriano e ao caráter fragmentário, estratificado e desigual das estruturas econômicas, sociais e culturais da sociedade nacional. Dessa forma, a Conaie procurou

¹¹⁷ Bandeira utilizada, desde o período pré-colombiano, pelos grupos indígenas da região andina, especialmente os Aymara-Quéchua. Formado pelas cores do arco-íris, significa para os povos andinos, “igualdade na diversidade”, sendo interpretado, conforme análise de Luiz Maldonado, como a representação da harmonia e do respeito à diversidade cultural da região. In: MALDONADO, Luis. Los símbolos del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo País. Quito: ALAI, 1996, p. 83-88.

¹¹⁸ Em que pese ter havido por parte do governo central, segundo alguns pesquisadores, uma preocupação em evitar a utilização extrema da violência, em função da aproximação das eleições legislativas, há registro de vários confrontos envolvendo as Forças Armadas e os indígenas, com destaque para os ocorridos na província de Chimborazo, que ocasionou na morte do líder indígena Oswaldo Cuvi Paguay.

combinar demandas étnicas, específicas e históricas das populações indígenas, com reivindicações mais gerais, que contemplavam o conjunto da população pobre do país. Esta combinação de elementos étnicos, nacionais e globais no interior do movimento liderado pela Conaie motivou Jorge Leon Trujillo a interpretar as reivindicações do Levante como “clasistas, étnicas y ciudadanas”.¹¹⁹

2.1.2 As Demandas Indígenas

O elevado grau de mobilização alcançado pelo movimento, a opinião pública nacional e internacional – que demonstrou uma forte simpatia à causa indígena – e a aproximação das eleições legislativa do país forçaram o governo a assumir uma postura de diálogo e negociação com a Conaie, abandonando a postura inicial de desqualificação da entidade e de manifestação de menosprezo para com o Levante.

A Conaie apresentou ao Estado e à sociedade equatoriana, logo no início da mobilização, um primeiro documento intitulado “*Mandato Por la Defensa de la Vida y los Derechos de las Nacionalidades Indígenas*”, em que eram expostas as principais exigências das comunidades indígenas. O documento enumerava dezesseis reivindicações frente às quais o Estado deveria se comprometer em garantir o atendimento. Poucos dias depois, um novo documento foi apresentado pelo movimento, o “*Acuerdo Sobre el Derecho Territorial de los Pueblos Quíchua, Shiwiar y Achuar de la Provincia de Pastaza*”. Este documento foi, na verdade, subscrito inicialmente pela Organización de Pueblos Indígenas de Pastaza (Opip)¹²⁰ e, posteriormente, acatado pela Conaie, passando a fazer parte da pauta de negociação com o governo e servindo, também, de base para a construção do *Proyecto Político*¹²¹ dessa entidade, além de nortear suas ações e contribuir para o estabelecimento de novos parâmetros de debate

¹¹⁹ LEON, Jorge. Versiones de los protagonistas: Los hechos históricos y el valor de los testimonios disidentes. In: ALMEIDA, José (org.). *Sismo étnico en el Ecuador*: Varias perspectivas. Quito: Cedime; Abya-Yala, 1993, p. 117.

¹²⁰ Organização criada em 1981, que contempla as comunidades indígenas Quíchua, Shiwiar e Achuar, situadas na província de Pastanza, localizada na região Amazônica. Essas comunidades tiveram, desde a promulgação das Leis de Reforma Agrária e Colonização (1964 e 1972), o aumento da invasão e ocupação de seus territórios por empresas de exploração petrolífera, contando com o apoio e/ou incentivadas pelo Estado. Entidade que a partir de agora será citado no texto através da sigla Opip.

¹²¹ Documento elaborado pelos dirigentes indígenas da Conaie e fruto do debate entre as diferentes instâncias da organização que, após a sua aprovação nos órgãos deliberativos da entidade em 1994, passou a representar, perante o Estado e a sociedade civil, a proposta política do movimento, visando à reformulação do Estado Equatoriano.

com o Estado, com as forças políticas do país, enfim, com o conjunto da sociedade equatoriana.

No geral, podemos classificar as demandas apresentadas pela Conaie em quatro grupos: a) demandas de ordem agrária, relacionadas a fatores diversos, tais como legalização de territórios indígenas localizados na região amazônica, desapropriação e distribuição de terras às comunidades indígenas, principalmente da região serrana, perdão e negociação das dívidas camponesas para com instituições financeiras públicas, além da elaboração de projetos voltados para capacitação e assistência técnica das comunidades indígenas; b) demandas de ordem educacional/cultural, como reivindicações de melhorias no sistema de educação bilíngüe e intercultural, de aumento do financiamento público para a Dirección Nacional de Educación Intercultural Bilingüe (Dineib),¹²² de aperfeiçoamento dos programas de controle, proteção e desenvolvimento dos sítios arqueológicos e, ainda, de expulsão do território equatoriano do Instituto Lingüístico Verano,¹²³ considerado uma ameaça para a cultura indígena de várias regiões; c) demandas que envolvem investimentos estatais em infra-estrutura, como construção e recuperação de estradas, ampliação dos sistemas de abastecimento de água, entre outros; d) demandas de ordem jurídico-políticas, envolvendo reivindicações que objetivavam a reestruturação do Estado equatoriano mediante a adoção de um modelo estatal baseado no respeito à diversidade cultural e histórica e no estabelecimento de um Estado plurinacional.

A construção programática e discursiva do movimento buscava dar conta da diversidade e complexidade das populações representadas pela organização e da estratégia adotada na condução do processo de luta, partindo de reivindicações concretas, próximas às demandas imediatas das comunidades, e culminando com formulações mais elaboradas que acabaram por estabelecer, de forma explícita, os campos político e histórico como territórios da disputa.

¹²² Órgão criado pelo governo federal em 1988 e responsável pelo programa nacional de educação indígena, que, embora tenha a participação das organizações indígenas no processo de elaboração das diretrizes gerais de ação, está atrelada ao Ministério da Educação, de onde advém o recurso financeiro para o desenvolvimento dos projetos.

¹²³ O Instituto Lingüístico Verano, entidade de caráter religioso, originário dos Estados Unidos, passa, a partir de 1952, a desenvolver trabalhos de evangelização em algumas regiões do Equador, especialmente nas comunidades indígenas da Amazônia, utilizando para tanto programas educativos bilíngües. A atuação dessa instituição tem provocado, na avaliação de grande parte das lideranças e organizações indígenas, transformações negativas nas culturas nativas ao introduzir hábitos e costumes externos à comunidade. Para mais informações, ver. COSSÍO, Consuelo Yáñez. La educación indígena en el Ecuador. Quito: Içam; Universidad Politécnica Salesiana, 1996.

O projeto de reestruturação do Estado – melhor delimitado no documento da Opip e no *Projeto Político* da Conaie – estabelece uma oposição frontal e radical ao modelo de Estado-nação dominante no Equador e que buscava garantir, por detrás do argumento da necessidade de construção de uma unidade política/nacional, o controle dos setores subalternos. Para os setores mais radicais da Conaie, a questão indígena não poderia ser encaminhada de forma satisfatória sem a reflexão – e a construção de propostas de modificação – em torno da estrutura política do país; este entendimento será amadurecido, em momentos distintos, durante a década de 90, se convertendo, por um lado, em objeto de debate com os setores sociais organizados e, por outro lado, em alvo de críticas oriundas dos setores conservadores do país.

As mobilizações de maio e junho de 1990 foram as primeiras de uma série de atividades realizadas ao longo da última década do século XX, que possibilitaram o fortalecimento da Conaie, a consolidação de sua proposta política e o recrudescimento do enfrentamento com um modelo de organização estatal considerado, pelas organizações indígenas, como discriminatório, paternalista, explorador e norteado por pressupostos formais e falsamente democráticos e que jamais objetivaram a construção de uma sociedade justa e solidária. Nesse contexto, a Conaie procurou apresentar, para o conjunto da sociedade equatoriana, uma alternativa de organização estrutural do Estado que será mais bem detalhado ao longo deste capítulo.

Antes, porém, acreditamos ser importante uma discussão sobre o caráter do Estado no Equador, a construção da sua “identidade Nacional” e a relação desenvolvida entre este e a população indígena do país.

2.2 O EQUADOR E A FORMAÇÃO DA SUA “IDENTIDADE NACIONAL”

2.2.1 O Estado e o sujeito índio – exclusão ou integração?

Temos presenciado, no meio acadêmico, um intenso e renovado debate em torno do Estado moderno, especialmente quanto à sua formatação ou definição como Estado-nação. O interesse em torno desse tema tem sido motivado tanto pelo crescente número de movimentos “nacionalistas” regionalistas e étnicos – que, sob a bandeira do direito à autonomia e à autodeterminação, contestam, muitas vezes, de forma veemente, o formato uninacional dos atuais Estados nacionais – quanto pela nova lógica assumida

pelo capital internacional que, exibindo uma argumentação¹²⁴ diferente daquela dos movimentos contestatórios, vem igualmente pondo em xeque a pertinência do conceito de Estados Nacionais. Estes elementos conjunturais têm contribuído para o aprofundamento do debate teórico sobre os elementos constituintes da nação e das nacionalidades e sobre os vários interesses possíveis de se evidenciar na relação Estado/nação.

No debate contemporâneo sobre o processo de formação dos Estados Nacionais, destacam-se duas linhas interpretativas principais. De um lado, a concepção teórica classificada como histórico-culturalista, pela qual o Estado-nação é apreendido como uma construção derivada do consenso e do interesse comum entre os membros da sociedade. Por essa concepção, são os elementos culturais, lingüísticos e históricos, comuns e pré-existentes no seio da sociedade, que conduziriam à consolidação de uma identidade nacional, a qual, posterior e devidamente canalizada, levaria à formação de um Estado Nacional.

Por outro lado, temos a escola modernista, que atribui ao Estado o papel motriz no processo de formação da nação e da identidade nacional, e não o seu inverso. Para essa corrente, o Estado é a expressão política de um setor social que, em busca de legitimação e do fortalecimento do seu poder, utiliza-se das instituições públicas para construir ou forjar um sentimento de comunhão entre os indivíduos e grupos abrangidos por sua autoridade. A ação estatal se dedica, então, a criar ou reforçar elementos culturais e históricos, objetivando congregar e “homogeneizar” o conjunto social, que passaria a ser composto por indivíduos que partilham as mesmas origens e os mesmos destinos. Por esta estratégia, esconde-se ou escamoteia-se a existência das diferenças sociais e classistas que perpassam o tecido social, ao mesmo tempo em que se edifica um consenso em torno do papel que o Estado deve ocupar na sociedade. Identificado com os interesses da nação, o Estado se converte em uma instância socialmente neutra, o que permite, assim, a consolidação do domínio dos grupos dirigentes sobre o conjunto da população. Dessa forma, os sentimentos de identificação nacional são apreendidos,

¹²⁴ Existe, atualmente, um intenso debate sobre os efeitos da globalização na soberania dos países, em que alguns teóricos advogam que a expansão capitalista, nas últimas décadas, modificou completamente a autonomia política e econômica dos Estados Nacionais, alterando a soberania dos países e o questionamento do seu caráter nacional. Enquanto, na opinião de outros, em que pese às considerações sobre a fragilidade política e econômica dos Estados Nacionais frente ao poder dos organismos internacionais e empresas transnacionais, ainda considera inegável a capacidade dos Estados, mesmo entre os países periféricos, de interferir na política econômica do país.

pela escola modernista, como elementos forjados pelo Estado para a consolidação do controle social.

Essa corrente modernista acabou por agregar pensadores tanto de filiação liberal como marxista. Entre estes últimos, destaca-se Ernest Gellner, que, nos seus estudos, ressalta a importância das políticas conduzidas pelo Estado na construção de sentimentos comuns, voltados para a construção da unidade e da identificação nacional. Segundo Gellner,¹²⁵ além de seus instrumentos legislativos e de comunicação, o Estado atribui a seus instrumentos educacionais um papel central na formulação, criação e divulgação de símbolos e sentimentos patrióticos, na massificação de costumes e comportamentos morais, na adequação entre os relatos históricos e os interesses do presente e, ainda, na uniformização da linguagem comum. Para o Estado, portanto, a educação visa, essencialmente, estimular uma identificação entre os membros da sociedade.

Embora essas correntes teóricas sejam, em grande parte, apresentadas como antagônicas – especialmente no estudo de casos relativos à formação dos Estados europeus –, é possível constatar a existência de formulações teórico-metodológicas que, sem desconsiderar as distâncias que separam culturalistas e modernistas, apregoam a possibilidade – e a necessidade – de, em alguns casos, se estabelecer uma abordagem conciliatória entre as duas concepções. Natividad Chong¹²⁶ e Elisé Marienstras,¹²⁷ por exemplo, em seus trabalhos sobre os processos de formação da identidade nacional no México e nos EUA, respectivamente, defendem que a “nação” pode ser pensada tanto com base na existência de elementos comuns entre os membros de uma determinada comunidade, quanto como uma elaboração artificial, construída pelo Estado e por suas instituições públicas. Somente o estudo de cada caso particular poderia oferecer uma maior clareza sobre os fatores determinantes em um processo histórico específico.

Para os casos latino-americanos e, mais especificamente, o equatoriano, em que o Estado nacional emerge no contexto das transformações ocorridas no final do século XVIII e início do século XIX – período caracterizado pela crise do sistema colonial, pela expansão das idéias iluministas, pela ampliação dos interesses das novas potências européias em torno do “Novo Mundo” e pelo forte interesse das elites crioulas em

¹²⁵ GELLNER, Ernest. Nações e nacionalismo. Tradução de Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1993.

¹²⁶ GUTIÉRREZ CHONG, Natividad. Mitos nacionalistas e identidades étnicas: los intelectuales indígenas y el estado mexicano. Tradução de Graciela Salazar. México: Editora Plaza y Valdés, 2001.

¹²⁷ MARIENSTRAS, Élise. Les mythes fondateurs de la nation américaine. Paris: François-Maspero, 1976. Conforme apontamentos de aula do Prof. Dr. Antonio Carlos Amador Gil e das observações feitas no seu livro: Projetos de estado no alvorecer do império. Vitória (ES): IHGES, 2002, p. 33-34.

romper os laços de dependência que as uniam às respectivas metrópoles –, o modelo teórico modernista será o nosso referencial para análise do projeto de construção da identidade nacional.

2.2.2 O nascer do Estado do Equador: nação ou país?

O Estado equatoriano lançou mão, ainda que não no período imediatamente posterior à sua constituição, de práticas que, em maior ou menor grau, buscavam desenvolver sentimentos de união em torno da nova estrutura política. Propalando o objetivo de construção de uma identidade nacional, edificou um discurso baseado na defesa da necessidade de homogeneização sociocultural e de modernização e desenvolvimento econômico, além de exaltar a importância da unificação de todos os grupos sociais em torno de um ideal, o de conduzir o país ao progresso. Contudo, as práticas políticas nem sempre coincidiram com os enunciados discursivos.

Distintas forças econômicas e políticas da elite dominante travaram intensas disputas pelo controle do aparato estatal, guiadas, fundamentalmente, pela preocupação de consolidar os interesses específicos de cada fração integrante da elite. Além do mais, a própria lógica de organização do Estado denunciava sua intenção em estabelecer, à população, uma participação política restrita, exibindo diversos mecanismos que buscavam evitar ou limitar a inserção política dos setores sociais considerados inferiores, especialmente, das populações indígenas.

As primeiras décadas da República do Equador, formalmente constituída em 1830, após sua separação da Gran-colômbia,¹²⁸ foram marcadas por intensas disputas entre a oligarquia serrana – assentada, social e politicamente, no sistema *hacendario*, envolvida, no campo econômico, em atividades voltadas para o abastecimento interno e, do ponto de vista ideológico, unificada em torno de um pensamento predominantemente conservador – e a elite costeira, caracterizada pelo controle de grandes latifúndios dedicados à produção de artigos voltados para o comércio exterior e identificada com tendências de pensamento e política mais liberais. Essas disputas acentuadas em torno do controle da gestão estatal contribuíram para a falta de unidade política e para a

¹²⁸ Estado formado após a independência da Espanha em 1822, constituído por territórios pertencentes aos atuais Estados da Colômbia, Panamá e Equador, representava a tentativa do libertador Simon Bolívar de construir uma grande nação na América, projeto destruído por inúmeros fatores, entre os quais, as pressões externas e as rivalidades e os conflitos internos entre a elite crioula.

inexistência de um Estado centralizado e forte nos primeiros anos do pós-independência.

Esse quadro foi modificado, ainda que de forma tímida, a partir do governo de García Moreno (1859-1875). Após consolidar uma aliança entre as elites políticas das distintas regiões do Equador, García Moreno centralizou o poder e implementou uma série de medidas que visavam à modernização do Estado, com destaque para o estabelecimento de um sistema financeiro e bancário unificado, a organização do sistema educacional estatal, bem como a construção de importantes obras públicas – entre as quais a ferrovia ligando Guayaquil a Quito, que possibilitou, além da dinamização do comércio e da agricultura, uma maior coesão econômica e administrativa ao país.

Do ponto de vista social, como bem afirma Catalina Ribadeneira Suárez,¹²⁹ o Estado Equatoriano manteve, nos primórdios da República, uma estrutura inalterada em relação ao período colonial, incorporando e estendendo elementos e valores do Estado colonial, o que levou, por exemplo, ao estabelecimento de políticas de tributação e de organização administrativa das populações indígenas. Esta avaliação também pela análise de Guerrero, para quem, “casi todo el multifacético sistema de gobierno colonial de la República de los Índios que permitió durante três siglos la administración étnica fue incorporado al flamante Estado-nación con algunas variaciones y adaptaciones”.¹³⁰ Tal cenário perdurou durante toda a primeira etapa da era republicana, consolidando um regime de exploração, discriminação e segregação das populações indígenas, uma vez que o Estado lhes impunha a cobrança dos tributos ao mesmo tempo em que as separava do restante da população, negando-lhes a concessão de direitos políticos. Verifica-se, portanto, uma situação legal de discriminação jurídica, política e social, por parte do poder central, que separava os brancos – isentos do pagamento de impostos e com amplos direitos à participação política – dos índios, obrigados à tributação e impedidos de participar dos processos políticos em função de mecanismos constitucionais e institucionais. Para alguns pesquisadores, este panorama, pautado pela discriminação aberta e constitucional, possibilitou e incentivou os grupos indígenas a se dedicarem à conservação e/ou recriação de aspectos fundamentais de sua identidade étnica.

¹²⁹ SUÁREZ, Catalina Ribadeneira. Racismo en el Ecuador contemporáneo: entre la modernidad y el fundamentalismo étnico. Quito: Fundación de Investigaciones Andino Amazónicas (Fiaam), 2001, p. 50-51.

¹³⁰ GUERRERO, Andrés. Haciendas, capital y lucha de clases Andina. Quito: El Conejo, 1983, p. 95.

Dessa forma, pode-se afirmar que não houve, nas primeiras décadas do pós-independência, por parte da elite dirigente equatoriana, a preocupação de erigir um Estado Nacional, mediante a construção, ainda que apenas teórico-constitucional, de padrões ou regras que levassem à igualdade entre seus habitantes ou “cidadãos”.

No final do século XIX, o desenvolvimento da produção e exportação cacaueira¹³¹ acarretou uma maior dinamização da economia do país, sobretudo na região costeira, principal produtora de cacau. Esta alteração no campo econômico acabou por contribuir para que se verificassem mudanças também no campo político, que se concretizaram com a subida ao poder de uma elite liberal que se dedicou a implementar mudanças na estruturação e condução das ações do Estado.

Os liberais, sobretudo no governo de Eloy Alfaro (1895-1912), na análise de Alejandro Moreano, buscaram conferir maior centralidade e modernização ao aparato institucional do Estado, mediante a criação das “fuerzas Armadas profesionales y no caudillescas, laicización general de la vida política, constitución de la esfera pública separada de la privada”.¹³² A implementação das políticas liberais conduziu a um confronto direto com as elites mais conservadoras da região serrana e com setores igualmente conservadores da Igreja Católica. Os conflitos com a Igreja eram motivados pela imposição de limites à sua atuação, por parte dos liberais, que buscavam, desta forma, restringir o poder eclesiástico, muito embora a Igreja continuasse a exercer importante papel em certas áreas, como a educação, sobretudo nas regiões mais extremas do país, onde apenas as ordens religiosas dispunham de aparatos organizacionais mínimos.

Do ponto de vista social, a política liberal também traçou um projeto de caráter modernizador, pautado na proposta de “integração” política e cultural dos indígenas à cultura “moderna”. Esta “integração” deveria ser conquistada mediante a ampliação e uma série de reformas do sistema educacional que estabeleciam, entre outras medidas, a obrigatoriedade de criação de escolas primárias nas *haciendas*, de forma a possibilitar a escolarização dos filhos dos trabalhadores rurais – em sua maioria índios – e a converter o processo de alfabetização, em espanhol, em mecanismo de aculturação e criação de sentimentos comuns de identificação nacional. O governo liberal encaminhou, ainda,

¹³¹ Atividade que passou a ter, nesse período, peso significativo na balança comercial do país, constituindo no principal produto de exportação e responsável pela maior inserção do país à economia internacional.

¹³² MOREANO, Alejandro. El Movimiento indio y el estado multinacional. In: GÓMEZ, Ernesto Albán. (Org.) Los indios y el estado-pais. Pluriculturalidad y multietnicidad en el Ecuador: contribuciones al debate. Quito: Abya-Yala, 1993, p. 237.

reformas à Constituição que deveriam impedir, ao menos formalmente, a diferenciação étnica, além de abolir a tributação indígena, o trabalho subsidiário, a obrigatoriedade no pagamento do dízimo e o sistema de *concertaje*, ainda em vigor no país.

O discurso liberal e suas manifestações nas práticas de gestão do Estado propunham, portanto, a extensão da cidadania aos setores indígenas mediante a abolição dos dispositivos legais e constitucionais que sustentavam a discriminação étnica. Iniciava-se, de forma mais clara e planejada, a elaboração de um projeto de instituição e definição de uma cultura nacional, a qual incorporaria o elemento índio em seu interior. Pela ótica liberal, com as novas medidas, os índios passariam a ser considerados como iguais, passíveis dos mesmos direitos e obrigações dos brancos e mestiços. As reformas propostas mantinham, no entanto, o veto à participação política dos analfabetos – o que, na prática, significava a exclusão da absoluta maioria da população indígena, não possuidora da qualificação de “alfabetizada”.

É importante ressaltar que esse processo – de maior integração do sujeito índio, na condição de cidadão que desfruta dos mesmos estatutos legais que os demais integrantes da “sociedade”, ao Estado – ocorre num período em que a exportação cacaueira possibilitava uma maior participação do Equador na economia internacional. Neste novo cenário econômico, a incorporação da população indígena à “nação” favorecia uma maior inserção do Equador ao regime capitalista, graças à maior flexibilidade da mão-de-obra – uma vantagem impossível de ser obtida no sistema *hacendario*, caracterizado pela baixa mobilidade dos trabalhadores rurais –, disponibilizando, à região costeira e cacaueira, uma maior quantidade de braços para o trabalho. Assim, é somente a partir da virada dos séculos XIX e XX que se observa a construção de um discurso que procura, em primeiro lugar, incorporar o índio à “cultura tradicional nacional”, representada por um idioma, o *castellano*, e, em segundo lugar, apregoar a necessidade de um arcabouço legal/constitucional que assegurasse a “igualdade” de direitos e obrigações entre todos os integrantes da “cultura nacional”: “a partir de aqui el índio pasa de ser “índio tributário” a “sujeito índio”.¹³³

Apesar das intenções declaradas, pelos sucessivos governos liberais, de transformar as condições de vida da população indígena, integrando-a ao sistema produtivo agro-exportador e à suposta sociedade nacional, muitos pesquisadores avaliam que os resultados alcançados pela política liberal se mostraram muito aquém de

¹³³ SUÁREZ, op. cit., p. 53.

seus intentos anunciados. Em que pese à aprovação de medidas que visavam liberar a mão-de-obra indígena do regime de “semi-escravidão”, as restrições à liberdade indígena, na prática, persistiam, em função do descaso das autoridades públicas locais e do desrespeito dos proprietários privados em relação às leis aprovadas que, desta forma, tiveram limitada sua capacidade de alteração das relações sociais e de trabalho. Além do mais, as propostas liberais de alteração das relações no campo não incluíram, em momento algum, como mecanismo de modernização e aprofundamento das relações capitalistas no meio rural, a reestruturação da propriedade fundiária do país. Em síntese, pode-se concluir que o projeto liberal de construção e modernização da sociedade nacional não se mostrou capaz de incorporar a totalidade da sociedade, em especial os indígenas, em um projeto histórico comum; os liberais se auto-impuseram a missão de construção de um país, mesmo que destituído de nação ou de povo: “creció y se centralizó el aparato estatal pero no la sustacila étnico-espiritual del Estado. Un esqueleto sin carne ni espíritu”.¹³⁴

No geral, a percepção hegemônica entre as elites dominantes do Equador, seja conservadoras ou liberais, era a de que a população indígena constituía um empecilho para o desenvolvimento econômico do país, porque atrasada, conservadora, barreira natural e imediata para o desenvolvimento rumo ao progresso e à prosperidade. A superação da limitada expansão econômica do país somente poderia ser alcançada se satisfeita uma de duas hipóteses: a exclusão do elemento índio do Estado e da sociedade (projeto da elite conservadora) ou a integração deste elemento mediante a negação de sua especificidade histórica e cultural (projeto da elite liberal).

Somente a partir da década de 40 começam a surgir, no Equador, iniciativas políticas empenhadas em fugir da alternância entre as propostas de exclusão e integração – condicionada à negação de sua cultura – da população indígena. Ainda que tais iniciativas partissem da afirmação da necessidade de incorporação do índio à sociedade nacional, elas passaram a adotar uma estratégia diferenciada em relação às anteriores investidas estatais, dando maior atenção às particularidades e especificidades da cultura indígena.

As origens destas novas iniciativas, na realidade, situavam-se além das fronteiras do Estado equatoriano e devem ser relacionadas a um movimento que

¹³⁴ MOREANO, Alejandro. El movimiento indio y el estado multinacional. In: GÓMEZ, Ernesto Albán. (Org.). Los indios y el estado-pais. Pluriculturalidad y multiétnicidad en el Ecuador: contribuciones al debate. Quito: Abya-Yala, 1993, p. 237.

abrangia o conjunto dos países latino-americanos que apresentavam contingentes significativos de população indígena. Neste contexto, foi criado, em 1940, o Instituto Indígena Interamericano, entidade responsável pela elaboração de estudos e projetos relativos à população indígena e que passou a assessorar os países a ela filiados na implementação de políticas que tratassem da questão indígena. Essa iniciativa foi seguida pela criação, nos países membros da organização, de entidades congêntas em nível nacional. No caso do Equador, foi criado, em 1943 o Instituto Indígena Equatoriano¹³⁵ (IIE), que passou a subsidiar as ações dos governos no tocante à elaboração e execução de políticas específicas para as populações indígenas.

À criação do IIE, seguiu-se, na década subsequente, a estruturação de outros organismos diretamente voltados para o tratamento da “questão indígena”, com destaque para a Missão Andina do Equador, entidade atrelada ao Estado que visava à implementação de programas de desenvolvimento das comunidades indígenas, propondo melhorias no setor de habitação, de saúde, educação, além de outras medidas que deveriam permitir, gradualmente, a inserção da economia indígena na lógica do capital. Ou seja, sob práticas renovadas, ainda persistia o antigo projeto liberal de incorporação econômica e social da população indígena à “comunidade nacional”.

Entre o conjunto de medidas adotadas com a finalidade de possibilitar uma “melhor” integração das populações indígenas à sociedade nacional, é importante determo-nos, ainda que brevemente, no exame daquelas relacionadas à educação, em geral, e à educação indígena (ou, melhor, à educação dos índios), em particular.

O sistema educacional equatoriano, pelo menos até meados do século XX, na avaliação de Consuelo Cossio,¹³⁶ baseava-se em pressupostos e instituições desenvolvidos desde a época colonial e se pautava em propostas integracionistas e homogeneizadoras, como a imposição, às populações indígenas, da língua castelhana e dos elementos culturais ocidentais. Partindo da idéia de que os povos indígenas viviam em um estágio atrasado de desenvolvimento e que careciam de “cultura” para incorporar-se à “civilização” – única forma, na avaliação da elite conservadora da

¹³⁵ Que, a partir desse momento, será citado no texto pela sigla, IIE.

¹³⁶ Pedagoga com vários trabalhos na área educacional, especialmente sobre educação indígena, com destaque para o livro: *La educación indígena en el Ecuador*. Quito: ICAM; Universidad Politécnica Salesiana, 1993.

época, de possibilitar a melhoria de suas condições de vida e de trazer progresso para a sociedade como um todo – o sistema educacional, segundo Cossio, visava “a la homogeneización de la población y a la eliminación de cualquier rasgo diferenciador, bajo el ‘imperativo’ de la llamada unidad nacional”.¹³⁷ Mas, em termos práticos, este projeto, integracionista e homogeneizador, não foi capaz de alavancar medidas efetivas que o consolidassem, permitindo a exclusão do índio do sistema educacional oficial, numa clara demonstração da fragilidade do processo de construção de uma identidade nacional ampla.

É importante destacar que a educação estava, em sua maior parte, a cargo das missões religiosas, especialmente as da Igreja Católica que, baseada no argumento religioso da necessidade de evangelização dos indígenas, monopolizou, desde o período colonial, as tarefas de ensino no país. O papel das entidades religiosas na educação se reforçou, a partir da década de 50, com a atuação de seitas religiosas e missões evangélicas, sobretudo das igrejas protestantes provenientes dos Estados Unidos, as quais, desde então, passaram a assumir uma presença acentuada nas áreas rurais do país, em especial na região amazônica. Essas missões, também sob a argumentação e justificativa de levar a “salvação” para as populações indígenas, acabaram por contribuir para a introdução de elementos culturais ocidentais no seio dessas comunidades, transformando, em parte, o modo de vida dos seus integrantes.

Destacado papel, nesse processo, teve o Instituto Lingüístico de Verano¹³⁸ (ILV), entidade de origem norte-americana, que passou a atuar no Equador a partir de 1952, comprometendo-se a organizar, junto com a investigação das línguas indígenas (com a finalidade de possibilitar a tradução da Bíblia nestas línguas), programas educativos para as comunidades rurais de algumas regiões da Amazônia. Em 1963, o ILV assinou, junto ao Ministério da Educação do Equador, um acordo mediante o qual assumia a responsabilidade de, entre outras atividades, desenvolver a educação bilíngüe por meio de escolas primárias e de alfabetização, além de elaborar e confeccionar materiais didáticos e atuar na preparação de mestres indígenas.

¹³⁷ COSSIO, op. cit., p. 69.

¹³⁸ Que, a partir desse momento, será citado no texto pela sigla, ILV.

O ILV alega e propagava ter como objetivo defender e preservar as culturas nativas, como bem demonstra a seguinte citação:

Desde hace algunos años datan nuetros programas de formación de profesores indígenas que permitieron llevar a cabo nuestro reconocido trabaho de alfabetización, mejor dicho de educación bilingue bicultural, que tiende precisamente a evitar la extinción de las etnias.¹³⁹

Mas a avaliação das ações do ILV, quando realizada por outros atores sociais, é diferente. Vale lembrar que a expulsão, do território equatoriano, do Instituto Lingüístico de Verano será uma das bandeiras do movimento indígena do Levante. Para as lideranças indígenas, o ILV utilizava, nas séries iniciais do sistema educacional, um programa bilíngüe apenas para, posteriormente, impor uma educação monoglota em espanhol. O objetivo fundamental do Instituto, na realidade, seria o de permitir uma maior aproximação das comunidades indígenas da região amazônica com a cultura e os valores ocidentais, de forma a facilitar a atuação de empresas estrangeiras – dedicadas à exploração de produtos de considerável valor comercial, especialmente o petróleo – na região.

A partir da segunda metade do século XX, o Estado Equatoriano adotou medidas mais efetivas visando o estabelecimento de um projeto educacional dirigido à população indígena. É importante ressaltar que na década de 60, assiste-se ao início de uma nova fase da economia do país, favorecido – conforme exposto no capítulo anterior – pela conjuntura econômica internacional e pela descoberta de ricas jazidas petrolíferas no seu subsolo. Neste novo contexto, em que se combinavam uma relativa estabilidade política e o crescimento econômico, foi possível, para a burguesia liberal e para os militares no poder, delinear e gerenciar projetos de modernização do país, a serem alcançados mediante o desenvolvimento industrial.

Nesse período, o Estado equatoriano – de forma mais coordenada e com uma maior articulação política – assume o desafio da construção de um modelo cultural único e articulado a um projeto social também supostamente único, em que se admite a ampliação da idéia de cidadania, ao mesmo tempo em que subordina ou nega as diferenças lingüísticas, culturais e étnicas, em favor da constituição de uma

¹³⁹ Instituto Lingüístico de Verano. Informe de actividades. Edición Especial, ILV, Quito, 1990. Apud COSSIO, Consuelo Yánes. La educación indígena en el Ecuador. Quito: Içam; Universidade Politécnica Salesiana, 1996, p. 33.

“comunidade política imaginária”,¹⁴⁰ na qual todos os indivíduos gozariam de igualdade de direitos. É por meio de um discurso homogeneizador e nacionalista que o Estado busca criar uma identidade nacional, em conformidade com a necessidade de modernização imposta pelas novas conjunturas nacional e internacional.

Nacionalismo e desenvolvimento são os novos eixos do discurso das elites dominantes. Assim, será em torno das idéias de “orden y progreso” que se buscará construir uma união – que, ao final, se mostrará frágil e conjuntural – dos diferentes setores sociais, envolvendo-os todos na expectativa de que, com a exploração petrolífera, o Equador conseguiria ingressar numa nova era de desenvolvimento econômico e social. Nesse momento, segundo Sánchez Parga,¹⁴¹ as desigualdades entre os setores da sociedade eram explicadas em termos de “atraso”, “subdesenvolvimento” e “marginalidade”, debilidades que seriam superadas mediante a aceleração do ritmo de crescimento econômico do país.

O processo de modernização do Equador, portanto, trazia em seu bojo uma proposta de integração nacional, com a conseqüente homogeneização cultural da sua população. Nesse sentido, objetivando uma maior incorporação da população indígena à “sociedade nacional”, os governos equatorianos passaram a colocar em prática uma série de ações, assim descritas por Erwin Frank:

[...] primeramente la destrucción de la íntima interrelación de la mayoría de los indios con el sistema productivo de las haciendas, por la vía de las reformas agrarias; segundo, la instalación de agua entubada, luz eléctrica y otros “progresos” en las comunidades indígenas; y tercero, vencer al analfabetismo en las áreas rurales por la construcción de escuelas primarias y secundarias.¹⁴²

No setor educacional, para cumprir com o objetivo de eliminar o analfabetismo do país, o Estado passa a concentrar sua atenção, sobretudo nos programas de educação rural e indígena, promovendo mudanças como o desenvolvimento de programas de ensino bilíngüe e a organização sistemática de campanhas de alfabetização, que passa a ser obrigação do Estado, sem, no entanto,

¹⁴⁰ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1988, p. 14.

¹⁴¹ SÁNCHEZ-PARGA, José. *Actores y discursos culturales*. Ecuador: 1988. Apud SUÁREZ, op. cit., p. 75.

¹⁴² FRANK, Erwin. *Movimiento indígena, Identidad étnica y el levantamiento*. In: ALMEIDA, Ileana. Op. cit., p. 521.

impedir ou dificultar o trabalho desenvolvido pelas missões religiosas e agências estrangeiras que continuaram atuando no país, sobretudo na região Amazônica.

A vinculação entre os projetos educacionais voltados para a maior integração do índio à sociedade nacional e os objetivos desenvolvimentistas e as transformações econômicas perseguidas pela elite dirigente era clara e abertamente propalada. Em 1979, ainda durante o regime militar, foi lançado o Plano Nacional Intensivo de Alfabetização e Educação de Adultos, que, segundo o governo, proponente do projeto:

[...] comprenderá, entre otras, las siguientes fases: de sensibilización, de preparación de alfabetizadores, de distribución de tareas, de ejecución de programas de alfabetización funcional y post-alfabetización vinculados a los requerimientos de mano de obra que el país necesita para su desarrollo.¹⁴³

As campanhas educativas desenvolvidas pelo governo militar, entre 1963 e 1979, provocaram mudanças consideráveis nos índices de analfabetismo do país, que caíram de 48%, em 1944, para 21,9% em 1979, conforme dados de Galo Ramón Valarezo.¹⁴⁴ Essas campanhas, porém, não se mostraram capazes de consolidar uma incorporação definitiva das populações indígenas à cultura nacional. Pelo contrário, o que se observa nesse período – e principalmente nos anos seguintes – é a reestruturação das comunidades indígenas, o fortalecimento de suas estruturas organizativas e a sua capacidade de questionar, de forma incisiva, não somente a estrutura política do Estado, mas também seu modelo de desenvolvimento

¹⁴³ REPÚBLICA DEL ECUADOR. Plan nacional de alfabetización de adultos, Art. 1 e 5: Quito. Decreto Legislativo n. 000, R. 72, 23 nov. 1979. Apud RODRÍGUEZ, Raúl Useche. Educación indígena y proyecto civilizatorio en Ecuador. Quito: Corporación Editora Nacional, 2003, p. 82.

¹⁴⁴ VALAREZO, Galo Ramón. Ese secreto poder de la escritura. In: ALMEIDA, Ileana. Op. cit., p. 363-369.

econômico, além de construir propostas de modificação radical das estruturas econômicas, políticas e sociais vigentes no país.

No final da década de 70 e início da década de 80 – período em que se verifica a ampliação da capacidade organizativa do movimento indígena, assim como o amadurecimento e fortalecimento de sua autonomia política – mudanças conjunturais e estruturais atingiram diretamente a economia do Equador. O maior endividamento do Estado, aliado à crise no setor petrolífero, acarretou uma forte crise econômica, colocando por terra o modelo desenvolvimentista, iniciado na década de 60, que buscava propiciar a edificação de um parque industrial capaz de assegurar a autonomia econômica para o país. A crise econômica foi acompanhada por mudanças nas políticas de gerenciamento do Estado, com o fim do governo militar, a redemocratização do país e sua condução à ordem constitucional.

O novo ordenamento político do Equador, pós-regime militar, tendo como base o retorno à democracia formal e a escolha dos representantes políticos por intermédio de eleições diretas, se caracterizou pela sucessão de governos – ora sob o controle de forças mais conservadoras, ora das mais liberais – que, em geral, assumiram, diante da crise econômica, posturas semelhantes. Todos eles adotaram, em maior ou menor grau, uma postura favorável à abertura econômica e à aplicação de políticas neoliberais, como também utilizaram do Estado para assegurar privilégios aos grupos privados próximos do poder central.

Do ponto de vista social, o Estado adotou, por um lado, a continuidade de práticas repressivas e de desestruturação dos movimentos organizados e, por outro lado, frente à emergência do movimento indígena de caráter etnicista, passou a seguir estratégias políticas populistas e conciliatórias, visando neutralizar o potencial contestatório desse movimento. Nesse contexto, o Estado desenvolveu políticas que

podem ser classificadas como “neoindigenistas”; políticas que, embora alicerçadas nas mesmas premissas dos projetos desenvolvimentistas das décadas anteriores – que almejavam a incorporação da população indígena ao Estado nacional – apontavam para a necessidade de reformulação dos programas estatais, especialmente dos projetos educacionais e culturais, que passaram a professar o respeito à autonomia e aos valores culturais indígenas. Mas, como apontam alguns autores, mesmo esta nova postura do Estado, de estabelecimento de políticas culturais assentadas no reconhecimento das especificidades das comunidades indígenas, parece não estar dissociada de interesses estratégicos das elites dirigentes. Como afirma Luis Bate:

[...] cuando el campesinado amenaza con convertirse en un movimiento político fuerte, bajo las banderas ideológicas de identificación y defensa de la cultura, la burguesía puede permitirse el juego demagógico y populista [...] de aceptar y más aún aceptar paternalmente como tarea del Estado la “defensa” y “conservación” de las culturas autóctonas [...]. Con ello, “desinfla”, desmoviliza, coopta el rigor de los movimientos reivindicativos sobre cuya base podría forjarse una unidad política de mayores alcances.¹⁴⁵

A nova postura frente às reivindicações indígenas apresentava um limite muito claro: o Estado podia se mostrar mais flexível e tolerante para com algumas demandas indígenas – fundamentalmente aquelas referentes ao reconhecimento dos valores e das especificidades culturais das populações indígenas – desde que tais demandas não se mostrassem conflitantes com o modelo de desenvolvimento capitalista do país. Como afirma Alicia Ibarra,¹⁴⁶ o Estado concebia a cultura como um aspecto superestrutural, separada das condições básicas de sobrevivência material

¹⁴⁵ BATE, Luis. Cultura, Clases y cuestión etno nacional. Apud IBARRA, Alicia. Los indígenas y el estado en el Ecuador: las prácticas neoindigenista. Quito: Abya-Yala, 1992, p. 185.

¹⁴⁶ IBARRA, op. cit., p. 178.

das comunidades. Desta forma, o reconhecimento do caráter pluricultural e multilingüístico da sociedade equatoriana, por parte do Estado, era acompanhado pela negação de outras demandas fundamentais das populações indígenas, entre as quais a devolução e/ou reconhecimento de suas terras.

Mais uma vez, peça chave nesse processo de integração das comunidades indígenas será o sistema educacional. Em 1981, foi oficializado o programa Educação Bilíngüe Intercultural (EBI) nas zonas com maioria populacional indígena. Dois anos depois, este programa iria ser reforçado pela Ley de Educación do governo, que afirmava, como objetivo do programa “la integración social, cultural y económica del pueblo y superar el subdesarrollo em todos sus aspectos”.¹⁴⁷ As antigas vinculações entre educação, integração indígena e unidade cultural nacional continuavam presentes:

Todos los ecuatorianos tienen derecho a la educación integral y la obligación de participar activamente en el proceso educativo nacional [...].

El estado garantiza la igualdad de acceso a la educación y la erradicación del analfabetismo [...].

La educación promoverá una auténtica cultura nacional, este es, enraizada en la realidad del pueblo ecuatoriano.¹⁴⁸

Este limite das propostas estatais para a educação acabou por se transformar, paradoxalmente, em elemento impulsionador e motivador do movimento indígena. Partes expressivas deste movimento passaram a lutar para apropriar-se do processo alfabetizador conduzido pelo Estado, visualizando neste uma possibilidade de maior organização, coesão e amadurecimento político das comunidades indígenas. Nesse

¹⁴⁷ RODRÍGUEZ, op. cit., p. 82.

¹⁴⁸ REPÚBLICA DEL ECUADOR. Ley de Educación, art. 2, letras b, g e J; art. 3. letra c, Quito, Ley n. 127, R. O. 484, 3 mayo 1983. Apud RODRÍGUEZ, op. cit., p. 83.

sentido, passo importante foi dado, em 1988, com a criação, pelo Ministério da Educação e após acordos políticos com o movimento, da Direção Nacional de Educação Indígena Intercultural Bilíngüe,¹⁴⁹ organismo que passou a incorporar todos os programas de educação indígena e a ser dirigido pelo movimento indígena, com papel de destaque para a Conaie, responsável por diferentes atividades acadêmicas e pedagógicas, entre as quais a realização de atividades de investigação, elaboração de material didático, capacitação de mestres, entre outras.

Ainda que o apoio estatal ao Dineib tenha se mostrado instável, o que ocasionou grandes dificuldades para o desenvolvimento de suas ações – em função da falta de escolas, materiais didáticos, contratação de profissionais, entre outras deficiências –, o programa exerceu papel fundamental na reestruturação das comunidades indígenas. As ações de educação indígenas articuladas pelo Dineib não apenas contribuíram para o reavivamento e fortalecimento da identidade étnica, como também forneceram as bases para a construção de um projeto contra-hegemônico, por parte do movimento indígena, em oposição ao projeto político do Estado Equatoriano, que buscava, por intermédio da homogeneização e da disseminação da idéia de igualdade de todos perante o Estado, encobrir as diferenças de classe e apagar da memória a histórica opressão étnica exercida sobre as populações indígenas.

2.3 A NAÇÃO MULTICULTURAL: O PROYECTO POLÍTICO DA CONAIE

Ao longo dos séculos, o Estado equatoriano buscou forjar uma identidade nacional, à custa da discriminação dos valores culturais e da história indígena,

¹⁴⁹ Que, a partir desse momento, será citado no texto pela sigla, Dineib.

considerados como empecilhos para a modernização e o desenvolvimento do país. Em contraposição, as comunidades indígenas se dedicaram a construir uma proposta política alternativa, que adotava como premissa a defesa de uma estrutura organizacional e administrativa do Estado que levasse em conta o caráter plural da sociedade equatoriana.

A proposta indígena para a reestruturação do Estado e do projeto nacional, externalizada com o Levante de 1990 – e mais bem detalhada com a elaboração e divulgação do *Proyecto Político* da Conaie, encaminhado como proposta de Projeto de Lei ao Congresso Nacional do Equador – estava diretamente relacionada com um amplo processo de resgate e reavivamento da identidade cultural indígena. O *Proyecto Político* é o resultado de um amplo empreendimento construído com a valorização de tradições culturais e históricas e a elaboração de um projeto étnico-político especificamente indígena.

Ao resgatar e valorizar os atributos da cultura indígena, o movimento buscava assinalar sua identidade específica e suas distinções frente aos demais grupos sociais. Tratava-se de conformar ou reforçar os sentimentos de identificação inter-étnica entre os distintos grupos indígenas, tendo como base uma história recente comum de exploração, discriminação e resistência frente à sociedade branco-mestiça, fatores que têm possibilitado uma unidade estratégica na organização e definição de mecanismos comuns de luta em favor de suas reivindicações.

A emergência atual do movimento indígena no Equador, revigorado por novas estratégias de organização e por novos enunciados de auto-identificação, não é um fenômeno isolado, restrito ao Equador. Em outros países latino-americanos – México, Bolívia, Brasil, Colômbia, dentre outros – a presença, organizada, das populações indígenas nas arenas das disputas sociais e políticas tem se feito, igualmente, notar. Tal fenômeno – somado aos muitos e diversos movimentos étnicos verificados na Europa, Ásia e África – tem provocado um intenso e rico debate entre diversas áreas do conhecimento, especialmente entre a História e a Antropologia. Este debate favoreceu o redimensionamento de conceitos e temas que passaram a fazer parte do jargão jornalístico e dos debates políticos nacionais e internacionais, com destaque para utilização de termos como “grupos étnicos” e “etnicidade”. Esses conceitos, que integravam, originalmente, o arcabouço teórico da Antropologia, passaram a ser intensamente utilizados pelos historiadores como ferramentas teóricas capazes de

propiciar uma melhor compreensão dos inúmeros conflitos de base étnica que sacodem o mundo contemporâneo.

Como a grande maioria dos conceitos teóricos, a definição de “grupo étnico”, “identidade cultural” ou “etnicidade” tem sido rodeada de divergências e contradições profundas. No caso específico desse estudo, não pretendemos elaborar uma análise ou mesmo um histórico do uso desses conceitos algo, aliás, muito bem executado no trabalho de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenarte.¹⁵⁰ Com base nas contribuições teóricas advindas do trabalho de Fredrik Barth,¹⁵¹ nos limitaremos a buscar compreender como o discurso da etnicidade, tal como externalizado por entidades como a Conaie, tem se mostrado eficaz quando se trata de estabelecer uma relativa unidade organizacional entre distintos grupos indígenas ou de possibilitar a construção de um projeto político – baseado na exigência do respeito à diversidade étnica e na valorização das diferenças culturais presentes no país – oponente aos modelos dominantes.

A etnicidade deve ser vista como a externalização de conflitos – presentes, muitas vezes, de forma subjacente – entre distintos grupos étnicos. No atual contexto, tal noção termina por explicitar e denunciar o caráter frágil e artificial da homogeneidade supostamente concretizada nos Estados Nacionais.

Grupos étnicos são aqui compreendidos como coletividades que partilham valores, costumes e uma memória comum, que nutrem uma crença subjetiva em torno de uma origem comum e que comungam sentimentos de pertencimento que transformam os sujeitos individuais em integrantes ou partes de um mesmo grupo. Embora de importância singular, não se pode atribuir ao conjunto dos traços culturais semelhantes o fator determinante para a caracterização de um grupo étnico, já que, como apontado nos estudos de Fredrik Barth, as identidades étnicas podem existir mesmo na ausência de traços culturais comuns.

Para Barth, segundo Oliveira,¹⁵² um grupo étnico não se define por seu estofo cultural (que se modifica no tempo e varia de acordo com ajustamentos ecológicos), mas pelos critérios por meio dos quais o grupo estabelece as suas fronteiras (critérios de

¹⁵⁰ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

¹⁵¹ Especialmente da sua obra mais citada: Grupos étnicos e suas fronteiras, cuja introdução foi reimpressa no livro de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart. Teorias da etnicidade. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, p. 185-228.

¹⁵² OLIVEIRA, João Pacheco de. A viagem da volta: reelaboração cultural e horizontes políticos dos povos indígenas do nordeste. Projeto Estudo Sobre Terras indígenas (Peti.). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1984, p. 8.

pertencimento e exclusão) e normaliza as formas de interação entre os seus membros e entre estes e os indivíduos que lhes são estranhos. Nesta concepção, a homogeneidade cultural é resultante não obrigatória de um processo de criação coletiva e de constituição de um sujeito coletivo.

Cultura e identidade cultural não devem ser vistas como elementos estáticos, amorfos, mas sim como fenômenos extremamente dinâmicos, que conformam a interação do sujeito com o seu meio em sua totalidade. Cultura e identidade cultural jamais se manifestam de forma isolada; pelo contrário, elas se constituem do amálgama organizado do conjunto de fatores diretamente relacionados com o fazer, o pensar e o acreditar humano.

Quando esses grupos portadores de características socioculturais semelhantes passam a se auto-identificar, em um determinado contexto histórico, como portadores de uma mesma identidade, temos o surgimento de um grupo étnico que, por sua vez, ao se organizar, estabelece um discurso próprio que representa a tomada de consciência de suas especificidades e expressa essas particularidades exigindo o seu reconhecimento. Completada esta cadeia de construção de identidades e expressões, temos em curso um processo de etnicidade, que representa, nas palavras de Luis Botero, “la transición de la ‘etnia o etnicidade en-sí’ a la ‘etnia o etnicidade para-sí’”.¹⁵³ Ou seja, a transição da fase de identificação e oposição a uma dada situação de desconforto para o enfrentamento a essa realidade de forma prática e consciente.

Dessa forma, a etnicidade, como bem afirma Barth,¹⁵⁴ revela-se nas ações e reações de um grupo em inter-relação com outros, no interior de uma organização social que não cessa de evoluir. Etnicidade pressupõe um conjunto de comportamentos sociais que são mutáveis, de acordo com o desenrolar do tempo, e é no bojo desse incessante processo de mudanças sociais, políticas e culturais que os grupos étnicos conseguem sustentar os limites que os distinguem como “diferentes”. Portanto, as identidades étnicas, na concepção de Barth, se modificam de acordo com os fatores internos e externos aos próprios grupos. Além de instrumento de definição de culturas específicas, a etnicidade deve ser vista como um conglomerado de mecanismos de diferenciação e identificação acionados conforme os interesses dos indivíduos e grupos em questão, assim como o momento histórico no qual estão inseridos, e que pode, em

¹⁵³ BOTERO, op. cit., p. 150.

¹⁵⁴ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Op. cit., p. 188.

muitos casos, como bem afirma Manuela Carneiro da Cunha, vir a se expressar em “uma forma de organização política”.¹⁵⁵

O sentimento de etnicidade aflora em diversas circunstâncias, mas principalmente em situações de conflito, que exigem a afirmação da diferenciação entre grupos distintos, quando a conquista de vantagens e de poder aparece condicionada à exibição de uma maior coesão étnica. A etnicidade assume uma conotação de cunho político e de oposição a uma situação determinada, vista como desfavorável para o grupo auto-identificado.

O comportamento étnico deve, portanto, ser entendido como flexível, adaptativo e variável, exibindo traços particulares de acordo com o ambiente e a situação histórica. Voltando ao caso equatoriano, podemos afirmar que, no final da década de 80 e princípio da de 90, uma situação conjuntural específica – uma forte crise econômica, aliada a uma situação de intensa instabilidade política e forte abalo na hegemonia política dos grupos dominantes – propiciava um ambiente favorável para o desenvolvimento ou fortalecimento do movimento étnico.

Além dessa situação conjuntural, é necessário destacar que, apesar das perdas culturais decorrentes do contato com os europeus e da imposição, por parte desses últimos, de novos valores morais, históricos e culturais, as comunidades indígenas do Equador foram capazes de construir distintos instrumentos de resistência, recorrendo a diversos mecanismos na proteção de seus interesses. Steve Stern, ao tratar desta grande capacidade de adaptação e maleabilidade, conceitua o que chama de “cultura de resistência adaptativa”,¹⁵⁶ numa referência à capacidade, por parte das comunidades indígenas, de novas práticas culturais e políticas e de reelaboração de seus valores e tradições.

As manifestações de protesto, durante o Levante Indígena do Equador, foram precedidas de um processo de resgate de instrumentos e rituais simbólicos que buscava fazer renascer, na memória indígena, valores étnicos de luta e unidade. Em outras palavras, a partir do Levante, a etnicidade começou a se manifestar de forma mais incisiva, em relação aos momentos históricos anteriores, no panorama social do Equador. Em diferentes regiões do país, dirigentes e lideranças indígenas passaram a incorporar, nas mais diversas formas de manifestação, expressões e símbolos étnicos há

¹⁵⁵ CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Edusp, 1986, p. 115.

¹⁵⁶ STERN, Steve J. Resistance, rebellion and consciousness in the Andean peasant World, 18 to 20 centuries. Apud ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfose indígena: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 260.

muito não utilizados, que passaram a ser valorizados e exibidos com orgulho, como sinais distintivos das comunidades indígenas frente aos demais grupos da sociedade equatoriana.

De importância cabal nesse processo de revigoração do movimento indígena – pautado pelo fortalecimento da etnicidade e pela construção de um projeto alternativo de organização do Estado – foi o surgimento de um novo padrão de liderança indígena, caracterizado pelos seguintes atributos entre outros: a) valorização dos pressupostos democráticos nas instâncias de deliberação e execução das atividades do movimento, deixando de lado o padrão carismático e personalista de afirmação da liderança; b) acesso a informações sociais, políticas e econômicas relativas não apenas às comunidades indígenas, mas ao conjunto do Estado nacional, característica resultante de uma mais ampla experiência de debates com outras forças sociais; c) domínio de distintos códigos de comunicação, fluentes nas comunidades indígenas e entre grupos sociais a elas externos, habilidade que se mostrou essencial para o fortalecimento das organizações indígenas, reforçando a elaboração de um discurso próprio do movimento. Aliás, esse novo perfil da liderança é uma das principais características dos chamados “novos movimentos sociais”, em oposição às práticas conservadoras e populistas típicas dos movimentos classistas tradicionais.

Para a historiadora Libertad Bittencourt,¹⁵⁷ o surgimento, no interior do movimento indígena, dessas novas lideranças pode ser situado por volta da década de 70, quando integrantes das comunidades indígenas passaram a se dedicar à tarefa de construção de laços de unidade entre os diferentes grupos étnicos, estabelecendo, assim, uma estratégia que se mostraria eficaz no relacionamento com a sociedade civil equatoriana.

Este novo padrão de liderança que se destaca no movimento indígena do Equador – e em outros movimentos sociais – se aproxima, em alguma medida, do intelectual orgânico de Gramsci,¹⁵⁸ indivíduo que deveria reunir a capacidade de

¹⁵⁷ BITTENCOURT, Libertad Borges. O movimento indígena organizado na América Latina – a luta para superar a exclusão. In: ENCONTRO DA ANPHLAC, 4., 2001, Vitória (ES). Anais eletrônicos... Vitória (ES): ANPHLAC, 2001. Disponível em: <<http://www.anphlac.cjb.net>>. Acesso em: 25 de nov. de 2004. ISBN 85-903587-2-0.

¹⁵⁸ É importante ressaltar que Gramsci foi um dos principais marxistas a estudar e destacar a importância dos fatores culturais e ideológicos na construção e consolidação de um projeto como hegemônico tendo, o intelectual orgânico, papel fundamental nesse processo. Para melhor conhecimento ver: GRAMSCI, Antonio. A Formação dos Intelectuais. In: COUTINHO, Carlos Nelson. (Org.). Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 ; COUTINHO, Carlos Nelson. Os Intelectuais e a organização da Cultural. Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, n. 10, 1981, p.

compreender adequadamente a sua realidade e a de, a partir dessa realidade, formular um projeto de ação e transformação política próprio do grupo a que pertence. Assim como este intelectual delineado pelo marxista italiano, os novos líderes que emergem a partir do Levante procuram, por um lado, associar o sentir, o pensar e o agir característicos do mundo indígena com a capacidade de elaborar e organizar uma visão de mundo que reflita os anseios do grupo social a que pertencem, e, por outro lado, criar meios para que essa nova visão de mundo se consolide como hegemônica no conjunto da sociedade.

O novo intelectual indígena se destaca pelo papel que assume, tanto na organização e dinamização do movimento indígena, quanto no processo de discussão e de consolidação junto à sociedade civil de uma imagem positiva do movimento e da cultura indígenas como um todo. Nesta segunda tarefa, as lideranças não hesitam em recorrer aos mais diversos e modernos veículos de comunicação: jornais, TV, internet, entre outros. Esta intensa exposição midiática contribui para o estabelecimento de canais de inter-relação do movimento com outros grupos sociais, além de propiciar e estimular debates entre as próprias e diferentes comunidades indígenas. Paralelo a esse processo, o movimento indígena busca construir, junto aos demais grupos sociais, uma rede de solidariedade e apoio às lutas comuns, além de alimentar o debate em torno do melhor modelo de Estado a ser implantado e dos novos rumos pretendidos para a economia do país.

Após assumir a Direção Nacional de Educação Indígena Intercultural Bilingüe (Dineib) – instituição que, embora pertencente à estrutura executiva do Estado, goza de uma relativa autonomia, com capacidade de propor e executar programas educacionais distintos em relação ao sistema nacional – o movimento indígena se dedicou a organizar projetos pedagógicos que se mostrassem em sintonia com as necessidades e expectativas dos diversos grupos étnicos. Para os pesquisadores equatorianos Victor Zaldivar e Gabriela de Olmo,¹⁵⁹ as experiências educativas criadas por entidades e instituições diretamente identificadas com a cultura indígena estão na origem de importantes alterações verificadas no interior do movimento:

93-110; BEIRED, José Luiz Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto. (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

¹⁵⁹ ZALDÍVAR, Victor Breton Solo de.; CARMEN, Gabriela del Olmo. Educación bilingüe e interculturalidad en el Ecuador: algunas reflexiones críticas. *ICCI-ARY Rimay*, Quito: Abya-Yala, ano 1, n. 9, p. 102-106, dez. 1999.

[...] la aparición de unas primeras generaciones de líderes que, gracias a su propia capacitación, fueron asumiendo la demanda de la formación indígena como un factor estratégico de cambio social. [...] en segundo lugar, derivaron en buena parte e un processo sin precedentes de fortalecimiento indentitario: es destacable, en este sentido, el reconocimiento de la importancia de la utilización del próprio idioma en el aprendizaje.¹⁶⁰

Um dos pontos centrais do projeto educacional encabeçado pela Dineib está na promoção, valorização e recuperação das culturas e línguas das diversas nacionalidades e povos indígenas. Para o cumprimento destes objetivos, o Dineib conta com uma rede de Centros Educacionais Comunitários que atinge todos os povos e nacionalidades, unidades que permanecem intensamente atuantes, a despeito das várias dificuldades enfrentadas na implementação de seus projetos, tanto no que se refere às deficiências infra-estruturais quanto no que diz respeito ao número limitado de professores qualificados. Os Centros Educacionais, apesar de não excluírem o aprendizado do espanhol, priorizam ou dão maior importância ao estudo do idioma original, pois seus dirigentes acreditam ser a língua:

[...] una manifestación rica del sentir de la pernsona, además es necesario entender que la lengua es el patrimonio de la humanidad, por tanto es pertinente desarrollarla adecuadamente para que cada una de las lenguas indígenas de Ecuador sean un instrumento idóneo para la educación, así como el español.¹⁶¹

Além da construção de um sistema de ensino bilíngüe, coordenado pelas organizações indígenas e conduzido, predominantemente, por professores nativos, o movimento se empenhou em recuperar e criar uma série de símbolos, de diversas categorias, cuja exposição servia para reforçar a identidade social e política das populações indígenas e para apresentar a história dessas populações sob o emblema da luta e da resistência, e não sob o da derrota e da submissão.

Como bem observado pelo historiador Luiz Fernando Botero:

[...]los símbolos son puestos al servicio de la construcción y despliegue de un contrapoder que impugna el poder politico oficial o para colaborar en la construcción de identidades sociales y politicas”.¹⁶²

Seguindo esta estratégia, as organizações indígenas se encarregaram de recuperar a memória de personagens históricos, como Tupac Amaru,¹⁶³ Tupac Katari,¹⁶⁴ Lázaro Condo¹⁶⁵ e outros líderes indígenas que tiveram suas histórias de vida

¹⁶⁰ Idem, Ibidem, p. 102.

¹⁶¹ Idem, Ibidem, p. 112.

¹⁶² BOTERO, Luiz Fernando. Movilización indígena, etnicidad y proceso de simbolización en Ecuador: el caso del líder indígena Lázaro Condo. Quito: Editora Abya-Yala, 2001, p.171.

¹⁶³ Principal líder do levante indígena ocorrido no Peru, no final do século XVIII, contra a opressão espanhola, desde então símbolo de resistência para as populações indígenas da América Latina.

¹⁶⁴ Participou, juntamente de Tupac Amaru do levante indígena de 1780, e após a morte de Tupac Amaru continuou a resistência na região até a sua morte em 1781.

associadas à resistência nativa e que se tornaram exemplos de luta para as comunidades indígenas, símbolos da capacidade de resistência e superação desses povos.

Nesse mesmo sentido, o movimento também se preocupou com o resgate e exibição de diversos símbolos históricos, culturais e religiosos, como as bandeiras do

¹⁶⁵ Líder indígena equatoriano morto por forças repressivas do governo em 1974, na disputa por terras na região de Toctezinín, sendo desde então símbolo de luta pela conquista e reconhecimento das terras indígenas.

Wipala¹⁶⁶ e a imagem do deus Sol-Inti,¹⁶⁷ além de promover a retomada do uso de vestimentas e adornos tradicionais. Estes símbolos passaram a ter presença constante nas diversas manifestações públicas, foram incorporados ao discurso e a outras formas de expressão étnica indígena e reforçaram o processo de valorização da cultura indígena e de desenvolvimento e/ou fortalecimento do orgulho étnico. A reinvenção ou resgate se revela como eficaz mecanismo de legitimação de sujeitos sociais e políticos emergentes; fortalece, delimita e afirma a identidade étnica.

Os símbolos utilizados pelas organizações indígenas, como bem afirma Geertz,¹⁶⁸ não surgem de maneira natural ou espontânea. Pelo contrário, expressam saberes, significados e valores construídos historicamente e mantidos vigentes pelas sociedades ou por grupos sociais específicos. Recuperar símbolos, portanto, significa resgatar saberes e vivências que conformam a etnicidade indígena e sua identificação histórica, o que, para as lideranças do movimento, era essencial para a consolidação de organizações e projetos políticos comuns às comunidades indígenas. Nesse sentido, os símbolos são instrumentos a serviço da construção de um contra-poder e do questionamento às estruturas formais de poder e, mais do que isto, definem identidades sociais e políticas novas ou renovadas, idealizadoras de uma nova configuração política e social.

Quando as populações indígenas, por meio do Levante, tomaram de assalto a cena política e social do Equador, esse processo de valorização e revigoramento da cultura indígena já havia alcançado um nível considerável de consistência, o que explica, em parte, o sucesso da mobilização. Dessa forma, podemos considerar que a mobilização de maio/junho de 1990 representou a superação da fase de constituição,

¹⁶⁶ Bandeira de origem aymara-quéchuá utilizada, no período pré-colombiano, em atos cerimoniais e culturais, especialmente em festas solenes, encontros comunitários, matrimônios, nascimento, trabalhos comunitários, entre outras. Durante o período colonial, diante da repressão imposta pelos espanhóis, a Wipala se transformou em emblema de resistência e rebelião, e atualmente, tem simbolizado o resgate do patrimônio e soberania territorial dos povos indígenas, estando ligada a todos os tipos de manifestações públicas, reivindicações políticas e ações de resistência civil por parte do movimento indígena, não só do Equador como das demais regiões andinas, como no Peru e Bolívia. Fontes: LUCCA, Manuel de. Diccionario Aymara Castellano/Castellano-Aymara. Disponível em: <<http://www.umce.cl>>. Acesso em: 2 out. 2005; MALDONADO, Luis. Los símbolos del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo País. Quito: Alai, 1996, p. 83-88.

¹⁶⁷ Inti, ou deus Sol, divindade que, juntamente com Viracocha, representa uma das principais entidades religiosas dos Incas. Simbolizado pela forma de um disco de ouro com traços humanos (o Sol), teve o seu culto difundido por todas as comunidades conquistadas nos Andes centrais, até a chegada dos espanhóis. Atualmente tem sido resgatada e utilizada em sinal de revigoramento e renascimento da cultura andina, num processo de valorização étnica. Fonte: FUENTE, Jesús Callejo. Fiestas sagradas. Sus orígenes, ritos y significado que perviven en la tradición de los pueblos. Disponível em: <<http://www.machupicchu.com.br>>. Acesso em: 2 out. 2005.

¹⁶⁸ GEERTZ, Clifford. La interpretación de las culturas. Apud BOTERO, op. cit., p. 169.

organização e unificação do movimento indígena, possibilitando à Conaie apresentar-se como o principal agente político do Equador.

O movimento indígena, assim como os demais movimentos sociais, orienta suas ações tendo em mira a defesa de interesses determinados, buscando, mesmo que parcialmente, transformar as condições de vida de seus integrantes. Ou seja, num certo sentido, a simples existência do movimento implica já um questionamento das formas de organização e atuação do poder estatal. Embora integre a sociedade civil, o movimento canaliza suas atividades de forma a atingir a sociedade política, especialmente o Estado. Neste sentido, o objetivo maior do movimento será sempre o de impor modificações à estrutura do poder estatal.

Alguns pesquisadores atribuem ao movimento indígena um caráter e importância muito mais cultural do que propriamente político. Outros, como Manuel Castells,¹⁶⁹ apreendem os movimentos sociais baseados em identidades étnicas, em época de globalização, como fenômenos coletivos eminentemente defensivos, ou de resistência, ou, ainda, em outras palavras, como movimentos dedicados a preservar valores e conquistas e não a propor ou construir novos valores ou novas formas de poder. Estas abordagens, porém, não são adequadas à análise do movimento indígena equatoriano. Em sua plataforma de luta e em diversos outros de seus enunciados, percebemos, claramente, não apenas as demandas em defesa de suas especificidades culturais, mas também as proposições de modificação radical dos aparelhos políticos do Estado. Assim, a Conaie externaliza não somente uma posição defensiva frente às modificações impostas pelos governos equatorianos e pela política neoliberal, mas também expressa, de forma ofensiva, um novo projeto para a sociedade, que envolve a completa reestruturação, do ponto de vista econômico e cultural, do país e, principalmente, o reordenamento de suas estruturas políticas.

Ou seja, os movimentos indígenas não se expressam apenas no sentido de salvaguardar, defender e exercer direitos já conquistados; buscam também a criação e o conseqüente reconhecimento de novos direitos. Além do mais, conforme Luiz Botero,¹⁷⁰ os movimentos sociais geram novas solidariedades, transformam a estrutura associativa da sociedade civil e abrem novos espaços públicos, além de revitalizar aqueles já institucionalizados. Portanto, não é possível generalizar ou desmerecer a

¹⁶⁹ CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 23-25. v. 2.

¹⁷⁰ BOTERO, op. cit., p. 203.

capacidade de recomposição e renovação dos movimentos sociais, bem como sua capacidade de oferecer propostas alternativas ao sistema político.

Nesta linha, a Conaie passou a explicitar sua proposta política mais claramente, num processo rico e dinâmico de diálogo junto à sociedade civil e ao Estado, exibindo um discurso próprio, formulado com base numa visão étnica do problema agrário e da organização política, associada aos grandes temas sociais, de abrangência nacional e, porque não dizer, global da sociedade moderna. Como bem afirma Luis Botero: “Los representantes étnicos expusieron un discurso global de los problemas y, unido a esto, una visió nacional de la sociedad y del Estado”.¹⁷¹

2.3.1 O Projeto Político da Conaie

O *Projeto Político* da Conaie, apresentado inicialmente junto com as demais demandas indígenas no Levante de 1990, tem como ponto central a exigência de que o governo do Equador reformule a Constituição Federal mediante a modificação de seu artigo 1º, declarando o país como um Estado Plurinacional. Desde então, a entidade tem procurado ampliar o debate em torno das propostas que constituem o *Projeto Político*, explicitando seu significado real, suas implicações legais e as alterações práticas, no âmbito das estruturas estatais, decorrentes de sua implementação. Tal debate despertou o interesse da opinião pública nacional e provocou fortes reações entre os diferentes setores sociais, em particular do governo, em suas diversas instâncias de atuação.

A proposta de transformação do Equador em um Estado Plurinacional – inicialmente encarada, por diversos atores políticos e sociais, como essencialmente utópica – começou a tomar consistência política no decorrer do próprio processo de negociações entre o governo e a Conaie, quando esta última assumiu a proposta de reconhecimento e legalização dos territórios indígenas da província de Pastaza, inicialmente formulada pela Opip e subscrita pelas organizações indígenas da região. O documento, composto de cinco partes, apresentava uma descrição do processo histórico de ocupação dos territórios reivindicados pelos povos Quíchua, Shiwiar e Achuar, e das variadas estratégias de usurpação desses territórios empreendidas pelos conquistadores europeus e – já depois da formação da República do Equador – pelos grupos dominantes branco-mestiços. Neste documento, para justificar os seus direitos sobre esses

¹⁷¹ Idem, Ibidem, p. 205.

territórios, as comunidades indígenas recorriam a argumentos que resgatavam a ocupação histórica, por seus ancestrais, dessas áreas, bem como a outros, derivados da afirmação da existência de direitos naturais e inalienáveis pertinentes a todos os povos, direitos que estariam amparados em diversas legislações internacionais sobre o tema, como bem demonstra o seguinte recorte do documento.

La AUTODETERMINACIÓN y la AUTONOMIA de los Pueblos Indígenas es igualmente un principio ampliamente consagrado en la legislación internacional y debe estar vigente en el estado; más aún si éste se proclama constitucionalmente como país PLURINACIONAL y MULTIETNICO, como lo es en realidad. La vigencia de estos principios implica:

- a) EL AUTOGOBIERNO de los Pueblos Indios en sus territorios y la plena vigencia de su derecho tradicional; y
- b) Como consecuencia de lo anterior se hace necesaria la modificación o supresión del régimen político administrativo (Parroquias, Cantones, Jurisdicciones provinciales, registro civil, etc.) en territorios indígenas.¹⁷²

Ou seja, o movimento indígena equatoriano não reivindica simplesmente o acesso à terra, mediante o reconhecimento de seus territórios, mas, em nome dos princípios da autodeterminação e autonomia dos povos, pretende arrancar do Estado o direito de exercer autonomia política, administrativa e jurídica sobre os territórios disputados.

Estas reivindicações apresentadas pelo movimento se converteram num estopim que atizou um intenso debate, provocando interpretações diversas. Em primeiro lugar, interpretações que se guiavam por uma percepção reducionista dos problemas indígenas, propondo uma leitura simplista e economicista de suas demandas e desconsiderando as especificidades de suas propostas. De acordo com tais interpretações, as demandas indígenas deveriam ser encaradas como variantes das reivindicações trabalhistas e sociais, que deveriam ser resolvidas pelo Estado sem maiores transformações do sistema político ou do modelo de desenvolvimento econômico.

Um outro viés interpretativo – presente de forma marcante nas intervenções de integrantes do governo, da imprensa e das elites econômicas – classificava a

¹⁷² Acuerdo Sobre el Derecho Territorial de los Pueblos Quichua, Shiwiar y Achuar y Achuar de la Provincia de Pastaza a Suscribirse con el Estado Ecuatoriano. Documento da Opip. In: COMISIÓN POR LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS (CDDH). El levantamiento indígena y la cuestión nacional. Quito: Abya-Yala, 1996, p. 102.

proposta indígena como “separatista” e alimentava acusações contra as organizações indígenas por estarem tentando romper com a unidade do Estado, criando Estados paralelos, ou, em outros termos, um Estado no interior de outro Estado. Por esta ótica, a proposta de Estado plurinacional era considerada essencialmente “anti-patriótica” e dissolvente da unidade estatal. Posição que aparece de forma clara no discurso proferido pelo presidente da República, Rodrigo Borjas, ao se referir ao Levante de 1990:

[...] no falta los problemas y agitadores que sin consciencia de patria y sin sentimiento de nacionalidad, pretenden dividir el país y han comenzado a agitar a los indígenas de la serranía. En unos días se levanta la bandera regionalista y se siembra el odio entre las diversas regiones del país cuando más necesitamos de la unidad nacional; y en otros días, agitadores irresponsables están manipulando a los indígenas de la Sierra, para inducirles a que cometan actos de violencia que conspiran contra el progreso y la producción de alimentos.¹⁷³

Este pronunciamento presidencial foi seguido por uma forte campanha difamatória¹⁷⁴ que, em função do grande apoio popular ao Levante, procurou reverter a posição da opinião pública em relação ao movimento indígena. Em reação, lideranças da Conaie e de outras organizações indígenas ocuparam a mídia, procurando negar o projeto de fragmentação do Estado equatoriano e tornar mais clara a proposta do movimento. De acordo com Luis Macas:¹⁷⁵

[...] para nosotros, el Estado es una entidad que cobija a todos, pero en forma desigual y con esto expreso que los Pueblos Indígenas no estamos en el entendimiento ni en la forma de desconocer a un estado ecuatoriano. Nosotros lo quien pugnamos es que el estado ecuatoriano tiene que modificarse, tiene que ser de acuerdo a las condiciones y a la realidad de los que somos los ecuatorianos. Ni

¹⁷³ Discurso de Rodrigo Borja, 1990, em evento de inauguração de um terminal terrestre em Santo Domingo dos Colorados – província de Pichincha, Publicado pelo Jornal Hoy de 29 de julho de 1990. In: Revista KIPU, n. 14. El Mundo Indígena en la Prensa Ecuatoriana. Informe especial sobre el levantamiento indígena. Quito: Abya-Yala, 1990, p. 76.

¹⁷⁴ Como bem demonstram as diversas notícias jornalísticas e editoriais, vinculados nos principais meios de comunicação da época, muito bem detalhada na Revista Kipu. Revista que tem como objetivo acompanhar e publicar a principais notícias, vinculadas na mídia escrita, sobre o movimento indígena no Equador. Gostaria de destacar, ainda, o importante artigo de Ana Karina López. La demanda indígena de la pluriculturalidad y multiethnicidad: el tratamiento de la Prensa, onde a autora faz uma importante análise da atuação da mídia sobre a proposta política da Conaie. In: MENACHO, Diego Cornejo. (Org.). Los indios y el estado-pais. pluriculturalidad y multiethnicidad en el Ecuador: contribuciones al debate. Quito: Abya-Yala, 1993, p. 21-60.

¹⁷⁵ Um dos principais intelectuais e líderes indígenas que a época do levante ocupava a função de Secretário Geral da Conaie, tornando-se um dos principais articuladores político do movimento.

tampoco los indígenas, que en la opinión pública y que muchos sectores retardatarios han tratado de atacar, dicen que vamos a construir un Estado aparte. Esa es una falacia muy mal intencionada. Desde el punto de vista jurídico, lo que los pueblos indígenas queremos es la modificación de la concepción de un Estado como en este momento tenemos.¹⁷⁶

Desde então, a Conaie fomentou intensos debates, nas suas diversas instâncias organizativas, visando melhor detalhar sua proposta política. Estes debates culminaram na elaboração de um Projeto de Lei que propunha alterar a constituição do Estado equatoriano, de forma a propiciar o atendimento de suas demandas.

A redação do *Proyecto Político* sofreu diretamente a influência de diretrizes e normas internacionais, emanadas por organizações como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas (ONU), reflexo da tendência mais progressista adotada em determinadas instituições internacionais nos últimos anos. Mesmo considerando as normas e legislações internacionais como instrumentos criados “pelos Estados e para os Estados”, as organizações e povos indígenas reconheceram o avanço, no tratamento às suas demandas, no âmbito político internacional, expresso especialmente em documentos produzidos pela OIT e pelo grupo de trabalho criado na subcomissão para Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias (instância da ONU),¹⁷⁷ que resultaram na elaboração de importantes instrumentos jurídicos e políticos (normas e declarações) a respeito das questões indígenas.

Mas a relação entre os movimentos indígenas e as organizações internacionais de defesa dos direitos humanos, dos trabalhadores e dos povos não é isenta de conflitos. Alguns líderes reclamam do limitado papel reservado aos grupos indígenas organizados nos momentos de elaboração dos documentos norteadores de tais organizações e, também, não deixam de manifestar seu ceticismo quanto aos alcances reais das proposições endossadas por tais entidades. Apesar das críticas, as declarações e resoluções destes organismos internacionais ainda se constituem em uma das principais referências quando se trata de abordar temas essenciais e polêmicos, como: a definição e qualificação do “indígena”; a fundamentação dos direitos sobre os territórios; a importância da preservação das tradições e da identidade cultural; o direito à autodeterminação, entre outros.

¹⁷⁶ MACAS, Luis. *Tenemos alma desde 1963* (entrevista). In: MENACHO, op. cit., p.126.

¹⁷⁷ Em 1989, é aprovado na OIT, em substituição ao Convenio 107 de 1957, o Convenio 169 sobre Povos Indígenas e Tribais nos Países Independentes, que consta de importantes e significativas modificações em relação ao convenio anterior. A ONU busca ainda, a aprovação da Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas.

Por outro lado, o *Projeto Político* da Conaie, apesar de construído, fundamentalmente, com base numa perspectiva étnica, foi apresentado à sociedade equatoriana como um instrumento alternativo dedicado a oferecer respostas aos principais problemas enfrentados pelo conjunto da população equatoriana, como se observa na apresentação da proposta:

La Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador – Conaie –, guiándose en las experiencias históricas de la lucha permanente de los pueblos indígenas, contra el colonialismo español, el régimen republicano constitucionalista, y el imperialismo; y recogiendo el pensamiento político, así como las demandas históricas de los pueblos y nacionalidades, que anhelamos mejorar las precarias e inhumanas condiciones de vida, transformar las estructuras políticas, económicas y sociales, y construir una Nación Pluralista y Democrática; presentamos a la sociedad nacional e internacional nuestro “Proyecto Político”, que señala el camino para solucionar los graves problemas del subdesarrollo, la dependencia, y la corrupción política-administrativa desde sus raíces y en sus orígenes
[...]

En estos tiempos difíciles e impredecibles, en los que la pobreza la miseria y la explotación se recrudece; el neoliberalismo asalta los recursos nacionales. La Conaie convoca a todos los hombres y mujeres que luchan contra la injusticia social, la explotación económica, la discriminación racial, la violación de los Derechos Humanos, la destrucción de la naturaleza, y la contaminación de medio ambiente, etc., a enarbolar el “Proyecto Político” que tiene como objetivo principal la construcción de un Nuevo Modelo de Estado y la Nación Pluranacional.¹⁷⁸

A Conaie, portanto, apresenta-se, em primeiro lugar, como entidade que representa, no presente, a resistência histórica das populações indígenas americanas/equatorianas, entidade que orienta suas ações inspirada pelas “experiências históricas da luta permanente dos povos indígenas, contra o colonialismo espanhol, contra o regime constitucionalista republicano e contra o imperialismo”. Mas, embora se apresente como manifestação atual de uma capacidade de luta e resistência distintamente indígena, que atravessa gerações e séculos, seu projeto não visa alcançar apenas um determinado contingente étnico. Ele se propõe a atacar os problemas essenciais que atingem todos os indivíduos e grupos sociais atingidos pela autoridade do Estado, problemas como o subdesenvolvimento, a dependência e a corrupção que impera em várias instâncias políticas e administrativas do Estado. E, ao estabelecer

¹⁷⁸ CONAIE. Proyecto político de la Conaie. Quito, jun. 1994. Disponível em: <<http://www.conaie.org>>. Acesso em: 10 out. 2003.

como meta “transformar as estruturas políticas, econômicas e sociais” do Estado, a Conaie pretende canalizar para si vários outros movimentos políticos e sociais – que podem exibir ou não componentes especificamente étnicos em suas proposições e objetivos – dedicados a questionar a opressão e a exploração resultantes da manutenção dessas “estruturas políticas, econômicas e sociais” que urge transformar. Neste sentido, a Conaie se sente autorizada a convocar representantes de todos os movimentos sociais – que atuam contra a “injustiça social, a exploração econômica, a discriminação racial, a violação dos direitos humanos, a destruição da natureza, a degradação do meio ambiente” etc. – a subscrever o *Projeto Político* por ela delineado e que visa, fundamentalmente, a “construção de novo modelo de Estado e da nação plurinacional”.

A necessidade de construção de um Estado plurinacional se fundamenta, pela ótica da Conaie, pela constatação de que a população equatoriana se constitui de indivíduos integrantes de diferentes nacionalidades e que exibem identidades específicas, construídas historicamente. Essas diferentes nacionalidades e diferentes identidades distinguem as populações indígenas, a branco e a afro-equatoriana, que devem ter reconhecido seu direito de expressar suas particularidades, sem, entretanto, que a construção de tal direito implique a secessão destas comunidades perante o Estado ou a pulverização política deste mesmo Estado.

La Plurinacionalidad se sustenta en la diversidad real e innegable de la existencia de las Nacionalidades y Pueblos del Ecuador como entidades económicas políticas y culturales históricas diferenciadas.

La Plurinacionalidad propugna la igualdad, unidad, respeto reciprocidad y solidaridad de todas las Nacionalidades y Pueblos que conformamos el Ecuador. Reconoce el derecho de las Nacionalidades a su territorio, autonomía política – administrativa interna, es decir a determinar su propio proceso de desarrollo económico, social, cultura científica y tecnológico; para garantizar el desarrollo de su identidad Cultural y Política. Y por ende al desarrollo integral del Estado Plurinacional.

En base a la igualdad, al reconocimiento de los derechos específicos, y a la unidad indisoluble de las Nacionalidades, es que se constituirá y consolidará el verdadero Estado Plurinacional Ecuatoriano.

Para garantizar el pleno ejercicio de los derechos de las Nacionalidades, es necesario consolidar y reafirmar la unidad del Estado Plurinacional; para enraizar la democracia, la paz y la libertad se constituirá el Estado Plurinacional como expresión soberana, independiente y democrática de las Nacionalidades, Pueblos y otros sectores sociales.¹⁷⁹

¹⁷⁹ CONAIE. *Proyecto político de la Conaie*, construyendo el estado plurinacional. Documento de Avance y Discusiones. Quito: Impe /Conaie, 1994, p. 10-11.

O *Projeto* da Conaie, então, define “nacionalidade” (ou “povo”) como “entidade econômica, política e cultural” específica e historicamente construída, e reivindica, para cada nacionalidade, o direito a um território e a nele exercer autonomia política, ou seja, definir as políticas gerais de “desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico”. Em torno desta questão essencial – o alcance da autonomia política passível de ser concedida a uma nacionalidade específica no interior de um Estado centralizado – concentra-se boa parte dos debates e negociações que, atualmente, envolvem as populações indígenas e os defensores do Estado-nação.

Tal questão reveste-se de polêmica também no cenário internacional. As comunidades indígenas, embora tenham sido objeto de uma maior atenção por parte de entidades internacionais multi-laterais, passando a ser denominadas como “povos”, ainda não lograram ser reconhecidas como entidades dotadas de autonomia, no sentido politicamente mais amplo do termo. O Convênio 169 da OIT, em seu artigo 1º, faz o seguinte destaque: “La utilización del término pueblo en este Convenio no deberá interpretarse en el sentido de que tenga implicación en lo que atañe a los derechos que pueda conferirse a dicho término en el derecho internacional”.¹⁸⁰ O termo “povo”, assim, assume uma conotação muito mais cultural do que política; embora se admita certo grau de autonomia ao “povo”, entende-se que esta deva ser regulada no interior dos marcos da soberania dos Estados Nacionais.

A Conaie, como exposto, considera a existência, no interior do Estado equatoriano, de distintas nacionalidades e povos, como “real e inegável”, e fundamenta tal juízo na constatação de que o Equador compõe-se de “entidades econômica, política e culturalmente diferenciadas historicamente”. Em outra passagem do *Projeto*, o *pueblo* é caracterizado da seguinte forma:

[...] una colectividad cohesionada por un conjunto de factores: Ocupan un territorio definido, hablan una lengua común, comparte una cultura, una historia y aspiraciones comunes; factores que lo diferencian de otros pueblos y que han hecho posible que desarrollen instituciones sociales particulares y formas de organización relativamente autónomas.¹⁸¹

¹⁸⁰ Convenio 169 da OIT de 1989. In: COMISIÓN POR LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS (CDDH), op. cit., p. 79.

¹⁸¹ CONAIE. *Proyecto político de la Conaie*, op. cit., p. 49.

“Povo”, portanto, envolve uma conotação cultural (a língua, a cultura, a história e as aspirações comuns), mas, também, um significado político (a capacidade de desenvolver “instituições sociais particulares e formas de organização relativamente autônomas”, além do direito de ocupação de um território próprio). Para a Conaie, as comunidades indígenas já reúnem, historicamente, os atributos que autorizam serem elas designadas como “povos”: além de partilharem um conjunto de características culturais próprias e particulares, que as diferenciam do restante da sociedade, elas também se encontravam: “regidos por nuestras propias leyes, costumbres y creencias y formas de organización social, económica y política en nuestros territorios”.¹⁸² O movimento, portanto, não reivindica do Estado a concessão de mudanças que permitam às comunidades a possibilidade de se afirmarem como “povos”. Ele considera que estas comunidades já se constituem em “povos” ou “nacionalidades”, cabendo, apenas, ao Estado, reconhecer esta verdade e, em decorrência, admitir as mudanças estruturais que tal reconhecimento deve acarretar.

Para a Conaie, um dos aspectos principais para a determinação de um grupo étnico como “nacionalidade” ou “povo”, além de outros já destacados, é a posse de um idioma próprio, entendido como elemento fundamental para a preservação e expressão da identidade cultural e social. Como bem afirma Rodolfo Stavenhagen: “Las lenguas expresan patrones culturales y relaciones sociales y a su vez ayudan a moldear estos patrones y relaciones”.¹⁸³ E, devemos destacar, este papel da língua na conformação dos padrões culturais e das relações sociais revela-se ainda mais basilar em sociedades, como as indígenas, em que a maior parte das informações consideradas socialmente relevantes – seja de caráter técnico-econômico ou sociocultural – é transmitida não pelo apoio da escrita, mas mediante técnicas orais de preservação e divulgação.

De acordo com os pressupostos que fundamentam o *Proyecto Político* da Conaie, portanto, a nacionalidade compreende uma identidade cultural específica, acompanhada de uma ampla autonomia política. O primeiro elemento desta diáde – a cultura – é apreendido não como um elemento imóvel, paralisado e estático. Para a Conaie, a cultura é definida como:

[...] la forma de vida de un pueblo. Esto quiere decir, que es una construcción social e historicamente definida. Que se aprende, se

¹⁸² Idem, Ibidem, p. 49.

¹⁸³ STAVENHAGEN, Rodolfo. *Los derechos indígenas: un nuevo enfoque del sistema internacional*. In: COMISIÓN POR LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS (CDDH), op. cit., p. 56.

vive, se crea y se recrea constantemente en forma grupal. La cultura se manifiesta a través de las ideas, la cosmovisión, las costumbres, las creencias, las prácticas religiosas, la transmisión de saberes, las prácticas productivas, las relaciones económicas, las formas de ejercicio del poder, la satisfacción de las necesidades materiales, y la relación del hombre con la naturaleza.¹⁸⁴

Já o segundo elemento da díade cultura/autonomia, instituinte da nacionalidade, pressupõe o exercício da autodeterminação, definido como “la participación activa y directa en la vida política, económica y cultural en el proceso de transformación y consolidación de las Nacionalidades y Pueblos y en la construcción de un Estado Plurinacional”.¹⁸⁵ Para a Conaie, a autodeterminação, direito inalienável das nacionalidades, compreende, ainda, a prerrogativa de:

[...] elegir y ejercer libremente su propio sistema político y, el modelo de desarrollo económico, social, cultural y científico-tecnológico, en un territorio plenamente definido dentro del marco del Nuevo Estado Plurinacional”.¹⁸⁶

Um elemento fundamental – inserido no componente “autonomia” – na definição da nacionalidade refere-se ao direito de posse e exploração dos territórios ocupados pelos “povos”. A afirmação deste direito é um dos pontos centrais do *Projeto Político* e se constitui em um dos principais motivos de discordância e disputa com os governos centrais. Para a Conaie, o reconhecimento e a legalização das terras e territórios pertencentes aos povos indígenas – acompanhados do exercício da autonomia administrativa, política, jurídica, econômica e cultural sobre eles – inclui não somente o controle sobre o solo, mas também o domínio sobre o

¹⁸⁴ CONAIE. Proyecto político de la Conaie, op. cit., p. 39. Para a Conaie, é importante destacar, especialmente em função das particularidades históricas, culturais e lingüísticas, que existem no Equador, atualmente, nove nacionalidades indígenas, são elas: Qichua, Shuar-Achuar, Chachi, Tsachila, Siona-Secoya, Huaroani, Confan, Awa, Epera. In: CONAIE, op. cit.

¹⁸⁵ Idem, Ibidem, p.12.

¹⁸⁶ Idem, Ibidem, p. 12.

subsolo. Este entendimento é apresentado de forma explícita no momento em que o *Projeto Político* se dedica a oferecer uma definição do conceito de “território”: “el espacio donde los Pueblos y Nacionalidades Indígenas desarrollamos nuestra cultura, leyes, formas de organización y economía propia, comprende la superficie de la tierra y el subsuelo”.¹⁸⁷

Este entendimento choca-se frontalmente com os interesses do Estado nacional e dos grupos privados atuantes no país. Admitir o total direito dos povos indígenas sobre o subsolo significaria restringir a exploração, por parte do Estado ou de empresas transnacionais, de inúmeros recursos minerais, especialmente, no caso da região amazônica, de consideráveis reservas petrolíferas. Frente a esta pretensão do movimento indígena, seus adversários vêm procurando estabelecer mecanismos constitucionais que limitem, em relação a algumas áreas indígenas, a autonomia das comunidades apenas à posse do solo, reservando ao Estado o direito de usufruto ou de concessão da exploração do subsolo e dos recursos não-renováveis. Esta reação, vale ressaltar, coaduna-se com os textos constitucionais de vários países latino-americanos que, seguindo a tradição dos países de língua latina da Europa, atribuem exclusivamente ao Estado o controle sobre o subsolo e suas riquezas. Posição, porém, considerada inaceitável pelas comunidades indígenas equatorianas não só por se mostrar contrária à sua concepção de território, como pelos grandes prejuízos ecológicos e sociais advindos da manutenção da exploração dos recursos minerais, por parte do Estado e de grupos privados, nas áreas territoriais indígenas.

Em seu capítulo do *Projeto Político* dedicado aos territórios das nacionalidades e povos indígenas, a Conaie reafirma o direito de ocupação destes territórios com base na alegação de que tais povos ocuparam, historicamente, essas

¹⁸⁷ Idem, Ibidem, p. 51.

áreas e nelas desenvolveram, de forma autônoma e de acordo com as suas necessidades, um sistema econômico, cultural e político próprio, caracterizado pela relação harmônica entre necessidades humanas e recursos naturais, o que permitiu a conservação ambiental e o desenvolvimento equilibrado do seu ecossistema.¹⁸⁸ Esta relação harmônica entre homem e natureza, no entanto, estaria seriamente ameaçada pelo modelo de desenvolvimento imposto pelo sistema capitalista, que se apóia em uma forma predatória de exploração do meio ambiente. A necessidade de interrupção deste modelo predatório de produção de riquezas passa a se constituir, então, em mais um argumento a favor da reivindicação de delimitação, devolução e legalização das terras e territórios indígenas. A Conaie reconhece, no entanto, que tal processo de devolução e legalização deve ser precedido pela realização de estudos que permitam conhecer as fronteiras territoriais dos distintos grupos indígenas, bem como elaborar propostas para o reordenamento destas fronteiras, de forma a garantir a autonomia sobre essas áreas.

Para a Conaie, a demarcação dos territórios pertencentes às comunidades indígenas e a autonomia na organização e utilização deste espaço deve levar em conta os objetivos políticos e econômicos do movimento, ou seja,

[...] el reordenamiento territorial no debe ser entendido como cercenamiento del actual territorio ecuatoriano, sino más bien como un proceso que garantice un eficiente manejo administrativo desde y para las nacionalidades, y posibilite el desarrollo armónico y equilibrado del Estado Plurinacional.¹⁸⁹

A reivindicação do reconhecimento do caráter pluricultural do Estado Equatoriano – que significa a garantia de autonomia e autodeterminação para as distintas nacionalidades – tem como objetivo central assegurar a essas comunidades a livre expressão da sua cultura, compreendida de forma ampla, ou seja, envolvendo

¹⁸⁸ Idem, Ibidem, p. 6.

¹⁸⁹ Idem, Ibidem, p. 19.

aspectos da vida social que nos acostumamos a denominar como políticos, sociais e econômicos. O estabelecimento de um Estado plurinacional pressupõe, portanto, o “interculturalismo”, conceito utilizado pela Conaie e que indica a convivência e o diálogo – que se pretende aberto e harmonioso – entre distintas culturas autônomas, entre distintos saberes e modos de vida.

E é justamente esta noção de interculturalismo – do estabelecimento de canais de convivência e diálogo entre distintas nacionalidades – que permite à Conaie conciliar a autonomia e autodeterminação dos diferentes povos que compõem o Equador com a manutenção de um Estado único. Para a Conaie, trata-se de estabelecer:

[...]un profundo proceso de rescate, revitalización, auto valoración y desarrollo de todas las manifestaciones culturales e las nacionalidades y Pueblos, Afro-ecuatoriano e Hispáno-Ecuatoriano; con el objetivo principal de fortalecer la identidad, cultural, historica y política del Nuevo Estado Plurinacional”.¹⁹⁰

Desta forma, o movimento pretende responder às acusações de que sua atuação conduz ao esfacelamento do Estado. Não se busca fragmentar, mas sim transformar o Estado, atribuir-lhe uma nova identidade, construída a partir da intercomunicação entre diferentes experiências culturais, históricas e políticas.

Dentre estes canais de convivência e diálogo que possibilitam o “interculturalismo”, a Conaie dedica uma atenção especial à educação. Assim como o Estado plurinacional compreende uma unidade constituída a partir do reconhecimento da diversidade, os projetos educacionais devem se pautar pela mesma lógica; desta forma, a educação “dejará de ser un instrumento de dominación, para pasa a un instrumento de la integración nacional, entre todas las Nacionalidades y Pueblos, y especialmente un instrumento del desarrollo nacional”.¹⁹¹ As políticas educacionais devem adotar como ponto de partida a memória histórica e as aspirações das nacionalidades e povos indígenas e deverão ser planejadas e executadas com a participação direta das organizações indígenas e com o total apoio do Estado, em conformidade com o princípio do interculturalismo.

O resgate de valores, princípios e saberes dos povos indígenas não pode assumir um caráter de curiosidade de antiquário. Como afirma Luis Macas, o interculturalismo não significa recuperar e arquivar diferentes tradições étnico-

¹⁹⁰ Idem, Ibidem, p. 41.

¹⁹¹ Idem, Ibidem, p. 44.

culturais, mas sim converter estas tradições em “un aporte desde nuestros pueblos a la sociedad en su conjunto en función de cambio, como elementos sustanciales de un planteamiento alternativo”.¹⁹²

Embora os textos da Conaie deixem transparecer uma percepção do interculturalismo como relações e diálogos estabelecidos, idealmente, sob o marco da igualdade – de direitos e condições – entre diferentes culturas, é pertinente lembrar que tal noção se mostra mais ideal do que concreta. Como salienta, com propriedade, Paulo Suess, as relações interculturais, em contextos históricos definidos, não se desenvolvem:

[...] en una arena limpia, donde los actores interculturales se encuentran como caballeros andantes con reglas claras, igualdad de condiciones y llenos de buena voluntad, sino al contrario [elas se verificam] dentro de un contexto de poder, hegemonia y confrontación de intereses, es decir un escenario viscoso y conflictivo.¹⁹³

Na prática, o reconhecimento, por parte do Estado, dos direitos das comunidades indígenas sobre os seus territórios, bem como da autonomia na administração política, jurídica, econômica e cultural sobre eles, se constitui no aspecto mais complexo do projeto da Conaie. Embora o projeto de constituição do Estado plurinacional não implique a fragmentação do Estado, a sua implementação, caso consolidada, levaria, evidentemente, à alteração de pontos fundamentais da constituição do Estado e à configuração de uma nova organização administrativa. Os mecanismos e instituições de exercício do poder político, judiciário e econômico conheceriam radicais transformações, que somente poderiam ser concretizadas no contexto de uma reforma ampla e democrática do Estado, e que redundariam na transferência de competências para a sociedade civil e na descentralização das instâncias deliberativas do Estado.

Uma outra dificuldade enfrentada pelo movimento decorre do fato de os grupos indígenas, conforme exposto no capítulo anterior, situarem-se em regiões distintas e de terem desenvolvido estratégias de ocupação territorial também diferenciadas, pois nem todos os grupos estão assentados em territórios claramente delimitados. Enquanto na Região Amazônica, por exemplo, os grupos encontram-se mais nitidamente concentrados em áreas específicas, em outras regiões, especialmente

¹⁹² MACAS, Luis. Diversidad y plurinacionalidade. *ICCI-ARY Rimay*, Quito, ano 6, n. 64, jul. 2004. Disponível em: <<http://icci.nativeweb.org>>. Acesso em: out. 2004.

¹⁹³ SUESS, Paulo. *México y América Latina*: minorias étnicas, derechos y política cultural. Disponível em: <<http://www.rincondelvago.com>>. Acesso em: out. 2005.

na região serrana, a população indígena encontra-se, em grande parte, dispersa, mesmo naquelas províncias onde se constitui como maioria, partilhando o mesmo território com populações não indígenas, o que torna a aplicação da proposta de autonomia um grande desafio.

No geral, a proposta política da Conaie, externalizada no seu *Proyecto Político*, sintetiza a complexidade da questão indígena no Equador e expressa a presença de diferentes forças e concepções políticas no interior do movimento. O *Proyecto Político* apresenta o predomínio de uma linguagem claramente derivada do vocabulário das organizações políticas de esquerda e combinam, em suas formulações, elementos de identidade classista e étnica; por um lado, ele exige plenos direitos econômicos, sociais e políticos para o conjunto da população do Equador e, por outro, afirma sua matriz especificamente étnico-cultural.

Embora aborde aspectos diversos da realidade equatoriana, o objeto central do *Proyecto* é o Estado. O documento da Conaie parte da denúncia do caráter autoritário e discriminatório do Estado uninacional para propor não a separação e o alheamento da população indígena em relação às práticas políticas vigentes no país, mas sim a intensificação de sua presença e influência no cenário político nacional. Mais do que uma resposta à discriminação étnica, o *Proyecto* se pretende um autêntico plano de “salvação nacional”, pautado pela busca de mudanças significativas para o conjunto da população pobre do país, refém de um modelo econômico e político que, ao longo dos anos, intensificou as mazelas sociais.

Nesse sentido, a proposta de construção de um Estado plurinacional e o estabelecimento de autonomia política dos povos indígenas, em nenhum momento, supõem a formação de guetos reservacionistas. A autonomia política almejada busca combinar o fim da discriminação, a garantia de livre organização das comunidades indígenas e a livre manifestação das suas especificidades culturais, sob os marcos de uma organização estatal que garanta e respeite o direito de autodeterminação das nacionalidades.

CAPÍTULO III

3 DO MOVIMENTO ÉTNICO PARA O MOVIMENTO ÉTNICO-POPULAR

Entre o Levante de Inti Raymi, ocorrido nos meses de maio e junho de 1990 – quando o movimento indígena, de forma autônoma, faz sua aparição política – e o levante de janeiro de 2000, que culminou com a destituição do governo do presidente Jamil Mahuad e com a formação de um efêmero “Governo Provisório”, o movimento indígena do Equador – mediante sua mais expressiva organização, a Conaie – vivenciou transformações profundas em suas estratégias de atuação política, seja no que se refere às relações estabelecidas com os demais grupos sociais, seja nas formas de interação com as diversas instâncias do poder político. Ao final desses dez anos, o movimento indígena equatoriano saiu de uma posição marginal no cenário político nacional para se consolidar como a principal organização política e social do país.

O Levante de 1990 inaugurou uma nova fase na atuação política das organizações indígenas. O movimento ampliou sua pauta de reivindicações – antes restrita à luta em defesa da manutenção, ou da recuperação, de suas terras, característica principal das mobilizações ocorridas entre as décadas de 50 e 80 – passando a contemplar não somente o direito às terras e aos territórios, como também o respeito às diferenças culturais, pautando-se em uma forte ofensiva ao sistema político implantado no país, no questionamento da estrutura jurídica e administrativa do Estado e, ainda, no ataque ao sistema econômico vigente. O Levante não se limitou a apontar críticas ao modelo de organização e gestão estatal; ele foi o ponto de partida da elaboração, por parte das organizações indígenas, de uma proposta de reestruturação profunda desse mesmo modelo, fundamentada no respeito e no apoio ao livre exercício das distintas manifestações culturais e políticas. Esta proposta – externalizada, como já detalhado no capítulo anterior, em seu projeto político – não somente defendia a implantação do Estado plurinacional em substituição ao Estado uninacional, como também levantava fortes questionamentos ao sistema econômico, qualificado pelo movimento indígena como excludente e opressor.

As manifestações de 1990 serviram como marco para a história contemporânea do país. Elas impuseram, ao conjunto da sociedade equatoriana, a necessidade de encarar os indígenas por um novo ângulo não mais sob o prisma paternalista dos setores políticos dominantes – que os consideravam “eternos menores de idade”, incapazes de conduzir, sozinhos, as suas lutas – ou sob a ótica dos setores da esquerda tradicional,

que sempre os relegaram a um papel secundário na história e na sociedade ou os diluíram no interior de categorias generalizantes, considerando-os essencialmente um *ser campesino*. O Levante de 1990 apresentou, para a sociedade equatoriana, um ator que, apesar da constância de sua luta pela sobrevivência e resistência, era desprezado pela “história”, um ator que essa sociedade preferia circunscrever à condição de artefatos do passado, relíquias de museu, de “homem invisível” na marcha do processo histórico. O Levante teve o mérito não apenas de re-introduzir um “novo-velho” sujeito social na história do país, como também de abalar as estruturas políticas dominantes, estabelecendo uma nova agenda de debate político, além de conferir um novo fôlego às contestações populares, fortalecendo os movimentos sociais do país na luta por uma nova organização social.

Além do Levante de 1990, ao longo da última década do século XX, várias foram as manifestações e iniciativas políticas encabeçadas pelo movimento indígena, sob a coordenação da Conaie, com destaque para: *La Marcha por la Vida* e a campanha dos *500 Años de Resistencia Indígena y Popular*, em 1992; *La Movilización por la Tierra*, em 1994; a participação eleitoral em 1996; as *Jornadas de Lucha* de 1997 e 1999; e os Levantes de 2000. Esses eventos marcaram profundamente a década de 90, caracterizada pela presença questionadora e instigadora do movimento indígena, com suas propostas de reestruturação do Estado, da política econômica e de toda a sociedade equatoriana.

Estas manifestações baseavam-se em uma dupla estratégia: por um lado, lutas não institucionalizadas, por intermédio de ações de massa e de protestos de forma aberta e direta contra o Estado, em suas diversas instâncias do poder; por outro lado, lutas institucionalizadas, buscando, por dentro do sistema político, realizar as mudanças que possibilitassem implementar o projeto político do movimento indígena.

Nesse período, registra-se, também, uma série de transformações na pauta reivindicativa do movimento indígena. Passa-se de um movimento que emerge de conflitos de caráter étnico, com um discurso e práticas baseados em sentimentos de identidade étnica, para, sem negar esse e práticas anteriores, um movimento que elabora um discurso de interpretação global da dominação política e do modelo de condução econômica imperante. Nesse contexto, a Conaie, além de maior organização étnica do Equador, consolida-se como principal agente popular de resistência anti-sistêmico, tornando-se o centro aglutinador dos diversos setores oposicionistas à política econômica dominante, incluindo, em sua pauta de atuação, não apenas as demandas

históricas específicas das comunidades indígenas, como também uma série de reivindicações pertinentes para o conjunto da população pobre do país.

O elemento aglutinador dos diversos movimentos sociais em torno da Conaie foi, essencialmente, sua posição de denúncia ao receituário político e econômico do neoliberalismo – cuja aplicação, como vimos em momento anterior, ao longo das últimas décadas do século XX, impôs uma profunda crise a amplos setores populares. A inclusão de uma perspectiva de classe nas estratégias de ação do movimento indígena – que veio se somar à sua secular capacidade de organização e mobilização – e o estabelecimento de canais de diálogo com outras organizações sociais acabaram possibilitando a formação de um verdadeiro bloco histórico, sob a liderança das organizações indígenas, que construiu um projeto contra-hegemônico ao defendido pela elite dominante.

Neste sentido, buscaremos, neste capítulo, compreender o processo de transformação da identidade e do discurso de legitimação política da Conaie, fazendo-se necessário, para tanto, examinarmos suas práticas e ações políticas desenvolvidas ao longo da última década do século passado, bem como o conteúdo de suas propostas de reestruturação econômica do país.

3.1 O MOVIMENTO INDÍGENA E A AMPLIAÇÃO DO SEU DISCURSO POLÍTICO.

Como observamos no capítulo anterior, o movimento indígena, entre os anos de 1990 a 1994, mergulhou em um intenso e rico debate com vistas à elaboração de seu *Proyecto Político*, o qual, além de contemplar as reivindicações de cunho político e cultural das organizações indígenas, apresentava uma forte crítica ao modelo econômico implementado pelos sucessivos governos equatorianos, considerando-o responsável pelo aumento da pobreza, da miséria e da exploração a que se encontrava submetida grande parte da população do país. Além das críticas, o documento esboçava, ainda, propostas de realização de profundas mudanças na área econômica, visando à construção de um novo modelo, que deveria ter como premissa essencial a defesa de uma vida digna não só para as comunidades indígenas, como para os demais setores sociais do Equador.

A incorporação, por parte do movimento indígena, de demandas mais gerais, compartilhadas com o conjunto dos grupos subalternos da sociedade equatoriana,

orientadas para o questionamento absoluto das estruturas de dominação em todos os seus níveis, tem permitido, aos seus integrantes, serem percebidos e perceberem-se como detentores de uma identidade como sujeito étnico e também como ator popular. Na concepção de Manuel Castelles,¹⁹⁴ esta situação não é incomum nas sociedades contemporâneas, já que para determinados atores coletivos, pode haver identidades múltiplas, ou ainda múltiplos papéis. Tal dualidade ou multiplicidade de identidades sociais é particularmente recorrente entre a maior parte dos povos originários da América. A posição que estas populações têm ocupado historicamente, no interior dos sistemas produtivos e das relações sociais desenvolvidas no continente, atribuiu-lhes uma dupla discriminação, como não brancos e como pobres, o que tem demonstrado seu potencial para fomentar e nutrir uma postura de oposição frente à classe dominante. Esta configuração e/ou formação de movimentos sociais não claramente definidos, ou melhor, de movimentos que apresentam, no seu interior, tanto demandas classistas como elementos de identidade étnica e de gênero, também chamou a atenção de Fernando Calderón e Elizabeth Jelin, para os quais os movimentos sociais latino-americanos são “nutridos por múltiplas energias que incluem, em sua constituição, desde formas orgânicas de ação social pelo controle do sistema político e cultural até modos de transformação e participação cotidiana de auto-produção societal”.¹⁹⁵

Tais circunstâncias permitiram, em alguns casos, a constituição de organizações sociais que, tal como a Conaie, vem estabelecendo uma linha de ação política pautada tanto no enfrentamento de uma ordem política e social denunciada como discriminatória, quanto no ataque a uma ordem econômica qualificada como injusta e desigual. Esta linha de ação política favorece seu acolhimento por grupos sociais mais amplos e conflui no questionamento cada vez mais radical das estruturas de poder – seja no âmbito político, econômico ou social – propiciando às organizações que a adotam, sua consolidação como movimento étnico e, ao mesmo tempo, como movimento eminentemente popular.

O surgimento de um movimento popular é, na avaliação do pesquisador Daniel Camacho,¹⁹⁶ constatado no instante em que os diversos atores sociais ultrapassam uma posição desarticulada ou isolada e passam a estabelecer ações permanentes,

¹⁹⁴ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 22. v. 2.

¹⁹⁵ CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. Classes e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidade. **ANPOCS**, São Paulo: Vértice, v. 2, n. 5, out. 1987. 1 CD-ROM.

¹⁹⁶ CAMACHO, Daniel. *Movimentos sociais: algumas discussões conceituais*. In: SCHERER-WAARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Op. cit., p. 222.

estruturadas e com objetivos políticos definidos, que buscam transformar totalmente as estruturas de dominação, com o questionamento radical das estruturas de poder em todos os seus níveis. Em outras palavras, o movimento popular se institui no momento em que os movimentos sociais convergem, dinamicamente, suas lutas parciais e fragmentadas para o questionamento e a luta pela transformação global do Estado. Trata-se de substituir a luta corporativa pela luta política.

A constituição do movimento popular, diz-se, “representa uma etapa superior nas lutas do povo”.¹⁹⁷ “Povo”, porém, é um conceito carregado de imprecisões e contradições. O entendimento que aqui adotamos compreende o “povo”, no interior das formações sociais dominadas pela estrutura capitalista, como aquela categoria formada por setores sociais expostos à dominação, no campo ideológico, e à exploração, no âmbito econômico. Embora remeta a referências distintas em relação ao conceito de “classe”, tal concepção de “povo” deve ser compreendida levando-se em conta a dinâmica das estruturas sociais de classe, possibilitando a identificação de “povo” com os termos “classes populares” ou “classes subalternas”, como defendem Fernando Calderón e Elizabeth Jelin. Para tais autores, no estudo da história social latino-americana, marcada por uma dinâmica social diversa e pela atuação de atores sociais heterogêneos, a noção de setores subalternos revela-se mais apropriada do que a noção de classe social, pois “remete a um sistema de oposições múltiplas, ligadas a âmbitos político-ideológicos e de relações sociais, mais que a formas de inserção num modo de produção”.¹⁹⁸ O povo “contrapõe-se ao bloco do poder, aludindo à posição subordinada em face dos setores dirigentes”. Esta definição nos fornece importantes hipóteses explicativas para a combinação, em grande parte, dos movimentos sociais latino-americanos, de orientações e reivindicações voltadas para as transformações das relações de classe e da exigência de autonomia e identidade cultural, ou seja, de afirmação de um perfil étnico-cultural específico.

Para Eduardo Ballón, o povo como sujeito de ação histórica não se constitui à margem das classes, mas, “[...]ao contrário, acompanha o mesmo processo de constituição das classes, e as formas e características que assume correspondem ao

¹⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 221.

¹⁹⁸ CALDERÓN, Fernando; JELIN, Elizabeth. *Classes e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidade*. ANPOCS, São Paulo: Vértice, v. 2, n. 5, out. 1987. 1 CD-ROM.

nível e grau de desenvolvimento destas últimas.¹⁹⁹ Dessa forma, no fundo de toda reivindicação popular específica e particular, é possível – e necessário – vislumbrar as contradições estruturais de classe, o que confere, aos movimentos populares contemporâneos, a condição de mais significativas formas de expressão e manifestação dos conflitos classistas.

Nessa perspectiva, o projeto político dos movimentos populares, por sua própria natureza, mesmo quando externaliza reivindicações mais específicas, no fundo questiona o regime de dominação, opondo-se ao setor beneficiário do sistema ou, numa classificação genérica, à classe dominante. No caso, porém, do movimento indígena e demais setores populares do Equador, a insatisfação e oposição, expressas de forma explícita pelo movimento, ultrapassam as questões conjunturais e específicas e miram no modelo estatal e em sua política econômica como um todo, considerados como principais responsáveis pelas mazelas que atingem os setores subalternos da população. Tal postura favoreceu a construção de um bloco político que converteu suas reivindicações, antes localizadas, em questionamento e exigência de transformações profundas e reais de toda a ordem vigente, possibilitando “a passagem das lutas puramente reivindicativas às lutas de caráter político”.²⁰⁰

Levando-se em conta os pronunciamentos das lideranças indígenas e as pautas de reivindicações apresentadas pelas organizações, verificamos, desde as primeiras mobilizações indígenas dos anos 90, no seio da Conaie, o entendimento de que a adoção de um discurso estritamente étnico – sem a construção de um projeto estratégico a médio e longo prazo que contemplasse o conjunto da população do país – poderia levar a uma situação de isolamento político do movimento. No extremo, esse isolamento poderia propiciar o desenvolvimento de sentimentos revanchistas, de caráter racista, entre as comunidades indígenas e o conjunto da sociedade equatoriana. Para evitar a consolidação de tal possibilidade, a Conaie tomou a iniciativa de ampliar seu discurso político, tratando de focar a estrutura global da sociedade equatoriana, de forma a favorecer uma aproximação entre as demandas e lutas indígenas com as reivindicações dos demais setores populares do país. Do contrário, avalia Pablo Dávalos, “seguramente no habría permitir al movimiento indígena, constituirse en el

¹⁹⁹ BALLÓN, Eduardo. El proceso de constitución del movimiento popular peruano. Apud CAMACHO, Daniel. Movimientos sociales: algunas discussões conceituais. In: SCHERER-WAARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Op. cit., p. 225.

²⁰⁰ CAMACHO, Daniel. Movimientos sociales: algunas discussões conceituais. In: SCHERER-WAARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Op. cit., p. 227.

centro de gravedad que aglutine a una diversidad de actores y movimientos sociales dentro de una larga lucha de resistencia”.²⁰¹

Esta estratégia é já perceptível no documento *Mandato por la defensa de la vida y los derechos de las nacionalidades indígenas* – integrante da pauta de reivindicações apresentada pela Conaie no Levante de 1990 – que contempla não somente as demandas pertinentes às comunidades indígenas, mas também outras que afetavam os demais setores populares do país, especialmente os camponeses atingidos pela política econômica vigente. Para a pesquisadora Angélica Velasco, o movimento indígena deve ser visto como portador de quatro tipos de demandas, “las étnicas, las clasistas, las interétnicas y las intraétnicas”,²⁰² avaliação que ressalta a amplitude e complexidade da prática política do movimento indígena equatoriano, bem como a percepção da sua direção política em relação ao duplo caráter assumido pelos índios no interior das sociedades latino-americanas: como oprimidos, do ponto de vista étnico, e, como explorados, do ponto de vista econômico e classista.

No ano de 1992, uma nova onda de contestações sociais reforçou ainda mais a presença do movimento indígena organizado no cenário político nacional, além de conferir maior visibilidade, no panorama internacional, à sua luta. As primeiras manifestações de protesto ocorreram no mês de abril e foram organizadas pela Opip, sob o título *La Marcha Pela Tierra y Pela Vida*. A motivação central da marcha era a de protestar contra o governo federal pelo não-cumprimento das reivindicações apresentadas durante o Levante de 1990, especialmente a legalização dos territórios indígenas e a reforma do artigo 1º da Constituição, que deveria declarar o Equador como um Estado plurinacional, pluricultural e multiétnico. Esse evento foi prontamente apoiado pela Conaie, que convocou as demais organizações indígenas a se integrarem à Marcha da Opip, cuja ação central era a ocupação da capital, Quito. O ato foi incluído entre as diversas mobilizações planejadas para o ano de 1992, pela Conaie, em protesto pela comemoração, por parte de alguns governos latino-americanos, entre eles o Equador, do 5º centenário da chegada dos europeus à América. A Marcha convocada pela Opip teve um desfecho positivo, aos olhos dos organizadores, com a assinatura, pelo presidente da República, de decreto legalizando a posse de 1.115.000 hectares para

²⁰¹ DÁVALOS, Pablo. *Movimiento indígena ecuatoriano: construcción política y epistémica*. Disponível em: <<http://www.icci.nativeweb.org>>. Acesso em: jan. 2005.

²⁰² VELASCO, Angélica X. Porras. *Tiempo de indios*. La construcción de la identidad política colectiva del movimiento indio ecuatoriano. Quito: Abya-Yala, 2005, p. 235.

cerca de 148 comunidades indígenas da província de Pastaza, número que correspondia a, aproximadamente, 50% dos territórios reivindicados pelo movimento. Esta conquista foi considerada “histórica” pelas lideranças indígenas, ainda que, na avaliação de alguns especialistas, o reconhecimento destes territórios constituía-se em uma estratégia do governo que visava desmobilizar o movimento. Porém, se tal era o cálculo que fundamentou a concessão governamental, ele se revelou equivocado, uma vez que a trajetória posterior do movimento indígena esteve longe de apontar para uma “desmobilização”.

A campanha de protesto à agenda comemorativa da chegada dos europeus a América constituiu-se no segundo grande momento de mobilização daquele ano. Denominada *500 Anos de Resistência Indígena e Popular*, a campanha integrava-se a uma ampla programação construída, em nível continental, por diversas organizações e movimentos sociais, com destaque para as organizações indígenas e setores da Igreja Católica. No Equador, a campanha somou-se a eventos conflituos recorrentes desde o Levante de 1990, constituindo-se em mais um importante momento não só de protesto, como de afirmação da etnicidade indígena, com a ativação, revitalização e valorização do passado índio e o conseqüente fortalecimento dos laços de identidade étnica. Também neste momento, as organizações indígenas não se descuidaram de vincular a luta indígena à luta popular, como facilmente se percebe no lema do evento, *500 años de resistencia indígena y popular*, e na pauta de reivindicações apresentada às autoridades estatais que, assim como no Levante de 1990, contemplava demandas comuns para o conjunto do povo equatoriano.

Esta preocupação em unificar o “indígena” e o “popular” foi também a tônica de vários pronunciamentos de lideranças indígenas e de declarações oficiais da Conaie a respeito do evento. Luiz Macas, por exemplo, dias antes do evento afirmava que: “lo que queremos es construir una verdadera unidad entre ecuatorianos dentro de un marco de justicia y equidad”.²⁰³ Poucos dias depois, o mesmo líder indígena convocou todas as pessoas e grupos comprometidos para “las movilizaciones e las jornadas de lucha y a la gran marcha nacional sobre Quito el día de 12 de octubre, en la que reafirmaremos nuestra unidad y compromiso en la construcción de una sociedad igualitaria, justa y

²⁰³ MACAS, Luis. Indígenas buscan reivindicaciones. *Jornal Hoy*, Quito, 4 out. 1992a. Disponível em: <<http://www.hoy.com.ec>>. Acesso em: nov. 2005. Arquivo digital.

libre”.²⁰⁴ O mesmo apelo aparece no Manifesto assinado pela Conaie, em que a entidade faz um:

[...] llamado a los pueblos índios e la todos los sectores y organizaciones populares del Ecuador a unirse a las jornadas de protesta contra las medidas económicas del actual gobierno y contra las celebraciones del V Centenario de los invasores coloniales”.²⁰⁵

Apesar da oposição, cada vez mais crescente, dos movimentos populares à política neoliberal, os governos equatorianos, pressionados por grupos empresariais internos e externos ao país e, especialmente, pelos organismos financeiros internacionais, continuaram aprofundando seu processo de reajuste econômico. Em 1994, entre outras medidas, o governo de Sixto Duran Ballén (1992-1996) conseguiu aprovar um projeto de lei, denominado Ley de Desarrollo Agrário, que objetivava:

[...] limita las causales de afectación de tierras, crear mecanismos para la división de tierras comunales desarrollar el mercado de tierras; suprime el IERAC²⁰⁶ y los sustituye por el instituto de desarrollo agropecuario; transfiere los conflictos de tierra al fuero civil.²⁰⁷

Essa Lei representava o interesse dos setores conservadores, que desejavam pôr fim à política de Reforma Agrária implementada pelos governos militares nas décadas de 60 e 70 que, apesar dos limitados resultados obtidos, era vista como uma ameaça aos interesses dos grandes latifundiários e investidores estrangeiros. A nova Lei buscava estabelecer garantias sobre a propriedade da terra, bem como sobre os investimentos privados, e foi encarada, pelas comunidades indígenas, como um retrocesso na história das políticas fundiárias do país.

A aprovação dessa lei provocou a reação da Conaie, que convocou a população indígena para uma nova grande onda de mobilizações. Segundo a avaliação presente

²⁰⁴ MACAS, Luis. Preocupa movilización indígena. *Jornal El Comercio*, Quito, 8 out. 1992b. Disponível em: <<http://www.elcomercio.com.ec>>. Acesso em: nov. 2005. Arquivo digital.

²⁰⁵ CONAIE. Es hora de rectificar. *Jornal Hoy*, Quito, 8 out. 1992. Disponível em: <<http://www.hoy.com.ec>>. Acesso em: nov. 2005. Arquivo digital.

²⁰⁶ Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização.

²⁰⁷ Centro Andino de Acción Popular (CAAP). Elecciones: renovación en la crisis o construcción de la democracia real. Apud GUARDERAS, op. cit., p. 154.

nos relatos jornalísticos²⁰⁸ da época, estas mobilizações se constituíram nas maiores manifestações populares desde 1990. A mobilização indígena impôs um recuo ao governo, que se viu obrigado a aceitar a reformulação da lei de desenvolvimento agrário. Como no caso das manifestações de 1992, também este desfecho foi interpretado, pelas lideranças da Conaie, como uma grande vitória do movimento.

No geral, nas mobilizações de 1990, 1992 e 1994, verifica-se um predomínio das questões fundiárias e das demandas de cunho cultural, reivindicações que passavam pela aprovação da proposta de alteração do caráter do Estado equatoriano – elemento central das mobilizações indígenas até então. No entanto, nesse contexto, é importante destacar a presença, de forma direta e crescente, de um discurso crítico e radical à política econômica, posição que será oficializada pela Conaie no IV Congresso da entidade, realizado em dezembro de 1993, ocasião em que foi aprovada uma resolução²⁰⁹ que estabelecia como meta central do movimento a luta contra a política neoliberal. Tal postura seria reforçada, meses depois, quando a organização publicou o seu *Proyecto Político* em que, logo em sua apresentação, se declarava:

La Confederación de Nacionalidades y Pueblos del Ecuador (Conaie), guiándose en las experiencias históricas de la lucha permanente de las Nacionalidades y Pueblos contra la invasión y el colonialismo español, el régimen republicano excluyente y el imperialismo con sus aparatos de dominación y gobierno mundial [...] convoca a todos los hombres y mujeres que luchan contra la injusticia social, la explotación económica, la dominación política [...] y el capitalismo en su nuevo modelo neoliberal que favorece a la oligarquía que asalta los bienes y recursos nacionales [...].²¹⁰

A elaboração e externalização de um discurso crítico em relação à estrutura organizativa da sociedade equatoriana, com destaque para seu sistema econômico, constituíram-se no elemento de unidade entre diversos setores sociais populares do país e propiciou, desde então, a emergência da Conaie como principal ator político popular do Equador.

²⁰⁸ Uma análise das principais notícias vinculada nos jornais *El Comercio* e *Hoy* aponta para a grande participação popular nesses eventos. Estas notícias, também, podem ser analisadas na *Revista Kipu*. El Mundo Indígena en la Prensa Ecuatoriana. Quito: Abya-Yala, n. 22, jan./jun. 1994. Revista que reúne e edita as principais notícias vinculadas na imprensa escrita do Equador sobre o movimento indígena.

²⁰⁹ CONAIE. Resolução do IV Congresso. Quito, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.conaie.org>>. Acesso em: out. 2004.

²¹⁰ CONAIE. *Proyecto político de la Conaie*, construyendo el estado plurinacional. Documento de Avance y Discusiones. Quito: Impe /Conaie, 1994, p. 5.

3.2 O MOVIMENTO INDÍGENA E A POLÍTICA INSTITUCIONAL

Nos primeiros anos da década de 90, a Conaie conseguiu, em nível interno e organizativo, assegurar o seu fortalecimento e, em nível externo, consolidar sua posição de principal ator social do país, firmando uma imagem positiva no cenário nacional e internacional. Mas, é a partir das mobilizações da segunda metade daquela década que a entidade se consolidou, também, como um importante ator político. Esse processo será acompanhado e favorecido não apenas pela ampliação de seu repertório reivindicativo, mas também, pelas mudanças em suas estratégias de ação política, ultrapassando os mecanismos de pressão não institucionalizados – levantes, ocupações, marchas, etc. – e adotando outros instrumentos de atuação, inseridos na ordem institucional.

Segundo Pablo Dávalos,²¹¹ esse processo foi de importância fundamental para o crescimento e sucesso do movimento indígena e, na realidade, refletia o amadurecimento, no interior da Conaie, de uma avaliação política que compreendia ser vital para o fortalecimento da organização, a ocupação dos espaços políticos institucionais, sobretudo aqueles inerentes ao sistema de representação política.

Para ascender a esse espaço de representação, o movimento índio teria que se sujeitar, ao menos em parte, às regras de jogo da institucionalidade, adaptando o seu discurso, exclusivamente anti-sistêmico, de forma a manter as críticas radicais ao sistema vigente e, ao mesmo tempo, defender a possibilidade de transformá-lo com base em suas próprias instâncias ou instituições. Esta adaptação foi processada, embora não superada, com grandes atritos, impondo um duro processo de transição no seio do movimento. Conforme a avaliação de Pablo Dávalos, a disposição em encarar o desafio dessa transição evidencia, por parte do movimento, “su pragmatismo en la construcción de su proyecto político”.²¹²

A intervenção política de forma efetiva, aberta e pública do Movimento Indígena, nos marcos da institucionalidade e mediante a utilização dos instrumentos atribuídos pelos preceitos constitucionais, iniciou-se, especialmente, a partir do

²¹¹ Economista, docente do curso de Ciências Políticas e Administração Pública da Puce-Quito. Coordenador do Instituto Científico de Culturas Indígenas, que congrega e edita artigos sobre as questões indígenas no Equador escritos por intelectuais indígenas e não indígenas. Pablo Dávalos é considerado um dos mais notáveis conhecedores do movimento indígena equatoriano, tendo já escrito inúmeros artigos e livros sobre o tema.

²¹² DÁVALOS, Pablo. Movimiento indígena ecuatoriano: la constitución de un actor político. In: _____. (Org.). *Yuyarinakuy*: digamos lo que somos, antes que otros nos den diciendo lo que no somos. Quito: Abya-Yala, 2001, p. 189.

referendo popular²¹³ realizado pelo governo de Sixto Duran, em meados de 1995, que objetivava garantir legitimidade a um pacote de medidas que propunha o aprofundamento da política econômica neoliberal. Nesse pacote, destacavam-se o projeto de privatização de serviços e empresas públicas – especialmente dos setores de telecomunicação, energia elétrica, petróleo e seguridade social – e as alterações na política tributária e de preços, que apontavam para o aumento nos preços de serviços e produtos, como os combustíveis. Essas medidas faziam parte das exigências do Fundo Monetário Internacional para assinatura de um acordo de renegociação das dívidas do país que, àquela altura, atingiam o patamar histórico de 14 bilhões de dólares.

O governo de Sixto Duran se apoiou no argumento de que a superação do atraso que caracterizava a estrutura administrativa e produtiva do país somente aconteceria com a modernização do Estado e das relações econômicas, e o discurso governamental insistia que tal “modernidade” se identificava com os princípios neoliberais de gestão estatal e econômica. As medidas propostas pelo governo contaram com o apoio direto dos principais meios de comunicação do país, o que possibilitou, na fase inicial da campanha, segundo pesquisas de opinião pública, o apoio de uma ampla maioria da população ao “pacote”.

A campanha pela aprovação das medidas encontrou, porém, forte resistência entre as organizações sociais e populares. A Conaie, uma das principais opositoras da política econômica do governo, junto com outros movimentos sociais também contrários à proposta governista, partiu para a ofensiva, formando uma verdadeira frente popular de resistência ao projeto neoliberal. Com pouco tempo e escassos recursos para a campanha, os movimentos sociais, de forma criativa e dinâmica, por meio de manifestações diversas como marchas e concentrações realizadas de forma pacífica e festiva –, além da campanha de casa em casa e de inserções em programas de rádio e televisão, conseguiram reverter o quadro, obtendo, ao final do processo, uma vitória significativa com cerca de 58% dos votantes dizendo **NÃO** à proposta de aprofundamento das políticas neoliberais.

²¹³ Um ano antes, o governo havia aprovado, via consulta popular, uma reforma constitucional que, entre outros pontos, alterava os mecanismos de participação política, abrindo a possibilidade para os cidadãos não filiados a partidos políticos, concorrerem a cargos eletivos. Confiante, em função dessa vitória, o governo mantém a mesma estratégia de utilização da consulta popular para buscar legitimar outros temas do seu interesse. Fonte: SEGOVIA, Lautaro Ojeda. Plurinacionalidad, autodeterminación y autonomía indígena. In: ALMEIDA, Ileana. (Org.). Autonomía indígena frente al estado nación y a la globalización neoliberal. Quito: Abya-Yala, 2005. p. 171.

Como saldo positivo desse processo, para os movimentos sociais, houve a consolidação de uma nova estrutura organizativa popular, a *Coordenadoria dos Movimientos Sociales* (CMS), entidade formada por diversos movimentos e grupos sociais que, desde então, passou a atuar na coordenação de várias campanhas populares, especialmente em oposição às iniciativas identificadas com o receituário neoliberal.

A Coordenadoria dos Movimentos Sociais, além da Conaie, contava com a presença dos petroleiros – por meio da Federação de Trabalhadores Petroleiros (Fetrapec) –, dos trabalhadores do Instituto de Seguridade Social – agrupados na sua Confederação Nacional (Confeunassc) – de comitês de bairro, clubes de mulheres, organizações juvenis, entre outras entidades que, além de se oporem à política econômica, manifestavam afinidade com o discurso político ampliado da Conaie. Embora, do ponto de vista formal, a CMS se constituísse em entidade mais ampla e representativa, na prática ela acabou sendo transformada em mais uma instância utilizada pela Conaie em sua estratégia de formar alianças tendo em vista a consolidação do seu projeto político, que incluía a modificação do modelo de desenvolvimento econômico e a recusa à política neoliberal.

Diversos foram os fatores que possibilitaram que a Conaie – e não as organizações sindicais ou os partidos políticos de esquerda – assumisse um papel hegemônico na luta contra as políticas neoliberais no Equador. Dentre tais fatores, podemos destacar: a capacidade de mobilização e organização do movimento indígena e sua democracia interna; a crise do movimento sindical no seu formato tradicional; o desgaste do discurso e da proposta neoliberal, em função dos índices sociais e econômicos negativos produzidos a partir da aplicação de suas políticas, o que tornou crescente a crise de legitimidade dos governos e partidos políticos defensores de seus programas; e, ainda, o desgaste de lideranças e partidos políticos tradicionais, envolvidos em várias denúncias de corrupção, o que terminou por contribuir para a instalação de um ambiente de instabilidade política no país.

O movimento sindical tradicional no Equador – que, ao menos teoricamente, poderia assumir o papel de aglutinador das insatisfações populares contra os modelos de gestão do Estado e da economia – atravessava uma crise profunda, motivada por dois fatores fundamentais. Em primeiro lugar, o processo de ajuste econômico neoliberal implantado no país nos últimos anos provocou, como observado em capítulo anterior desse trabalho, a diminuição dos postos de trabalho e, por extensão, a queda dos salários e o aumento das atividades informais. Este quadro conjuntural, acrescido

de várias alterações trabalhistas, diminuiu o poder de pressão dos sindicatos, com exceção apenas daqueles que aglutinavam setores do funcionalismo público: petroleiros, trabalhadores da seguridade social e professores. Em segundo lugar, o movimento sindical sempre revelou certa incapacidade em estabelecer políticas de aproximação e aliança com outros movimentos sociais e com os cidadãos não organizados formalmente. Pode-se dizer que o movimento sindical se deixou isolar, socialmente, em função do desinteresse em desenvolver lutas reivindicativas que ultrapassassem o âmbito das demandas específicas de seus associados e, ainda, por insistir em uma concepção, classificada por Guarderas²¹⁴ como “vanguardista”, que atribuía, às direções sindicais, o papel natural e intransferível de único sujeito capaz de conduzir o processo de transformação social. Por esta concepção, caberia aos movimentos populares se adaptarem e aceitarem as estratégias de ação desenvolvidas pelo movimento sindical, e não ao movimento sindical se adaptar e aceitar as demandas dos demais movimentos populares.

Desta forma, a Frente Unitária dos Trabalhadores (FUT), mais importante organização representativa do movimento sindical equatoriano, experimentou, no final do século passado, uma trajetória inversa à vivenciada pela Conaie: de principal entidade política popular dos anos 1980, responsável por memoráveis manifestações públicas em defesa da classe operária, transformou-se, na década seguinte, em uma entidade enfraquecida e de escassa capacidade de mobilização social.

Simultaneamente a este enfraquecimento do movimento sindical, a sociedade equatoriana assistiu à erupção de diversos organismos sociais: organizações de jovens, comitês de bairro, grupos de mulheres, grupos de ecologistas, entre outros. Essas organizações não se arrogavam à tarefa de coordenar uma grande aliança popular em oposição às políticas neoliberais, mas se mostraram extremamente receptivas às estratégias traçadas pelo movimento indígena, nele reconhecendo a legitimidade histórica e cultural para liderar um bloco popular que questionasse as mais profundas estruturas econômicas e políticas do poder estatal.

3.2.1 A formação do Pachakutik e a participação política eleitoral

A participação ativa da Conaie no processo de consulta popular de 1995 acabou por introduzir modificações em sua forma de atuação, fortalecendo correntes internas

²¹⁴ GUARDERAS, op. cit., p. 116.

do movimento que defendiam uma maior participação no âmbito dos mecanismos institucionais de representação e ação política definidos no sistema de democracia representativa operante no país.

É importante destacar que, até 1979, a população indígena estava, literalmente, fora do jogo político eleitoral, pois seus integrantes não eram legalmente considerados cidadãos, já que, conforme estabelecido na Constituição em vigor, apenas os equatorianos de nascimento, maiores de idade e que soubessem ler e escrever, em castelhano, seriam portadores dessa condição. Este último requisito excluía grande parte da população indígena do universo da cidadania. Além do mais, esta população sequer contava com registros oficiais de nascimento e era considerada como “inexistente” para a justiça eleitoral.

Este quadro veio a sofrer alterações com a reabertura política e o restabelecimento da ordem democrática no país, em um processo que deve ser situado numa conjuntura internacional de enfraquecimento dos regimes de força que, ao longo das décadas de 60 e 70, predominaram no cenário político latino-americano. A classe política tradicional convenceu-se da necessidade de modernização das regras eleitorais do país e aprovou, entre outras medidas, a extensão do direito de voto para os analfabetos, mudança que possibilitou, ao menos parcialmente, a incorporação da população indígena ao processo político institucional.

Embora não existam estudos conclusivos sobre o comportamento eleitoral das comunidades indígenas nos pleitos políticos da década de 80, alguns analistas apontam para duas tendências principais: a primeira, mais evidente em comunidades indígenas da região serrana, indicaria uma predominância de votos conferidos aos partidos comunista e socialista, agremiações que desenvolviam, já havia algum tempo, atuação militante nessa região, especialmente por meio da FEI e Fenoc, entidades com fortes vinculações a essas agremiações políticas; a segunda, perceptível nas demais localidades, indicaria o predomínio da abstenção e do voto nulo que, ao menos em parte, refletiam as orientações de organizações indígenas combativas, como a Ecuarunari que, desta maneira, expressavam sua recusa em participar de uma disputa política cujas regras eram definidas por partidos políticos tradicionais, que não representavam os interesses das comunidades indígenas.

Esse quadro começou a ser modificado na década de 90, especialmente após o processo eleitoral de 1992. Nestas eleições, mesmo sem apresentar candidatos próprios, ou mesmo manifestar apoio a qualquer dos pleiteantes à Presidência da República, as

organizações indígenas se dedicaram a estabelecer um diálogo com os principais candidatos, reafirmando a sua agenda política e exigindo o seu compromisso perante suas demandas. Portanto, embora o movimento reafirmasse os mecanismos para-institucionais como seu campo prioritário de manifestação, já se vislumbravam, nesse momento, indícios de uma nova relação entre o movimento indígena e as instâncias e procedimentos formais da política eleitoral. Este tema – a relação entre o movimento indígena e popular e os princípios de disputa política definidos pelo Estado (burguês) de direito – receberá atenção especial no IV Congresso da Conaie, ocorrido em 1993, ano de realização de eleições municipais. O Congresso aprovou uma resolução que orientava as organizações regionais a estabelecer listas de candidatos próprios das comunidades indígenas para a disputa das eleições locais. Esta resolução parece não ter provocado resultados significativos imediatos, uma vez que o assunto será objeto de poucos comentários nos documentos e boletins da entidade no período.

Mas, no ano de 1995, especialmente após a consulta popular sobre o pacote de medidas governamentais de Sixto Duran e mediante a iniciativa de algumas organizações regionais de constituir uma estrutura político-partidária própria, a direção da Conaie resolveu por continuar o debate sobre o tema e decidiu pela formação, em nível nacional, de uma agremiação política que representasse os interesses das comunidades indígenas. Essa decisão foi ratificada no Congresso Extraordinário da Conaie, realizado em janeiro de 1996, dando origem, assim ao Pachakutik.²¹⁵

A essa altura, a Conaie havia assumido uma posição que lhe concedia grande prestígio político, obtendo a simpatia de importantes parcelas da sociedade equatoriana não somente entre os moradores da zona rural, como também entre os moradores das áreas urbanas do país. Esta imagem positiva da Conaie favoreceu a constituição, a partir de uma aliança entre a entidade e diversos movimentos sociais, da Coordenadoria dos Movimentos Sociais (CMS), fator que impulsionou a formação de uma frente política popular ampla por meio do *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País*, que, para Pablo Dávalos, representou:

[...] una separación formal con la clase política tradicional y el tutelaje que esta clase había ejercido siempre sobre los movimientos

²¹⁵ Nome do vocabulário quéchua que significa “o retorno dos bons tempos” numa alusão à transformação de atitude e da conduta política, bem como à esperança em bons tempos. Ver: Movimiento Pachakutik. Disponível em: <<http://www.diputadospk.org>>. Acesso em: jan. 2005.

sociales, y la aparición de un movimiento nuevo dentro de la institucionalidad democrática.²¹⁶

Embora surgido por iniciativa das organizações indígenas e concebido como mais um instrumento voltado para a defesa das propostas políticas desse grupo social, o Pachakutik-NP estabeleceu, desde seu início, a intenção de não ser caracterizado como um partido exclusiva e especificamente indígena:

[...] no se trata de un partido o un movimiento de tinte indigenista o con una agenda eminentemente étnica, sino de una propuesta diferente, en la que la democracia, la equidad, la tolerancia, la justicia están relacionadas con el respeto a la diferencia, sobre todo a la diferencia radical entre aquellos que se asumen como culturas o pueblos distintos [...].²¹⁷

O desenvolvimento de um partido político alternativo foi acompanhado pela formulação de um programa que contemplasse as múltiplas demandas dos distintos atores sociais envolvidos nesse processo, cujos objetivos gerais foram sintetizados nos seguintes pontos:

- Generar un nuevo modo de vida, una sociedad sin excluidos, con personas libres y solidarias unidas en la diversidad.
- Fomentar una economía orientada al desarrollo humano sustentable, con una eficiente redistribución del ingreso e igualdad de oportunidad para todas y todos.
- Fortalecer la democracia participativa a través de la consulta popular, contraloría social, revocatoria del mandato y descentralización del Estado.
- Generar una nueva moral individual y colectiva, pública y privada. Combater a la corrupción y la impunidad y despolitizar la justicia.²¹⁸

Estes propósitos se apresentavam em perfeita sintonia com o *Proyecto Político* da Conaie, formatado em 1994, que exibia em destaque a necessidade de mudar o caráter do Estado – de seu formato centralizador e homogeneizado para um Estado plural e descentralizado –, de transformar os pilares da economia – que deixaria de ser baseada na lógica do lucro para se tornar uma economia comunitária voltada para a melhoria das condições de vida – e de consolidar uma estrutura de poder com base no princípio da democracia direta e participativa. Portanto, apesar de a proposta política do

²¹⁶ DÁVALOS, op. cit., p. 189.

²¹⁷ PACHAKUTIK. *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo Pais*. História y significado. Disponível em: <<http://www.diputadospk.org>>. Acesso em: jan. 2005.

²¹⁸ Idem, Ibidem, p. 7.

Pachakutik-NP buscar refletir o conjunto das forças sociais que o compunham, percebe-se, de forma irrefutável, o predomínio de proposições originais do movimento indígena, cada vez mais compartilhadas por outros sujeitos políticos e servindo de núcleo primordial de um projeto de caráter global do conjunto dos grupos subalternos do país.

Do ponto de vista organizativo,²¹⁹ o Pachakutik-NP estabeleceu uma estrutura de caráter similar ao das organizações indígenas, instituindo instâncias e princípios de funcionamento que tinham por objetivo impedir e/ou limitar o distanciamento entre as bases e a direção partidária. Neste sentido, implantou-se uma estrutura partidária que, ao invés de privilegiar o poder de controle e decisão dos ocupantes dos cargos de direção, reforçava os mecanismos de tomada coletiva das decisões e valorizava as iniciativas do conjunto dos membros. Embora, em função do seu crescimento e da própria dinâmica do jogo político, alguns desses elementos organizativos tenham sido modificados, no geral, manteve-se o caráter participativo e coletivo na definição do rumo das ações políticas do Pachakutik-NP.

No âmbito local, o partido contava com um conselho, formado pelos membros das diversas organizações sociais atuantes na localidade. Essa estrutura colegiada de deliberação se estendia pelos Conselhos Provinciais e pelo Conselho Nacional, além do Congresso ou Assembléia Nacional, formada por delegados de todas as organizações sociais e pelos delegados provinciais, cujo número era estabelecido conforme o percentual de votação do partido em cada província.

Além das instâncias deliberativas, estabeleceu-se um Comitê Político, que se reunia a cada seis meses e era integrado por representantes de cada província e de cada organização social, pelos deputados e por 25 membros militantes eleitos diretamente pela Assembléia Nacional. Essa instância organizativa tinha, entre outras finalidades, a função de fiscalizar e controlar as atividades do movimento.

Para completar, foi criado o Comitê Executivo, órgão de caráter permanente e que era integrado pelo Presidente do Movimento, por sete militantes eleitos diretamente pela Assembléia Nacional, por três representantes das organizações sociais, por um delegado das organizações políticas nacionais (Conaie, Ecuarunair e Confenei) e por um delegado representando o conjunto dos parlamentares do partido. Este comitê tinha

²¹⁹ Conforme informações levantadas junto ao Sr. Dimitri Omã, responsável pela assessoria de comunicação do Pachakutik, além de outras informações contidas no próprio site do partido, disponível em: <<http://diputadospk.org>>.

como função coordenar, implementar e executar as políticas estabelecidas pelo Congresso ou Assembléia Nacional.

Embora não tenhamos aqui a preocupação ou o propósito de realizar uma análise mais detalhada do processo eleitoral, é necessário, ainda que rapidamente, destacar o processo eleitoral de 1996, pleito que precipitou a formação do *Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo País* (MUPP-NP) e o ingresso efetivo do movimento indígena no âmbito institucional da disputa política por meio de um partido político próprio.

As eleições de maio de 1996 ocorreram em uma conjuntura de crise generalizada, que atingia a economia, envolta em uma forte recessão, e a política, marcada pela baixa legitimidade dos partidos e instituições oficiais. Esse contexto provocou o acirramento da disputa eleitoral, na qual participaram seis candidatos à Presidência da República, representando partidos políticos tradicionais, com destaque para as candidaturas de Jaime Nebot pelo Partido Social Cristão (PSC) – que representava, de forma mais clara, as forças políticas identificadas com a direita – e de Abdalá Bucaram, pelo Partido Roldosista Ecuatoriano (PRE), com um discurso populista e conservador.

Apenas três meses antes das eleições, o MUPP-NP consolidou um acordo básico, entre os diversos setores que o compunham, e definiu um programa político e uma lista de candidatos. Para disputar o cargo de presidente da República, o movimento optou pela candidatura do colunista e apresentador de TV Freddy Ehlers, conhecido comunicador com grande inserção nos setores urbanos. A escolha do nome de Ehlers contemplava a estratégia política do partido, que buscava equilibrar o apoio das organizações indígenas e camponesas – de maior influência, logicamente, no meio rural – com um nome de boa visibilidade no meio urbano. Em relação às eleições para as Câmaras Legislativas, o Movimento apresentou uma lista de candidatos que incluía intelectuais, dirigentes sindicais além de vários dirigentes indígenas, entre eles Luis Macas, então presidente da Conaie.

Em um cenário de crescente crise econômica – associada, especialmente, à aplicação da política neoliberal de ajuste estrutural –, a campanha de Jaime Nebot adotou um discurso moderado, que se articulava, segundo Guarderas, “bajo la chave de un ‘capitalismo popular’ com rostro humano; en lugar de privatizaciones se hablaba de capitalización de las empresas, se hacía énfasis en la calidade de los servicios estatales,

etc”.²²⁰ Nebot, desta forma, procurou evitar a abordagem, na campanha, de temas essenciais entre as forças políticas que o apoiavam, como a defesa do Estado mínimo e da liberdade das leis do mercado.

Contando com um forte apoio financeiro de setores da oligarquia econômica de Guayaquil, a campanha de Nebot desenvolveu um arrojado *marketing* político e ocupou, desde o início, a dianteira nas pesquisas de opinião pública. Ao término do primeiro turno das eleições, Nebot alcançou 27% dos votos válidos, ficando à frente dos demais candidatos, porém sem conseguir a maioria absoluta dos votos, levando o pleito para um segundo turno.

Abdalá Bucaram, além de conseguir algum apoio financeiro entre os grupos oligárquicos de Guayaquil – em geral mais identificados com a campanha de Nebot –, contou também com o apoio de grupos empresariais de Quito, especialmente de banqueiros e empresários do setor exportador. Com um discurso direto e agressivo, alicerçado em bases populistas, com a exaltação dos pobres e a condenação dos ricos, Bucaram conseguiu, na fase final da campanha para o primeiro turno, surpreender e chegar em segundo lugar, com 25% dos votos, situação que garantiu sua presença no segundo turno em disputa com o candidato do Partido Social Cristão.

A candidatura do MUPP-NP apresentou, em sua campanha, um discurso estrategicamente mais moderado em relação a temas conflitantes, como os modelos de gestão econômica e estatal defendidos pelo movimento. Ainda assim, sua candidatura despertava o receio dos setores conservadores, especialmente das grandes empresas de comunicação, fator que, somado ao pouco tempo para campanha e aos poucos recursos econômicos disponíveis, limitaram seu poder de inserção em certos setores sociais. Tais dificuldades foram, em parte, dribladas com o apoio da estrutura e mobilização das organizações indígenas, camponesas e urbanas populares, que buscaram compensar o amadorismo da campanha com a força dos seus militantes. Ao término do primeiro turno, Freddy Ehlers ficou em terceiro lugar, alcançando 21% do total de votos apurados.

A avaliação final realizada pelas organizações indígenas em torno de sua participação no processo eleitoral foi positiva – apesar de não elegerem o presidente da República, que terminou sendo Abdalá Bucaram, vencedor no segundo turno com 54% dos votos válidos – levando-se em conta os resultados obtidos para os diversos cargos

²²⁰ GUARDERAS, op. cit., p. 191.

em disputa. O MUPP-NP conseguiu, de um total de 82 vagas, eleger oito deputados para o Congresso Nacional, entre os quais Luis Macas e Miguel Llucio, dois dos mais importantes dirigentes indígenas, além de eleger cerca de 70 autoridades locais, entre as quais as *Alcaldias* de cidades importantes como Cotacachi, Guamote e Saquisilí, localizadas em regiões com expressiva concentração indígena.

Diferentes pesquisas sobre o processo eleitoral de 1996, ²²¹ especialmente voltadas para tentar compreender o comportamento político-eleitoral das comunidades indígenas, ainda que realizadas segundo distintas metodologias, retrataram algumas conclusões comuns. Apontaram, por exemplo, para uma forte adesão dos indígenas aos candidatos do Pachakutik-Nuevo País, especialmente nas regiões serrana e amazônica. Na pesquisa realizada pelo Caap, ²²² que estudou os resultados de 42 municípios da Serra, verificou-se que o candidato Ehrlers recebeu entre 30 e 60% dos votos em 28 paróquias; Bucaram obteve entre 10 e 30% em 29 municípios; e Nebot obteve entre 10 e 20% em 27 localidades. Já a pesquisa de Natalia Wray, ²²³ que procurou vincular o voto indígena às diferentes nacionalidades, concluiu que o maior percentual de votantes dos candidatos do Pachakutik ocorreu, proporcionalmente, nas regiões de população quíchua, seja nas comunidades da Serra, seja nas da Amazônia, com uma média geral de 38% dos votos válidos.

Apesar desses resultados, no cômputo geral, o peso eleitoral dos povos indígenas, se considerado o alto índice populacional de suas comunidades, foi baixo, em razão do grande percentual de abstenções e de votos nulos e brancos – que, nas áreas de maior concentração indígena, foi, relativamente, mais alto do que no restante do país. Vários fatores foram apontados para explicar este, relativamente, baixo índice de participação político-eleitoral: as deficiências de escolaridade das comunidades indígenas, as dificuldades operacionais da campanha do Pachakutik, que não conseguiu atingir, de forma efetiva, todas as regiões do país, além da própria descrença, entre boa parte da população indígena – historicamente excluída da política, da sociedade, do Estado – para com os mecanismos eleitorais de disputa política.

²²¹ Em especial as realizadas pelo Centro Andino de Acción Popular e pela pesquisadora Natalia Wray, além dos dados fornecidos no artigo *Indigenous participation in the 1996 elections*. Disponível em: <<http://ecuador.nativeweb.org/96elect>>. Acesso em: nov. 2005. Contido, também, no trabalho de GUARDERAS, op. cit., p. 190-200.

²²² Centro Andino de Acción Popular, informações sintetizadas por: GUARDERAS, op. cit., p. 197-200.

²²³ WRAY, Natalia. *Proyecto de investigación pueblos indígenas y participación electoral*. Quito: ILDIS, IBIS, 1996, p. 198-199.

3.3 ASCENSÃO E QUEDA DE BUCARAM: AS MOBILIZAÇÕES POPULARES DE 1997.

O novo presidente, Abdalá Bucaram, embora tivesse exibido, em sua campanha, uma retórica antioligárquica, era fortemente vinculado a grupos econômicos – financeiros e comerciais – da costa que, apesar de seu poder econômico, não se consideravam devidamente representados no governo. Estas contendas envolvendo frações da elite econômica do país, normalmente agravadas em períodos de crise econômica, acabaram por contaminar todo o governo de Bucaram, que se mostrou incapaz de promover a construção de um consenso mínimo entre estas diferentes frações da elite dominante. A tensão acabou por se refletir no cenário político, com o agravamento da situação do governo no Congresso. Após sua eleição, Bucaram construiu uma maioria legislativa extremamente frágil, alicerçada nos expedientes de cooptação de deputados eleitos pela oposição e distribuição de cargos, favores e privilégios. Com o acirramento das disputas entre os setores oligárquicos e econômicos, esta “base de apoio” congressional do governo começou a ruir.

Por outro lado, o governo de Bucaram apresentou uma proposta de ajuste econômico que previa, entre outras medidas: a dolarização da economia, seguindo o modelo argentino;²²⁴ o aprofundamento do processo de privatização; a retomada do projeto de reforma tributária, iniciada nos governos anteriores, que pretendia reduzir o *déficit* fiscal mediante a suspensão de diversos subsídios econômicos – o que provocou, de imediato, a elevação dos preços de vários produtos e serviços básicos, como o gás de cozinha, os combustíveis, as passagens de transportes coletivos, a energia elétrica, a água, entre outros. Estas iniciativas governamentais provocaram um forte descontentamento dos setores populares e médios do país. Para acentuar, ainda mais, o desgaste do governo junto à sociedade, constantes e sérias denúncias de corrupção passaram a pairar sobre o presidente, seus familiares e ministros mais próximos.

A conjunção desses fatores – disputa cada vez mais acirrada entre grupos econômicos poderosos, fragilidade da base de apoio do governo no Congresso e crescimento do descontentamento popular frente às medidas econômicas – provocou, já nos primeiros meses do mandato, várias manifestações de protesto, motivadas

²²⁴ Uma das primeiras medidas de Abdalá Bucaram foi nomear como assessor econômico o argentino Domingos Cavalo, Ex-ministro da fazenda do governo de Carlos Menem (1989-1999) e um dos idealizadores do Plano de reajuste monetário do seu país, bem como um dos principais defensores da política neoliberal no cone-sul.

essencialmente pela insatisfação com a política econômica e, em particular, com a recente alta dos preços de diversos serviços e produtos.

O ápice das manifestações ocorreu entre os dias 29 de janeiro e 5 de fevereiro de 1997, quando diferentes atos de protesto sacudiram todo o país, com greves, ocupações de prédios públicos, fechamento de rodovias e estradas, entre outras formas de manifestação. A rapidez com que se deteriorou o apoio ao governo e a radicalização das manifestações de protesto provocaram uma situação de grande instabilidade política, configurando, segundo avaliação de diversos analistas e cientistas políticos, a maior crise política enfrentada pelo país desde o retorno da democracia em 1979.

O descontentamento com o governo de Bucaram provinha dos diferentes setores sociais, desde os movimentos populares, passando pelas camadas médias, até importantes segmentos da elite econômica. Além de englobar, praticamente, todos os setores da sociedade, a insatisfação com as iniciativas governamentais atingia, também, quase todos os aspectos da gestão estatal, desde a economia até os modos da ação política, apreendidos como autoritários e corruptos.

É importante, porém, destacar que todos esses elementos de insatisfação não seriam capazes de, por eles apenas, mobilizar as milhares de pessoas que se envolveram diretamente nos episódios de janeiro e fevereiro de 1997. Fazia-se necessário um elemento de catalisação destas difusas insatisfações, o estabelecimento de mecanismos de aproximação entre os diferentes setores e organizações sociais opositores ao governo e, ainda, uma entidade com legitimidade para abrir canais de conversação e acordo entre tais setores e organizações. Este papel fundamental foi exercido, inicialmente, pela Coordenadoria dos Movimentos Sociais (CMS), que assumiu, efetivamente, a posição de coordenação entre os distintos movimentos sociais, organizando e mobilizando as suas bases nos atos de protestos à política governamental e estabelecendo o dia 5 de fevereiro para a realização de uma grande manifestação nacional e unitária contra o governo de Bucaram, denominada de *Paro Cívico Nacional*.

A CMS procurou estabelecer o diálogo, inclusive, com setores da sociedade equatoriana que eram considerados, historicamente, opositores das propostas dos movimentos sociais, mas que, no momento, expressavam sinais de descontentamento com o governo e criticavam a instabilidade política reinante no país. Nesse sentido, gestões foram feitas com partidos e líderes políticos, entre os quais o ex-presidente da República Osvaldo Hurtado (1981-1984) – alegadamente receoso com o rumo que as

mobilizações populares poderiam adotar, podendo colocar em risco a ordem constitucional, seja pela ação dos setores populares, seja pela ação intervencionista dos militares – que firmou uma aliança estratégica com os movimentos sociais para a realização de atos conjuntos de protesto. Um manifesto público conjunto – firmado pela CMS e pelo ex-presidente – contra o governo Bucaram chegou a ser divulgado, cujos pontos centrais citamos a seguir:

Nos dirigimos al país en forma conjunta, superando incluso diferencias ideológicas y hasta personales, porque es necesario en las actuales circunstancias frenar la corrupción, el saqueo de la República por parte de la familia Bucaram y sus amigos, defender al pueblo de una despiadada política económica, terminar con el autoritarismo, la improvisación y la frivolidad del presidente, que con sus actitudes degrada las instituciones democráticas y pone en riesgo la supervivencia e la nación. [...]. Como demócratas convencidos estaremos en la jornada cívica del 5 de febrero, a la que invitamos a participar a todos los ecuatorianos. Es nuestra convicción que la ciudadanía, el Parlamento y el liderazgo político y social, debemos impulsar un reforma política, que será labor de un gobierno constitucional de transición concertado. Exigimos que Congreso se reúna el 5 de febrero para recibir la demanda de la ciudadanía y que el Presidente del Congreso convoque a un Congreso Extraordinario que enfrente la crisis política.²²⁵

Apesar de manifestarem uma postura de crítica não somente em relação às práticas autoritárias e corruptas do governo, como também à própria política econômica do país, na realidade, o ponto aglutinador desses diferentes atores sociais girava em torno da proposta de deposição do presidente Abdalá Bucaram e das repercussões da crise na frágil e limitada ordem institucional e democrática do país.

Apenas para destacar, mais uma vez, o papel central desempenhado pelo movimento indígena no conjunto dos movimentos sociais e no interior da CMS, vale ressaltar que a Conaie, em congresso realizado na província de Loja, em dezembro de 1996 – portanto antes das manifestações de janeiro e fevereiro de 1997 – havia aprovado uma linha de atuação política baseada na oposição direta à administração de Bucaram.

Mas a relação entre o movimento indígena e o governo Bucaram não foi marcada apenas pelo ataque e pela oposição. Ainda durante a campanha eleitoral, Bucaram buscou atrair o voto indígena, lançando mão de propostas, como a criação do

²²⁵ COORDENADORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (CMS). Manifesto Público. El comercio, Quito, 4 fev. 1997. Disponível em: <<http://www.elcomercio.com.ec>>. Acesso em: nov. de 2005.

Ministério Étnico e o oferecimento de cargos para lideranças indígenas, além da execução de serviços e programas voltados para as comunidades indígenas. Para a Conaie, estas propostas buscavam dividir o movimento e, particularmente, enfraquecer a própria entidade. Uma vez eleito, o presidente Bucaram efetivou a criação do Ministério Étnico Cultural e convidou, para dirigi-lo, o então vice-presidente da Conaie, Rafael Pandam, que, sem esperar por uma discussão com o conjunto da direção da entidade, aceitou a proposta. A ocupação do Ministério por um dirigente da Conaie foi apoiada por uma parte dos dirigentes indígenas da região Amazônica, que defendiam a participação direta dos indígenas em órgãos e entidades públicas como forma de proporcionar “melhorias” para os setores indígenas da população. Esta avaliação, contudo, era condenada por outros setores, que sustentavam que tal postura poderia retirar a legitimidade do projeto global do movimento, que reivindicava mudanças profundas e radicais do Estado. Esta divergência provocou, ou intensificou, no seio da Conaie, uma intensa divisão, que tinha por eixo, agora, não somente o posicionamento da entidade em relação à participação política nos marcos institucionais da disputa eleitoral, mas sim a participação em uma gestão estatal conduzida por grupos sociais alheios às propostas fundamentais do movimento.

Em meio a esta divergência entre as diferentes posições quanto aos rumos da ação política do movimento, especialmente quanto à sua posição frente ao novo governo, ocorreu, em dezembro de 1996, o congresso ordinário da Conaie que, entre outras questões, deveria eleger a nova direção da entidade. Sem conseguir construir uma proposta consensual, a assembléia ficou suspensa por alguns dias, período em que o crescimento da debilidade do governo frente à opinião pública fragilizou a ala favorável ao apoio e à ocupação de postos no interior da estrutura do governo. Ao final do Congresso, as diferentes tendências do movimento conseguiram construir um consenso, mediante, por um lado, a confirmação do líder indígena da região Amazônica e um dos principais defensores da participação no governo, Antonio Vargas, como presidente da organização e, por outro lado, a aprovação de uma resolução que declarava o movimento em oposição ao governo de Bucaram.

Superadas as divergências entre alguns setores da direção da Conaie e impulsionadas pelas pressões advindas da base do movimento, cada vez mais descontente com o governo, as organizações indígenas passaram, de forma mais contundente, a assumir a dianteira das mobilizações e dos protestos, destacando-se mais uma vez, dentre os grupos opositores ao regime, como o de maior poder de organização

e mobilização. Nestas manifestações, a Conaie foi definitivamente reconhecida – pela sociedade e pelos órgãos de comunicação do país – como importante agente político do Equador, como se constata na leitura das edições de fevereiro de 1997 de jornais como **El Comercio** e **Hoy**, nas quais os mais significativos destaques recaem sobre os pronunciamentos dos líderes indígenas e sobre as manifestações conduzidas por suas organizações.

A partir das manifestações de janeiro e fevereiro, a maior parte das forças políticas do país articulou-se entre si, buscando definir os procedimentos a serem adotados a fim de atender à reivindicação dos movimentos sociais e de diversos setores políticos, instalando o processo de destituição do presidente da República, Abdalá Bucaram, apenas seis meses depois da sua posse. Vários agentes engajados neste processo não aceitavam a substituição de Bucaram mediante a nomeação de sua vice-presidente Rosália Arteaga, em função de suas fortes ligações com o presidente a ser deposto. Ao final, construiu-se um acordo, pelo qual o Congresso Nacional nomearia, como presidente da República interino, Fabián Alarcón, então presidente da Câmara dos Deputados. Alarcón deveria assumir o cargo com o compromisso de realização de novas eleições presidenciais, no prazo de dezoito meses, e de convocação, imediata, de uma Assembléia Constituinte para reformular a Carta Constitucional do país.

Estes compromissos assumidos pelo presidente interino, porém, não foram implementados de forma imediata, o que provocou a desconfiança e a permanente mobilização do movimento indígena. Instalou-se, então, uma nova onda de mobilizações, que adotava como foco não mais o ataque à figura do presidente, mas sim a reivindicação de uma ampla e profunda reforma constitucional, mecanismo que, na avaliação dos movimentos populares, especialmente do movimento indígena, possibilitaria a modificação da estrutura política do país. Para a Conaie, era a oportunidade de fazer avançar seu projeto de um Estado plurinacional, um modelo de organização estatal que melhor representaria a diversidade cultural do país, tornando-o mais justo, democrático e participativo.

3.4 OS MOVIMENTOS POPULARES E O PROJETO CONSTITUCIONAL POPULAR

Ao delongar a convocação de uma Assembléia Constituinte, o governo de Fabián Alarcón provocou uma dura reação do movimento indígena, que permaneceu mobilizado para denunciar a intenção do presidente interino de descumprir os acordos firmados com os movimentos sociais. A postura de Alarcón terminou por fortalecer a posição dos grupos mais radicais no interior da Conaie, que sempre se posicionaram contrariamente ao envolvimento da entidade em ações político-institucionais. Reavivando o discurso da força das mobilizações para-institucionais e da participação política direta das bases, ou seja, do “poder popular”, estes grupos passaram a gestar a proposta de construção de um “Parlamento Popular” ou uma “Assembléia Constituinte Popular”.

O movimento indígena, que já havia assumido a liderança desta nova onda de protestos, oscilava entre duas posições: a primeira, sustentada pelos setores reticentes ao envolvimento com a ação institucional, propunha a abstenção do movimento frente a uma eventual Assembléia Constituinte “oficial” e defendia a formação, em conjunto com os demais movimentos populares, de uma assembléia constituinte genuinamente popular; a segunda, situada mais claramente no interior do Pachakutik, defendia a adoção de uma estratégia dupla de ação, envolvendo a convocação de um parlamento popular e, em paralelo, da Assembléia “oficial”, como forma de dar continuidade à estratégia anteriormente traçada, de assegurar a presença política e eleitoral do movimento, nos marcos institucionais. Esta segunda opção acabou por prevalecer, pois evitava o aprofundamento das divisões internas do movimento, uma vez que atendia às expectativas tanto dos setores que defendiam a ocupação dos espaços políticos formais como estratégia para obtenção de ganhos concretos para o movimento indígena, quanto de outros setores, descrentes com essa forma de atuação política e que denunciavam a incompatibilidade entre o caráter das ações institucionais, nos moldes em que estavam conformadas no país, e os objetivos globais perseguidos pelo movimento.

A convocação da Assembléia Popular Constituinte foi precedida de diversas reuniões locais e específicas envolvendo distintas organizações do movimento popular, além da realização de uma marcha em direção à capital, Quito, onde deveria ser instalada. Essa marcha se constituiu em mais um momento de fortalecimento e divulgação da proposta indígena que, no fundo, buscava demonstrar, mais uma vez,

para o conjunto da sociedade equatoriana, sua notável capacidade de mobilização popular.

Festivamente instalada em 12 de outubro de 1997, a Assembléia Popular contou com representações de diversas entidades e organizações camponesas, negras, de mulheres, ambientalistas, sindicalistas e de movimentos de bairros; a presença de representantes do movimento indígena era, contudo, majoritária.²²⁶ Numa primeira fase, os trabalhos estiveram concentrados na sistematização das propostas advindas das diversas organizações, agrupadas e discutidas em comissões específicas e depois apresentadas e debatidas em plenárias gerais. Uma semana depois, a Assembléia foi suspensa para que os delegados retornassem com as propostas, já devidamente compatibilizadas, para serem apresentadas junto às bases dos movimentos. Posteriormente, entre os dias 21 e 23 de novembro, a Assembléia Popular voltou a se reunir, contando, nesta ocasião, com 136 delegados para apreciar o posicionamento das diversas organizações em torno das propostas debatidas anteriormente. Finalmente, entre os dias 17 e 19 de dezembro, foi realizada a última plenária, que contou com a presença de 142 delegados. Nesta plenária, foi aprovada a redação final do projeto constitucional popular, documento que foi denominado *Constitución del Estado Plurinacional del Ecuador* e encaminhado, posteriormente, para a Assembléia Nacional.

Uma das motivações essenciais – senão a essencial – dos organizadores e participantes dessa Assembléia era a de reafirmar a capacidade do movimento popular em planejar e executar um projeto alternativo de poder. É o que podemos perceber nos diversos pronunciamentos feitos durante a elaboração da constituição popular, como o do líder indígena Miguel Angel Carlota, um dos coordenadores da marcha proveniente da região sul do país:

La caminata nace en la medida en que el debate de reformas debe ser participado desde abajo, elaborada la propuesta desde cada una de las comunidades, desde cada una de las organizaciones, considerada como parte de un proceso de exigencias que deben ser escuchadas para el control, la fiscalización y el apoyo desde abajo, desde todos, es decir desde un pensamiento colectivo, un pensamiento de los pueblos y desde la sociedad. [...]. Así mismo debo señalar que nace también en un momento donde ya no se cree en los partidos políticos, ya no se espera que el Congreso Nacional sea el que reforme o decida sobre aspectos importantes, nace en un momento en

²²⁶ GUARDERAS, op. cit., p. 211.

que no hay credibilidad ni en los partidos políticos, en las demás instituciones del Estado. En lo que hoy se cree es en la fuerza de la organización, en la fuerza de los de abajo, de los que ya casi no tenemos representación, o no nos sentimos representados pero que creemos en nuestra voz.²²⁷

O pronunciamento é ilustrativo das idéias norteadoras de uma importante fração do movimento indígena e nele se destacam: a) a descrença e desesperança em alcançar mudanças significativas no modo de vida da população mediante a ação política institucional (“ya no se cree en los partidos políticos, ya no se espera que el Congreso Nacional sea el que reforme o decida sobre aspectos importantes [...] no hay credibilidad ni en los partidos políticos, ne en las demás instituciones del Estado”); b) a afirmação do poder popular (“hoy se cree es en la fuerza de la organización, en la fuerza de los de abajo”); c) a expectativa de, “desde abajo”, construir um projeto político contra-hegemônico ao da elite dominante.

Grande parte das propostas aprovadas na Assembléia Popular foi diretamente influenciada pelo *Proyecto Político* da Conaie, confirmando não apenas o predomínio dos representantes indígenas na Assembléia, como, também, a amplitude de suas propostas, que passaram a ser vistas como válidas não somente para as comunidades indígenas, mas também para o conjunto dos grupos subalternos do país.

Composto por 245 artigos, o projeto constitucional popular propunha várias inovações em relação à Constituição vigente. Em relação ao caráter do Estado, ponto medular do projeto político indígena, o artigo 1º declarava o Equador como:

[...] un Estado plurinacional, soberano, social de derecho, independiente, de democracia participativa, pluricultural, solidaria, con equidad de genero, descentralizado y unitario.
Su forma de gobierno es la establecida en esta constitución.
La soberanía radica en sus pueblos que la ejercen por los órganos del poder público y los mecanismos de participación social.
El castellano y el Kichua son los idiomas oficiales de relación oficiales en las regiones y áreas de su uso y forman parte de la cultura nacional, de acuerdo con la Ley.²²⁸

²²⁷ Apud VELASCO, op. cit., p. 295.

²²⁸ ASAMBLEA NACIONAL CONSTITUYENTE DEL PUEBLO. Proyecto de constitución del estado plurinacional del Ecuador. Quito: Conaie, oct./dic., p. 6, 1997.

O Estado deveria ter, como função primordial, de garantir:

[...] la convivencia armónica e integral y de las relaciones interculturales: fortalecer la unidad en la diversidad; garantizar: los derechos de las personas y de las nacionalidades, el uso debido de los recursos naturales de modo que no afecte al medio ambiente ni a los pueblos.²²⁹

Caberia ao Estado garantir e assegurar a liberdade de expressão cultural das distintas nacionalidades e, ainda, assegurar os meios para que as tradições culturais fossem preservadas e difundidas para o conjunto da sociedade (Cf. Art. 13).

Em consonância com a proposta de alteração do caráter do Estado, atribuindo-lhe o qualificativo “plurinacional”, o projeto preconizava uma descentralização política e administrativa e uma reorganização territorial que, embora assegurasse o caráter indivisível do Estado equatoriano, deveria garantir o princípio da unidade na diversidade. A União seria constituída pelas “provincias, territorios de las nacionalidades indígenas, territorios de las comarcas negras, cantones y parroquias” (Art. 214). O objetivo dessa reestruturação seria, conforme o Artigo 215, o de assegurar “la eficaz aplicación al principio de la autonomía, la descentralización administrativa y territorial, la desconcentración política y el desarrollo de las respectivas entidades territoriales”.

A afirmação do caráter plural do Estado equatoriano era, ainda, complementada com a consignação de garantias às distintas nacionalidades indígenas e às comunidades negras, do direito de exercício da autonomia política, mediante o estabelecimento, de acordo com suas particularidades, de governos e autoridades próprias, conformadas pela *Ley Orgánica de Pueblos e Nacionalidades*, a ser oportunamente instituída e que estabeleceria, em nível interno, as regras de organização comunitária (Art. 223 e 221).

Em nível municipal e provincial, além de estabelecer o regime representativo com a formação de conselhos e de agentes executivos eleitos por votação direta, universal e livre, o projeto constitucional popular criava também as Assembléias de Cidadãos, que teriam a função de estabelecer metas a serem atingidas pelos órgãos e autoridades públicas (Art. 226).

Na esfera político-nacional, o projeto propunha mudanças na estrutura organizacional, estabelecendo um regime de governo semiparlamentar que conservava a figura do presidente e garantia-lhe certas prerrogativas de poder, mas o obrigava a

²²⁹ Idem, Ibidem, p. 6-7, art. 2.

conviver com a figura de um Primeiro Ministro e com um Congresso Nacional com poderes ampliados (Art. 146 a 174). Este, por sua vez, passaria a ser composto por duas câmaras: a dos deputados e a dos representantes.

A Câmara dos Deputados seria formada por doze representantes eleitos em âmbito nacional, pelos deputados eleitos pelas províncias – cujo número dependeria do peso eleitoral de cada colégio – por voto direto e universal, e, ainda, pelos representantes dos povos e nacionalidades indígenas e negras, num percentual de 30% e 10%, respectivamente, do número total de deputados. Estes últimos representantes deveriam ser eleitos de acordo com critérios de escolha específicos para cada comunidade. A Câmara dos Deputados manteria a função de elaborar, aprovar e interpretar leis, fiscalizar a ação do poder executivo e deliberar sobre os projetos enviados por esta esfera política (Art. 149-152).

Já a Câmara dos Representantes, proposta pela Constituição popular, seria formada por dois representantes eleitos em cada província e em cada um dos territórios indígenas e comarcas negras (Art. 161) e teria por competência: “1. - Representar los intereses de sus respectivas localidades ante el gobierno central. 2. - Intervenir en la aprobación de las ley que comprometan los intereses locales en las formas y caso previstos en esta constitución”.

O projeto constitucional popular procurava também conferir maior importância e capacidade de intervenção política às iniciativas populares, estabelecendo, no artigo 85, direito tais como o de “elegir y se elegidos, de prestar proyectos de ley ao Congreso nacional e de revocar el mandato que confieren a los dignatarios de elección popular”.

Outro ponto importante da proposta de mudança constitucional previa o estabelecimento ou inclusão dos chamados direitos coletivos, em particular os direcionados às nacionalidades indígenas, estabelecidos especialmente nos artigos 28 e 29:

Los indígenas gozan, en igualdad de condiciones de los derechos civiles, políticos, económicos, sociales y culturales, así como de los derechos colectivos consagrados en esta Constitución. Sin embargo, en tanto pueblos y nacionalidades tiene derechos colectivos específicos:

Sobre los territorios determinados por ley, sobre la tierra, su uso, administración y conservación y sobre los recursos naturales.

Salvaguardando la unidad del país tal como está previsto en el Art. 1º.

La conservación y desarrollo de sus propias formas de organización social, política, jurídica y productiva dentro de sus territorios.

La pertenecer a una comunidad o nacionalidad indígena como pueblos y como personas.²³⁰

A proposta da Assembléia Popular, que, como já exposto, refletia em muito o projeto político da Conaie, visava estabelecer maiores possibilidades de participação popular nas diferentes esferas do poder político, buscando conciliar a democracia representativa, desenvolvida em nível nacional, e a democracia direta e participativa, gestada em nível local. Modalidades de gestão política que, embora freqüentemente apresentadas como contraditórias, poderiam ser, no projeto constitucional defendido pela Conaie, compatibilizadas ou integradas.

A possibilidade de integração entre a democracia representativa e a democracia participativa foi tema de análise para Boaventura Santos e Leonardo Avritzer. Para eles, esta integração poderia se realizar sob duas formas. A primeira seria a da coexistência, que implica uma convivência, em níveis diversos, das diferentes formas de “[...]procedimentalismo, organização administrativa e variação do desenho institucional, ou seja, a coexistência da democracia representativa a nível nacional com a democracia participativa a nível local”.²³¹ A segunda forma seria a da complementaridade, na qual se verifica uma articulação mais profunda entre as duas modalidades de democracia, pressupondo

[...]o reconhecimento pelo governo de que o procedimentalismo participativo, as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de representação e deliberação, tais como concebidos no modelo hegemônico de democracia.²³²

A articulação entre instituições da democracia representativa e da democracia direta é, portanto, um dos elementos essenciais da proposta de transformação do Estado contida no projeto popular de reforma constitucional.

No campo econômico, a proposta da Assembléia Popular buscava assegurar, ao Estado, uma presença efetiva em todos os setores da economia – seja na produção e circulação, no sistema monetário e tributário –, ocupando a função de agente regulador do mercado em suas diversas instâncias. Partindo de uma concepção diametralmente

²³⁰ ASAMBLEA NACIONAL CONSTITUYENTE DEL PUEBLO, op. cit., p. 21-22, art. 28.

²³¹ AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Souza. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). Reinventar a emancipação social para novos manifestos. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 75.

²³² Idem, Ibidem., p. 76.

oposta à da política neoliberal, a Constituição popular propunha a submissão da economia à sociedade, como se observa no artigo 122: “El Estado teniendo en cuenta los principios básicos y a través de una creciente participación directa de la sociedad, de las nacionalidades y comarcas negras planificará, dirigirá, fiscalizará y controlará la conducción general de la economía”. O Estado, ainda, teria a incumbência de fazer prevalecer a soberania nacional frente às decisões dos organismos econômicos internacionais: “en ningún caso se dará prioridad al pago de obligaciones internacionales si con ello se sacrifica las oportunidades de desarrollo a los derechos de las nacionalidades, del medio ambiente y del uso sustentable de los recursos naturales”.²³³ A Constituição popular também assegurava ao Estado o controle e a propriedade sobre áreas e recursos estratégicos: “los recursos naturales no renovables y, en general, los productos del subsuelo y de los minerales y sustancias cuyas naturaleza sea distinta de suelo.”²³⁴ O Estado exerceria o controle sobre a água, a energia elétrica, as telecomunicações e os combustíveis, garantindo, conforme o artigo 130, sua propriedade exclusiva em todas as fases da indústria petroleira, mineradora, elétrica, telecomunicação, bem como a comercialização de gás e combustíveis.

Em resumo, a proposta de gestão econômica proposta pela Assembléia popular procurava estabelecer uma completa transformação, em relação às práticas governamentais das últimas décadas no Equador, nos papéis do Estado, do mercado e dos agentes econômicos nacionais e internacionais.

Embora não apresentasse uma crítica aberta e direta ao sistema econômico capitalista – tal como se observava no *Proyecto Político* da Conaie – a proposta constitucional apontava claramente para um modelo alternativo de economia:

[...] la organización y funcionamiento de la economía responderá a los principios de equidad social, solidaridad, sustentabilidad, eficiencia, competitividad y calidad a fin de asegurar [...] la igualdad de derechos y oportunidades frente a los medios de producción y consumo, mediante una equitativa distribución de la riqueza, bienes y servicios.²³⁵

A constituição popular continuava a assegurar o direito à propriedade privada, em qualquer de suas formas, e atribuía ao Estado o dever de garanti-lo, com a ressalva, porém, de que, ao fazê-lo, não poderia o Estado abdicar de suas funções sociais e

²³³ ASAMBLEA NACIONAL CONSTITUYENTE DEL PUEBLO, op. cit., art. 122, parágrafo 4, p. 62.

²³⁴ Idem, Ibidem, art. 129, parágrafo 1, p. 64.

²³⁵ Idem, Ibidem, art. 120, parágrafo 3, p. 61.

ecológicas (Art. 116). Em outras passagens, o texto buscava determinar que as ações do Estado, em matéria econômica, deveriam ser dirigidas, prioritariamente, para o setor comunitário, compreendido como “integrado por las comunas, cuya propiedad y gestión pertenezcan a la comunidad de personas que viven y trabajan permanente en ellas y organizadas según sus propias normas usos y costumbres” (Art. 129, parágrafo 2). Ao Estado caberia, finalmente, fomentar programas de ajuda financeira, de desenvolvimento tecnológico e infra-estrutural, visando estimular as atividades e/ou modalidades de produção desenvolvidas por este setor (Art. 129).

Enfim, o projeto de Constituição da Assembléia Popular propunha transformações profundas na legislação equatoriana, baseando-se nas reivindicações das organizações indígenas e contemplando também bandeiras de lutas dos demais movimentos populares, especialmente no que se referia ao papel do Estado em relação à economia e ao controle de áreas estratégicas do sistema econômico.

3.5 A ELABORAÇÃO DA NOVA CONSTITUIÇÃO: AVANÇOS E LIMITES

Em sua luta por uma nova Constituição, o movimento indígena deliberara por, ao mesmo tempo em que se dedicaria à organização de uma Assembléia Popular, exercer pressões para a convocação de uma Assembléia Constituinte “oficial”. Assim foi feito e, diante destas pressões, o governo de Fabián Alarcón convocou uma consulta popular na qual os eleitores deveriam responder se julgavam conveniente e necessária a alteração imediata do arcabouço constitucional do país. Nesta consulta, a maioria absoluta disse “sim”,²³⁶ o que obrigou o governo e a elite política do país a dar início ao processo de elaboração de uma nova Constituição, de forma a evitar a radicalização dos movimentos populares.

No dia 30 de novembro de 1997, foram realizadas as eleições para indicação dos representantes da Assembléia Constituinte “oficial”, que seria composta por 70 deputados com a tarefa específica de redigir uma nova Carta Magna para o país. Receoso do aumento da representação dos partidos políticos de esquerda e dos setores populares, em especial do movimento indígena, o Congresso aprovou novas regras para

²³⁶ Segundo dados de Hugo Ordóñez Espinosa, nessa consulta popular cerca de 1.903.962 pessoas votaram pela realização de uma nova constituição, enquanto cerca de 1.044.188 disseram não a essa proposta. A consulta contou ainda com 481.525 votos nulos e 649.146 votos em branco. In: ESPINOSA, Hugo Ordóñez Espinosa. Origen y proceso del cambio constitucional de 1998. 2. ed. Quito: Pudeleco Editores, 2004. p. 14.

o processo eleitoral, estabelecendo o voto uninominal,²³⁷ o que, nas palavras de Guarderas, teve “un efecto perverso en la representación de las minorías, pues en la práctica operó un voto ‘en plancha’, es decir por todo los miembros de una lista, lo cual excluía la presencia de las minorías”.²³⁸ Esta alteração das regras eleitorais limitou as possibilidades dos partidos minoritários de conseguirem um nível maior de representação política, reforçando a presença dos partidos tradicionais que conseguiram garantir a maioria das vagas para a Asamblea Constituyente.

O Pachakutik manteve, conforme dados da Justiça Eleitoral sistematizados por Guarderas,²³⁹ um percentual de votação igual ao das eleições de 1996, o que não permitiu a formação de um bloco parlamentar suficientemente forte, que pudesse fazer aprovar as medidas advindas da Asamblea Popular e do movimento indígena. Para contrapor essa dificuldade, os parlamentares eleitos pelo Pachakutik, aliados com aqueles de outras agremiações políticas comprometidas com os movimentos sociais populares, desenvolveram a estratégia de combinar a apresentação das propostas com a mobilização e a presença dos militantes das organizações sociais na Asamblea, como forma de pressionar os demais parlamentares pela aprovação de suas propostas. A Asamblea Constituyente converteu-se em um novo espaço de conflito e disputa política.

Formalmente instalada em 20 de dezembro de 1997, a Asamblea Nacional teve um período de funcionamento de aproximadamente seis meses, encerrando oficialmente seus trabalhos no dia cinco de junho de 1998, com a promulgação da nova Constituição do país.

Apesar da presença majoritária dos partidos políticos tradicionais – com destaque para a Democracia Popular (DP) e para o Partido Social Cristiano (PSC) –, a nova Constituição estabeleceu avanços em algumas áreas, graças à pressão dos movimentos sociais, especialmente do movimento indígena, sobretudo no que se referia à ampliação dos direitos do cidadão e ao reconhecimento dos direitos coletivos. Por outro lado, ela também permitiu a manutenção ou ampliação dos interesses dos setores dominantes, especialmente nos âmbitos econômico e político.

No campo econômico, a nova Constituição, em seu artigo 247, estabeleceu que:

²³⁷ Sistema que baseava na votação por lista, ou seja, o eleitor, ao escolher um candidato, acabava votando, também, em todos os outros candidatos da lista.

²³⁸ GUARDERAS, op. cit., p. 218.

²³⁹ Idem, Ibidem, p. 219.

Son de propiedad inalienable e imprescriptible del Estado los recursos naturales no renovables y, en general, los productos del subsuelo, los minerales y sustancias cuyas naturaleza sea distinta de la del suelo, incluso los que se encuentran en las áreas cubiertas por las aguas del mar territorial.

Estos bienes serán explorados en función de los intereses nacionales. Su exploración y explotación racional podrán ser llevadas a cabo por empresas públicas, mixtas o privadas, de acuerdo con la ley.²⁴⁰

Buscava-se, é evidente, compatibilizar o controle estatal sobre os recursos não renováveis – inclusive sobre os localizados em territórios indígenas – com a garantia de que a exploração destes recursos poderia ser efetuada por grupos privados.

Em relação ao sistema político, embora a Constituição estimulasse a descentralização administrativa, ela reforçou as prerrogativas de poder do Executivo em detrimento do Congresso, não acatando as propostas advindas da Assembléia Popular. Garantiu-se a manutenção e, até mesmo, em certos casos, a ampliação do poder presidencial e do sistema de representação política baseado na maioria partidária.

Os avanços mais significativos conquistados pelo movimento indígena na nova Constituição se concentraram nos capítulos dedicados à cultura, à sociedade e à ecologia. A nova Carta estabeleceu os direitos relacionados à livre expressão das práticas culturais e sociais e reconheceu o caráter plural da sociedade e da cultura nacional (mas não do Estado). A Constituição, em diversos artigos, acolheu, em maior ou menor grau, as propostas originárias dos movimentos sociais, especialmente dos indígenas, mediante a ampliação dos direitos civis e a incorporação dos chamados “direitos coletivos”, que mereceram um capítulo específico do texto.²⁴¹ Dentre tais direitos, deve-se destacar:

La identidad colectiva;
A desarrollar sus tradiciones en los espiritual, económico, social, cultural, lingüístico y político;
A conservar la propiedad de sus tierras comunitarias [como hábitat, no como propiedad], que tendrán carácter de inalienable;
A participar en el uso, usufructo, administración y conservación de los recursos naturales renovables. A ser consultados sobre planes y programas de explotación de recursos no renovables;
A sus prácticas para el manejo de la biodiversidad;
A sus propias formas de organización social y ejercicio de la autoridad;

²⁴⁰ EQUADOR. *Constituição da República do Equador*, 5 jun. 1998, art. 247.

²⁴¹ Idem, Capítulo V - De los derechos colectivos. Especialmente os artigos 83, 84 e 85, que compreende a seção primeira dos povos indígenas e negros ou Afro-equatorianos.

A la aplicación de sus normas y procedimientos en la solución de conflictos internos [derecho consuetudinario];
A no ser desplazados de sus tierras;
A la propiedad y valoración de sus conocimientos ancestrales;
A no ser desplazados de sus tierras;
A un sistema educacional intercultural bilingüe;
A fijar prioridad relativas a su desarrollo económico y social;
A participar en los organismos del Estado y a practicar su medicina tradicional;
Se reconocen circunscripciones territoriales indígenas cuya administración fijará la ley, donde sus idiomas serán los oficiales, además del castellano.²⁴²

Portanto, se, por um lado, a nova Constituição manteve um viés conservador, no que tange à organização do poder e da participação política, e estabeleceu diretrizes que consolidaram a autonomia dos interesses do mercado nos processos econômicos, e, por outro lado, estabeleceu inovações importantes na relação entre o Estado e as diferentes culturas presentes no país. Foram instituídos mecanismos de participação e consulta das distintas comunidades organizadas e, ainda, foi conferido o caráter de princípio constitucional ao direito de autodeterminação identitária e cultural dos povos índios.

Adicionalmente a essas mudanças asseguradas na nova Constituição – e sob a influência de movimentos e organizações internacionais que lutavam pelo reconhecimento dos direitos das minorias étnicas, além de pressionado pelas organizações indígenas – o governo interino de Fabián Alarcón assinou o Convênio 169 da OIT, o que reforçou e ampliou os direitos já reconhecidos na Constituição. O Convênio da OIT estabelecia direitos essenciais das comunidades indígenas nos casos de exploração de recursos naturais existentes em seus territórios, tais como:

[...] consultar a los pueblos interesados, a fin de determinar si los intereses de esos pueblos serían perjudicados, y en qué medida, antes de emprender o autorizar cualquier programa de prospección o explotación de los recursos existentes en sus tierras. Los pueblos interesados deberán participar siempre que sea posible en los beneficios que reporten tales actividades, y percibir una indemnización equitativa por cualquier daño que puedan sufrir como resultado de esas actividades.

²⁴² Com base nos artigos 83, 84 e 85 da Constituição da República do Equador, 5 jun. 1998.

A recibir indemnizaciones por los perjuicios socio-ambientales que les causen.²⁴³

Basicamente, esta convenção advogava pelo respeito e participação efetiva dos povos nas decisões de seu interesse. Já não se tratava mais de buscar a integração das comunidades à nação, mas sim de reconhecer direitos humanos, coletivos e de cidadania, como o de livre determinação, de autonomia e de desenvolvimento, substituindo-se o termo “populações indígenas” por “povos indígenas”. Deve-se destacar, no entanto, que muitas das mudanças propostas ainda carecem de leis complementares para serem efetivamente implementadas, que deveriam dispor sobre a aplicação da legislação judiciária, penal e cívica nos territórios indígenas.

Na avaliação de alguns juristas, a Constituição equatoriana de 1998 pode ser considerada como uma das socialmente mais avançadas da América, graças à inclusão de cláusulas específicas sobre o direito dos povos indígenas e afro-equatorianos aos seus territórios e à possibilidade destes povos constituírem autoridades locais próprias e um sistema jurídico apropriado para suas especificidades culturais. Contudo, a nova Constituição foi também motivo de decepção entre significativos setores do movimento indígena, em especial pela recusa do reconhecimento do caráter plural do Estado, o que, na opinião de Pablo Dávalos, fortaleceu, no interior do movimento, os defensores da idéia de que “los espacios institucionales del sistema de representación política no son la vía adecuada para producir los cambios que el movimiento indígena reclama al Estado y a sociedad”.²⁴⁴

Além da recusa em absorver, no texto constitucional, demandas consideradas essenciais pelo movimento indígena, ajudou também a manter um sentimento de insatisfação, entre vários militantes da Conaie, a percepção de que mesmo as conquistas efetuadas no momento da redação da nova Constituição não se transformaram, a seguir, em mudanças efetivas nas condições de vida da população. Para muitos, diante das reivindicações expressas no projeto constitucional popular, a elite política adotou, nas plenárias da Assembléia Constituinte “oficial”, a máxima “se acata pero no se cumple”.

²⁴³ Convenio da OIT 169, artigos 15 e 16. In: COMISIÓN POR LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS (CDDH). El levantamiento indígena y la cuestión nacional. Quito: Abya-Yala, 1996. p. 74-94.

²⁴⁴ DÁVALOS, Pablo. Movimiento indígena ecuatoriano: construcción política y epistémica. Disponível em: <<http://www.icci.nativeweb.org>>. Acesso em: jan. 2005.

Desta forma, para alguns setores do movimento indígena, as disputas que envolviam a elaboração da nova Constituição do país somente serviram para revalidar a posição dos que defendiam a mobilização permanente das bases do movimento:

[...] si el sistema de representación política se había negado a escuchar las demandas de plurinacionalidad y había confiscado toda forma de representación política de la Asamblea a favor de los partidos políticos tradicionales, entonces los indios habrían de privilegiar en la coyuntura posterior sus formas de lucha y su discurso antisistema.²⁴⁵

Como resultado desta avaliação, as organizações indígenas desenvolverão, nos anos de 1999 e 2000, uma nova onda de manifestações, desta vez centrada nas estratégias não institucionais de ação política.

3.6 RADICALIZANDO AS AÇÕES: OS LEVANTES DE 1999 E 2000

3.6.1 A política econômica do governo de Jamil Mahuad e a reação dos movimentos populares

No final de 1998, em cumprimento ao acordo firmado com diversos grupos políticos quando assumiu, interinamente, o governo, Fabián Alarcón convocou eleições gerais.²⁴⁶ Ao término do processo eleitoral, foi eleito, como presidente da República, Jamil Mahuad, do Partido Social Cristão (PSC), e, como vice-presidente, um antigo adversário político, Gustavo Noboa, da Democracia Popular (DP). Essa composição representou uma aliança entre as principais forças conservadoras do país, vigente já no funcionamento da Assembléia Constituinte. A aproximação desses dois partidos não representava apenas uma aliança estratégica conjuntural; havia, entre os conteúdos programáticos desses dois grupos políticos, vários pontos comuns, especialmente no

²⁴⁵ DÁVALOS, Pablo. Movimiento indígena ecuatoriano: la constitución de un actor político. In: DÁVALOS, op. cit., p. 187.

²⁴⁶ Nesse processo, sem um nome de consenso que pudesse unir as distintas correntes do movimento e também em função descrença de parte dos militantes com a participação política institucional o Pachakutik não lança candidato a presidente da república, centrando força nas eleições locais, especialmente nas regiões de maior presença indígena, que segundo Guarderas, obteve expressivos resultados, situação que aparente contraditória, mas que na realidade representava o fortalecimento da proposta de centrar maior empenho nos processos eleitorais localizados. In: GUARDERAS, op. cit., p. 218.

que se referia à definição do papel do Estado e dos fundamentos da gestão econômica. Segundo Floresmilo Sunbaña, PSC e DP se alinhavam na defesa de propostas como:

La reducción del tamaño del Estado, las privatizaciones, la economía de mercado, la autonomía del poder. Esto es, la separación del Estado y la sociedad, la reducción de la democracia, la reducción del gastos público, la concentración del poder, entre otras cuestiones [...].²⁴⁷

O governo de Jamil Mahuad, assim como o seu antecessor, desenvolveu ações que visavam anular as reações dos setores populares a um programa de ajuste estrutural e econômico de matiz neoliberal. Para tanto, passou a oferecer cargos públicos a dirigentes indígenas e a promover a realização de serviços nas suas comunidades. Utilizando tais expedientes, o governo Mahuad conseguiu incorporar, à sua base de apoio, algumas lideranças do movimento indígena, especialmente da região oriental.

Para a elite política do país, era importante reduzir o âmbito de influência e atuação do movimento indígena. Isto significava reforçar seu caráter de movimento especificamente étnico e esvaziar de significado as pretensões do movimento em propor novos paradigmas de gestão do Estado e da economia. Esta avaliação ficou evidente desde a elaboração da nova Constituição, quando os partidos políticos tradicionais concordaram em admitir os chamados direitos coletivos, mas se mostraram irredutíveis e contrários às reformulações políticas e econômicas propostas pelo movimento indígena. Desde então, conforme avalia Francisco Hidalgo Flor,²⁴⁸ a ação governamental procurou atender reivindicações em regiões de maior presença étnica indígena, objetivando esvaziar os alcances políticos dos protestos desde segmento. Assim, as ações desenvolvidas, pela elite política do país, buscavam garantir que as transformações políticas fossem orientadas dentro do limite da governabilidade e dos marcos da democracia representativa, sem a ocorrência de transformações substanciais e radicais como as exigidas pelos setores mais combativos do movimento.

Ao longo da década de 90, apesar das inúmeras manifestações de protestos e de algumas vitórias importantes dos setores sociais no âmbito da política econômica – especialmente quanto ao processo de privatização de áreas e serviços controlados pelo

²⁴⁷ SIMBAÑA, Floresmilo. Lecciones de marzo y julio. *ICCI-ARY Rimay*, Quito, ano 1, n. 7, p. 3, out. 1999.

²⁴⁸ FLOR, Francisco Hidalgo. El movimiento indígena en el Ecuador. Sujeto social que genera un proyecto contra hegemónico. In: LUCAS, Kintto. (Org.). *Nada solo para los indios*. El levantamiento indígena del 2001: análisis, crónicas y documentos. Quito: Abya-Yala, 2001. p. 58-59.

Estado –, os sucessivos governos equatorianos continuaram empenhados em aprofundar a aplicação das políticas neoliberais, ainda que fossem evidentes alguns dos resultados de tal opção: o comprometimento da capacidade produtiva do país, o aumento da concentração de renda e o agravamento da pobreza no país. Com o governo de Jamil Mahuad, não foi diferente. Dentre todos os governos da década de 1990, o de Mahuad pode ser considerado como o que apresentou as propostas mais radicais de aplicação da política de reajuste e “modernização” da economia. Mahuad chegou, inclusive, a implementar um processo de dolarização da economia, sintoma gritante do grau de abertura econômica que se desejava impor ao país.

Após um início de mandado de relativa tranquilidade, em que, segundo pesquisas de opinião pública, contava com índices expressivos de apoio ao seu governo – especialmente após a consolidação de um acordo relativo a disputas fronteiriças com o Peru –, Mahuad, confiante na aliança estabelecida com os partidos políticos da direita e nos efeitos da absorção de setores indígenas à sua gestão, iniciou seu projeto de adequação do Estado à ordem neoliberal. Foram eliminados os subsídios ao gás de cozinha e à energia elétrica, provocando, de imediato, o aumento dos preços, críticas dos setores populares e o início de um gradativo processo de perda de popularidade do governo.

No final do ano de 1999, o país foi atingido por uma forte crise financeira, fruto da vulnerabilidade de sua economia frente às ações de agentes financeiros internacionais. A crise cambial, que se seguiu, produziu reflexos diretos no setor bancário, provocando, em poucos meses, a falência de cinco instituições financeiras, cujas dívidas foram assumidas pelo Estado. O prejuízo desta operação aos cofres públicos, segundo Alberto Acosta,²⁴⁹ foi de cerca de 1,5 bilhões de dólares.

A recessão se generalizou, provocando o fechamento de várias empresas, grandes e pequenas. O desemprego atingiu, segundo informações de Francisco Hidalgo Flor,²⁵⁰ 18% da população, enquanto o subemprego chegou à casa de aproximadamente 52% da população economicamente ativa. A queda do emprego acarretou, imediatamente, a queda das condições de vida da população, e a pobreza atingiu cerca de 83% dos equatorianos. Com o agravamento da crise, o governo decretou um feriado bancário de uma semana, com o objetivo de “equilibrar” a situação

²⁴⁹ ACOSTA, Alberto. Brecht y los bancos. Diario Hoy, Quito, 15 set. 1999. Disponível em: <<http://www.hoy.com.ec>>. Acesso em: out. 2005.

²⁵⁰ FLOR, Francisco Hidalgo. Contra hegemonía y bloque popular en el levantamiento indígena-militar de enero del 2000 en Ecuador. Disponível em: <<http://www.cariariucr.ac.cr>> . Acesso em: nov. 2005.

financeira do país, e, ao término desse período, lançou um pacote que previa a adoção de medidas, como o congelamento, por um ano, dos depósitos bancários em conta corrente e poupança de valores superiores a 200 dólares; o aumento dos preços de combustíveis; o envio, ao Congresso Nacional, de uma série de projetos de privatização de setores, como petróleo, energia elétrica, telefonia, correios e portos, sob o argumento de que somente a modernização do Estado possibilitaria a recuperação econômica do país.

A reação dos movimentos sociais a essas medidas foi forte e imediata. As organizações sindicais, indígenas e de outros segmentos, se mobilizaram e realizaram diversas manifestações de protesto, convidando a população a se declarar em estado de desobediência civil frente o Estado. Além do movimento indígena, diversos grupos e categorias sociais saíram às ruas para protestar contra o “pacotaço”, até mesmo categorias profissionais tradicionalmente avessas às demandas e formas de atuação dos movimentos sociais, como os taxistas e motoristas. Para Froresmilo Simbaña, estas manifestações comprovavam que o recente envolvimento dos movimentos sociais com a política institucional não acarretou o seu enfraquecimento e, muito menos, seu desaparecimento:

Los “sujetos sociales” no solo que no desaparecen, sino que además muestran que son capaces de alcanzar niveles mayores en extensión y radicalidad. Los conflictos sociales, económicos, culturales, que se derivan de la aplicación del neoliberalismo, han dado lugar al surgimiento [o a su posibilidad] de nuevos sujetos sociales.²⁵¹

As mobilizações do mês de março impuseram um recuo temporário às intenções governistas. Acuado pela intensidade das manifestações, o governo Mahuad assumiu o compromisso de rever os valores dos preços dos combustíveis, flexibilizar o congelamento dos fundos bancários e discutir os projetos de privatização enviados ao Congresso, além de se “comprometer” com o desenvolvimento de programas sociais voltados para os setores populares atingidos pela política neoliberal. No entanto, apenas alguns meses depois, alegando o agravamento da situação financeira, o governo impôs um “novo” pacote econômico, ratificando as medidas previstas no anterior. A elevação dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha provocou a rápida reação dos

²⁵¹ SIMBAÑA, Floresmilo. Lecciones de marzo y julio. *ICCI-ARY Rimay*, Quito, ano 1, n. 7, out. 1999. Disponível em: <<http://icci.nativeweb.org>>. Acesso em: out. 2004.

movimentos populares, mais uma vez com destaque para as lideranças indígenas, e a adesão dos taxistas tornou possível que, em poucos dias, se paralisassem as principais cidades do país, sob a exigência de imediata revogação das leis editadas pelo governo.

Para desmobilizar as ações dos movimentos sociais, o governo de Jamil Mahuad, desta feita, impôs uma dura repressão às manifestações de protesto, decretando o Estado de emergência em todo o país, retirando as garantias individuais e ordenando a ação das Forças Armadas no restabelecimento da ordem. Foram registrados confrontos em várias regiões, especialmente na cidade de Quito, com o saldo de um morto, diversos feridos, além de centenas de presos. A ação do governo provocou a radicalização das manifestações; o movimento lançou mão da ocupação de diversos prédios públicos, da formação de barricadas e da ocupação de alguns meios de comunicação, acusados de divulgar informações deturpadas em benefício do governo.

Na análise de Kintto Luccas²⁵², existiu, neste momento, entre setores da elite, uma forte articulação que propugnava pelo endurecimento do regime e pela suspensão das regras do Estado de direito mediante um golpe de Estado e a implantação de um regime ditatorial. Esta ameaça autoritária parece ter motivado o pronunciamento do monsenhor José Eguiguren, secretário da Conferência Episcopal do Equador, em uma rádio de Quito, apelando para que se estabelecesse um diálogo transparente entre as partes e, desta forma, se evitasse a via ditatorial, que certamente se mostraria ainda mais nefasta para o país. Contribuiu, também, para alimentar as suspeitas de que se tramava o retorno do país à ditadura, a presença, no Equador, de Charles Wilhelm, chefe do comando sul do Exército dos Estados Unidos, que manteve várias reuniões com o alto escalão do governo sobre a situação política do país.

Não se implantou, porém, esta solução autoritária. Tudo indica que não havia no interior das Forças Armadas, mais precisamente em seus altos escalões, uma posição majoritariamente favorável a esta alternativa. Pressionado pela crescente impopularidade do presidente,²⁵³ e pelo alto grau de mobilização alcançado pelos movimentos sociais, o governo, mais uma vez, se viu obrigado a retroceder em suas propostas e assinou, em 17 de julho, um acordo com o movimento indígena. O governo acatava as reivindicações de congelamento dos preços dos combustíveis e do gás de

²⁵² LUCAS, Kintto. *La rebelión de los indios*. Quito: Abya-Yala, 2000, p.102-117.

²⁵³ De acordo com Virgilio Hernández, pesquisas de opinião pública realizadas no início de 2000, apontavam para uma desaprovação de 95% dos equatorianos ao governo de Jamil Mahuad. Fonte: HERNÁNDEZ, Virgilio. Algunas Ideas sobre la sublevación del viernes 21 de enero. *ICCI-ARY Rimay*, Quito, ano 2, n. 12, p. 3, mar. 2000.

cozinha; de liberação das contas bancárias das organizações sociais e de organismos não governamentais sem fins lucrativos; de anistia aos presos políticos (em torno de quinhentas pessoas); de indenização às famílias vítimas da ação repressora das Forças Armadas e de suspensão dos projetos de privatização. Sobre as privatizações, o governo comprometeu-se também em estabelecer uma agenda de diálogo em torno do tema e de outros igualmente importantes, como a dívida externa e a abertura comercial via tratados como o Acordo de Livre Comércio das Américas e o Tratado de Livre Comércio (TLC), temas que, deste então, se tornaram centrais na pauta de debate do movimento indígena.

O papel de destaque assumido pelo movimento indígena nas manifestações e posteriores negociações com o governo Mahuad pode ser percebido na mensagem de agradecimento feita por Pedro Alava, então presidente do sindicato dos taxistas, que, depois da realização de uma carreata em comemoração à vitória dos manifestantes, declarou: “damos gracias a la lucha de los indígenas que vinieron aquí a pelear por todos y conquistaron algo que no pudieron lograr los dirigentes del transporte”.²⁵⁴ Demonstração incontestada do papel desenvolvido pelo movimento indígena nesses protestos e de sua condição de principal agente opositor às políticas governamentais neoliberais.

3.6.3 A crise de 2000 e a disputa pelo poder: a formação do Parlamento Nacional dos Povos

Os resultados dos levantes de março e julho de 1999 reforçaram a percepção de que as reformas estruturais almejadas pelos movimentos sociais não se processariam no interior das arenas institucionais de disputa política. A perda de legitimidade e credibilidade dos instrumentos formais de mediação política, em especial dos partidos políticos, como instâncias representativas da sociedade civil, fortaleceu, ainda mais, o entendimento de que as estruturas reais do poder estavam centradas no Executivo e nos grupos econômicos que o controlavam.

Na avaliação de Pablo Dávalos,²⁵⁵ a Conaie, ao se constituir em principal referência das organizações populares no confronto e na intermediação com o Estado,

²⁵⁴ LUCAS, Kintto. *La rebelión de los indios*. Quito: Abya-Yala, 2000, p. 57.

²⁵⁵ DÁVALOS, Pablo. *Movimiento indígena ecuatoriano: la constitución de un actor político*. In: DÁVALOS, op. cit., p. 190.

reforçou seu reconhecimento e legitimidade como representante do movimento indígena e dos grupos sociais subalternos do país. Desde seu papel desempenhado na crise de 1999, a Conaie converteu-se não somente em interlocutor legítimo frente ao poder, mas também em uma alternativa ao próprio poder.

Além do combate às iniciativas governamentais de inspiração neoliberal, a Conaie passou a integrar, a seu discurso, uma forte crítica à estrutura institucional de representação e exercício do poder político. Em seu VI Congresso, realizado em dezembro de 1998, a Conaie aprovou uma resolução favorável à criação de mecanismos democráticos de discussão dos grandes temas que afligiam o país, por meio de instâncias alternativas de participação popular, esboçando a proposta de constituição de um Parlamento Popular – em contraposição ao Congresso Nacional, institucional. A partir do diálogo com outros setores dos movimentos sociais, a proposta da Conaie foi ampliada, e a instância popular de debate e deliberação política recebeu o nome de Parlamento Nacional dos Povos.

A criação de fóruns políticos populares paralelos às instituições formais do Estado não se constituía em novidade para o movimento indígena e para os movimentos sociais. A experiência da Assembléia Popular Constituinte, em 1997, era o exemplo mais recente. A iniciativa representava a tentativa de, a partir dos movimentos sociais, criar mecanismos mais democráticos e legítimos de participação política, rompendo com a mecânica considerada viciada dos partidos políticos e dos processos eleitorais que, na avaliação dos movimentos sociais, apenas reproduziam um modelo conservador e excludente.

A criação do Parlamento Nacional dos Povos representou mais uma crítica radical ao modelo de democracia e de representação política dominante no país. Ela revelou o esforço consistente de construção de um bloco popular de poder e de instituição de mecanismos que permitissem a intervenção dos setores excluídos na gestão da “coisa pública”. Significava o corolário da trajetória do movimento indígena como sujeito social e político portador de um projeto próprio, fundamentado numa consistente consciência da importância da participação política direta.

O Parlamento Nacional dos Povos recebeu o apoio de diversos movimentos sociais, contando com a participação direta e decisiva da CMS e com representantes dos trabalhadores dos setores públicos (saúde e educação), do setor petroleiro, de

energia elétrica, de estudantes, de grupos de mulheres, de organizações dos direitos humanos, de ecologistas, de intelectuais, de religiosos, de pequenos empresários, entre vários outros segmentos sociais organizados. Precedido por diversas assembléias públicas e provinciais – voltadas para a apresentação de propostas, a realização de debates e a escolha dos representantes –, o Parlamento Nacional dos Povos agendou para o dia 11 de janeiro de 2000 a sua instalação oficial, que deveria acontecer na capital do país. A notícia despertou o temor do governo de Jamil Mahuad, receoso pela retomada dos protestos populares, especialmente depois de ter adotado, definitivamente, a dolarização da economia. Em função deste receio, o governo decretou, nos primeiros dias de janeiro, “preventivamente”, o estado de emergência em todo o país, colocando o Exército nas ruas e bloqueando as vias de acesso à capital, bem como aos principais órgãos públicos.

Em 14 de janeiro, com um atraso de três dias – por conta da militarização da capital –, representantes de todas as 22 províncias do país, num total de 800 delegados indicados pelas mais diversas organizações, instalaram, na Universidade Politécnica de Quito, o Parlamento Nacional dos Povos. Na abertura de seus trabalhos, o Parlamento retomou os objetivos centrais do movimento popular, defendendo a necessidade de “un cambio total del modelo neoliberal por una economía justa, solidaria, ambientalmente sostenible, que reconoce la plurinacionalidad y la diversidad cultural, productiva y democrática, orientada hacia el desarrollo humano”.²⁵⁶

Várias propostas, previamente debatidas nas plenárias provinciais, foram apresentadas ao Parlamento Nacional dos Povos, tratando do funcionamento da sociedade e da economia – com destaque para o combate à corrupção e à dolarização da economia – e da construção de um modelo alternativo à política neoliberal. A proposta de maior repercussão, porém, foi apresentada pelo Parlamento de Tungurahua que, diante do quadro de crise generalizada na sociedade, sobretudo das instituições públicas, propôs a destituição imediata dos três poderes, ou seja, de todos os funcionários e representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do país.

Aprovada pelo Parlamento Nacional dos Povos, a proposta de dissolução dos três poderes causou inquietude entre os setores conservadores do país, inclusive entre setores contrários à permanência no poder de Jamil Mahuad. A tensão política se

²⁵⁶ Resolução do Parlamento Nacional de los Pueblos de Ecuador, firmado em Quito, 11 de janeiro de 2000, por Monseñor Alberto Luna Tobar, Antonio Bargas, Napoleón Santos, conforme informações de HARNECKER, Marta: América Latina la izquierda después de Seattle. Disponível em: <<http://www.nodo50.org>>. Acesso em: nov. 2005.

elevou com o fortalecimento de uma frente política de direita que passou a combater duramente as propostas e o próprio movimento indígena, com ataques às suas instituições e a seus dirigentes.

Com a decisão de acatar a proposta de desconstituição dos três poderes, o Parlamento Nacional dos Povos declarou não reconhecer a autoridade do Congresso Nacional “oficial”, afirmou a necessidade de destituição imediata do presidente da República e dos magistrados da Corte Suprema de Justiça e se declarou como única instituição política legítima do povo equatoriano: “El Parlamento de los pueblos del Ecuador asume plenos poderes para decidir el nuevo rumbo de la patria: instauración de un Estado Plurinacional, unitario, democrático, descentralizado, transparente y equitativo”.²⁵⁷ Simultaneamente a essa declaração, a Conaie, em apoio ao Parlamento dos Povos e contrária à decisão do governo de dolarização da economia, convocou a população indígena do país, bem como os demais setores populares, para a realização de uma grande manifestação nacional, cujo momento máximo seria a ocupação de Quito, no dia 17 de janeiro. A forte repressão policial, acionada pelo governo, não conseguiu impedir a realização da manifestação.

A essa altura, já eram claras as divisões no seio das Forças Armadas. Segundo Francisco Hidalgo Flor, desde meados dos anos 1970 se percebia a coexistência, nem sempre pacífica, de duas tendências: uma, mais alinhada aos EUA e, na avaliação de Hidalgo Flor, extremamente conservadora; outra, partidária de uma ideologia nacionalista, caracterizada pela defesa da propriedade estatal sobre áreas estratégicas como o petróleo, a energia elétrica e as telecomunicações e do fortalecimento da presença institucional das Forças Armadas na sociedade. Essa segunda tendência se apresentava, no final dos anos 1990, mais fortalecida, e tinha na figura do Coronel Lucio Gutierrez a sua maior expressão, representando, de modo geral, os setores militares descontentes com os rumos da economia e com a situação política do país e dispostos a aderir às propostas indígenas e a estabelecer acordos com os principais dirigentes populares.

As manifestações populares se estenderam por diversas partes do país, inclusive na capital, onde diversos órgãos públicos foram ocupados durante a *Toma de Quito*. No dia 20 de janeiro, o Congresso Nacional e a Corte Suprema de Justiça foram ocupados e

²⁵⁷ EL COMERCIO. La vorágine que acabó con Mahuad. Apud FLOR, Francisco Hidalgo. El movimiento indígena en el Ecuador. Sujeto social que genera un proyecto contrahegemónico. In: LUCAS, Kintto. (Org.). Nada solo para los indios. El Levantamiento Indígena del 2001: análisis, crónicas y documentos. Quito: Abya-Yala, 2001. p. 58.

a bandeira do movimento indígena foi hasteada no Congresso – onde passou a funcionar o Parlamento Nacional dos Povos. Ao mesmo tempo, milhares de militantes e populares partiram para o Palácio do Governo, forçando, no dia seguinte, a fuga do presidente da República que, fragilizado pelas pressões populares, pela falta de apoio político, inclusive dos antigos aliados, e sem o respaldo da grande parte dos setores militares, abandonou o país. Logo a seguir, um acordo entre dirigentes militares nacionalistas, a Conaie e representantes dos demais movimentos sociais, culminou na formação de um “Governo de Salvação Nacional”, composto pelo presidente da Conaie, Antonio Vargas, pelo Coronel Lucio Gutierrez e por Carlos Solorzano, escolhido pelos demais movimentos sociais. Este governo, provisório, teria por objetivos organizar o país e conduzir o processo de transformações políticas, econômicas e sociais reivindicado pelos movimentos sociais.

Na mesma noite, porém, uma articulação dos setores conservadores do Exército forçou a substituição de Lucio Gutierrez, da ala nacionalista, pelo conservador general Carlos Mendonza que, horas depois, abdicou da sua participação na junta provisória, dando o sinal para que a cúpula das Forças Armadas articulasse a sua dissolução e nomeasse, como presidente, o vice de Jamil Mahuad, Gustavo Noboa, pondo fim ao efêmero “Governo de Salvação Nacional”. No poder, a prioridade imediata de Noboa foi a de desmobilizar e isolar o movimento indígena, restabelecendo a “ordem” constitucional no país. A concretização da proposta do movimento indígena em controlar o Estado com a organização de um bloco de poder popular teria de ser adiada.

Os acontecimentos de janeiro de 2000 foram o ponto culminante da luta desenvolvida pelo movimento indígena ao longo da década de 90. Eles revelaram a notável transformação de um sujeito social concreto – o movimento indígena – que, de elemento obscuro e menosprezado, converteu-se em principal agente aglutinador de amplos setores populares, propondo um projeto de poder contra-hegemônico ao da elite dominante. Combinando elementos identitários étnicos e classistas, o movimento indígena obrigou a sociedade equatoriana a questionar seus modelos de gestão econômica e política. Contra uma elite que se habitou a tratar o poder – político e econômico – com um patrimônio obtido por herança e intransferível, o movimento atreveu-se a propor a reconstrução do Estado e da democracia, adotando como princípios elementares a equidade, a solidariedade, a autonomia – em suas múltiplas acepções – e o respeito às diferenças culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese sua importância e viabilidade histórica, o estudo de temas recentes e ainda com o “fim” em aberto, inscritos como pertencentes a “História do Tempo Presente”, traz inúmeros desafios e dificuldades para o pesquisador, advindo, particularmente, dos processos e dos trajetos, próprios, de uma história preocupada com o tempo mais próximo, o que pode criar inúmeros obstáculos para a pesquisa influenciando diretamente nos seus resultados. Situação reforçada em função do caráter inacabado e em constante movimento do objeto desse estudo, o que torna os resultados apresentados sempre difíceis de serem precisados e/ou auferidos, especialmente se considerarmos que, conforme nos fala Bédarida: “o tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”,²⁵⁸ num constante processo de reescrita, tornando o seu resultado final sempre “inconcluso”. Ainda mais, em si tratando do estudo de um sujeito que além de seu caráter histórico, social e político, dinâmico por natureza, mantém acesa as chamas e os sentimentos que, originalmente, os move e que os impulsiona frente a uma situação a que se pretende superar.

Apesar do apoio capital de outras áreas do conhecimento, consideramos essencial, em função do estilo de tal estudo e do corte a que se pretendeu dá-lo, fundamentalmente historiográfico, que, ao seu “final”, seja possível estabelecermos, em relação as ações e posicionamento do ator central da pesquisa, as permanências e rupturas provocadas considerando o seu passado e o período analisado, permitindo que o trabalho seja melhor dimensionado, não só frente aos acontecimentos imediatos e ainda presentes, mas também frente a um período histórico mais amplo.

Nesse sentido, em que pese termos como objeto de estudo um dos atores sociais de presença mais constante ao longo da história desse continente -o Movimento Indígena -, este vem assumindo, nas últimas décadas, uma posição inovadora em relação as suas práticas anteriores, constituindo-se, nessa nova fase, não apenas em um movimento de resistência ou de oposição a uma dada situação ou a um conjunto de fatores, considerados prejudiciais para a sua sobrevivência - características da sua

²⁵⁸ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na História. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 221.

atuação no período anterior -, mas, também, em um sujeito propositivo que apresenta-se como portador de um projeto inovador, que busca a reestruturação da sociedade, a qual está inserido, em todos os seus aspectos.

Observa-se ainda, na fase atual, o desenvolvimento, por parte das organizações indígenas, de estratégias que ultrapassam seu formato tradicional, superando as lutas isoladas e fragmentadas, dirigidas contra situações ou “inimigos” imediatos e diretos, para o incremento de ações que questionam globalmente a situação vivenciada, assim como, direcionam as suas críticas e reivindicações junto à esfera central do poder político, o Estado, que passa a ser visto, senão como o único responsável pela situação geradora do descontentamento, mas, como o agente principal e potencialmente capaz de dar respostas, tanto para os anseios e reivindicações imediatas, quanto para a modificação profunda do sistema causador da situação de protestos. Deve-se ressaltar que, nesse momento, o movimento indígena, rompe com uma posição solitária e distanciada das lutas dos demais grupos subalternos, e estabelece contatos com amplos setores populares identificados ou atingidos pelo modelo de organização social, construindo alianças políticas consistentes não só em oposição a questões pontuais e conjunturais, mas também ao sistema de dominação como um todo.

Embora pudéssemos considerar outros pontos, elegemos estes como os mais significativos para estabelecer aspectos diferenciadores em relação as suas práticas anteriores, demonstrando assim que esse setor social, apesar das situações adversas, foi capaz de encontrar e construir meios que possibilitassem não só evitar a sua total submersão, mas também apresentar-se, de forma criativa e inovadora utilizando-se de mecanismos diversos – sejam aqueles próprios da estrutura política do Estado, sejam aqueles forjados de maneira original no confronto com as instâncias do poder –, como o principal agente opositor à estrutura opressora predominante, forçando o recuo – ainda que momentâneo- dos setores dominantes e dos seus projetos. Além disso o movimento indígena sai de uma posição de “invisibilidade” para se tornar a principal força social e política do país.

De acordo com o estabelecido na nossa proposta metodológica e referencial teórico, buscamos desenvolver a pesquisa tendo como preocupação primária à contextualização do nosso objeto de estudo no campo sócio-político e econômico em que este se desenvolve, cujo cenário caracteriza-se por ter sido edificado em um terreno fundamentado por uma organização política elitista, centralizadora e conservadora, com

uma estrutura econômica desigual e injusta, fatores que possibilitaram o aparecimento dos principais obstáculos contestados pelo agente central da nossa história.

Nesse sentido, o primeiro capítulo buscou cumprir a função de estabelecer uma visão global do cenário onde essa novela se desenvolve, destacando, particularmente as cenas em que a política neoliberal empresta as suas cores, opacas e tristes, para o nosso roteiro, como também o papel desempenhado pelos distintos personagens que compõe o elenco, com destaque para o nosso ator principal, o movimento indígena, que através da sua mais representativa organização, a Conaie, vai, através de uma reação forte, corajosa e porque não dizer heróica, “roubar” a cena, saindo de uma posição de simples figurante - apesar das insistentes e constantes aparições -, para ocupar um papel de destaque, impondo uma nova lógica não somente ao lugar ocupado pelos distintos atores, como para o próprio cenário, mudando, profundamente, o enredo dessa história. Dessa forma buscamos, na primeira parte do trabalho, construir uma visão geral do campo de atuação do nosso agente principal, bem como, a sua aparição como sujeito social coletivo e organizado.

Vimos dentro desse cenário, apresentado na primeira parte do trabalho que, mesmo sob o manto dos governos neoliberais e contrário a sua retórica, o Estado acaba por ocupar lugar de destaque na estrutura econômica do país, tornando-se importante mecanismo de ampliação ou manutenção do poder das elites dominantes, e por isso, em espaço de disputa e manipulação pelas distintas forças políticas, cujas ações intervencionistas, os programas de ajuda financeira e o desenvolvimento e regulação das políticas econômicas tem favorecido diretamente os grupos econômicos próximos ao núcleo central do governo.

Essa situação aliada à crise estrutural que atingiu grande parte dos países periféricos, nas décadas de 1980 e de 1990, especialmente após a aprovação das políticas de ajuste estruturais, ocasionou, o agravamento de antigos e crônicos problemas, além de ter possibilitado o aparecimento de novos que fragilizaram ainda mais, parte dos setores populares urbanos – particularmente o sindicalismo –, além de causar, a reação de outros segmentos sociais, destaque para o movimento indígena, que como observamos na parte final do capítulo, consolida uma estrutura organizativa através da unificação entre os distintos povos indígenas e que, de forma autônoma, estabelece uma nova agenda de lutas com o enfrentamento direto do modelo político e econômica dominante.

Nesse cenário, o nosso personagem principal, apresenta-se não somente como o agente, de maior capacidade de reação ao sistema dominante, mas também, conforme apresentado no segundo capítulo, como portador de um projeto alternativo, contra-hegemônico, baseado, especialmente, em uma forte ofensiva à organização política-estatal que, sob a lógica das “ações integracionista” e coberto pelo véu homogeneizador da pseudo “nação equatoriana”, buscava camuflar as explorações e os conflitos classistas, e, em particular, a situação de discriminação étnica vigente.

A proposta do movimento indígena, estruturada no *proyecto político* apresentado pela Conaie, tem como foco central à necessidade de estabelecer novos mecanismos entre a sociedade civil e o Estado, possibilitando, na avaliação da entidade, que este seja de fato representativo para o conjunto da população do país. Para tanto, se faz necessária a construção de um Estado baseado, não somente no respeito às diferenças culturais e históricas, mas também na formatação de meios que garantam autonomia política e administrativa ao conjunto dos povos/nacionalidades existentes no país. Dessa forma estabelecem-se instrumentos que modifiquem radicalmente a concepção/matriz teórica dominante, impondo as diversas instâncias de poder, a descentralização política, com o reconhecimento do caráter multicultural da sociedade equatoriana e o estabelecimento do caráter plural e intercultural do Estado, como princípios basilares para a sua (re)estruturação, permitindo e garantindo, na avaliação da Conaie, a convivência e o diálogo entre as distintas culturas, os seus saberes e modos de vida, de forma aberta e harmoniosa.

Essa proposta apresentada pela Conaie, em oposição ao modelo de Estado em vigor, resultou da valorização de tradições culturais e históricas, dos diferentes grupos indígenas, e da construção de um projeto étnico-político que, embora elaborado especificamente pelo movimento indígena, buscou contemplar o conjunto dos grupos subalternos do país, impedidos de participar mais ativamente dos mecanismos/meios de decisões políticas do Estado, buscando criar instrumentos para resgatar e valorizar os atributos das culturas nativas, além de reforçar os sentimentos de identificação inter e intra-étnico, dos distintos setores sociais em igual situação de exploração e discriminação políticas, social e econômica do país.

Com base no resgate e valorização da sua história e identidade cultural, o revigoramento do movimento indígena, foi favorecido por uma conjuntura específica, caracterizada por uma forte crise econômica, aliada a uma situação de intensa

instabilidade política e forte abalo na hegemonia dos grupos dominantes. Além disso, houve a formação de líderes e instituições autenticamente indígenas, propiciando um ambiente favorável para o seu fortalecimento que, conforme exposto no terceiro capítulo, foi capaz de impor ao Estado e a classe política, um recuo no aprofundamento do neoliberalismo, além de criar os meios necessários para uma maior inserção junto a outros setores sociais, consolidando assim um projeto que não somente busca a reestruturação do Estado, mas também do sistema econômico dominante. Temos dessa maneira, nesse momento, a transição de um movimento social, especificamente étnico para a consolidação de um movimento de cunho político popular que, advoga não só a superação da discriminação étnico-cultural, mas também o fim da exploração econômico-classista, notabilizando-se por construir um perfil amplo e complexo das suas características/demandas.

Ao unificar as ações dos distintos grupos sociais populares, através da consolidação de mecanismos comuns de atuação política e social como nos casos da Central dos Movimentos Sociais (CMS), do Parlamento Popular dos Povos, do Movimento de Unidade Nacional-Pachakutik-NP, e das diversas manifestações e levantes ocorridos ao longo da década de 1990, especialmente os atos que culminaram na derrubada dos governos de Abdalá Bucaram (1997) e Jamil Muhad (2000) e na construção de um efêmero governo provisório, em 21 de janeiro de 2000, a Conaie estabelece a formação de um verdadeiro bloco popular contra-hegemônico que, não apenas questiona e opõe-se ao modelo dominante como apresenta alternativas reais a esse modelo, tanto através dos instrumentos legalmente constituídos pelas diversas instâncias de poder quanto pelas ações para-institucionais, demonstrando assim a sua capacidade adaptativa com fins a alcançar os objetivos estabelecidos, não apenas como agente propositor, mas também como detentor ou condutor do poder político rumo as modificações almejadas.

No geral, apesar da crítica global às estruturas dominantes, o foco central das reivindicações indígenas é o Estado, entendido, no seu formato atual, não apenas como o principal instrumento incentivador da situação de opressão vivenciada pelos grupos subalternos do país, mas também, caso modificado, segundo a proposta da Conaie de constituição do Estado Plurinacional, como o principal agente facilitador das mudanças do sistema vigente, sendo necessário, para tanto, segundo a entidade, a descentralização do poder político e a criação de novos instrumentos de participação que sejam, verdadeiramente democráticos, com a transferência de competências para

a sociedade civil. Mudanças consideradas necessárias para trilhar o caminho rumo à construção de uma sociedade justa, humana e solidária.

O estudo de caso do movimento indígena equatoriano, especialmente através da atuação da Conaie, permite-nos perceber que o enfraquecimento dos atores tradicionais até então centrais na condução das lutas anti-sistêmicas, e o aparecimento de novos personagens contestatórios, portando bandeiras diversas e sob novo formato, não significou o fim da luta de classe. A diversidade dos novos atores e o caráter, por vezes, compositores de coalizações multipolares, não impede, ao contrário, reforça a emergência de setores sociais opostos ao sistema de dominação que, além das exigências pontuais e específicas, podem apresentar propostas alternativas de modificação total e radical do sistema. Nesse sentido, os NMS, em particular os movimentos indígenas, além das lutas corporativas aparecem, como sujeitos propositivos de verdadeiros projetos alternativos ao dominante, seja na sua estrutura produtiva, seja nos seus mecanismos de pressão ou domínio político, comportando, tanto uma dimensão política e étnica, quanto uma dimensão econômica anti-capitalista.

Esperamos ter conseguido, ao longo desse trabalho, comprovar a nossa hipótese central que consiste na compreensão que o movimento indígena, especificamente sob a coordenação da Conaie, apesar de fundamentada em princípios e sentimentos étnico-culturais, essenciais para seu revigoramento, contempla também - no seu projeto e nas suas ações práticas, incluindo sua retórica discursiva e sua pauta reivindicativa -, os postulados da interpretação classista da sociedade, sendo possível inscrevê-la, a partir de sua prática, como comportadores de um duplo caráter, étnico-cultural e popular-classista.

No entanto, ao chegarmos ao final de um trabalho de pesquisa, guardamos a sensação que muito havia por ser dito, que outro tanto nos escapou ao sentido e a sensibilidade. É bom que seja assim, pois não somos onipotentes e a produção do conhecimento deve se complementar, formando uma teia. Está aberto a incerteza e indeterminações.

Situação reforçada, como destacamos inicialmente, em função do caráter próprio do estudo de temas contemporâneos, que, ainda sem um desfecho “final”, apresentam muitas interrogações, indagações que deverão ser pesquisadas, aprofundadas, debatidas, criando assim um enorme leque de possibilidades. Tanto questões gerais como a relação entre o movimento social e as estruturas do poder político, quanto questões mais específicas, referentes as contradições presentes dentro do movimento indígena equatoriano que, não foram suficientemente

exploradas por nós, assim como outras, deverão ser alvo de novas pesquisas, novos trabalhos.

Por fim, gostaria de lembrar que esse trabalho, assim como tantos outros, após lido, será contestado, acatado e/ou complementado. Pois “[...] a cada dia descobrimos que aquilo que um dia demos o nome de “realidade” é, na verdade, uma leitura de mundo que as pessoas que a vivem contam para elas, sobre elas e entre elas”.²⁵⁹ É assim que a ciência avança, que a humanidade caminha, com acertos e erros, com sujeitos portadores de práticas opressoras, discriminatórias, mas também, com agentes mensageiros de projetos novos que buscam construir um mundo com mais pontes e com menos barreiras, com mais justiça, mais respeito e mais solidariedade, no sentido mais amplo dos termos.

²⁵⁹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2003, p. 82.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES IMPRESSAS

ASAMBLEA NACIONAL CONSTITUYENTE DEL PUEBLO. Proyecto de constitución del Estado Plurinacional del Ecuador. Quito: Conaie, oct./dic., 1997.

CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR (CONAIE). Las Nacionalidades Indigenas en el Ecuador. Nuestro proceso organizativo. 2. ed. Quito: Tincui; Abya-Yala, 1989.

_____. Proyecto político de la Conaie. Construyendo el Estado Plurinacional. Documento de Avance y Discusiones. Quito: Impe; Conaie, 1994.

_____. Proyecto político de la Conaie. Quito, jun. 1994. Disponível em: <<http://www.conaie.org>>. Acesso em: 10 out. 2003.

_____. Mandato por la Defensa de la Vida y Los Derechos de las Nacionalidades indígenas. Quito, jun. 1990. In: Comisión Por la Defensa de los Derechos Humanos (CDDH). El levantamiento indígena y la cuestión nacional. Quito: Abya-Yala, 1996. p. 105-106.

_____. Resolução do Primeiro Congresso. Quito, nov. 1986. In: _____. Las nacionalidades indigenas en el Ecuador. nuestro proceso organizativo. 2. ed. Quito: Tincui; Abya-yala, 1989.

_____. Resolução do Quarto Congresso. Quito, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.conaie.org>>. Acesso em: out. 2004.

_____. Resolução da Assembléia Extraordinária da Conaie. Quito, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.conaie.org>>. Acesso em: dez. 2004.

DOCUMENTO DA OPIP. Acuerdo Sobre el Derecho Territorial de los Pueblos Quichua, Shiwiar y Achuar y Achuar de la Provincia de Pastaza a Suscribirse con el Estado Ecuatoriano. Quito, jul. 1992. In: Comisión Por la Defensa de los Derechos Humanos (CDDH). El Levantamiento Indígena y la Cuestión Nacional. Quito: Abya-Yala, 1996, p. 95- 104.

ECUARUNARI. Ecuador Runacunapac Riccharimui Ecuarunari. Proceso Organizativo de Ecuarunari. Disponível em: <<http://www.ecuarunari.org>>. Acesso em: mar. 2005.

ECUARUNARI. Ecuador Kichwa Llaktakunapak Jatun Tantanakui. Disponível em: <<http://www.ecuarunari.org>>. Acesso em: jun. 2005.

ECUARUNARI. Resolução do II Congresso. Abato (EC), jul. 1975. Disponível em: <<http://www.ecuarunari.org>> . Acesso em: ago. 2004.

ECUARUNARI. Resolução do V Congresso. Pichincha (EC), set. 1979. Disponível em: <<http://www.ecuarunari.org>>. Acesso em: ago. 2004.

EQUADOR. Constituição (1998). Constituição Política De La República Del Ecuador de 5 de junho de 1998. 2. ed. Quito: Pudeleco Editores, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenio 169 da OIT de 27 de junho de 1989. Dispõem sobre “Povos Indígenas e Tribais nos Países Independentes”. Genebra (Suíça): ONU. In: Comisión Por la Defensa de los Derechos Humanos (CDDH). El Levantamiento Indígena y la Cuestión Nacional. Quito: Abya-Yala, 1996. p. 77-94.

PACHAKUTIK. Movimiento Pachakutik. Disponível em: <<http://www.diputadospk.org>>. Acesso em: jan. 2005.

PACHAKUTIK. Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo País. História y Significado. Disponível em: <<http://www.diputadospk.org>>. Acesso em: jan. 2005.

PERIÓDICOS

ACOSTA, Alberto. Brecht y los bancos. Jornal Hoy, Quito, 15 set. 1999. Disponível em: <<http://www.hoy.com.ec>>. Acesso em: nov. 2005. Editorial. Arquivo digital.

CENTRAL DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES (CMS). Manifiesto. Jornal El Comercio, Quito, 4 fev. 1997. Disponível em: <<http://www.elcomercio.com.ec>>. Acesso em: dez. 2005. Arquivo digital.

CONFEDERACIÓN DE NACIONALIDADES INDÍGENAS DEL ECUADOR (CONAIE). Es Hora de Rectificar. Jornal Hoy, Quito, 8 out. 1992. Disponível em: <<http://www.hoy.com.ec>>. Acesso em: nov. 2005. Arquivo digital.

MACAS, Luis. Indígenas buscan reivindicaciones. Jornal Hoy, Quito, 4 out. 1992a. Disponível em: <<http://www.hoy.com.ec>>. Acesso em: nov. 2005. Arquivo digital.

_____. Preocupa movilización indígena. Jornal El Comercio, Quito, 8 out. 1992b. Disponível em: <<http://www.elcomercio.com.ec>>. Acesso em: nov. 2005. Arquivo digital.

LIVROS

ACOSTA, Alberto. La lógica del capital financeiro internacional. In: Vários autores. Ecuador: El reto de la economía mundial. Quito: Ildis, El Duende y Abya-Yala, 1991.

_____. Los nombres de la deuda – Sucretizadores, canjadores y tenedores –, estudio introductorio. Quito: Grupo de Trabalho sobre Deuda externa y Desarrollo (Fondad), 1994.

_____. El estado como solución: reflexiones desde la economía. Quito: Ildis, 1998.

_____. Breve historia económica del Ecuador. 2. ed. Quito: Corporación Editora Nacional, 2004.

ALCÁZAR, Gabriela Córdova del. Anatomía de los golpes de estado. La prensa en la caída de Mahuad y Bucaram. Quito: Abya-Yala, 2003.

ALMEIDA, Ileana. (Org.). Indios: una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990. Quito: Abya-Yala, 1992.

_____.; RODAS, Nidia A. (Org.). En defensa del pluralismo y la igualdad. Los derechos de los pueblos indios y el Estado. Quito: Abya-Yala, 1998.

ALMEIDA, José. (Org.). Sismo étnico en el Ecuador: varias perspectivas. Quito: Abya-Yala, 1993.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfose indígena: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALTA, V. (Org.). Pueblos indígenas y estado en America Latina. Quito: Abya-Yala, 1998.

ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ática, 1988.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Org.). Pós-neoliberalismo: as práticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Souza. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza. (Org.). Reinventar a emancipação social para novos manifestos. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

BARSKY, Osvaldo. La reforma agraria ecuatoriana. Quito: Corporación Editora Nacional, 1984.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p. 185-227.

BÉDARIDA, François. Tempo presente na História. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. (Org.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

BEIRED, José Luiz Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto. (Org.). Gramsci: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p. 121-132.

BOBBIO, Norberto. (Org.). Dicionário de política. Brasília: Editora da UnB, 1998.

BOTERO, Luis Fernando. Movilización indígena, etnicidad y proceso de simbolización en Ecuador. El caso del líder indígena Lázaro Condo. Quito: Abya-Yala, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa em educação. São Paulo: Cortez, 2003. Série saber com o outro, v. 1.

CAMACHO, D. Movimentos sociais: algumas discussões conceituais In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 214-245.

CARNOY, M. Estado e teoria política. Campinas: Papirus, 1986.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. v. 2.

_____. A sociedade em rede. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CEPEDA, Juan J. Paz y Miño. Golpe y contragolpe. La “Rebelión de Quito” del 21 de enero de 2000. Quito: Abya-Yala, 2002.

CHANAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). Dinâmica da economia mundial contemporânea. São Paulo: Scor Tecci, 2002.

COMISIÓN POR LA DEFENSA DE LOS DERECHOS HUMANOS (CDDH). El Levantamiento indígena y la cuestión nacional. Cayambe (EC): Abya-Yala, 1996.

COSSÍO, Consuelo Yánez. La educación indígena en el Ecuador. Quito: Içam/Universidad Politécnica Salesiana, 1996.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Edusp, 1986.

DARÉ, Milton José. Organismos internacionais e blocos econômicos. In: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). Dinâmica da economia mundial contemporânea. São Paulo: Scor Tecci, 2002. p. 48-67.

DÁVALOS, Pablo. (Org). Yuyarinaduy. Digamos lo que somos, antes que otros nos den diciendo lo que no somos. Quito: Abya-Yala, 2001.

_____. Movimiento indígena ecuatoriano: la constitución de un actor político. In: _____. (Org.). Yuyarinakuy: digamos lo que somos, antes que otros nos den diciendo lo que no somos. Quito: Abya-Yala, 2001. p. 189-200.

DÍAZ, Galo Viteri. Las políticas de ajuste. Ecuador 1982-1996. Quito: Corporación Editora Nacional, 1998.

EGAS, José María. Ecuador y el gobierno de la junta militar. Quito: Tierra Nueva, 1975.

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. São Paulo: Terceiro Mundo, 2000.

ESPINOSA, Hugo Ordóñez Espinosa. Origen y proceso del cambio contitucional de 1998. 2. ed. Quito: Pudeleco Editores, 2004.

FIGUEROA, José; YÁNEZ, Moreno. El levantamiento indígena del Inti Raymi de 1990. Quito: Abya-Yala, 1992.

FLOR, Francisco Hidalgo. El Movimineto indígena en el Ecuador. Sujeto social que genera un proyecto contra hegemónico. In: LUCAS, Kintto. (Org.). Nada solo para los indios. El Levantamiento Indígena Del 2001: análisis, crônicas y documentos. Quito: Abya-Yala, 2001. p. 57-76.

FRANK, H. Erwin. Movimiento indigena, identidade étnica y el levantamiento. In: ALMEIDA, Ileana. (Org.). Indios: una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990. Quito: Abya-Yala, 1992. p. 499-527.

FREUND, Kurt A. Modernizar la Mente. Enfoque frete a la globalización el siglo XXI. Quito: Editorial Moré, 1997.

GELLNER, Ernest. Nações e nacionalismo. Tradução de Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1993.

GIL, Antonio Carlos Amador. Projetos de estado no alvorecer do império. Vitória (ES): IHGES, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos e lutas sociais na História do Brasil. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. (Org.). Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GÓMEZ, Ernesto Albán. Los indios y el estado-pais. Pluriculturalidad y multiethnicidad en el Ecuador: contribuciones al debate. Quito: Abya-Yala, 1983.

GOMÉZ, Nelson. Transformación del espacio nacional. Pasado y presente del Ecuador. Quito: IERA Edición, 1999.

GRAMSCI, Antonio. A formação dos intelectuais. In: COUTINHO, Nelson. (Org.). Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 3-23.

GUARDERAS, Augusto Barrera. Acción colectiva y crisis política. El movimiento indígena ecuatoriano en la década de los noventa. Quito: Abya-Yala, 2001.

GUERRERO, Andrés. Haciendas, capital y lucha de clases Andina. Quito: El Conejo, 1983.

GUTIÉRREZ CHONG, Natividad. Mitos nacionalistas e identidades étnicas; los intelectuales indígenas y el estado mexicano. Tradução de Graciela Salazar. México: Editora Plaza y Valdés, 2001.

GUTIÉRREZ, Fernando Calderón. Os movimentos sociais frente à crise. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 191-213.

HOBBSBAWM, Eric. A era dos extremos (o breve século XX: 1914-1991). Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____. A era da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

IBARRA, Alicia. Los indígenas y el estado en el Ecuador. La práctica neoindigenista. Quito: Abya-Yala, 1992.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO (III). Anuário Indigenista. México, mar. 1993. v. 32.

KOROVKIN, Tanya. Comunidades indígenas. Economía de mercado y democracia en los Andes ecuatorianos. Quito: Abya-Yala, 2002.

LEON, Jorge; PERÉZ, J. P. Crisis y movimiento sindical en el Ecuador: las huelgas nacionales del FUT (1981-1983). In: Vários Autores. Movimientos sociales en el Ecuador. Quito: Clacso, 1986. p. 61-76.

LEON, Jorge. Versiones de los protagonistas: Los hechos históricos y el valor de los testimonios disidentes. In: ALMEIDA, J. (org.). Sismo étnico en el Ecuador: varias perspectivas. Quito: Cedime/Abya-Yala, 1993. p. 113-144.

LÓPEZ, Ana Karina. La demanda indígena de la pluriculturalidad y multiétnicidad: el tratamiento de la prensa. In: MENACHO, Diego Cornejo. (Org.). Los indios y el estado-país. Pluriculturalidad y multiétnicidad en el Ecuador: contribuciones al debate. Quito: Abya-Yala, 1993. p. 21-60.

LUCAS, Kintto. La rebelión de los indios. Quito: Abya-Yala, 2000.

MACAS, Luis. Temos Alma desde 1637. In: MENACHO, Diego Cornejo. (Org.). Los indios y el estado-país. Quito: Abya-Yala, 1993. p. 111-134.

MALDONADO, Luiz. Los símbolos del Movimiento de Unidad Plurinacional Pachakutik Nuevo País. Quito: Alai, 1996.

MARIENSTRAS, Élise. Les mythes fondateurs de la nation américaine. Paris: François-Maspero, 1976.

MENACHO, Diego Cornejo. (Org.). Los indios y el estado-Pais. Pluriculturalidad y multiethnicidad en el Ecuador: contribuciones al debate. Quito: Abya-Yala, 1993, p.126.

MONTÚFAR, César. La reconstrucción neoliberal. Febres Cordero o la estatización del neoliberalismo en el Ecuador 1984-1988. Quito: Abya-Yala, 2000.

MOREANO, Alejandro. El movimiento indio y el estado multinacional. In: GÓMEZ, Ernesto Albán. (Org.). Los indios y el estado-pais. Pluriculturalidad y multiethnicidad en el Ecuador: contribuciones al debate. Quito: Abya-Yala, 1993. p. 215-256.

NEGY-ZEKMI, Silvia. Identidades en transformación. El discurso neoindigenista de los países andinos. Quito: Abya-Yala, 1997.

NOGAMI, Otto. A crise internacional da dívida. In: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). Dinâmica da economia mundial contemporânea. São Paulo: Scor Tecci, 2002. p.127-132.

NÚÑEZ, Jorge. Los orígenes de la bancocracia. In: Varios Autores. Bancos y banqueros. Quito: Editorial El Conejo, 1999. p. 25-45.

OFFE, Claus. A ingovernabilidade: sobre o renascimento das teorias conservadoras da crise. In: OFFE, Claus. (Org.). Problemas estruturais do estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 236-260.

OLIVEIRA, João Pacheco de. A viagem da volta: reelaboração cultural e horizontes políticos dos povos indígenas do nordeste. Projeto Estudo Sobre Terras indígenas (Peti.). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1984.

PAZ, Juan J.; CEPEDA, Mino. Golpe y contragolpe. La “rebelión de Quito” del 21 de enero de 2000. Quito: Abya-Yala, 2002.

PETRAS, James. Ensaio contra a ordem. São Paulo: Páginas Abertas, 1995.

_____. Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina. São Paulo: Xamã, 1999a.

_____. Neoliberalismo: América Latina, EUA e Europa. Blumenau: Ed. FURB, 1999b.

_____. Império e políticas revolucionárias na América Latina. São Paulo: Xamã, 2000.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

RAMON, Galo. (Org.). Actores de una década Ganada: Tribus, Comunidades y Campesinos en la Modernidad. Quito: Comunidec, 1992.

_____. ¿Hay nacionalidades indias en el Ecuador? In: ALMEIDA, J. (Org.) Sismo étnico en el Ecuador. Varias perspectivas. Quito: Abya-Yala, 1993. p. 187-206.

RED DE LA SOCIEDAD CIVIL – SAPRIN CELA U. CATÓLICA. Impactos del neoliberalismo. Una lectura distinta desde la percepción y experiencia de los actores. Quito: Abya-Yala, 2004.

RÉNEDE, René. Uma história presente. In: _____. (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

RODRÍGUEZ, Raúl Useche. Educación indígena y proyecto civilizatorio en Ecuador. Quito: Corporación Editora Nacional, 2003.

RUDÉ, George. Ideologia e protesto popular. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

RUIZ, Lucy. Pueblos indígenas y etnicidade en la Amazônia. In: ALMEIDA, Ileana. (Org.). Índios: una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990. Quito: Abya-Yala, 1992. p. 449-498.

SÁNCHEZ PARGA, José. Actores y discursos culturales. Ecuador: 1972-1988. Quito: Caap, 1988.

SANTANA, Roberto. Ciudadanos en la etnicidad. Los indios en la política o la política de los indios. Quito: Abya-Yala, 1995.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Lutas agrárias Latino-Americanas: da resistência ao projeto societário. IN: _____. (Org.). Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo: Editora da Unicamp, 1983. p. 7-14.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (Org.). Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Loyola, 2005.

SEGOVIA, Lautaro Ojeda. Plurinacionalidad, autodeterminación y autonomía indígena. In: ALMEIDA, Ileana. (Org.). Autonomía indígena frente al estado nación y a la globalización neoliberal. Quito: Abya-Yala, 2005. p. 171-247.

SILVA, José Robert F. O fluxo financeiro dentro do sistema financeiro internacional. In: COGGIOLA, Osvaldo. (Org.). Dinâmica da economia mundial contemporânea. São Paulo: Scor Tecci, 2002. p. 39-48.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Los derechos Indígenas: un nuevo enfoque del sistema internacional. In: Comisión Por la Defensa de los Derechos Humanos (CDDH). El levantamiento indígena y la cuestión nacional. Quito: Abya-Yala, 1996. p. 47-73.

SUÁREZ, Catalina Ribadeneira. Racismo en el Ecuador contemporáneo: entre la modernidad y el fundamentalismo étnico. Quito: Fundación de Investigación Andino Amazónico, 2001.

TOURAINÉ, Alain. Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989.

_____. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. O que é a democracia? 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

TRUJILLO, Jorge Leon. La Amazonía en la historia del Ecuador. Quito: Ciese/Mec, 1981.

UQUILLAS, Emilio. La conversión de la deuda externa privada ecuatoriana, desde una perspectiva financiera. Banco Central. Cuestiones Económicas n. 18. Quito: Banco Central, 1991.

VALAREZO, Galo Ramón (org.). Pueblos indios, estado y derecho. Quito: Corporación Editora Nacional, 1992.

VALAREZO, Galo Ramón. Ese secreto poder de la escritura. In: ALMEIDA, Ileana. (Org.). Índios: una reflexión sobre el levantamiento indígena de 1990. Quito: Abya-Yala, 1992. p. 351-418.

VALLEJO, Raúl. Una utopía para el siglo XXI. Quito: Corporación Editora Nacional, 1994.

VELASCO, Angélica X. Porras. Tiempo de indios. La construcción de la identidad política colectiva del movimiento indio ecuatoriano. Quito: Abya-Yala, 2005.

VELASCO, F. Reforma agraria y movimiento campesino indígena en la Sierra. Quito: Editorial El Conejo, 1983.

VINNEZA, José Almeida. (Org.). Identidades indias en el Ecuador contemporáneo. Cayambe (EC): Abya-Yala, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos. Madrid: Akal, 2004.

WRAY, Natalia. Proyecto de Investigación “pueblos indígenas y participación electoral”. Quito: ILDIS; IBIS, 1996.

ZAMOSC, Leon. Proteso agrária y movimiento indígena en la Sierra ecuatoriana. In: ALMEIDA, J. (Org.). Sismo étnico en el Ecuador. Varias perspectivas. Quito: Abya-Yala, 1993. p. 273-304.

ARTIGOS

ACOSTA, Alberto. El nuevo reajuste económico: la lógica coherencia de una irracionalidad. Ecuador Debate, Quito: Caap, n. 27, 1992.

BALTODANO, Mônica. Movimientos sociales y globalización. Disponível em: <<http://www.rebellion.org>>. Acesso em: 20 mar. 2005.

BITTENCOURT, Libertad Borges. O movimento indígena organizado na América Latina – a luta para superar a exclusão. In: ENCONTRO DA ANPHLAC, 4., 2001, Vitória (ES). Anais eletrônicos... Vitória (ES): ANPHLAC, 2001. Disponível em: <<http://www.anphlac.cjb.net>>. Acesso em: 25 de nov. de 2004. ISBN 85-903587-2-0.

COUTINHO, Carlos Nelson. Os intelectuais e a organização da Cultural. Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, n. 10, 1981, p. 93-110.

CUEVA, Agustín: Del autogolpe de 1970 al nuevo régimen militar. Revista Economía, Quito: Universidad Central, n. 61, p. 32-59, 1974.

DÁVALOS, Pablo. Movimiento indígena ecuatoriano: construcción política y epistémica. Disponível em: <<http://www.icci.nativeweb.org>>. Acesso em: jan. 2005.

DEL ROIO, Marcos. Globalização e estado nacional. Disponível em: <<http://www.forum-global.de>>. Acesso em: nov. 2005.

FERNANDES, Luiz. A globalização e a atualidade da questão nacional. Disponível em: <<http://www.eduquenet.net>>. Acesso em: jan. 2004.

FLOR, Francisco Hidalgo. Contra hegemonía y bloque popular en el levantamiento indígena-militar de enero del 2000 en Ecuador. Disponível em: <<http://www.cariariucr.ac.cr>> . Acesso em: nov. 2005.

FUENTE, Jesús Callejo. Fiestas sagradas. Sus origenes, ritos y significado que perviven en la tradición de los pueblos. Disponível em: <<http://www.machupicchu.com.br>>. Acesso em: 2 out. 2005.

GALLEGOS, Bertha García. Petróleo, estado y proyecto militar. Ecuador Debate, Quito: Caap, n. 58, p. 111-133, abr. 2003.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 75-91, jan./jul. 2004. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: nov. 2004.

GOUVEIA, Carlos A. M. Análise crítica do discurso. Enquadramento histórico. Disponível em: <<http://www.leffa.pro.br>>. Acesso em: mar. 2005.

GUTIÉRREZ, Fernando Calderón; JELIN, Elizabeth. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades. ANPOCS, São Paulo: Vértice, v. 2, n. 5, out. 1987. CD-ROM.

HARNECKER, Marta: América Latina la izquierda después de Seattle. Disponível em: <<http://www.nodo50.org>>. Acesso em: nov. 2005.

HERNÁNDEZ, Virgilio. Algunas ideas sobre la sublevación del viernes 21 de enero. ICCI-ARY Rimay, Quito, ano 2, n. 12, mar. 2000. Disponível em: <<http://icci.nativeweb.org>>. Acesso em: nov. 2004.

KOWII, Ariruma. Autonomia, reservaciones o plurinacionalidad. Disponível em: <<http://www.alinet.org>>. Acesso em: 21 jul. 2004.

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. Movimento antiglobalização: distinções analíticas e uma crítica a Alain Touraine. Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 70-86, ago./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.emtese.ufsc.br>>. Acesso em: nov. 2004.

LOWY, Michael. A teologia da libertação acabou? Disponível em: <<http://www.alain.org>>. Acesso em: set. 2003.

LUCCA, Manuel de. Diccionario Aymara Castellano/Castellano-Aymara. Disponível em: <<http://www.umce.cl>>. Acesso em: 2 out. 2005.

MACAS, Luis. Diversidad y plurinacionalidade. ICCI-ARY Rimay, Quito, ano 6, n. 64, jul. 2004. Disponível em: <<http://icci.nativeweb.org>>. Acesso em: out. 2005.

MARTINS, Umberto. Características da crise atual. Disponível em: <<http://www.rebellion.org>>. Acesso em: dez. 2004.

PETRAS, James. A esquerda e as novas lutas sociais na América Latina. Lutas Sociais, São Paulo: Edições Pulsar, n. 2, p. 5-19, jun. 1997.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. Globalização: notas sobre um conceito controverso. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br>>. Acesso em: dez. 2004.

EL MUNDO INDÍGENA en la prensa Ecuatoriana. KIPU, Quito: Abya-Yala, n. 14, ene./jun. 1990. Informe especial sobre el levantamiento indígena.

EL MUNDO INDÍGENA en la prensa Ecuatoriana. KIPU, Quito: Abya-Yala, n. 15, jul./dic. 1990. Informe especial sobre el levantamiento indígena.

EL MUNDO INDÍGENA en la prensa Ecuatoriana. KIPU, Quito: Abya-Yala, n. 22, ene./jun. 1994.

SALAMEA, Marco. El Bucaramato: la estrategia económica, social y política del gobierno. Revista Económica y Política, Cuenca (EC): Facultad de Economía-U, n. 1, p. 10-13, feb. 1997.

SÁNCHEZ-PARGA, J. Transformaciones del conflicto, decline de los movimientos sociales y teoría del desgobierno. Ecuador Debate - Política y Economía, Quito: Caap, n. 53, p. 19-40, ago. 2001.

SIMBAÑA, Floresmilo. Lecciones de marzo y Julio. ICCI-ARY Rimay, Quito, ano 1, n. 7, out. 1999. Disponível em: <<http://icci.nativeweb.org>>. Acesso em: out. 2005.

SUESS, Paulo. México y América Latina: minorías étnicas, derechos y política cultural. Disponível em: <<http://www.rinconelvago.com>>. Acesso em: out. 2005.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. Lua Nova. Revista Cultural e Política, São Paulo: Marco Zero, n. 17, p. 5-11, jun. 1989.

WEISS, Wendy. Tiempos de globalización y nuevas alianzas políticas. Disponível em: <<http://www.globalcult.org>>. Acesso em: nov. 2004.

ZALDÍVAR, Victor Breton Solo de.; CARMEN, Gabriela del Olmo. Educación bilingüe e interculturalidad en el Ecuador: algunas reflexiones críticas. ICCI-ARY Rimay, Quito, ano 1, n. 9, dic. 1999. Disponível em: <<http://icci.nativeweb.org>>. Acesso em: out. 2004.

DISSERTAÇÃO E TESE

CANDIAL, Victoria Juan. Da resistência ao movimento social organizado: um comparativo de estudo do movimento indígena no Equador e na Colômbia. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) –Universidade de Essex. EUA, 1995. Disponível em: <<http://www.edym.com>>. Acesso em: jan. 2005.

SUÁREZ, Águeda Gómez. Indigenismo y movilización Política en América Latina: los Tawalkas. 2001. Tese (Doutorado em Ciencias Políticas y Sociales) – Universidad de Santiago de Compostela (Espanha), 2001.

ANEXOS

**ANEXO I - RESUMO DE ADJUDICAÇÕES DE TERRAS LEGALIZADAS NA
COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – Período: 1979-1984**

REGIOES	COLONIZAÇÃO		REFORMA AGRÁRIA		TOTAL	
	Hectares	famílias	Hectares	famílias	Hectares	famílias
Norte	333.875,77	6.947	20.763,77	2.660	358.639,54	9.607
Ocidental	38.209,24	1.363	5.744,04	170	43.953,28	1.533
Centro Ocid.	36.616,72	1.138	57.398,86	5.317	94.015,58	6.455
Centro Or.	174.835,78	2.861	61030,99	15.482	235.866,77	18.343
Sul do Or.	66.360,21	1.382	35.790,84	2.437	102.151,02	3.819
Sul	130.668,43	2.759	10.417,47	1.146	141.085,90	2.095
Total Nac.	784.566,43	16.450	191.145,97	27.212	975.712,12	43.662

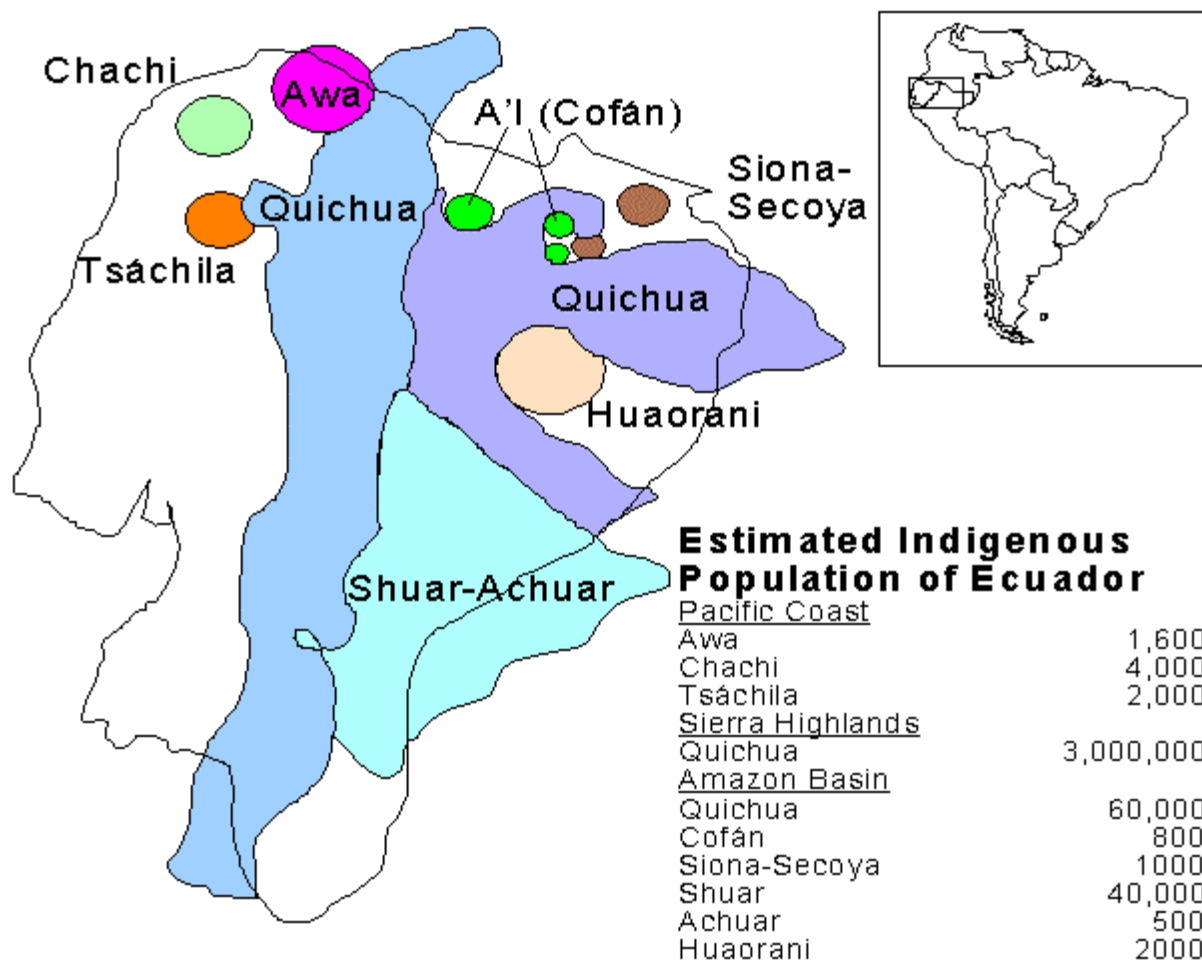
Fonte: IER. 20 Anos de Reforma Agrária no Equador. In: IBARRA, Alice. Los Indígenas y el Estado en el Ecuador. La práctica neoindigenista. Quito: Abya-Yala, 1992, p. 69

ANEXO II - POPULAÇÃO INDÍGENA DA AMÉRICA – 1994

PAÍS	POP. TOTAL	POP. INDIGENA	%
Argentina	33.900.000	372.996	1.10
Belice	200.00	27.300	13.65
Bolivia	8.200.000	4.142.187	50.51
Brasil	155.300.000	254.453	0.16
Canadá	29.100.000	1.045.885	3.59
Chile	14.000.000	989.745	7.06
Colômbia	35.600.000	620.052	1.74
Costa Rica	3.200.000	24.300	0.75
Equador	10.600.000	2.634.494	24.85
El Salvador	5.200.000	88.000	1.69
EUA	260.800.000	1.959.234	0.75
Guatemala	10.300.000	4.945.511	48.01
G. Francesa	104.000	4.100	5.64
Guayana	806.000	45.500	5.64
Honduras	5.300.000	630.000	11.88
México	91.800.000	8.701.688	9.47
Nicarágua	4.300.000	326.600	7.59
Panamá	2.500.000	194.719	7.78
Paraguai	4.800.000	94.456	1.96
Peru	22.900.000	8.793.295	38.39
Suriname	437.000	14.600	3.34
Venezuela	21.300.000	315.815	1.48
Total	720.647.000	36.224.933	5.03

Fonte: MATOS, Mar. Grupos Étnicos da América. Anuário indigenista, México, mar. 1993, p. 200.

ANEXO III - NACIONALIDADES INDÍGENAS DO EQUADOR



Fonte: Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (Conaie). Las nacionalidades indígenas en el Ecuador: Nuestro proceso organizativo, 2. ed. Quito: Abya-Yala, 1989, p. 284.

ANEXO IV - ORGANOGRAMA DA CONAIE

Nível Nacional

CONAIE ¹

Nível Regional

Serra

Amazônia ou Oriente

Costa

ECUARUNAIR ²	CONFENAIE ³	COICE ⁴
-------------------------	------------------------	--------------------

Nível Provincial

MICH ⁵	MIT ⁶	MIC ⁷	FICI ⁸	OPIP ⁹	FOISE ¹⁰	FCUNAE ¹¹	FON ¹²
-------------------	------------------	------------------	-------------------	-------------------	---------------------	----------------------	-------------------

Nível Parroquial o cantonal

UCASAJ ¹³	UNASAC ¹⁴	UNORCAC ¹⁵
----------------------	----------------------	-----------------------

Nível Comunal

Calerita Baja	San Martín	Rumicuz	Ajospamba	Ballagán
---------------	------------	---------	-----------	----------

1. Confederación de Nacionalidad Indígenas de Ecuador
2. Ecuador Runacunapac Riccharimui (Despertar de los Indios de Ecuador)
3. confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonía Ecuatoriana.
4. coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Costa.
5. Movimiento Indígena del Chimborazo.
6. Movimiento Indígena de Tungurahua.
7. Movimiento Indígena de Cotopaxi.
8. Federación indígena y Campesina de Imbabura.
9. Organización de Pueblos indios del Pastaza.
10. Federación de Organizaciones Indígenas de Sucumbíos Ecuador.
11. Federación de Comunas Unión de Nativos de la Amazonía Ecuatoriana.
12. Federación de Organizaciones Indígenas de Napo.
13. Unión de Cabildos de San Juan.
14. Unión de Asociaciones Agrícolas de Columbe.
15. unión de Organizaciones Campesinas de Cotocachi.

Fonte: BOTERO, Luis Fernando. Mobilización Indígena, Etnicidad y Procesos de Simbolización en Ecuador: el caso del líder indígena Lázaro Condo. Quito: Abya-Yala, 2001, p. 140.

ANEXO V - ORGANOGRAMA INTERNO DA CONAIE

DIRETORIA DA CONAIE				
Presidente	Vice-Presidente	Secretario	Tesoureiro	Vocales

DEPARTAMENTO

DIRETORIA DA CONAIE				
Educación y Cultura	Terras	Saúde	Meio Ambiente	Jurídico

DIRETORIA DA CONAIE				
Educación y Cultura	Terras	Saúde	Meio Ambiente	Jurídico

Fonte: BILLEGAS, Luis Botero. Mobilización Indígena, Etnicidad y Procesos de Simbolización en Ecuador: el caso del líder indígena Lázaro Condo. Quito: Abya-Yala, 2001, p. 140.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)